14/04/2025

Número: **0009959-86.2016.4.05.8300**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Partes	
Tipo	**Nome**
EXEQUENTE	**FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO	**ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
EXECUTADO	**WALDIR ABREU GONCALVES**
ADVOGADO	**Paulo Roberto Fernandes Pinheiro**
ADVOGADO	**bruno vieira fernandes pinheiro**
ADVOGADO	**FELIPE SOARES TORRES**
ADVOGADO	**JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40583001137895 3	05/08/2019 16:07	Documento inicial do processo digitalizado	Petição Inicial
40583001137895 4	05/08/2019 16:07	1.Sumário e Termo de Autuação	Autos Digitalizados
40583001137896 2	05/08/2019 16:07	2.Petição inicial (com CDAs e anexos)	Autos Digitalizados
40583001137896 5	05/08/2019 16:07	3.Despacho de Eventual Prescrição	Autos Digitalizados
40583001137896 8	05/08/2019 16:07	4.Vista Fazenda Nacional	Autos Digitalizados
40583001137897 5	05/08/2019 16:07	5.Petição Exequente	Autos Digitalizados
40583001137898 0	05/08/2019 16:07	6.Decisão Inicial	Autos Digitalizados
40583001137898 2	05/08/2019 16:07	7.Expedição de CTA	Autos Digitalizados
40583001137898 4	05/08/2019 16:07	8.Petição Exequente com Procuração	Autos Digitalizados
40583001137898 9	05/08/2019 16:07	9.Juntada de AR	Autos Digitalizados
40583001137899 3	05/08/2019 16:07	10.Juntada de Certidão de Suspensão com Vista	Autos Digitalizados
40583001137899 5	05/08/2019 16:07	11.Petição Exequente	Autos Digitalizados
40583001137899 9	05/08/2019 16:07	12.Recebimento	Autos Digitalizados
40583001137901 4	05/08/2019 16:07	13.Despacho	Autos Digitalizados
40583001137901 5	05/08/2019 16:07	14.Juntada de Mandado de Penhora	Autos Digitalizados
40583001137901 8	05/08/2019 16:07	15.Ato Ordinatório	Autos Digitalizados
40583001137902 0	05/08/2019 16:07	16.Cota da Fazenda Nacional	Autos Digitalizados
40583001137902 1	05/08/2019 16:07	17.Recebimento	Autos Digitalizados
40583001137902 3	05/08/2019 16:07	18.Decisão	Autos Digitalizados
40583001137902 4	05/08/2019 16:07	19.Termo de Retificação	Autos Digitalizados

4058300.11379029	05/08/2019 16:07	20.Certidão de Suspensão com Vista e Ciência	Autos Digitalizados
4058300.11379032	05/08/2019 16:07	21.Petição Exequente	Autos Digitalizados
4058300.11379036	05/08/2019 16:07	22.Recebimento	Autos Digitalizados
4058300.11379077	05/08/2019 16:07	23.Inspeção 2019	Autos Digitalizados
4058300.11379082	05/08/2019 16:07	24.Expedição de Mandado	Autos Digitalizados
4058300.11379200	05/08/2019 16:12	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.11379212	05/08/2019 16:12	Intimação	Expediente
4058300.11379213	05/08/2019 16:12	Intimação	Expediente
4058300.11379249	05/08/2019 16:14	Mandado	Expediente
4058300.11422002	09/08/2019 00:22	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.11422672	09/08/2019 00:35	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.11434550	09/08/2019 21:00	MIGRACAO + PROSSEGUIMENTO	Cota
4058300.11490097	16/08/2019 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.12061440	07/10/2019 08:44	Ofício- 1º Ofício Registro de Imóveis	Certidão
4058300.12061441	07/10/2019 08:44	Ofício	Documento de Comprovação
4058300.12694901	18/11/2019 09:15	Juntada de Mandado	Certidão
4058300.12694902	18/11/2019 09:15	PENHORA - APARTAMENTO 701 DO EDF. LE CHATEAU BLOIS (situado na Rua General Americano Freire, 789	Documento de Comprovação
4058300.13411037	04/02/2020 23:03	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.13411038	04/02/2020 23:03	Intimação	Expediente
4058300.13458123	10/02/2020 08:41	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.13459189	10/02/2020 09:03	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.13460528	10/02/2020 09:28	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.13542614	17/02/2020 11:13	Manifestação.html	Petição (outras)
4058300.13959793	25/03/2020 18:07	HABILITAÇÃO	Petição (3º Interessado)
4058300.13959794	25/03/2020 18:07	Doc. André 07022020	Documento de Comprovação
4058300.13959867	25/03/2020 18:12	Petição (impenhorabilidade - bem de família)	Petição (3º Interessado)
4058300.13959868	25/03/2020 18:12	PETIÇÃO	Documento de Comprovação
4058300.13959869	25/03/2020 18:12	doc18022020	Documento de Comprovação
4058300.13986611	27/03/2020 15:14	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.13986626	27/03/2020 15:14	Intimação	Expediente
4058300.13994946	28/03/2020 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058300.14000532	29/03/2020 20:58	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.14537363	22/05/2020 16:11	Despacho Inspeção	Despacho Inspeção
4058300.14673611	04/06/2020 10:59	FAZENDA NACIONAL	Manifestação

4058300.14726279	08/06/2020 15:00	Decisão	Decisão
4058300.14726581	08/06/2020 15:00	Intimação	Expediente
4058300.14726582	08/06/2020 15:00	Intimação	Expediente
4058300.14821223	16/06/2020 13:07	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.14861207	19/06/2020 00:07	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.15441844	03/08/2020 19:48	SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS	Manifestação
4058300.15441879	03/08/2020 19:48	SUBSTABELECIMENTO JAILTON	Documento de Identificação
4058300.15442003	03/08/2020 20:22	AGRAVO DE INTRUMENTO	Manifestação
4058300.15442005	03/08/2020 20:22	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Documento de Identificação
4058300.15442028	03/08/2020 20:22	registro2	Documento de Comprovação
4058300.15442023	03/08/2020 20:22	registadoes 2 (1)	Documento de Comprovação
4058300.15442040	03/08/2020 20:22	registradores 1 (1)	Documento de Comprovação
4058300.15442042	03/08/2020 20:22	registradores 3 (1)	Documento de Comprovação
4058300.15442045	03/08/2020 20:22	registradores 4 (1)	Documento de Comprovação
4058300.15442047	03/08/2020 20:22	registro	Documento de Comprovação
4058300.15442050	03/08/2020 20:22	BOLETO CONDOMINIO	Documento de Comprovação
4058300.15442053	03/08/2020 20:22	RELATORIO CONDOMINIO	Documento de Comprovação
4058300.15442080	03/08/2020 20:22	GUIA DE CUSTAS - GRU JUDICIAL	Documento de Comprovação
4058300.15442085	03/08/2020 20:22	COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS CUSTAS	Documento de Comprovação
4058300.15442312	03/08/2020 21:08	COMUNICAÇÃO DE AGRAVO	Manifestação
4058300.15442313	03/08/2020 21:08	COMPROVAÇÃO AI	Documento de Comprovação
4050000.21922440	07/08/2020 09:44	Anexos da Comunicação	Anexos da Comunicação
4050000.21922439	07/08/2020 09:44	Comunicações	Comunicações
4058300.15841773	08/09/2020 02:06	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.15841774	08/09/2020 02:06	Intimação	Expediente
4058300.15901519	12/09/2020 06:35	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.16165370	06/10/2020 00:06	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.16192844	07/10/2020 20:51	Traslado decisão recebimento 0812609-34.2020.4.05.8300 - EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL	Certidão
4058300.17151827	18/01/2021 14:46	Certidão Sobrestamento Embargo/Recurso	Certidão
4058300.17194092	22/01/2021 16:49	Traslado sentença Embargos 3º 0812609-34.2020.4.05.8300	Certidão
4058300.17508222	23/02/2021 10:29	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.17508228	23/02/2021 10:29	Intimação	Expediente
4058300.17547173	26/02/2021 06:02	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.17631265	05/03/2021 11:31	FAZENDA NACIONAL	Cota

4058300.17994782	06/04/2021 03:41	Certidão Sobrestamento Embargo/Recurso	Certidão
4058300.18326314	23/04/2021 12:55	Transcrição decisão recebimento dos Embargos 3º nº 0805689-10.2021.4.05.8300	Certidão
4050000.28986005	22/11/2021 08:00	Comunicações	Comunicações
4050000.28986006	22/11/2021 08:00	Anexos da Comunicação	Anexos da Comunicação
4058300.23486050	18/07/2022 11:21	Certifico que trasladei cópias das peças julgamento dos Embargos 3º 0805689-10.2021.4.05.8300	Certidão
4058300.23486051	18/07/2022 11:21	Peças Julgamento Embargos 3º 0805689-10.2021.4.05.8300 - EF0009959-86.2016	Documento de Comprovação
4058300.23495533	18/07/2022 17:37	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.23495546	18/07/2022 17:37	Intimação	Expediente
4058300.23550687	22/07/2022 17:53	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.23608782	28/07/2022 10:47	PFN: Leilão	Petição (outras)
4058300.23933458	25/08/2022 17:33	Decisão	Decisão
4058300.23947917	25/08/2022 17:33	Intimação	Expediente
4058300.23947918	25/08/2022 17:33	Intimação	Expediente
4058300.23957198	26/08/2022 11:11	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.24058577	04/09/2022 09:33	Ofício	Expediente
4058300.24058580	04/09/2022 09:41	malote digital	Certidão de expediente físico
4058300.24058652	04/09/2022 10:19	Mandado	Expediente
4058300.24060443	05/09/2022 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.24127053	09/09/2022 13:12	Malote Digital - RE 1º CRI de Recife ref. Of. de Id. 24058577 (penhora registrada)	Certidão
4058300.24127054	09/09/2022 13:12	0009959-86.2016.4.05.8300 1ºCRI-Recife - Ofício resposta e certidão (partes 1 e 2)	Documento de Comprovação
4058300.24319101	27/09/2022 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058300.24404984	03/10/2022 21:20	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.24404985	03/10/2022 21:20	Waldir Abreu,REAVAL.	Documento de Comprovação
4058300.24404987	03/10/2022 21:20	Avaliação-Cálculo do Aptº 701 - Edifício Le Chateau Blois	Documento de Comprovação
4058300.25831699	02/03/2023 18:17	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.25831702	02/03/2023 18:17	Intimação	Expediente
4058300.25837287	03/03/2023 07:54	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.25966708	14/03/2023 11:38	PFN: Alienação do imóvel penhorado pelo COMPREI	Petição (outras)
4058300.26293422	10/04/2023 16:06	Decisão	Decisão
4058300.26318995	10/04/2023 16:06	Intimação	Expediente
4058300.26318997	10/04/2023 16:06	Intimação	Expediente
4058300.26318998	10/04/2023 16:06	Intimação	Expediente
4058300.26350109	12/04/2023 15:27	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação

4058300.26371660	14/04/2023 00:20	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.26455907	21/04/2023 00:02	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.26479733	25/04/2023 00:01	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.26862580	26/05/2023 04:21	Mandado	Expediente
4058300.26862582	26/05/2023 04:30	Mandado	Expediente
4058300.26862591	26/05/2023 04:49	Sem efeito os mandados retro expedidos	Certidão
4058300.26862592	26/05/2023 04:59	Mandado	Expediente
4058300.26862596	26/05/2023 05:06	Mandado	Expediente
4058300.26862614	26/05/2023 05:15	Ofício	Expediente
4058300.26862615	26/05/2023 05:21	malote digital	Certidão de expediente físico
4058300.26873793	26/05/2023 14:59	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.26873819	26/05/2023 15:01	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.26914101	30/05/2023 09:00	Juntada de Malote Digital - 0009959-86.2016.4.05.8300 TRF5-Expedientes - Devolução (pede enviar por e-mail).	Certidão
4058300.26914102	30/05/2023 09:00	0009959-86.2016.4.05.8300 TRF5-Expedientes - Devolução (pede enviar por e-mail)	Documento de Comprovação
4058300.26977222	03/06/2023 05:53	Mandado	Expediente
4058300.27009301	06/06/2023 15:03	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.27013399	06/06/2023 17:12	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.27013400	06/06/2023 17:12	ANDRÉ LUIS MACIEL DE SOUZA-INTIMAÇÃO.	Documento de Comprovação
4058300.27030651	07/06/2023 16:18	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.27030686	07/06/2023 16:18	Intimação	Expediente
4058300.27118478	16/06/2023 06:33	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.27210123	23/06/2023 16:05	FAZENDA NACIONAL	Petição (outras)
4058300.27246367	28/06/2023 09:01	Mandado	Expediente
4058300.27434401	13/07/2023 22:19	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.27434402	13/07/2023 22:19	Mandado 4058300.27246367 - Intimação da Sra. Beatriz Abreu - Positiva	Documento de Comprovação
4058300.27523510	21/07/2023 12:59	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.27523515	21/07/2023 12:59	Intimação	Expediente
4058300.27586506	28/07/2023 00:05	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.27638843	01/08/2023 16:22	Cota da UF	Cota
4058300.27641368	01/08/2023 19:36	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.27854974	18/08/2023 16:33	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.27854982	18/08/2023 16:33	Intimação	Expediente
4058300.28108646	11/09/2023 08:14	PFN - intimar credor hipotecário	Petição (outras)
4058300.28236677	18/09/2023 20:26	Petição de Juntada - Habilitação e Escritura Pública	Petição (3º Interessado)

4058300.28236679	18/09/2023 20:26	PETICAO BEATRIZ JFPE	Documento de Comprovação
4058300.28236680	18/09/2023 20:26	PROCURACAO BEATRIZ	Documento de Comprovação
4058300.28236681	18/09/2023 20:26	ESCRITURA PUBLICA DE CESSAO DE DIREITOS - BEATRIZ ANDRE	Documento de Comprovação
4058300.28499002	10/10/2023 13:52	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.28499047	10/10/2023 13:52	Intimação	Expediente
4058300.28729952	31/10/2023 08:16	PFN	Manifestação
4058300.28937432	21/11/2023 11:59	Traslado das peças dos Embargos de 3º 0812609-34.2020.4.05.8300 (homologou o reconhecimento da procedência do pedido)	Certidão
4058300.28937433	21/11/2023 11:59	Peças Julgamento Embargos de Terceiro 0812609-34.2020.4.05.8300	Documento de Comprovação
4058300.29001999	27/11/2023 13:54	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.29002021	27/11/2023 13:54	Intimação	Expediente
4058300.29372520	08/01/2024 10:04	PFN- Manifestação	Cota
4058300.29747866	19/02/2024 11:18	Decisão	Decisão
4058300.29999605	08/03/2024 09:32	Ofício	Expediente
4058300.30000136	08/03/2024 09:46	ofício enviado por email conf id final 28108646	Certidão
4058300.30132228	18/03/2024 15:43	Juntada Malote Digital	Certidão
4058300.30132229	18/03/2024 15:43	Juntada Malote Digital	Documento de Comprovação
4058300.30318363	04/04/2024 08:53	Juntada Banco do Brasil - Of. resposta	Certidão
4058300.30318364	04/04/2024 08:53	0009959-86.2016. Banco do Brasil - Of. resposta	Documento de Comprovação
4058300.30407146	11/04/2024 19:44	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.30407147	11/04/2024 19:44	Intimação	Expediente
4058300.30622636	29/04/2024 15:46	PFN- Manifestação	Cota
4058300.30652827	01/05/2024 21:44	Sobrestamento por 1 ano	Atos Eletrônicos
4058300.30652828	01/05/2024 21:44	Intimação de Sobrestamento por 1 ano	Intimação Atos Eletrônicos
4058300.30784434	12/05/2024 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.30784435	12/05/2024 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.32916908	13/11/2024 16:01	Pedido - COMPREI	Petição (outras)
4058300.32916909	13/11/2024 16:01	Retorno - reavaliação - coproprietário	Documento de Comprovação
4058300.32916912	13/11/2024 16:01	RELATÓRIO DO BEM	Documento de Comprovação
4058300.33306588	18/12/2024 22:52	Decisão	Decisão
4058300.33348343	18/12/2024 22:52	Intimação	Expediente
4058300.33348344	18/12/2024 22:52	Intimação	Expediente
4058300.33441481	29/12/2024 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.34376254	13/03/2025 09:06	Mandado	Expediente
4058300.34697403	31/03/2025 15:39	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico

4058300.3469740 4	31/03/2025 15:39	ABREU GONÇALVES CONSTRUÇOES-Waldir Abreu Gonçalves-Auto de Reavaliação	Documento de Comprovação
4058300.3469740 8	31/03/2025 15:39	ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES- Waldir Abreu Gonçalves- Laudo de Reavaliaçao	Documento de Comprovação
4058300.3469743 8	31/03/2025 15:39	ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES- Waldir Abreu Gonçalves - Fotos do Edificio compressed	Documento de Comprovação
4058300.3469744 0	31/03/2025 15:39	ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES- Waldir Abreu Gonçalves- Fotos 01 do Aptº 701 compressed	Documento de Comprovação
4058300.3469744 3	31/03/2025 15:39	ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES- Waldir Abreu Gonçalves- Fotos 02 do Aptº 701 compressed	Documento de Comprovação
4058300.3469744 5	31/03/2025 15:39	ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES- Waldir Abreu Gonçalves- Lig e WA (2)	Documento de Comprovação
4058300.3471182 3	01/04/2025 00:11	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.3471183 0	01/04/2025 00:11	Intimação	Expediente
4058300.3484922 9	10/04/2025 07:24	FN - Sobrestamento	Manifestação

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO

Outros participantes
SEM REGISTROS

TERMO DE MIGRAÇÃO DE PROCESSO FÍSICO

Em cumprimento à Resolução Pleno nº 3, de 21 de março de 2018, procedo à inclusão do presente feito no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, assegurando a conformidade da digitalização do processo físico às seguintes determinações da referida Resolução:

- utilização de funcionalidade específica para inserção das peças processuais digitalizadas;
- migração dos dados de autuação (número de registro do sistema físico, data de distribuição na Justiça Federal, etc.) e de movimentação;
- digitalização na íntegra do processo (exceto as execuções fiscais, de acordo com o Art. 5º, §1º da mencionada Resolução) ;
- compartimentação dos documentos conforme Anexo I da Resolução;
- cumprimento das regras de segredo do processo e do sigilo do documento, quando for o caso;
- verificação de não se tratar de nenhum dos casos previstos no art. 5o da Resolução;
- intimação dos advogados no processo físico acerca da digitalização dos autos e da necessidade de cadastramento no PJe, quando não houver nenhum advogado habilitado no sistema;
- confirmação da unidade de Tecnologia da Informação competente de que há recursos de armazenamento suficientes para acomodar os feitos que serão incluídos no sistema PJe.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
Seção de Distribuição

SUMÁRIO DE PEÇAS E ATOS PROCESSUAIS
(Resolução nº. 5, de 16 de abril de 1997 – TRF da 5ª Região)

PRIMEIRA INSTÂNCIA

ITEM	ATO PROCESSUAL	FLS
01	Despacho Inicial	
02	Concessão de Liminar (ou Tutela)	
03	Litisconsorte	
04	Informações	
05	Contestação(ões)	
06	Réplica	
07	Parecer do MPF	
08	Sentença	
09	Apelação	
10	Contra-razões	
11	Despacho para subida dos autos	
12		
13		
14		

SEGUNDA INSTÂNCIA

ITEM	ATO PROCESSUAL	FLS
01	Parecer	
02	Pauta de Julgamentos	
03	Pedido de Vista pelo Juiz	
04	Retirada de Pauta	
05	Sobrestado	
06	Relatório	
07	Voto	
08	Voto-vista	
09	Acórdão	
10	Embargos Infringentes	
11	Recurso Especial	
12	Recurso Extraordinário	
13		
14		

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Pernambuco

Emitido em 22/08/2016 16:04

Termo de Autuação

Recife, 22 de agosto de 2016, nesta Secretaria da 33a. VARA FEDERAL autuo os documentos adiante, em _____ folha(s), com 0 apenso(s), na seguinte conformidade:

	Processo.....:	0009959-86.2016.4.05.8300
	Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1.	Data do Protocolo.....:	21/07/2016 14:22:00
2.	Número de volumes.....:	1
3.	Nro. do processo adm....:	104180 401742/2015-41
4.	Valor de execução.....:	R$ 906.382,19
5.	Observações.....:	
6.	Vara.....:	33a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto
7.	Tipo de distribuição.....:	Distribuição - Ordinária
8.	Data/Hora distribuição....:	22/08/2016 15:59
9.	Distr. lançada por.....:	Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti
10.	Usuário ult. alteração....:	Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti
11.	Data última alteração....:	22/08/2016 15:59
12.	Processo Prevento.....:	
13.	Nro. inscrição C.D.A.....:	40 2 16 000312-38 40 2 16 000624-60 40 4 16 000147-02 40 6 16 008657-90 40 6 16 008658-71 40 6 16 009280-32 40 6 16 009281-13 40 7 16 000544-55 40 7 16 000736-70

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1-EXEQUENTE	FAZENDA NACIONAL	
3-PROCURADOR	CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS	
2-EXECUTADO	ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
001 / 002

03

JUÍZO DA SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Justiça Federal - PE
0009959-86.2016.4.05.8300

JFPE

21JUL1614:22 510102447

A **União** , CNPJ-00394460/0216-53, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, COM FUNDAMENTO NA LEI 6.830/80, VEM PROPOR EM FACE DE **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA** , inscrita(o) no **Cadastro De Pessoas Jurídicas** sob o n. **07292504/0001-71** , domiciliada(o) na **AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) seguinte(s) certidão(ões) de Inscrição em Dívida Ativa, que integra(m) a presente petição inicial:

N. DO PROCESSO ADM.	N. DA INSCRIÇÃO	VALOR ATUALIZADO
10480 401742/2015-41	40 2 16 000312-38	R$ 318.028,66
18208 071804/2011-93	40 2 16 000624-60	R$ 40.725,54
10480 401742/2015-41	40 4 16 000147-02	R$ 89.410,11
10480 401742/2015-41	40 6 16 008657-90	R$ 117.753,18
10480 401742/2015-41	40 6 16 008658-71	R$ 143.417,26
18208 071804/2011-93	40 6 16 009280-32	R$ 38.311,39
18208 071804/2011-93	40 6 16 009281-13	R$ 108.646,41
10480 401742/2015-41	40 7 16 000544-55	R$ 25.983,97
18208 071804/2011-93	40 7 16 000736-70	R$ 24.105,67

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

4 0 0 0 1 6 9 0 3 3 5 4

0411765 00118/00232

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

Para tanto, requer-se na forma do art. 8 da Lei 6.830/80, e art. 172 parágrafo 2, do Código de Processo Civil:
1. A citação da(o) Executada(O), pelo correio, com Aviso de Recepção(AR), para pagar, no prazo legal, as dívidas inscritas, devidamente atualizadas, acrescidas de juros, encargos previstos no Decreto-Lei n. 1.025/69, alterado pelo Decreto-Lei n. 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens livres e desembaraçados para garantir a execução em consonância que a legislação em vigor, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados tantos bens quanto bastem a plena execução da dívida;
2. Não paga a dívida ou não garantida a execução, a expedição de mandado de penhora e avaliação a recair sobre tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida, inclusive imóveis, nesse caso procedendo-se à intimação do cônjuge e à notificação do cartório de registro competente.
- Dá-se à causa o valor atualizado de **R$*906.382,19********** (***NOVECENTOS E SEIS MIL TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS**********), consoante o disposto no art. 6, parágrafo 4, Lei de Execuções Fiscais, que corresponde ao(s) valor(es) consolidado(s) da(s) dívida(s).

Pede deferimento.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

4 0 0 0 1 6 9 0 3 3 5 4

0411766 00119/00232

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00001 / 00005

05

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 2 16 000312-38** , da série **IRPJ/2016** desde, **12/04/2016**

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
CPF/CNPJ: **07292504/0001-71**
End: **ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10480 401742/2015-41	**R$ 224.964,30**	**UFIR 211.412,72**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A divida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

0411767 00120/00232

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 2 16 000312-38**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2013/2014	**IMPOSTO**	**31/07/2014**	**01/08/2014**	**01/08/2014**	**R$ 43.847,10** **UFIR 41.205,80**

fundamentação legal

ART 27 E PARS DL 5844/43; ART 25 L 8981/95; ARTS 1 E 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3, ART 15 (C/ ALT ART 9 L 12973/14) L 9249/95; ARTS 1 E PARS, 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7, ART 25 E INCS (C/ ALT ART 6 L 12973/14), E ARTS 51, 53, 54 (C/ ALT ART 6 L 12973/14), 55, 57, 60 E 7 0 PAR 3 E INC III L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 13 (C/ALT ART 46 L 10637/02) L 9718/98; ART 2 L 9779/99; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ART 4 L 9981/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-3 5; ART 7 E PAR 3 L 10637/02; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 16 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 2 16 000312-38

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 8.769,42** **UFIR 8.241,16**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

08

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 2 16 000312-38**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**IMPOSTO**	**31/10/2014**	**03/11/2014**	**03/11/2014**	**R$ 143.623,15** **UFIR 134.971,47**

fundamentação legal

ART 27 E PARS DL 5844/43; ART 25 L 8981/95; ARTS 1 E 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3, ART 15 (C/ ALT ART 9 L 12973/14) L 9249/95; ARTS 1 E PARS, 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7, ART 25 E INCS (C/ ALT ART 6 L 12973/14), E ARTS 51, 53, 54 (C/ ALT ART 6 L 12973/14), 55, 57, 60 E 70 PAR 3 E INC III L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 13 (C/ALT ART 46 L 10637/02) L 9718/98; ART 2 L 9779/99; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ART 4 L 9981/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 7 E PAR 3 L 10637/02; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 16 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 2 16 000312-38**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 28.724,63** **UFIR 26.994,29**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 2 16 000624-60** , da série **IRPJ/2016** desde, **12/04/2016**

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
CPF/CNPJ: **07292504/0001-71**
End: **ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18208 071804/2011-93	**R$ 19.983,72**	**UFIR 18.779,90**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A divida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 2 16 000624-60**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2006/2007	**IMPOSTO**	**31/01/2008**	**01/02/2008**	**01/02/2008**	**R$ 8.269,16** **UFIR 7.771,03**

fundamentação legal

ART 27 E PARS DL 5844/43; ART 25 L 8981/95; ARTS 1 E 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3 L 9249/95; ARTS 1, 4, 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7, ART 22 PAR 3, ART 25 E INCS, E ARTS 51, 53 , 54, 55, 60 E 70 PAR 3 E INC III L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 2 L 9779/99; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 L 10637/02.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 2 16 000624-60

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da divida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2006/2007	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.653,83** **UFIR 1.554,20**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 2 16 000624-60**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**IMPOSTO**	**30/04/2008**	**02/05/2008**	**02/05/2008**	**R$ 4.556,93** **UFIR 4.282,42**

fundamentação legal

ART 27 E PARS DL 5844/43; ART 25 L 8981/95; ARTS 1 E 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3 L 9249/95; ARTS 1, 4, 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7, ART 22 PAR 3, ART 25 E INCS, E ARTS 51, 53 , 54, 55, 60 E 70 PAR 3 E INC III L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 2 L 9779/99; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 L 10637/02.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 2 16 000624-60

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 911,38** **UFIR 856,48**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

15

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 2 16 000624-60**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**IMPOSTO**	**31/07/2008**	**01/08/2008**	**01/08/2008**	**R$ 1.410,65** **UFIR 1.325,67**

fundamentação legal

ART 27 E PARS DL 5844/43; ART 25 L 8981/95; ARTS 1 E 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3 L 9249/95; ARTS 1, 4, 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7, ART 22 PAR 3, ART 25 E INCS, E ARTS 51, 53 , 54, 55, 60 E 70 PAR 3 E INC III L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 2 L 9779/99; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 L 10637/02.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

16

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 2 16 000624-60

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 282,13** **UFIR 265,13**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 2 16 000624-60**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**IMPOSTO**	**31/10/2008**	**03/11/2008**	**03/11/2008**	**R$ 2.416,37** **UFIR 2.270,81**

fundamentação legal

ART 27 E PARS DL 5844/43; ART 25 L 8981/95; ARTS 1 E 3 E PARS 1, 2 (C/ALT ART 4 L 9430/96) E 3 L 9249/95; ARTS 1, 4, 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7, ART 22 PAR 3, ART 25 E INCS, E ARTS 51, 53 , 54, 55, 60 E 70 PAR 3 E INC III L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 2 L 9779/99; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 L 10637/02.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

18

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 2 16 000624-60**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 483,27** **UFIR 454,16**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 4 16 000147-02** , da série **TD/2016** desde, **12/04/2016**

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
CPF/CNPJ: **07292504/0001-71**
End: **ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10480 401742/2015-41	**R$ 63.236,27**	**UFIR 59.426,99**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A divida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem	nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**18/07/2014**	**21/07/2014**	**01/08/2014**	**R$ 1.184,93** **UFIR 1.113,55**

fundamentação legal

ART 1 L 9249/95; ART 7 E INCS E PARS (C/ALTS ART 55 L 12715/12; ART 13 L 12844/13; ART 5 L 12995 /14) E ART 9 E INCS I E III L 12546/11; ART 1 PAR 3 L 12402/11 INCLUIDO P/ART 15 L12995/14.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 4 16 000147-02

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 236,98** **UFIR 222,71**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem	nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUICAO**	**20/08/2014**	**21/08/2014**	**01/09/2014**	**R$ 17.029,22** **UFIR 16.003,40**

fundamentação legal

ART 1 L 9249/95; ART 7 E INCS E PARS (C/ALTS ART 55 L 12715/12; ART 13 L 12844/13; ART 5 L 12995 /14) E ART 9 E INCS I E III L 12546/11; ART 1 PAR 3 L 12402/11 INCLUIDO P/ART 15 L12995/14.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 3.405,84** **UFIR 3.200,68**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem	nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**19/09/2014**	**22/09/2014**	**01/10/2014**	**R$ 14.851,22** **UFIR 13.956,60**

fundamentação legal

ART 1 L 9249/95; ART 7 E INCS E PARS (C/ALTS ART 55 L 12715/12; ART 13 L 12844/13; ART 5 L 12995 /14) E ART 9 E INCS I E III L 12546/11; ART 1 PAR 3 L 12402/11 INCLUIDO P/ART 15 L12995/14.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.970,24** **UFIR 2.791,32**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem	nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**20/10/2014**	**21/10/2014**	**03/11/2014**	**R$ 4.736,37** **UFIR 4.451,05**

fundamentação legal

ART 1 L 9249/95; ART 7 E INCS E PARS (C/ALTS ART 55 L 12715/12; ART 13 L 12844/13; ART 5 L 12995 /14) E ART 9 E INCS I E III L 12546/11; ART 1 PAR 3 L 12402/11 INCLUIDO P/ART 15 L12995/14.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 4 16 000147-02

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 947,27** **UFIR 890,21**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem	nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**20/11/2014**	**21/11/2014**	**01/12/2014**	**R$ 13.713,41** **UFIR 12.887,33**

fundamentação legal

ART 1 L 9249/95; ART 7 E INCS E PARS (C/ALTS ART 55 L 12715/12; ART 13 L 12844/13; ART 5 L 12995 /14) E ART 9 E INCS I E III L 12546/11; ART 1 PAR 3 L 12402/11 INCLUIDO P/ART 15 L12995/14.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 4 16 000147-02

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.742,68** **UFIR 2.577,46**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

30

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem	nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**19/12/2014**	**22/12/2014**	**02/01/2015**	**R$ 587,73** **UFIR 552,32**

fundamentação legal

ART 1 L 9249/95; ART 7 (C/ALT ART 50 L 13043/14) E INCS (C/ALTS ART 55 L 12715/12 E ART 13 L 128 44/13) E PARS (C/ALTS ART 55 L 12715/12, ART 13 L 12844/13 E ART 5 L 12995/14) E ART 9 E INCS I E III L 12546/11; ART 1 PAR 3 (C/ALT ART 15 L12995/14) L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 117,54** **UFIR 110,46**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

32

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 4 16 000147-02**

origem	nº da decl./notif.
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**20/01/2015**	**21/01/2015**	**02/02/2015**	**R$ 594,04** **UFIR 558,25**

fundamentação legal

ART 1 L 9249/95; ART 7 (C/ALT ART 50 L 13043/14) E INCS (C/ALTS ART 55 L 12715/12 E ART 13 L 12844/13) E PARS (C/ALTS ART 55 L 12715/12, ART 13 L 12844/13 E ART 5 L 12995/14) E ART 9 E INCS I E III L 12546/11; ART 1 PAR 3 (C/ALT ART 15 L12995/14) L 12402/11.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

33

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 4 16 000147-02

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 118,80** **UFIR 111,65**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 6 16 008657-90** , da série **DO/2016** desde, **12/04/2016**

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
CPF/CNPJ: **07292504/0001-71**
End: **ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10480 401742/2015-41	**R$ 83.301,67**	**UFIR 78.283,69**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

35

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008657-90**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUICAO**	**31/07/2014**	**01/08/2014**	**01/08/2014**	**R$ 15.956,98** **UFIR 14.995,75**

fundamentação legal

ARTS 1, 3 (C/ALT ART 17 L 11727/08) E 4 L 7689/88; ART 25 COMB C/ART 57 (C/ALT ART 1 L 9065/95) L 8981/95; ARTS 1, 20 (C/ALT ART 9 L 12973/14) L 9249/95; ART 1, ART 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7 COMB C/ART 28 (C/ALT ART 49 L 12715/12), ART 29 E INCS (C/ ALT ART 6 L 12973/14), ART 55 E ART 60 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 L 10637/02; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 50 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00003 / 00005

36

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 6 16 008657-90

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 3.191,39** **UFIR 2.999,15**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008657-90**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2013/2014	**CONTRIBUICAO**	**31/10/2014**	**03/11/2014**	**03/11/2014**	**R$ 53.461,09** **UFIR 50.240,66**

fundamentação legal

ARTS 1, 3 (C/ALT ART 17 L 11727/08) E 4 L 7689/88; ART 25 COMB C/ART 57 (C/ALT ART 1 L 9065/95) L 8981/95; ARTS 1, 20 (C/ALT ART 9 L 12973/14) L 9249/95; ART 1, ART 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 P AR 7 COMB C/ART 28 (C/ALT ART 49 L 12715/12), ART 29 E INCS (C/ ALT ART 6 L 12973/14), ART 55 E ART 60 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 L 10637/02; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 50 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

38

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008657-90**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 10.692,21** **UFIR 10.048,13**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 6 16 008658-71** , da série **DO/2016** desde, **12/04/2016**

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
CPF/CNPJ: **07292504/0001-71**
End: **ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10480 401742/2015-41	**R$ 101.189,31**	**UFIR 95.093,77**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**25/06/2014**	**26/06/2014**	**01/07/2014**	**R$ 2.647,07** **UFIR 2.487,61**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART S 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14), 8 E 8-A (INCLUIDO P/ART 19 L 12873/13) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ART 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09); ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INC S (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/ALT ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58 -A E PAR UN E 58-I (INCLUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DE C 6073/07 E DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMB C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 529,41** **UFIR 497,52**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUICAO**	**25/07/2014**	**28/07/2014**	**01/08/2014**	**R$ 8.020,83** **UFIR 7.537,66**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14), 8 E 8-A (INCLUIDO P/ART 19 L 12873/13) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ART 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09); ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/ALT ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DEC 6073/07 E DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMB C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00005 / 00013

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.604,16** **UFIR 1.507,53**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**25/08/2014**	**26/08/2014**	**01/09/2014**	**R$ 26.365,80** **UFIR 24.777,55**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART S 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14), 8 E 8-A (INCLUIDO P/ART 19 L 12873/13) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ART 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09); ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INC S (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/ALT ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58 -A E PAR UN E 58-I (INCLUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DE C 6073/07 E DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMB C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 5.273,16** **UFIR 4.955,51**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**25/09/2014**	**26/09/2014**	**01/10/2014**	**R$ 21.391,56** **UFIR 20.102,96**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART S 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14), 8 E 8-A (INCLUIDO P/ART 19 L 12873/13) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ART 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09); ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/ALT ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DEC 6073/07 E DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMB C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 6 16 008658-71

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 4.278,31** **UFIR 4.020,59**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

48

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**24/10/2014**	**27/10/2014**	**03/11/2014**	**R$ 6.214,53** **UFIR 5.840,17**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART S 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14), 8 E 8-A (INCLUIDO P/ART 19 L 12873/13) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ART 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09); ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/ALT ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DEC 6073/07 E DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMB C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 6 16 008658-71

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.242,90** **UFIR 1.168,03**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

50

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC AO**	**25/11/2014**	**26/11/2014**	**01/12/2014**	**R$ 19.684,65** **UFIR 18.498,87**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ART S 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14), 8 E 8-A (INCLUIDO P/ART 19 L 12873/13) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ART 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09); ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51 (C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/ALT ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DEC 6073/07 E DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMB C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 6 16 008658-71**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 3.936,93** **UFIR 3.699,77**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00001 / 00009

52

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 6 16 009280-32** , da série **DO/2016** desde, **12/04/2016**

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
CPF/CNPJ: **07292504/0001-71**
End: **ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18208 071804/2011-93	**R$ 18.863,70**	**UFIR 17.727,34**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

0411814 00167/00232

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00002 / 00009

53

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009280-32**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2006/2007	**CONTRIBUICAO**	**31/01/2008**	**01/02/2008**	**01/02/2008**	**R$ 5.819,96** **UFIR 5.469,37**

fundamentação legal

ARTS 1 E 4 L 7689/88; ART 25 COMB C/ART 57 (C/ALT ART 1 L 9065/95) L 8981/95; ART 1 L 9249/95; ARTS 1 E 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7 E ART 22 PAR 3 COMBS C/ ART 28, ARTS 29 E INCS, 55 E 60 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 E ART 37 L 10637/02.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

54
pw

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 6 16 009280-32

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2006/2007	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.163,99** **UFIR 1.093,87**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00004 / 00009

55

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009280-32**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC AO**	**30/04/2008**	**02/05/2008**	**02/05/2008**	**R$ 4.755,16** **UFIR 4.468,71**

fundamentação legal

ARTS 1 E 4 L 7689/88; ART 25 COMB C/ART 57 (C/ALT ART 1 L 9065/95) L 8981/95; ART 1 L 9249/95; A RTS 1 E 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7 E ART 22 PAR 3 COMBS C/ ART 28, ARTS 29 E INCS, 55 E 60 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PARS E 35 E PAR UN MP 2158/01-3 5; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 E ART 37 L 10637/02.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00005 / 00009

56

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009280-32**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 951,03** **UFIR 893,74**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

57

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009280-32**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC AO**	**31/07/2008**	**01/08/2008**	**01/08/2008**	**R$ 2.419,64** **UFIR 2.273,88**

fundamentação legal

ARTS 1, 3 (C/ALT ART 17 L 11727/08) E 4 L 7689/88; ART 25 COMB C/ART 57 (C/ALT ART 1 L 9065/95) L 8981/95; ART 1 L 9249/95; ARTS 1 E 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7 E ART 22 PAR 3 COMBS C/ART 28, ARTS 29 E INCS, 55 E 60 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PAR S E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 L 10637/02

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – QUINTA REGIAO

58

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009280-32**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 483,92** **UFIR 454,77**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00008 / 00009

59

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009280-32**

origem	nº da decl./notif.
LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUICAO**	**31/10/2008**	**03/11/2008**	**03/11/2008**	**R$ 2.725,00** **UFIR 2.560,84**

fundamentação legal

ARTS 1, 3 (C/ALT ART 17 L 11727/08) E 4 L 7689/88; ART 25 COMB C/ART 57 (C/ALT ART 1 L 9065/95) L 8981/95; ART 1 L 9249/95; ARTS 1 E 5 E PARS 1, 2 E 4, ART 19 PAR 7 E ART 22 PAR 3 COMBS C/ART 28, ARTS 29 E INCS, 55 E 60 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ART 4 E PAR UN L 9964/00; ARTS 30 E PAR S E 35 E PAR UN MP 2158/01-35; ART 4 L 9981/00; ART 7 E PAR 3 L 10637/02

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

60

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 6 16 009280-32

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA . 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 545,00** **UFIR 512,16**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00001 / 00025

61

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 6 16 009281-13** , da série **DO/2016** desde, **12/04/2016**

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
CPF/CNPJ: **07292504/0001-71**
End: **ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18208 071804/2011-93	**R$ 53.636,83**	**UFIR 50.405,74**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

67

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2006/2007	**CONTRIBUIC AO**	**20/12/2007**	**21/12/2007**	**02/01/2008**	**R$ 359,26** **UFIR 337,61**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00003 / 00025

63

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2006/2007	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 71,85** **UFIR 67,52**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

64

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 12.871,18
2006/2007	**CONTRIBUIC AO**	**18/01/2008**	**21/01/2008**	**01/02/2008**	**UFIR 12.095,83**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00005 / 00025

65

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 6 16 009281-13

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2006/2007	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 2.574,23** **UFIR 2.419,16**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

66

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da divida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC AO**	**20/02/2008**	**21/02/2008**	**03/03/2008**	**R$ 1.861,24** **UFIR 1.749,12**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

67

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 6 16 009281-13

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 372,24** **UFIR 349,82**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

68

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2007/2008	**CONTRIBUICAO**	**20/03/2008**	**24/03/2008**	**01/04/2008**	**R$ 4.222,76** **UFIR 3.968,38**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 6 16 009281-13

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 844,55** **UFIR 793,67**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC AO**	**18/04/2008**	**22/04/2008**	**02/05/2008**	**R$ 6.277,27** **UFIR 5.899,13**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

71

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 6 16 009281-13

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.255,45** **UFIR 1.179,82**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2007/2008	**CONTRIBUIC AO**	**20/05/2008**	**21/05/2008**	**02/06/2008**	**R$ 757,92** **UFIR 712,26**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

13

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 6 16 009281-13

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 151,58** **UFIR 142,45**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC AO**	**20/06/2008**	**23/06/2008**	**01/07/2008**	**R$ 2.565,62** **UFIR 2.411,07**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 513,12** **UFIR 482,21**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

16

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUICAO**	**18/07/2008**	**21/07/2008**	**01/08/2008**	**R$ 2.048,01** **UFIR 1.924,64**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

17
pm

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 409,60** **UFIR 384,92**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

78

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC AO**	**20/08/2008**	**21/08/2008**	**01/09/2008**	**R$ 4.563,05** **UFIR 4.288,17**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 912,61** **UFIR 857,63**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

80

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUICAO**	**19/09/2008**	**22/09/2008**	**01/10/2008**	**R$ 1.750,19** **UFIR 1.644,76**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 350,03** **UFIR 328,95**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

82

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC AO**	**20/10/2008**	**21/10/2008**	**03/11/2008**	**R$ 657,29** **UFIR 617,69**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9 430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/A LT ART 7 L 11488/07), ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/A LT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

83

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 131,45** **UFIR 123,53**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2007/2008	**CONTRIBUICAO**	**25/11/2008**	**26/11/2008**	**01/12/2008**	**R$ 6.763,61** **UFIR 6.356,17**

fundamentação legal

ARTS 1, 2 E 3 (C/ALT ART 62 L 11196/05) LC 70/91; ART 1 L 9249/95; ARTS 56 E PAR UN, 60 E 66 L 9430/96; ARTS 53 E 69 L 9532/97; ARTS 2, 3 E PARS 1 E 3, ARTS 7 E PAR UN E 8 L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ART 18 (C/ALT ART 1 MP 447/08 COMB C/ART 62 MP 449/08); ARTS 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ART 35 L 10637/02; ART 18 L 10684/03; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E C/ALT ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ART 29 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00025 / 00025

85

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 6 16 009281-13**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.352,72** **UFIR 1.271,23**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 7 16 000544-55** , da série **PIS/2016** desde, **12/04/2016**

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
CPF/CNPJ: **07292504/0001-71**
End: **ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10480 401742/2015-41	**R$ 18.376,35**	**UFIR 17.269,36**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A dívida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

87

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 7 16 000544-55**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/08/2014**	**26/08/2014**	**01/09/2014**	**R$ 5.067,30** **UFIR 4.762,05**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ARTS 2 E INC I, 3, 5 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) E 8 INC I L 9715/98; ARTS 2 E 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51(C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DEC 6073/07 DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

88

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 7 16 000544-55**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 1.013,46** **UFIR 952,41**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 7 16 000544-55**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2013/2014	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/09/2014**	**26/09/2014**	**01/10/2014**	**R$ 4.634,84** **UFIR 4.355,64**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ARTS 2 E INC I, 3, 5 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) E 8 INC I L 9715/98; ARTS 2 E 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51(C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INC LUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DEC 6073/07 DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 7 16 000544-55

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 926,96** **UFIR 871,12**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 7 16 000544-55**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**24/10/2014**	**27/10/2014**	**03/11/2014**	**R$ 1.346,49** **UFIR 1.265,37**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ARTS 2 E INC I, 3, 5 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) E 8 INC I L 9715/98; ARTS 2 E 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51(C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INC LUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DEC 6073/07 DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 7 16 000544-55

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 269,29** **UFIR 253,07**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 401742/2015-41	**40 7 16 000544-55**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/11/2014**	**26/11/2014**	**01/12/2014**	**R$ 4.265,01** **UFIR 4.008,09**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 60 E 66 L 9430/96; ART 69 L 9532/97; ARTS 2 E INC I, 3, 5 (COMB C/ART 62 L 11196/05 (C/ALT ART 5 L 12024/09)) E 8 INC I L 9715/98; ARTS 2 E 3 (C/ALT ART 52 COMB C/ART 75 L 12973/14) L 9718/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 3 L 12839/13) INC I (C/ALT ART 34 L 10865/04) AL"A" (INCLUIDA P/ ART 34 L 10865/04) E "B" (C/ALT ART 3 L 12839/13) E INC II L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 1 L 11933/09), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 (C/ALT ART 103 L 12973/14) E PAR 3 E ARTS 3 E 5 (C/ALTS ART 36 L 10865/04) L 10485/02; ART 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), ART 51(C/ALT ART 36 L 11727/08) E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR 1 (C/ALT ART 25 L 11051/04) E ARTS 58-A E PAR UN E 58-I (INCLUIDO P/ART 32 L 11727/08) L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 (C/ALT DEC 6073/07 DEC 7455/11) E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 36 L 11727/08; ART 29 L 10865/04; ART 1 E PARS L 12402/11; ART 69 PAR 2 L 12973/14.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 401742/2015-41

Nº de Inscrição
40 7 16 000544-55

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2013/2014	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 853,00** **UFIR 801,61**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

05

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 7 16 000736-70** , da série **PIS/2016** desde, **12/04/2016**

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
CPF/CNPJ: **07292504/0001-71**
End: **ANTONIO TORRES GALVAO 254, IMBIRIBEIRA, RECIFE, CEP 51160-330**

É devedor da Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**

N. do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
18208 071804/2011-93	**R$ 11.896,03**	**UFIR 11.179,34**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS
EM ANEXO

A divida em apreço foi inscrita à vista dos elementos constantes de processo ou expediente protocolizado no Ministério da Fazenda sob número acima indicado, e está sujeita, até a sua efetiva liquidação, à correção monetária (DL. 2052/83, art.1 Inciso I, DL. 2284/86, art 41, DL. 2287/86, arts. 12 e 15, modificado pelo DL. 2323/87, arts. 1 e 14, Lei n. 7799/89, alterada pela Lei n. 8383/91, art. 54), aos juros de mora (DL. 2052/83, art. 1, Inciso II, DL. 2323/87, art 16, modificado pelo DL. 2331/87, art. 6, Lei n. 8177/91, art. 9, Lei n. 8218/91, art. 3 e 30, Lei n. 8383/91, art. 54 parágrafos 1 e 2, Lei n. 8981/95, art. 84,I e parágrafo 8 (redação da MP 1110/95 art. 16 e reedições); Lei N. 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições, excetuada, quanto aos juros, a parcela relativa à multa de mora, além do encargo de 20% (vinte por cento), previsto no DL. 2952/83, art. 1, Inciso IV, Lei n. 7799/89, art. 64 parágrafo 2 Lei n. 8383/91, art. 57 parágrafo 2.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

06

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem
RECEITA OPERACIONAL

nº da decl./notif.
00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2006/2007	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**18/01/2008**	**21/01/2008**	**01/02/2008**	**R$ 3.095,52** **UFIR 2.909,04**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2006/2007	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 619,10** **UFIR 581,80**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**20/02/2008**	**21/02/2008**	**03/03/2008**	**R$ 403,27** **UFIR 378,97**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

09

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 80,65** **UFIR 75,79**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

Folha
00006 / 00023

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**000000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**20/03/2008**	**24/03/2008**	**01/04/2008**	**R$ 914,94** **UFIR 859,82**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 182,98** **UFIR 171,96**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

102
Pm

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem
RECEITA OPERACIONAL

nº da decl./notif.
000000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**18/04/2008**	**22/04/2008**	**02/05/2008**	**R$ 1.360,07** **UFIR 1.278,14**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PA R UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 1 0865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 496 5/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865 /04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 45 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 114 88/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

103

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da divida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 272,01** **UFIR 255,62**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**20/05/2008**	**21/05/2008**	**02/06/2008**	**R$ 164,22** **UFIR 154,32**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

105

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 32,84** **UFIR 30,86**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem
RECEITA OPERACIONAL

nº da decl./notif.
00000000000000000

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**20/06/2008**	**23/06/2008**	**01/07/2008**	**R$ 555,89** **UFIR 522,40**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PA R UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PA C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 1 0865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 496 5/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865 /04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 114 88/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 111,17** **UFIR 104,48**

fundamentação legal

ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

108

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**18/07/2008**	**21/07/2008**	**01/08/2008**	**R$ 443,75** **UFIR 417,01**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 88,75** **UFIR 83,40**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**20/08/2008**	**21/08/2008**	**01/09/2008**	**R$ 988,65** **UFIR 929,09**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 E C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da divida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 197,73** **UFIR 185,81**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**19/09/2008**	**22/09/2008**	**01/10/2008**	**R$ 379,21** **UFIR 356,36**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

113

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 75,84** **UFIR 71,27**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**20/10/2008**	**21/10/2008**	**03/11/2008**	**R$ 142,42** **UFIR 133,84**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 7 L 11488/07), 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

MS
Pm

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 28,48** **UFIR 26,76**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA – ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
18208 071804/2011-93	**40 7 16 000736-70**

origem	nº da decl./notif.
RECEITA OPERACIONAL	**00000000000000000**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**CONTRIBUIC PIS/PASEP**	**25/11/2008**	**26/11/2008**	**01/12/2008**	**R$ 1.465,45** **UFIR 1.377,17**

fundamentação legal

ARTS 1 E 3 AL "B" LC 07/70; ART 1 L 9249/95; ARTS 2 E INC I, 3 (C/ALT ART 3 PAR 1 L 9718/98), 5 (C/ALT ART 62 L 11196/05) E 8 INC I L 9715/98; ART 4 L 9981/00; ART 1 (C/ALT ART 1 L 10548/02) E INCS (C/ALT ART 34 L 10865/04) L 10147/00; ARTS 18 (C/ALT ART 1 MP 447/08 COMB C/ART 62 MP 449/08); 30 E PARS, 35 E PAR UN E 81 MP 2158/01-35; ART 1 E PAR 3, ARTS 3 E 5 L 10485/02 C/ALT ART 36 L 10865/04; ARTS 25 (C/ALT ART 21 L 10865/04), 49 (C/ALT ART 21 L 10865/04) E PAR 2, ARTS 51 E INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04 E ART 5 L 10925/04) E PAR UN, 52 INCS (C/ALT ART 21 L 10865/04) E 57 L 10833/03; DEC 4965/04, DEC 5062/04 C/ALT DEC 6073/07 E DEC 5162/04 COMBS C/ART 53 L 10833/03 C/ALT ART 21 L 10865/04; ARTS 29 E 37 L 10865/04; ARTS 49 E 55 L 11196/05; ART 3 PAR 3 E INC II E ART 4 PAR UN L 11488/07.

forma de constituição do crédito	notificação
DECLARACAO	**PESSOAL**

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - QUINTA REGIAO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
18208 071804/2011-93

Nº de Inscrição
40 7 16 000736-70

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da divida	data do vencimento	termo inicial de		valor inscrito
			atualização monetária	juros de mora	
2007/2008	**MULTA MORA 20 P/CENTO**	-	-	-	**R$ 293,09** **UFIR 275,43**

fundamentação legal
ART. 61, PARAGRAFOS 1 E 2, LEI 9.430/96

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 20 DE JUNHO DE 2016

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LIMA DE MORAIS
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL - OAB 20594

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARAUJO MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11378962
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
0411879 00023A00282
19080516021408100000011403466

118

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CONCLUSÃO

Aos 23/08/2016, faço conclusão para **Despacho** dos presentes autos a(o) Dr(a). **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS** do que, para constar, lavrei o presente termo.

SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

DESPACHO

Manifeste-se a exequente, no prazo de até 10 (dez) dias, sobre a eventual ocorrência de decadência/prescrição.

Consigna-se, desde logo, que o pronunciamento da exequente, sob pena de não ser conhecido e de reputar-se consumada a extinção da pretensão executiva, deverá ser específico, por meio do detalhamento das datas relevantes e instruído com a prova documental dos atos/fatos impeditivos ou suspensivos (art. 373, inc.II, do CPC) a qual deverá ser organizada com a expressa indicação do número do documento a que faz menção, segundo a ordem a que foi anexado à cota/petição.

Recife, 23 de agosto de 2016.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal da 33ª Vara/PE

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi os presentes autos do(a) M.M. Juiz(a) Federal da 33ª Vara, do que, para constar, lavrei o presente termo. Recife, 23/08/2016. Eu, , SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO, assino.

JUSTIÇA FEDERAL – 33ª Vara Federal

VISTA / REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente feito à **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**, do que, para constar, lavrei o presente termo. Dou fé. Recife, 29 de agosto de 2016.

CÉSAR CAVALCANTI DANTAS
Téc.Judiciário

Apoio/Defesa/PRFN-5ª R
Siape 06764332
29 AGO 2016

Ciente do Ato Ordinatório/ Despacho/ Decisão.
DEVOLVIDO COM MANIFESTAÇÃO.
Recife, PE 05 SET 2016
Drª. Alexandra Siqueira dos Santos
Procuradora da Fazenda Nacional / PRFN - 5ª Região

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi os presentes autos do

FN

que me foram entregues no estado em que se encontram.

Recife 08 de 09 de 16

Eu, Luciana C.

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos

PET - 52061964

que se segue.

Recife, 08 de 09 de 16

Eu, Luciana C.

assino,

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11378968
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408100000011403472

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL – 5ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

PETIÇÃO Nº /2016 – PRFN 5ª REGIÃO
PROCESSO Nº: 00099598620164058300
EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADO: ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por seu procurador que esta subscreve, em atenção ao despacho de fls. retro, vem, perante Vossa Excelência, pronunciar-se acerca da eventual prescrição/decadência dos créditos em cobrança.

Os fatos relevantes para o esclarecimento das questões relativas à prescrição/decadência estão descritos na tabela abaixo (documentos comprobatórios anexos).

CDA	Período da dívida	Número da Declaração	Constituição do crédito (Entrega da Declaração / ciência do trânsito em julgado adm./ Confissão)	Vencimento	Pedidos de parcelamento/ Rescisão	Ajuizamento da execução
4021600031238 4041600014702 4061600865790 4071600054455	2013/ 2014	-	24/03/2015	31/07/2014 A 20/01/2015	PA Nº 10480401742201541 SIPADE- 24/03/2015 A 08/01/2016	21/07/2016
4021600062460 4061600928032 4061600928113 4071600073670	2006/ 2008		04/11/2009	31/01/2008 A 31/10/2008	PA Nº 18208071804201193 Parcelamento da Lei 11941/09- 04/11/2009 a 20/10/2015	

Com base nos dados acima, verifica-se que os créditos foram constituídos por confissão espontânea do contribuinte, dentro do prazo quinquenal, para adesão aos parcelamentos noticiados.

Dessa forma, não há de se falar em decadência, pois, aplicando-se a regra constante do art. 173, I, do CTN, a constituição dos créditos, ocorreu antes do decurso do prazo decadencial para os créditos em execução.

É certo que o parcelamento é causa suspensiva da exigibilidade, e o reconhecimento inequívoco da dívida, ainda que extrajudicial, interrompe a prescrição na forma do artigo 174, parágrafo único, inciso IV do CTN, logo, não há que se falar em decadência com relação a tais créditos.

A par do expendido, temos que o ajuizamento do feito ocorreu tempestivamente, antes de completado o prazo qüinqüenal de prescrição, contado a partir das datas de rescisão dos parcelamentos, pelo que requer, respeitosamente, o reconhecimento da higidez do crédito exeqüendo.

Nestes termos, requer o prosseguimento do feito, considerando que todas as CDA's objeto da lide encontram-se hígidas. Para tanto, requer a citação do executado e o bloqueio de numerário suficiente à satisfação do débito por meio do sistema BACEN-JUD.

Recife, 5 de setembro de 2016.

Alexandra Siqueira dos Santos
PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL

Imprimir

SERPRO

31/08/2016

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta da Inscrição

Inscrições Localizadas: 9 Inscrições Selecionadas:

Parâmetro de Localização: 0400016903354

Seções Selecionadas: Informações Gerais, Valores, Devedores-PGFN, Devedores-RFB, DEA, Débitos, Pagamentos, Parcelamentos, Execução Fiscal, Ocorrências

A T E N Ç Ã O

OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 1 / 9

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71

Inscrição: 40 2 16 000312-38

Número do Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41

Situação: ATIVA AJUIZADA

Série da Inscrição: IRPJ

Natureza da Dívida: TRIBUTARIA

Data da Inscrição: 12/04/2016

Valor Inscrito: R$ 224.964,30 (UFIR 211.412,72 UFIR)

Receita: 3551 - DIV.ATIVA-IRPJ

Quant. de Débitos: 0002

Quant. Pagamentos: 0000

Quant. de Devedores: 0001

Quant. Parcelamentos: 0000

Valor Remanescente: R$ 224.964,30 (UFIR 211.412,72 UFIR)

Nº Judicial:

Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 0400016903354

Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300

Data de Protocolo: 21/07/2016

Data de Distribuição:

Órgão de Justiça: SECAO JF-RECIFE

Data Falência:

Valor Consolidado: R$ 323.135,36

Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Órgão de Origem:

Nº do Auto de Infração:

Devolução/Arquivamento:

Juízo: 917793 - 33ª VARA FEDERAL - RECIFE

Número do Imóvel (ITR):

Número do Imóvel (RIP):

Data da Extinção:

Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

Motivo da Extinção:
Situação no Protesto:
Bloqueio no Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 187.470,25
Multa:	R$ 37.494,05
Juros de Mora:	R$ 44.315,17
Encargo Legal:	R$ 53.855,89
Valor Total:	R$ 323.135,36

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.MAQ.APAR.ESCR.P/USO COM.TEC.PROF.ETC
Endereço: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4221902 - CONSTRU O DE ESTA ES E REDES DE DISTRIBUI O DE ENERGIA EL TRICA
Endereço: ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: IMPOSTO
Data Vencimento: 31/07/2014 **TIAM:** 01/08/2014 **TI Juros:** 01/08/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015

Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 43.847,10	R$ 43.847,10
	UFIR 41.205,80	UFIR 41.205,80
Origem	**Forma de Constituição**	
202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**

09-PESSOAL 000000000000000000

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 31/10/2014 **TIAM:** 03/11/2014 **TI Juros:** 03/11/2014

P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015

Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 143.623,15	R$ 143.623,15
	UFIR 134.971,47	UFIR 134.971,47
Origem	**Forma de Constituição**	
202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
12/04/2016	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
07/05/2016	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
18/06/2016	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SETOR SECDAU OFICIO E31313/2016
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
20/06/2016	Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
21/07/2016	Ocorrência: AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário: POR IP 10.72.85.213
	Situação: ATIVA AJUIZADA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

SERPRO

31/08/2016

Resultado de Consulta da Inscrição

A T E N Ç Ã O

OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 2 / 9

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71

Inscrição: 40 2 16 000624-60

Número do Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93

Situação: ATIVA AJUIZADA

Série da Inscrição: IRPJ

Natureza da Dívida: TRIBUTARIA

Data da Inscrição: 12/04/2016

Valor Inscrito: R$ 19.983,72 (UFIR 18.779,90 UFIR)

Receita: 3551 - DIV.ATIVA-IRPJ

Quant. de Débitos: 0004

Quant. Pagamentos: 0000

Quant. de Devedores: 0001

Quant. Parcelamentos: 0000

Valor Remanescente: R$ 19.983,72 (UFIR 18.779,90 UFIR)

Nº Judicial:

Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 0400016903354

Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300

Data de Protocolo: 21/07/2016

Data de Distribuição:

Órgão de Justiça: SECAO JF-RECIFE

Data Falência:

Valor Consolidado: R$ 41.179,17

Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Órgão de Origem:

Nº do Auto de Infração:

Devolução/Arquivamento:

Juízo: 917793 - 33ª VARA FEDERAL - RECIFE

Número do Imóvel (ITR):

Número do Imóvel (RIP):

Data da Extinção:

Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

Motivo da Extinção:

Situação no Protesto:

Bloqueio no Ajuizamento:

Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19

INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 16.653,11
Multa:	R$ 3.330,61
Juros de Mora:	R$ 14.332,26
Encargo Legal:	R$ 6.863,19
Valor Total:	R$ 41.179,17

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.MAQ.APAR.ESCR.P/USO COM.TEC.PROF.ETC
Endereço: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4221902 - CONSTRU O DE ESTA ES E REDES DE DISTRIBUI O DE ENERGIA EL TRICA
Endereço: ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 31/01/2008	**TIAM:** 01/02/2008	**TI Juros:** 01/02/2008
P. Apur Base/Ex: 2006/2007		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 8.269,16	R$ 8.269,16
	UFIR 7.771,03	UFIR 7.771,03
Origem	**Forma de Constituição**	
202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 30/04/2008	**TIAM:** 02/05/2008	**TI Juros:** 02/05/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 4.556,93	R$ 4.556,93
UFIR 4.282,42	UFIR 4.282,42

Origem	Forma de Constituição
202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 31/07/2008 **TIAM:** 01/08/2008 **TI Juros:** 01/08/2008

P. Apur Base/Ex: 2007/2008 **Data da Declaração:** 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora	Motivo Alteração	Nrº da Decisão
sem alteração	Nenhum motivo	

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 1.410,65	R$ 1.410,65
UFIR 1.325,67	UFIR 1.325,67

Origem	Forma de Constituição
202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	

Natureza: IMPOSTO

Data Vencimento: 31/10/2008 **TIAM:** 03/11/2008 **TI Juros:** 03/11/2008

P. Apur Base/Ex: 2007/2008 **Data da Declaração:** 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora	Motivo Alteração	Nrº da Decisão
sem alteração	Nenhum motivo	

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 2.416,37	R$ 2.416,37
UFIR 2.270,81	UFIR 2.270,81

Origem	Forma de Constituição
202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
12/04/2016	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
07/05/2016	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
18/06/2016	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU OFICIO E31313/2016
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO

20/06/2016	Ocorrência:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação:	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
21/07/2016	Ocorrência:	AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário:	POR IP 10.72.85.213
	Situação:	ATIVA AJUIZADA

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA **31/08/2016**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta da Inscrição

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 3 / 9

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Inscrição:** 40 4 16 000147-02 **Número do Processo Administrativo:** 10480 401742/2015-41

Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: TD **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 12/04/2016 **Valor Inscrito:** R$ 63.236,27 (UFIR 59.426,99 UFIR)
Receita: 3202 - DIV.ATIVA-CONTR. PREV. RECEITA
Quant. de Débitos: 0007
Quant. Pagamentos: 0000
Quant. de Devedores: 0001
Quant. Parcelamentos: 0000 **Valor Remanescente:** R$ 63.236,27 (UFIR 59.426,99 UFIR)
Nº Judicial: **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 0400016903354
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Data de Protocolo: 21/07/2016
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF-RECIFE
Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 90.845,59
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 917793 - 33ª VARA FEDERAL - RECIFE
Número do Imóvel (ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto:
Bloqueio no Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19

INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 52.696,92
Multa:	R$ 10.539,35
Juros de Mora:	R$ 12.468,39
Encargo Legal:	R$ 15.140,93
Valor Total:	R$ 90.845,59

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.MAQ.APAR.ESCR.P/USO COM.TEC.PROF.ETC
Endereço: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4221902 - CONSTRU O DE ESTA ES E REDES DE DISTRIBUI O DE ENERGIA EL TRICA
Endereço: ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 18/07/2014 **TIAM:** 21/07/2014 **TI Juros:** 01/08/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 1.184,93 R$ 1.184,93
UFIR 1.113,55 UFIR 1.113,55
Origem **Forma de Constituição**
487 - CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 000000000000000000

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 20/08/2014 **TIAM:** 21/08/2014 **TI Juros:** 01/09/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 17.029,22 R$ 17.029,22
UFIR 16.003,40 UFIR 16.003,40

Origem
487 - CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
Forma de Constituição
025 - DECLARACAO
Código da Notificação
09-PESSOAL
Número da Notificação **Data da Notificação**
00000000000000000
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 19/09/2014 **TIAM:** 22/09/2014 **TI Juros:** 01/10/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração
Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 14.851,22 R$ 14.851,22
UFIR 13.956,60 UFIR 13.956,60

Origem
487 - CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
Forma de Constituição
025 - DECLARACAO
Código da Notificação
09-PESSOAL
Número da Notificação **Data da Notificação**
00000000000000000
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 20/10/2014 **TIAM:** 21/10/2014 **TI Juros:** 03/11/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração
Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 4.736,37 R$ 4.736,37
UFIR 4.451,05 UFIR 4.451,05

Origem
487 - CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
Forma de Constituição
025 - DECLARACAO
Código da Notificação
09-PESSOAL
Número da Notificação **Data da Notificação**
00000000000000000
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 20/11/2014 **TIAM:** 21/11/2014 **TI Juros:** 01/12/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração
Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 13.713,41 R$ 13.713,41
UFIR 12.887,33 UFIR 12.887,33

Origem
487 - CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
Forma de Constituição
025 - DECLARACAO
Código da Notificação
09-PESSOAL
Número da Notificação **Data da Notificação**
00000000000000000
Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 19/12/2014 **TIAM:** 22/12/2014 **TI Juros:** 02/01/2015
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração
Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 587,73 R$ 587,73
UFIR 552,32 UFIR 552,32

Origem
487 - CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA
Forma de Constituição
025 - DECLARACAO
Código da Notificação
09-PESSOAL
Número da Notificação **Data da Notificação**
00000000000000000

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 20/01/2015	**TIAM:** 21/01/2015	**TI Juros:** 02/02/2015
P. Apur Base/Ex: 2013/2014		**Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 594,04	R$ 594,04
	UFIR 558,25	UFIR 558,25
Origem	**Forma de Constituição**	
487 - CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
12/04/2016	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
07/05/2016	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
18/06/2016	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SETOR SECDAU OFICIO E31313/2016
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
20/06/2016	Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
21/07/2016	Ocorrência: AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário: POR IP 10.72.85.213
	Situação: ATIVA AJUIZADA

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA **31/08/2016**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta da Inscrição

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 4 / 9

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Inscrição:** 40 6 16 008657-90 **Número do Processo Administrativo:** 10480 401742/2015-41

Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: DO **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 12/04/2016 **Valor Inscrito:** R$ 83.301,67 (UFIR 78.283,69 UFIR)
Receita: 1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Quant. de Débitos: 0002
Quant. Pagamentos: 0000
Quant. de Devedores: 0001
Quant. Parcelamentos: 0000 **Valor Remanescente:** R$ 83.301,67 (UFIR 78.283,69 UFIR)
Nº Judicial: **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 0400016903354
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Data de Protocolo: 21/07/2016
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF-RECIFE
Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 119.644,14
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 917793 - 33ª VARA FEDERAL - RECIFE
Número do Imóvel (ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto:
Bloqueio no Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19

INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 69.418,07
Multa:	R$ 13.883,60
Juros de Mora:	R$ 16.401,78
Encargo Legal:	R$ 19.940,69
Valor Total:	R$ 119.644,14

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.MAQ.APAR.ESCR.P/USO COM.TEC.PROF.ETC
Endereço: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4221902 - CONSTRU O DE ESTA ES E REDES DE DISTRIBUI O DE ENERGIA EL TRICA
Endereço: ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/07/2014 **TIAM:** 01/08/2014 **TI Juros:** 01/08/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 15.956,98 R$ 15.956,98
UFIR 14.995,75 UFIR 14.995,75
Origem **Forma de Constituição**
202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 00000000000000000

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 31/10/2014 **TIAM:** 03/11/2014 **TI Juros:** 03/11/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo

Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 53.461,09	R$ 53.461,09
	UFIR 50.240,66	UFIR 50.240,66
Origem	**Forma de Constituição**	
202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
12/04/2016	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
07/05/2016	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
18/06/2016	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU OFICIO E31313/2016
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
20/06/2016	Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
21/07/2016	Ocorrência: AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário: POR IP 10.72.85.213
	Situação: ATIVA AJUIZADA

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA **31/08/2016**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta da Inscrição

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 5 / 9

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Inscrição:** 40 6 16 008658-71 **Número do Processo Administrativo:** 10480 401742/2015-41

Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: DO **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 12/04/2016 **Valor Inscrito:** R$ 101.189,31 (UFIR 95.093,77 UFIR)
Receita: 4493 - DIV.ATIVA-COFINS
Quant. de Débitos: 0006
Quant. Pagamentos: 0000
Quant. de Devedores: 0001
Quant. Parcelamentos: 0000 **Valor Remanescente:** R$ 101.189,31 (UFIR 95.093,77 UFIR)
Nº Judicial: **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 0400016903354
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Data de Protocolo: 21/07/2016
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF-RECIFE
Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 145.714,24
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 917793 - 33ª VARA FEDERAL - RECIFE
Número do Imóvel (ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto:
Bloqueio no Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19

INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 84.324,44
Multa:	R$ 16.864,87
Juros de Mora:	R$ 20.239,23
Encargo Legal:	R$ 24.285,70
Valor Total:	R$ 145.714,24

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.MAQ.APAR.ESCR.P/USO COM.TEC.PROF.ETC
Endereço: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4221902 - CONSTRU O DE ESTA ES E REDES DE DISTRIBUI O DE ENERGIA EL TRICA
Endereço: ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 25/06/2014	**TIAM:** 26/06/2014	**TI Juros:** 01/07/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014		**Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 2.647,07	R$ 2.647,07
	UFIR 2.487,61	UFIR 2.487,61
Origem	**Forma de Constituição**	
670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	00000000000000000	

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 25/07/2014	**TIAM:** 28/07/2014	**TI Juros:** 01/08/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014		**Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 8.020,83	R$ 8.020,83
UFIR 7.537,66	UFIR 7.537,66

Origem

670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação

09-PESSOAL

Número da Notificação

000000000000000000

Data da Notificação

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 25/08/2014

TIAM: 26/08/2014

TI Juros: 01/09/2014

P. Apur Base/Ex: 2013/2014

Data da Declaração: 17/03/2015

Alteração de % Multa Mora

sem alteração

Motivo Alteração

Nenhum motivo

Nrº da Decisão

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 26.365,80	R$ 26.365,80
UFIR 24.777,55	UFIR 24.777,55

Origem

670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação

09-PESSOAL

Número da Notificação

000000000000000000

Data da Notificação

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 25/09/2014

TIAM: 26/09/2014

TI Juros: 01/10/2014

P. Apur Base/Ex: 2013/2014

Data da Declaração: 17/03/2015

Alteração de % Multa Mora

sem alteração

Motivo Alteração

Nenhum motivo

Nrº da Decisão

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 21.391,56	R$ 21.391,56
UFIR 20.102,96	UFIR 20.102,96

Origem

670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação

09-PESSOAL

Número da Notificação

000000000000000000

Data da Notificação

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 24/10/2014

TIAM: 27/10/2014

TI Juros: 03/11/2014

P. Apur Base/Ex: 2013/2014

Data da Declaração: 17/03/2015

Alteração de % Multa Mora

sem alteração

Motivo Alteração

Nenhum motivo

Nrº da Decisão

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 6.214,53	R$ 6.214,53
UFIR 5.840,17	UFIR 5.840,17

Origem

670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 25/11/2014	**TIAM:** 26/11/2014	**TI Juros:** 01/12/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014		**Data da Declaração:** 17/03/2015

Alteração de % Multa Mora	Motivo Alteração	Nrº da Decisão
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 19.684,65	R$ 19.684,65
	UFIR 18.498,87	UFIR 18.498,87

Origem	Forma de Constituição
670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	025 - DECLARACAO

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição	
12/04/2016	Ocorrência:	INSCRICAO
	Situação:	ATIVA A SER COBRADA
07/05/2016	Ocorrência:	PRIMEIRA COBRANCA
	Situação:	ATIVA EM COBRANCA
18/06/2016	Ocorrência:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
		SETOR SECDAU OFICIO E31313/2016
	Situação:	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
20/06/2016	Ocorrência:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação:	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
21/07/2016	Ocorrência:	AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário:	POR IP 10.72.85.213
	Situação:	ATIVA AJUIZADA

MINISTÉRIO DA FAZENDA **SERPRO**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional **31/08/2016**

Resultado de Consulta da Inscrição

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 6 / 9

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Inscrição:** 40 6 16 009280-32 **Número do Processo Administrativo:** 18208 071804/2011-93

Situação: ATIVA AJUIZADA

Série da Inscrição: DO **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA

Data da Inscrição: 12/04/2016 **Valor Inscrito:** R$ 18.863,70 (UFIR 17.727,34 UFIR)

Receita: 1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL

Quant. de Débitos: 0004

Quant. Pagamentos: 0000

Quant. de Devedores: 0001

Quant. Parcelamentos: 0000 **Valor Remanescente:** R$ 18.863,70 (UFIR 17.727,34 UFIR)

Nº Judicial: **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 0400016903354

Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300

Data de Protocolo: 21/07/2016

Data de Distribuição:

Órgão de Justiça: SECAO JF-RECIFE

Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 38.739,61

Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Órgão de Origem:

Nº do Auto de Infração:

Devolução/Arquivamento:

Juízo: 917793 - 33ª VARA FEDERAL - RECIFE

Número do Imóvel (ITR):

Número do Imóvel (RIP):

Data da Extinção:

Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

Motivo da Extinção:

Situação no Protesto:

Bloqueio no Ajuizamento:

Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19

INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 15.719,76
Multa:	R$ 3.143,94
Juros de Mora:	R$ 13.419,31
Encargo Legal:	R$ 6.456,60
Valor Total:	R$ 38.739,61

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.MAQ.APAR.ESCR.P/USO COM.TEC.PROF.ETC
Endereço: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4221902 - CONSTRU O DE ESTA ES E REDES DE DISTRIBUI O DE ENERGIA EL TRICA
Endereço: ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 31/01/2008	**TIAM:** 01/02/2008	**TI Juros:** 01/02/2008
P. Apur Base/Ex: 2006/2007		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 5.819,96	R$ 5.819,96
	UFIR 5.469,37	UFIR 5.469,37
Origem	**Forma de Constituição**	
202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 30/04/2008	**TIAM:** 02/05/2008	**TI Juros:** 02/05/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 4.755,16	R$ 4.755,16
UFIR 4.468,71	UFIR 4.468,71

Origem

202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação

09-PESSOAL

Número da Notificação

00000000000000000

Data da Notificação

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 31/07/2008

TIAM: 01/08/2008

TI Juros: 01/08/2008

P. Apur Base/Ex: 2007/2008

Data da Declaração: 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora

sem alteração

Motivo Alteração

Nenhum motivo

Nrº da Decisão

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 2.419,64	R$ 2.419,64
UFIR 2.273,88	UFIR 2.273,88

Origem

202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação

09-PESSOAL

Número da Notificação

00000000000000000

Data da Notificação

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 31/10/2008

TIAM: 03/11/2008

TI Juros: 03/11/2008

P. Apur Base/Ex: 2007/2008

Data da Declaração: 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora

sem alteração

Motivo Alteração

Nenhum motivo

Nrº da Decisão

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 2.725,00	R$ 2.725,00
UFIR 2.560,84	UFIR 2.560,84

Origem

202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação

09-PESSOAL

Número da Notificação

00000000000000000

Data da Notificação

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
12/04/2016	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
07/05/2016	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
18/06/2016	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU OFICIO E31313/2016
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO

20/06/2016 Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
21/07/2016 Ocorrência: AJUIZAMENTO CONFIRMADO
Usuário: POR IP 10.72.85.213
Situação: ATIVA AJUIZADA

MINISTÉRIO DA FAZENDA **SERPRO**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional **31/08/2016**

Resultado de Consulta da Inscrição

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 7 / 9

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Inscrição:** 40 6 16 009281-13 **Número do Processo Administrativo:** 18208 071804/2011-93

Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: DO **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 12/04/2016 **Valor Inscrito:** R$ 53.636,83 (UFIR 50.405,74 UFIR)
Receita: 4493 - DIV.ATIVA-COFINS
Quant. de Débitos: 0012
Quant. Pagamentos: 0000
Quant. de Devedores: 0001
Quant. Parcelamentos: 0000 **Valor Remanescente:** R$ 53.636,83 (UFIR 50.405,74 UFIR)
Nº Judicial: **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 0400016903354
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Data de Protocolo: 21/07/2016
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF-RECIFE
Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 109.863,98
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 917793 - 33ª VARA FEDERAL - RECIFE
Número do Imóvel (ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto:
Bloqueio no Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19

INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 44.697,40
Multa:	R$ 8.939,43
Juros de Mora:	R$ 37.916,49
Encargo Legal:	R$ 18.310,66
Valor Total:	R$ 109.863,98

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.MAQ.APAR.ESCR.P/USO COM.TEC.PROF.ETC
Endereço: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4221902 - CONSTRU O DE ESTA ES E REDES DE DISTRIBUI O DE ENERGIA EL TRICA
Endereço: ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 20/12/2007	**TIAM:** 21/12/2007	**TI Juros:** 02/01/2008
P. Apur Base/Ex: 2006/2007		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 359,26	R$ 359,26
	UFIR 337,61	UFIR 337,61
Origem	**Forma de Constituição**	
670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 18/01/2008	**TIAM:** 21/01/2008	**TI Juros:** 01/02/2008
P. Apur Base/Ex: 2006/2007		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 12.871,18	R$ 12.871,18
UFIR 12.095,83	UFIR 12.095,83

Origem

670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação

09-PESSOAL

Número da Notificação

00000000000000000

Data da Notificação

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 20/02/2008

TIAM: 21/02/2008

TI Juros: 03/03/2008

P. Apur Base/Ex: 2007/2008

Data da Declaração: 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora

sem alteração

Motivo Alteração

Nenhum motivo

Nrº da Decisão

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 1.861,24	R$ 1.861,24
UFIR 1.749,12	UFIR 1.749,12

Origem

670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação

09-PESSOAL

Número da Notificação

00000000000000000

Data da Notificação

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 20/03/2008

TIAM: 24/03/2008

TI Juros: 01/04/2008

P. Apur Base/Ex: 2007/2008

Data da Declaração: 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora

sem alteração

Motivo Alteração

Nenhum motivo

Nrº da Decisão

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 4.222,76	R$ 4.222,76
UFIR 3.968,38	UFIR 3.968,38

Origem

670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação

09-PESSOAL

Número da Notificação

00000000000000000

Data da Notificação

Natureza: CONTRIBUICAO

Data Vencimento: 18/04/2008

TIAM: 22/04/2008

TI Juros: 02/05/2008

P. Apur Base/Ex: 2007/2008

Data da Declaração: 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora

sem alteração

Motivo Alteração

Nenhum motivo

Nrº da Decisão

Multa Mora: 20%

Valor Originário	Valor Remanescente
R$ 6.277,27	R$ 6.277,27
UFIR 5.899,13	UFIR 5.899,13

Origem

670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Forma de Constituição

025 - DECLARACAO

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 20/05/2008	**TIAM:** 21/05/2008	**TI Juros:** 02/06/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 757,92	R$ 757,92
	UFIR 712,26	UFIR 712,26
Origem	**Forma de Constituição**	
670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	025 - DECLARACAO	

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 20/06/2008	**TIAM:** 23/06/2008	**TI Juros:** 01/07/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 2.565,62	R$ 2.565,62
	UFIR 2.411,07	UFIR 2.411,07
Origem	**Forma de Constituição**	
670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	025 - DECLARACAO	

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 18/07/2008	**TIAM:** 21/07/2008	**TI Juros:** 01/08/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nrº da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 2.048,01	R$ 2.048,01
	UFIR 1.924,64	UFIR 1.924,64
Origem	**Forma de Constituição**	
670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	025 - DECLARACAO	

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	
Natureza: CONTRIBUICAO		
Data Vencimento: 20/08/2008	**TIAM:** 21/08/2008	**TI Juros:** 01/09/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora | **Motivo Alteração** | **Nr° da Decisão**
sem alteração | Nenhum motivo
Multa Mora: 20% | **Valor Originário** | **Valor Remanescente**
R$ 4.563,05 | R$ 4.563,05
UFIR 4.288,17 | UFIR 4.288,17

Origem | **Forma de Constituição**
670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS | 025 - DECLARACAO

Código da Notificação | **Número da Notificação** | **Data da Notificação**
09-PESSOAL | 000000000000000000

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 19/09/2008 | **TIAM:** 22/09/2008 | **TI Juros:** 01/10/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008 | **Data da Declaração:** 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora | **Motivo Alteração** | **Nr° da Decisão**
sem alteração | Nenhum motivo
Multa Mora: 20% | **Valor Originário** | **Valor Remanescente**
R$ 1.750,19 | R$ 1.750,19
UFIR 1.644,76 | UFIR 1.644,76

Origem | **Forma de Constituição**
670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS | 025 - DECLARACAO

Código da Notificação | **Número da Notificação** | **Data da Notificação**
09-PESSOAL | 000000000000000000

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 20/10/2008 | **TIAM:** 21/10/2008 | **TI Juros:** 03/11/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008 | **Data da Declaração:** 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora | **Motivo Alteração** | **Nr° da Decisão**
sem alteração | Nenhum motivo
Multa Mora: 20% | **Valor Originário** | **Valor Remanescente**
R$ 657,29 | R$ 657,29
UFIR 617,69 | UFIR 617,69

Origem | **Forma de Constituição**
670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS | 025 - DECLARACAO

Código da Notificação | **Número da Notificação** | **Data da Notificação**
09-PESSOAL | 000000000000000000

Natureza: CONTRIBUICAO
Data Vencimento: 25/11/2008 | **TIAM:** 26/11/2008 | **TI Juros:** 01/12/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008 | **Data da Declaração:** 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora | **Motivo Alteração** | **Nr° da Decisão**
sem alteração | Nenhum motivo
Multa Mora: 20% | **Valor Originário** | **Valor Remanescente**
R$ 6.763,61 | R$ 6.763,61
UFIR 6.356,17 | UFIR 6.356,17

Origem | **Forma de Constituição**

670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	025 - DECLARACAO

Código da Notificação	Número da Notificação	Data da Notificação
09-PESSOAL	000000000000000000	

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
12/04/2016	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
07/05/2016	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
18/06/2016	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SETOR SECDAU OFICIO E31313/2016
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
20/06/2016	Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
21/07/2016	Ocorrência: AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário: POR IP 10.72.85.213
	Situação: ATIVA AJUIZADA

MINISTÉRIO DA FAZENDA **SERPRO**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional **31/08/2016**

Resultado de Consulta da Inscrição

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 8 / 9

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Inscrição:** 40 7 16 000544-55 **Número do Processo Administrativo:** 10480 401742/2015-41

Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: PIS **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 12/04/2016 **Valor Inscrito:** R$ 18.376,35 (UFIR 17.269,36 UFIR)
Receita: 0810 - DIV.ATIVA-PIS
Quant. de Débitos: 0004
Quant. Pagamentos: 0000
Quant. de Devedores: 0001
Quant. Parcelamentos: 0000 **Valor Remanescente:** R$ 18.376,35 (UFIR 17.269,36 UFIR)
Nº Judicial: **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 0400016903354
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Data de Protocolo: 21/07/2016
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF-RECIFE
Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 26.401,11
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 917793 - 33ª VARA FEDERAL - RECIFE
Número do Imóvel (ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto:
Bloqueio no Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19

INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 15.313,64
Multa:	R$ 3.062,71
Juros de Mora:	R$ 3.624,58
Encargo Legal:	R$ 4.400,18
Valor Total:	R$ 26.401,11

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.MAQ.APAR.ESCR.P/USO COM.TEC.PROF.ETC
Endereço: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4221902 - CONSTRU O DE ESTA ES E REDES DE DISTRIBUI O DE ENERGIA EL TRICA
Endereço: ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 25/08/2014 **TIAM:** 26/08/2014 **TI Juros:** 01/09/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nr° da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 5.067,30 R$ 5.067,30
UFIR 4.762,05 UFIR 4.762,05
Origem **Forma de Constituição**
734 - RECEITA OPERACIONAL 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 00000000000000000

Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 25/09/2014 **TIAM:** 26/09/2014 **TI Juros:** 01/10/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014 **Data da Declaração:** 17/03/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nr° da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 4.634,84 R$ 4.634,84
UFIR 4.355,64 UFIR 4.355,64

Origem
734 - RECEITA OPERACIONAL
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 24/10/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

Forma de Constituição
025 - DECLARACAO
Número da Notificação
00000000000000000
TIAM: 27/10/2014
Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 1.346,49
UFIR 1.265,37

Data da Notificação
TI Juros: 03/11/2014
Data da Declaração: 17/03/2015
Nrº da Decisão
Valor Remanescente
R$ 1.346,49
UFIR 1.265,37

Origem
734 - RECEITA OPERACIONAL
Código da Notificação
09-PESSOAL
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 25/11/2014
P. Apur Base/Ex: 2013/2014
Alteração de % Multa Mora
sem alteração
Multa Mora: 20%

Forma de Constituição
025 - DECLARACAO
Número da Notificação
00000000000000000
TIAM: 26/11/2014
Motivo Alteração
Nenhum motivo
Valor Originário
R$ 4.265,01
UFIR 4.008,09

Data da Notificação
TI Juros: 01/12/2014
Data da Declaração: 17/03/2015
Nrº da Decisão
Valor Remanescente
R$ 4.265,01
UFIR 4.008,09

Origem
734 - RECEITA OPERACIONAL
Código da Notificação
09-PESSOAL

Forma de Constituição
025 - DECLARACAO
Número da Notificação
00000000000000000

Data da Notificação

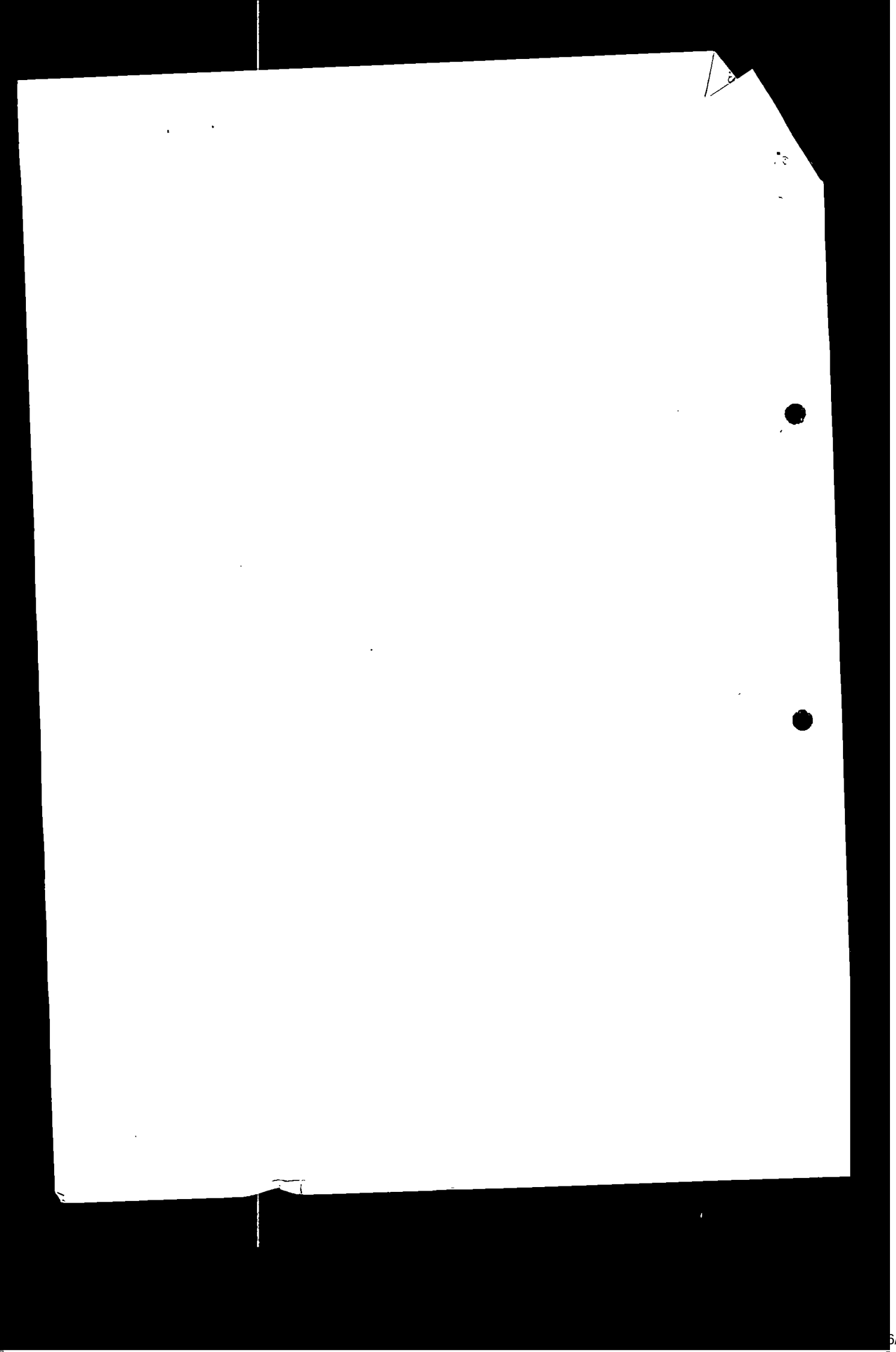
P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
12/04/2016	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
07/05/2016	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
18/06/2016	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SETOR SECDAU OFICIO E31313/2016
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
20/06/2016	Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
21/07/2016	Ocorrência: AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário: POR IP 10.72.85.213
	Situação: ATIVA AJUIZADA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

SERPRO
31/08/2016

Resultado de Consulta da Inscrição



ATENÇÃO

OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 9 / 9

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71

Inscrição: 40 7 16 000736-70

Número do Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93

Situação: ATIVA AJUIZADA

Série da Inscrição: PIS

Natureza da Dívida: TRIBUTARIA

Data da Inscrição: 12/04/2016

Valor Inscrito: R$ 11.896,03 (UFIR 11.179,34 UFIR)

Receita: 0810 - DIV.ATIVA-PIS

Quant. de Débitos: 0011

Quant. Pagamentos: 0000

Quant. de Devedores: 0001

Quant. Parcelamentos: 0000

Valor Remanescente: R$ 11.896,03 (UFIR 11.179,34 UFIR)

Nº Judicial:

Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 0400016903354

Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300

Data de Protocolo: 21/07/2016

Data de Distribuição:

Órgão de Justiça: SECAO JF-RECIFE

Data Falência:

Valor Consolidado: R$ 24.375,73

Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Órgão de Origem:

Nº do Auto de Infração:

Devolução/Arquivamento:

Juízo: 917793 - 33ª VARA FEDERAL - RECIFE

Número do Imóvel (ITR):

Número do Imóvel (RIP):

Data da Extinção:

Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

Motivo da Extinção:

Situação no Protesto:

Bloqueio no Ajuizamento:

Envio Análise do Órgão de Origem: Não

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS VALORES DA INSCRIÇÃO

Principal:	R$ 9.913,39
Multa:	R$ 1.982,64
Juros de Mora:	R$ 8.417,08
Encargo	R$ 4.062,62

Legal:
Valor Total: R$ 24.375,73

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES DA INSCRIÇÃO

Dados do Devedor - PGFN
Nome Completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Tipo de Devedor:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.MAQ.APAR.ESCR.P/USO COM.TEC.PROF.ETC
Endereço: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

Dados do Devedor - RFB
Nome completo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71 **Situação Cadastral:** ATIVA
CNAE/Ocupação: 4221902 - CONSTRU O DE ESTA ES E REDES DE DISTRIBUI O DE ENERGIA EL TRICA
Endereço: ANTONIO TORRES GALVAO 254
Bairro: IMBIRIBEIRA **CEP:** 51160-330
Município: RECIFE **UF:** PE

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES SOBRE OS DÉBITOS DA INSCRIÇÃO

Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 18/01/2008 **TIAM:** 21/01/2008 **TI Juros:** 01/02/2008
P. Apur Base/Ex: 2006/2007 **Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 3.095,52 R$ 3.095,52
UFIR 2.909,04 UFIR 2.909,04
Origem **Forma de Constituição**
734 - RECEITA OPERACIONAL 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 00000000000000000

Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 20/02/2008 **TIAM:** 21/02/2008 **TI Juros:** 03/03/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008 **Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 403,27 R$ 403,27
UFIR 378,97 UFIR 378,97
Origem **Forma de Constituição**
734 - RECEITA OPERACIONAL 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 00000000000000000

Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 20/03/2008 **TIAM:** 24/03/2008 **TI Juros:** 01/04/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008 **Data da Declaração:** 01/09/2015

Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 914,94	R$ 914,94
	UFIR 859,82	UFIR 859,82
Origem	**Forma de Constituição**	
734 - RECEITA OPERACIONAL	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP		
Data Vencimento: 18/04/2008	**TIAM:** 22/04/2008	**TI Juros:** 02/05/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 1.360,07	R$ 1.360,07
	UFIR 1.278,14	UFIR 1.278,14
Origem	**Forma de Constituição**	
734 - RECEITA OPERACIONAL	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP		
Data Vencimento: 20/05/2008	**TIAM:** 21/05/2008	**TI Juros:** 02/06/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 164,22	R$ 164,22
	UFIR 154,32	UFIR 154,32
Origem	**Forma de Constituição**	
734 - RECEITA OPERACIONAL	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP		
Data Vencimento: 20/06/2008	**TIAM:** 23/06/2008	**TI Juros:** 01/07/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 555,89	R$ 555,89
	UFIR 522,40	UFIR 522,40
Origem	**Forma de Constituição**	
734 - RECEITA OPERACIONAL	025 - DECLARACAO	
Código da Notificação	**Número da Notificação**	**Data da Notificação**
09-PESSOAL	000000000000000000	
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP		
Data Vencimento: 18/07/2008	**TIAM:** 21/07/2008	**TI Juros:** 01/08/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008		**Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora	**Motivo Alteração**	**Nr° da Decisão**
sem alteração	Nenhum motivo	
Multa Mora: 20%	**Valor Originário**	**Valor Remanescente**
	R$ 443,75	R$ 443,75

UFIR 417,01 UFIR 417,01

Origem **Forma de Constituição**
734 - RECEITA OPERACIONAL 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 000000000000000000
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 20/08/2008 **TIAM:** 21/08/2008 **TI Juros:** 01/09/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008 **Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 988,65 R$ 988,65
UFIR 929,09 UFIR 929,09

Origem **Forma de Constituição**
734 - RECEITA OPERACIONAL 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 000000000000000000
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 19/09/2008 **TIAM:** 22/09/2008 **TI Juros:** 01/10/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008 **Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 379,21 R$ 379,21
UFIR 356,36 UFIR 356,36

Origem **Forma de Constituição**
734 - RECEITA OPERACIONAL 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 000000000000000000
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 20/10/2008 **TIAM:** 21/10/2008 **TI Juros:** 03/11/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008 **Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 142,42 R$ 142,42
UFIR 133,84 UFIR 133,84

Origem **Forma de Constituição**
734 - RECEITA OPERACIONAL 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**
09-PESSOAL 000000000000000000
Natureza: CONTRIBUIC PIS/PASEP
Data Vencimento: 25/11/2008 **TIAM:** 26/11/2008 **TI Juros:** 01/12/2008
P. Apur Base/Ex: 2007/2008 **Data da Declaração:** 01/09/2015
Alteração de % Multa Mora **Motivo Alteração** **Nrº da Decisão**
sem alteração Nenhum motivo
Multa Mora: 20% **Valor Originário** **Valor Remanescente**
R$ 1.465,45 R$ 1.465,45
UFIR 1.377,17 UFIR 1.377,17

Origem **Forma de Constituição**
734 - RECEITA OPERACIONAL 025 - DECLARACAO
Código da Notificação **Número da Notificação** **Data da Notificação**

09-PESSOAL 000000000000000000

P G F N - CONSULTA - 31/08/2016 13:04:19
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
12/04/2016	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
07/05/2016	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
18/06/2016	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SETOR SECDAU OFICIO E31313/2016
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
20/06/2016	Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
21/07/2016	Ocorrência: AJUIZAMENTO CONFIRMADO
	Usuário: POR IP 10.72.85.213
	Situação: ATIVA AJUIZADA

FIM DO RELATÓRIO DE CONSULTA

__ PAES,CONSULTA,CONSCONTA (CONSULTA INFORMACOES CONTA)_____

DATA : 31/08/2016 HORA : 17:05 USUÁRIO : NICOLE

INFORME :

CNPJ : 07292504 / 0001 - 71

OU

CPF : _____ - __

PF3=SAI

(016) Contribuinte nao efetuou opcao pelo PAES

__ PAEX,CONSULTA,CONSCONTA (CONSULTA CONTA)_____

DATA : 31/08/2016 HORA : 17:06 USUÁRIO : NICOLE

OPTANTE: 07.292.504/0001-71

ASSINALE COM 'X' O PARCELAMENTO DESEJADO

	PARCELAMENTO	SITUAÇÃO
(_)	L.11941-RFB-DEMAIS-ART 1	ENCERRADA POR RESCISÃO

PF3=SAI PF12=VOLTA

__ PAEX,CONSULTA,CONSCONTA (CONSULTA CONTA)_____

DATA : 31/08/2016 HORA : 17:06 USUARIO : NICOLE

L.11941-RFB-DEMAIS-ART 1

07.292.504/0001-71 - ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

PEDIDO FORMALIZADO EM : 04/11/2009
OPCAO VALIDADA EM : 04/11/2009
ORGAO DE JURISDICAO : 04.101.00

CODIGO DE ACESSO :
SITUACAO : ENCERRADA POR RESCISAO
MOTIVO EXCLUSAO : MOTIVO 09
DATA DE EFEITO EXCLUSAO : 20/10/2015

PF1=AJUDA PF3=SAI PF12=VOLTA

__ REFIS,EVENTOCONT,EVENTOCNPJ (CONSULTA EVENTOS POR OPTANTE)_____

DATA : 31/08/2016 HORA : 17:06 USUÁRIO : NICOLE

INFORME :

CNPJ : 07292504 / 0001 - 71

E

DATA DO EVENTO : __ / __ / ____ A __ / __ / ____ (OPCIONAL)

PF3=SAI

(012) Contribuinte nao efetuou opcao pelo REFIS

SENAPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

18208.071804/2011-93

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROTOCOLO FORMADOR DE PROCESSO

28 JUN 2011

SIGLA: SRF-PROT-PAEX-MF

CÓDIGO: 18208

CÓPIA

PIS

INTERESSADO:

ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

ASSUNTO:	**CÓDIGO:**
LEI 11.941 - PARCELAMENTO ESPECIAL	0127171.3

OUTROS DADOS:

CGC : 07292504/0001-71

INSCRICAO : 40 2 16 000624-60

MOVIMENTAÇÕES

SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	DRF-RCE-REFIS-PE	0011865.31	28/06/2011	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS: _____

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO SENAPRO

CÓPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCESSO ELETRÔNICO - SISTEMA SIEF PROCESSOS

UNIDADE DA RFB	
CONTROLE	JURISDIÇÃO
0410100	0410100

NÚMERO DO PROCESSO

18208.071.804/2011-93

DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 22 DO DECRETO-LEI Nº 147/67, COM A REDAÇÃO DADA PELO ARTIGO 4 . DO DECRETO-LEI Nº 1687/79, EM DECORRÊNCIA DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 298 DO REGIMENTO INTERNO DA RECEITA FEDERAL, APROVADO PELA PORTARIA MF Nº 587, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010, ENCAMINHE-SE O PROCESSO À PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, NESTA UNIDADE FEDERATIVA, PARA EFEITO DE APURAÇÃO, INSCRIÇÃO E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, INFORMANDO:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

RAZÃO SOCIAL	INSCRIÇÃO NO CNPJ
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	07.292.504/0001-71
ENDEREÇO ANTONIO TORRES GALVAO, 254 - IMBIRIBEIRA - RECIFE - PE 51160-330	DATA DA BAIXA NO CNPJ

DEMONSTRATIVO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO
DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

EM 08/04/2016

O verso deste documento está "em branco", não poderá, de qualquer modo, ser utilizado.
Art. 154 e 171 do CPC:art. 2 do Dec. 70.235/72.

21004G.FRM

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCESSO ELETRÔNICO – SISTEMA SIEF PROCESSOS

CÓPIA

IDENTIFICAÇÃO DOS PARCELAMENTOS

MODALIDADE : LEI11941 NUMERO DO PROCESSO : 18208.071804/2011-93
DATA DE ADESAO : 28/06/2011 DATA DE EFEITO DA EXCLUSAO : 20/10/2015
DATA DE PUBLICACAO / CIÊNCIA DO ATO : 04/10/2007
ATO LEGAL DE EXCLUSAO :
RELAÇÃO DOS DÉBITOS PARTICIPANTES DA MODALIDADE CONFORME A NUMERAÇÃO SEQUENCIAL DO EXTRATO :
00001, 00002, 00003, 00004, 00005, 00006, 00007, 00008, 00009, 00010, 00011, 00012, 00013, 00014, 00015, 00016, 00017, 00018, 00019, 00020, 00021, 00022, 00023, 00024, 00025, 00026, 00027, 00028, 00029, 00030, 00031

O verso deste documento está "em branco", não poderá, de qualquer modo, ser utilizado.
Art. 154 e 171 do CPC: art. 2º do Dec. 70.235/72

SENAPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

10480.401742/2015-41

CÓPIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROTOCOLO FORMADOR DE PROCESSO

24 MAR 2015

SIGLA: SAMF-PROT-PE

CÓDIGO: 10480

COFINS

INTERESSADO:

ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

ASSUNTO:	CÓDIGO:
PEDIDO DE PARCELAMENTO NA INTERNET-ASSUNTOS TRIBUT	0127105.5

OUTROS DADOS:

CGC : 07292504/0001-71

INSCRICAO : 40 4 16 000147-02

MOVIMENTAÇÕES

SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	DRF-RCE-REFIS-PE	0011865.31	24/03/2015	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO SENAPRO

ANEXOS: _____

CÓPIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCESSO ELETRÔNICO – SISTEMA SIEF PROCESSOS

UNIDADE DA RFB	
CONTROLE	JURISDIÇÃO
0410100	0410100

NÚMERO DO PROCESSO

10480.401.742/2015-41

DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 22 DO DECRETO-LEI Nº 147/67, COM A REDAÇÃO DADA PELO ARTIGO 4 , DO DECRETO-LEI Nº 1687/79, EM DECORRÊNCIA DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 298 DO REGIMENTO INTERNO DA RECEITA FEDERAL, APROVADO PELA PORTARIA MF Nº 587, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010, ENCAMINHE-SE O PROCESSO À PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, NESTA UNIDADE FEDERATIVA, PARA EFEITO DE APURAÇÃO, INSCRIÇÃO E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, INFORMANDO:

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

RAZÃO SOCIAL	INSCRIÇÃO NO CNPJ
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	07.292.504/0001-71
ENDEREÇO	**DATA DA BAIXA NO CNPJ**
ANTONIO TORRES GALVAO, 254 - IMBIRIBEIRA - RECIFE - PE 51160-330	

DEMONSTRATIVO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO
DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

EM 08/04/2016

O verso deste documento está "em branco", não poderá, de qualquer modo, ser utilizado.
Art. 154 e 171 do CPC:art. 2 do Dec. 70.235/72.

21004G.FRM

007301

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCESSO ELETRÔNICO – SISTEMA SIEF PROCESSOS

CÓPIA

IDENTIFICAÇÃO DOS PARCELAMENTOS

MODALIDADE : SIPADE
NUMERO DO PROCESSO : 10480.401742/2015-41
DATA DE ADESAO : 24/03/2015
DATA DE EFEITO DA EXCLUSAO : 08/01/2016
DATA DE PUBLICACAO / CIÊNCIA DO ATO : 20/01/2014
ATO LEGAL DE EXCLUSAO :
RELAÇÃO DOS DÉBITOS PARTICIPANTES DA MODALIDADE CONFORME A NUMERAÇÃO SEQUENCIAL DO EXTRATO :
00001, 00002, 00003, 00004, 00005, 00006, 00007, 00008, 00009, 00010, 00011, 00012, 00013, 00014, 00015, 00016, 00017, 00018, 00019, 00020, 00021

O verso deste documento está "em branco", não poderá, de qualquer modo, ser utilizado.
Art. 154 e 171 do CPC: art. 2º do Dec. 70.235/72

Processo: 0009959-86.2016.4.05.8300
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11378975
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21004D.FRM
19080516021408100000011403479
007301

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CONCLUSÃO

Aos 09/09/2016, faço conclusão para **Decisão** dos presentes autos a(o) Dr(a). **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS** do que, para constar, lavrei o presente termo.

SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

DECISÃO

Vistos etc.

1. Considerando as informações trazidas aos autos pela exequente, afasto, por ora, a ocorrência da decadência e da prescrição, sem prejuízo de ulterior análise da matéria por este Juízo.

2. Defiro o processamento da petição inicial, nos termos do art. 7° da Lei n° 6.830/1980 (LEF).

3. De acordo com o art. 174, p. único, I, do CTN, com a redação dada pela LCP n° 118/2005, a prescrição resta interrompida por este despacho que determina a citação da parte devedora.

4. Cite-se o executado, por carta, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa ou garantir a execução, conforme disposições do art. 8ª da Lei n° 6.830/1980, ou parcelar a dívida, caso tenha interesse.

   4.1. No caso de pagamento imediato, fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) do valor corrigido da execução, ressalvados os casos fixados em lei (1. Fazenda Nacional, autarquias e fundações públicas federais: 20% (vinte por cento) – Decreto-Lei n° 1.025/1969 e Lei n° 10.522/2002; 2. Comissão de Valores Mobiliários: 20% (vinte por cento) – Lei n° 7.940/1989; 3. Contribuições para o FGTS: 10% (dez por cento) – Lei n° 8.844/1994).

5. Se a diligência inicial de citação restar **inexitosa**, com retorno do AR com o aviso **endereço insuficiente** ou **não existe o número indicado**, determino a intimação da Fazenda Nacional para, em 30 (trinta) dias, trazer aos autos endereço atualizado do executado.

   5.1. Caso a Fazenda Nacional indique novo endereço do devedor, expeça-se carta para citação no local informado.

   5.2. Se o endereço indicado pela exequente for o mesmo da carta de citação que retornou inexitosa, considerando que eventual tentativa de citação por

mandado no mesmo também restaria frustrada, determino a suspensão do feito, na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, ante a não localização do devedor.

5.2.1. Indefiro eventual pedido de citação por edital, eis que tal modalidade pressupõe o exaurimento das diligências de citação, sendo ônus do exequente indicar endereço atualizado e completo para que elas sejam empreendidas. Assim, não se mostra possível, por deficiência na indicação do endereço, realizar a citação por edital sem atender ao requisito de exaurimento das demais modalidades.

6. Se a diligência inicial de citação restar **inexitosa**, com retorno do AR com o aviso **falecido**, intime-se o exequente para trazer aos autos certidão de óbito e para informar a existência de inventário, bem como seu inventariante ou herdeiros.

6.1. Se o óbito do executado preceder o ajuizamento da ação, determino a extinção do feito, sem resolução do mérito.

6.2. Se o óbito for posterior ao ajuizamento da ação, determino a retificação do pólo passivo da lide, para inclusão do espólio. Em seguida, cite-se o espólio na pessoa do inventariante.

7. Expedida carta para citação, **independente do cumprimento efetivo da medida** e do **pagamento da dívida ou da nomeação de bem à penhora**, determino a **suspensão** do feito, na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, pelo prazo de 1 (um) ano, tendo em vista a previsão do art. 20 da Portaria PGFN nº 396, de 20 de abril de 2016, que determina que serão suspensas as execuções fiscais cujo valor consolidado seja igual ou inferior a **R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, desde que não conste nos autos garantia útil[1] à satisfação integral ou parcial do crédito executado.

7.1. Friso que a parte executada não está listada nas exceções do art. 20, §3º, da Portaria PGFN nº 396/2016, bem como não há suspensão da exigibilidade do crédito ou pendência de discussão de argumento de defesa.

7.2. Decorrido o prazo da suspensão, contado da intimação pessoal da parte exequente, sem que tenham sido requeridas providências para o prosseguimento da execução e, independente de nova intimação, arquivem-se os autos sem baixa na distribuição, à luz do art. 40, §2º, da Lei nº 6.830/1980.

8. Cumpra-se conforme a sequência de itens.

Recife, 09 de setembro de 2016.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal da 33ª Vara/PE

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi os presentes autos do(a) M.M. Juiz(a) Federal da 33ª Vara, do que, para constar, lavrei o presente termo. Recife, 09/09/2016. Eu, , SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO, assino.

[1] O §1º do art. 20 da Portaria PGFN nº 396, de 20 de abril de 2016, conceitua garantia inútil como "aquela de difícil alienação, sem valor comercial ou irrisória".

168

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara
Av. Recife, 6250 – Fórum Ministro Artur Marinho – Jiquiá – Recife/PE
direcao33@jfpe.jus.br / Fone: (81) 3213-6000

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

01303003300311012016

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão/ato ordinatório retro expedi o (a) Carta **CTA.0033.003110-1/2016**. O referido é verdade. Dou fé.

Recife, 12 de setembro de 2016.

Rosa Galindo

ROSA NEUDE GALINDO PACHECO
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)
33ª Vara Federal/PE

169

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal de PE
Av. Recife, 6250, Jiquiá – Recife - PE
direcao33@jfpe.jus.br / Fone: (81) 3213-6000

CARTA DE CITAÇÃO Nº CTA.0033.003110-1/2016

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0009959-86.2016.4.05.8300
CDA(s) nº(s): 40 2 16 000312-38, 40 2 16 000624-60, 40 4 16 000147-02, 40 6 16 008657-90, 40 6 16 008658-71, 40 6 16 009280-32, 40 6 16 009281-13, 40 7 16 000544-55, 40 7 16 000736-70
Valor da dívida: R$ 906.382,19
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO, 254, IMBIRIBEIRA - CEP: 51160330, RECIFE - PE, Brasil

De ordem da JUÍZA FEDERAL DA 33ª VARA/PE, **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS** e tendo em vista o disposto no artigo 8º, inciso I, da Lei 6.830/80, combinado com o artigo 248 do Código de Processo Civil, fica(m) o(s) **EXECUTADO(S) CITADO(S)** para, **no prazo de 05 (cinco) dias**, a pagar(em) a dívida acima referida acrescida de juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, parcelar a dívida, caso tenha interesse, ou garantir a Execução através de:

1. depósito em dinheiro, à ordem deste juízo, na Caixa Econômica Federal, sujeito à correção monetária (art. 32, § 1º, da Lei nº 6830/80);
2. oferecimento de fiança bancária;
3. nomeação de bens à penhora, respeitada a ordem constante do art. 11 da Lei nº 6.830/80;
4. indicação de bens à penhora, oferecidos por terceiros, desde que aceitos pelo Exequente;
5. No caso de pagamento imediato, fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido da execução, ressalvados os casos previstos em lei (1. Fazenda Nacional: 20% (vinte por cento) – Decreto-lei n.º 1.025/69; 2. Comissão de Valores Mobiliários: 20% (vinte por cento) – art. 5º da Lei n.º 7.940/89; 3. FGTS: 10% (dez por cento) - §4º do art. 2º da Lei n.º 8.844/94).

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da Execução, será efetivada a penhora na forma dos artigos 10 e 11 da Lei 6830/80, acrescida das custas judiciais.

Fica(m) o(s) **EXECUTADO(S)** ciente(s), ainda, que este Juízo funciona no endereço supracitado, com atendimento ao público das 09:00 às 18:00 horas, das segundas às sextas-feiras.

ANEXOS: Cópia da Inicial, CDA.

Recife, 12 de setembro de 2016.

SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO
Diretora de Secretaria da 33ª Vara Federal

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11378982
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408100000011403486

170

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL : 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

JUNTADA

Certifico que, nesta data, juntei aos autos da ação epigrafada a petição/expediente nº **2016.0052.073427-6**, do que para constar lavrei este termo. DADO E PASSADO pela Secretaria da 33ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco em 08/11/2016.

Carlos Vinicius dos Santos Alexandre
ESTAGIARIO

EXP 10-SC

PINHEIRO – Advogados Associados.
Assessoria Jurídica, Empresarial e Consultoria.
Advogados: ***Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e Bruno Vieira Fernandes Pinheiro.***

171

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 33ª VARA FEDERAL DO RECIFE-PE.

Processo n.º 0009959-86.2016.8.17.8300

ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA., devidamente qualificada nos presentes autos, Ação de Execução Fiscal, vem a vossa presença de Vossa Excelência, Requerer a juntada da procuração do seu advogado, e em ato continuo comunicar que estará perseguindo o parcelamento junto a Receita Federal da divida ora cobrada, para que suspenda o andamento do presente feito, tal parcelamento previsto em lei, e que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Termos em que pede e espera
Deferimento,

Recife, 03 de Outubro de 2016.

Paulo Roberto Fernandes Pinheiro
OAB/PE 14.088

03NOV1616:10 520734276 33V 09595862016405830O

Rua Francisco Alves, nº 105, sala 307, Ilha do Leire, Recife – PE CEP.: 50.070-490
Fone Fax's 3241.7111 e-mail fernandespinheiro@bol.com.br CNPJ 03.659.003/0001-20

PINHEIRO – Advogados Associados.
Assessoria Jurídica, Empresarial e Consultoria.
Advogados: *Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e Bruno Vieira F. Pinheiro.*

PROCURAÇÃO

I - OUTORGANTE:

ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA., CNPJ 07.292.504/0001-71, endereço comercial na Rua Antônio Torres Galvão, nº 254, Imbiribeira, Recife/PE, CEP 51.160-330, neste ato representado pelo seu sócio Sr. Waldir Abreu Gonçalves, CPF 297.112.077-53, brasileiro, casado, engenheiro, empresário.

II - OUTORGADO (S):

1) **Paulo Roberto Fernandes Pinheiro**, brasileiro, advogado, OAB/PE 14.088 e CPF/MF nº 090.613.044-15.
2) **Bruno Vieira Fernandes Pinheiro**, brasileiro, advogado, OAB/PE 27.264.

Com Escritório na Rua Francisco Alves, nº 105, sala 307, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50.070-490, onde recebem notificações e intimações.

III - PODERES CONCEDIDOS:

Amplos poderes, admitidos os das cláusulas "AD JUDÍCIA" e "EXTRA-JUDÍCIA", para o foro em geral em qualquer instância ou Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, bem como em todo Território Nacional, ainda, ingressar com a presente defesa, ação, firmar compromisso, apelar, defender, concordar, discordar, oferecer provas, requerer perícia, nomear perito, apresentar assistente de perícia, desistir, transigir, confessar, protestar, receber alvará e intimações/notificações, celebrar e/ou assinar acordos, ingressar com todos tipos de recursos permitido no Direito, apelar, requerendo e acompanhando tudo quanto for de direito do outorgante.

Enfim, os outorgados podem praticar todos e quaisquer atos conexos e conseqüentes a fim de agir em defesa dos direitos e interesses pessoais do outorgante no presente processo, podendo inclusive substabelecer esta procuração a quem lhe prover, no todo ou em parte, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bem, firme e valioso.

Recife, 28 de Outubro 2016.

Abreu Gonçalves Construções e Instalações Ltda

Waldir Abreu Gonçalves
Sócio Administrador

Processo: 0009150-86.2019.4.05.8300
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11378984
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408100000011403488

143

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL : 0009959-86.2016.4.05.8300

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

JUNTADA

Certifico que, nesta data, juntei aos autos da ação epigrafada a petição/expediente nº **CTA.0033.003110-1/2016**, do que para constar lavrei este termo. DADO E PASSADO pela Secretaria da 33ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco em 16/11/2016.

Malumader Manoela da Silva

ESTAGIÁRIO(A) VOLUNTÁRIO(A)

174

FN

22.-2A

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUÇOES E INSTALAÇOES LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVÃO 254

IMBIRIBEIRA

CEP:51160-330 RECIFE- PE, BRASIL.

Nº CTA. 0033.003110-1/2016

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0009959-86.2016.4.05.8300

ASSINATURA DO RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
25/10/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

CEE ... DATAG
25 OUT 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Ste Valdir

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

8.478.525-0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11378989
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408100000011403493

JUSTIÇA FEDERAL – 33ª Vara Federal

CERTIDÃO

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho/decisão retro, SUSPENDI o curso do presente feito, **nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80**. O referido é verdade. Dou fé. Recife, 13/12/2016.

CÉSAR CAVALCANTI DANTAS
Téc.Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL – 33ª Vara Federal

VISTA / REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente feito à PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, do que, para constar, lavrei o presente termo. Dou fé. Recife, 13 de dezembro de 2016

CÉSAR CAVALCANTI DANTAS
Téc.Judiciário

Henrique Ferreira da Júnior
Apoio/Defesa/PRFN-5ªR
Siape 07478752

19 DEZ 2016

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11378993
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408200000011403497

175

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PERNAMBUCO

COTA DA FAZENDA NACIONAL

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por seu procurador, vem, perante esse Juízo, requerer a **expedição do competente mandado de penhora e avaliação** a recair sobre os bens móveis de propriedade da executada, descritos na consulta em anexo, que encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer restrições, quais sejam:

1) I/HONDA CR-V LX, placa PE/KJE-4230, ano 2008, cor preta;
2) I/FORD EDGE V6, placa PE/PEI-2531, ano 2011, cor preta.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Recife, 20 de dezembro de 2016.

Guilherme Alves de Fontes e Silva Filho
Procurador da Fazenda Nacional

Rafaela dos Santos Campos
Estagiária da PRFN/5ª Região

DENATRAN/MJ R E N A V A M 20/12/16
SERPRO VEICULOS DO PROPRIETARIO: CGC 07292504000171 PAG.: 1/1

126

CHASSI/VIN: 3CZRE18308G504423 PLACA: KJE4230 UF: PE ANO: 2008
MARCA/MODELO: I/HONDA CR-V LX COR: PRETA SITUACAO: CIRCULACAO

CHASSI/VIN: 9BWMF07X7BP005814 PLACA: KGO6387 UF: PE ANO: 2010
MARCA/MODELO: VW/KOMBI COR: BRANCA SITUACAO: CIRCULACAO

CHASSI/VIN: 93YLSR6RHCJ119177 PLACA: PFA5396 UF: PE ANO: 2011
MARCA/MODELO: RENAULT/LOGAN AUT 1016V COR: BEGE SITUACAO: CIRCULACAO

CHASSI/VIN: 9BWMF07X6CP016868 PLACA: PEI2010 UF: PE ANO: 2011
MARCA/MODELO: VW/KOMBI COR: BRANCA SITUACAO: CIRCULACAO

CHASSI/VIN: 2FMDK4KC2CBA17018 PLACA: PEI2531 UF: PE ANO: 2011
MARCA/MODELO: I/FORD EDGE V6 COR: PRETA SITUACAO: CIRCULACAO

ENTRE COM O COMANDO: _____

DENATRAN
SERPRO

R E N A V A M
CONSULTA VEICULO POR PLACA

20/12/2016
VEICULO: 01/01

177

CHASSI/VIN..: 3C2RE18308G504423 UF/PLACA.: PE KJE4230
MUNICIPIO...: RECIFE
PROPRIETARIO: CNPJ 07292504000171 SITUACAO: CIRCULACAO
NUMERO-RENAVAM..: 00989781747
MARCA/MODELO....: I/HONDA CR-V LX
TIPO-VEICULO....: CAMIONETA
COMBUSTIVEL.....: GASOLINA
MOTOR.....: R20A11006002
CAIXA-CAMBIO....:
MONTAGEM.....: COMPLETA
TIPO-CARROCERIA.: NAO APLIC
NUM-CARROCERIA..:
TIPO-CHASSI.....: NORMAL
IDENT-FATURADO..: CNPJ 70203799000360

COR.....: PRETA
ESPECIE.....: MIS
LOTACAO.....: 5
ANO-MODELO.....: 2008
ANO-FABRICACAO..: 2008
POTENCIA.....: 150
CILINDRADAS.....: 1997
PROCEDENCIA.....: ESTRANGEIRA
ULT-ATUALIZACAO.: 29/10/2008
UF-DEST-FATURADO: PE

*** R E S T R I C O E S ***

NAO HA

ENTRE COM O COMANDO:

DENATRAN R E N A V A M 20/12/2016

SERPRO CONSULTA VEICULO POR PLACA VEICULO: 01/01

178

CHASSI/VIN..: 2FMDK4KC2CBA17018 UF/PLACA.: PE PEI2531

MUNICIPIO...: RECIFE

PROPRIETARIO: CNPJ 07292504000171 SITUACAO: CIRCULACAO

NUMERO-RENAVAM..: 00429712774

MARCA/MODELO....:	I/FORD EDGE V6	COR.....:	PRETA
TIPO-VEICULO....:	CAMIONETA	ESPECIE.....:	MIS
COMBUSTIVEL.....:	GASOLINA	LOTACAO.....:	5
MOTOR.....:	CBA17018	ANO-MODELO.....:	2012
CAIXA-CAMBIO....:		ANO-FABRICACAO..:	2011
MONTAGEM.....:	COMPLETA	POTENCIA.....:	289
TIPO-CARROCERIA.:	NãO APLIC	CILINDRADAS.....:	3496
NUM-CARROCERIA..:		PROCEDENCIA.....:	ESTRANGEIRA
TIPO-CHASSI.....:	NORMAL	ULT-ATUALIZACAO.:	20/12/2012
IDENT-FATURADO..:	CNPJ 05054878000123	UF-DEST-FATURADO:	PE

---------- R E S T R I C O E S ----------

NAO HA

ENTRE COM O COMANDO: ___ _____

179

Resultado da Diligência - Renavam (Situação: 20/12/2016 14:59)

ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

Relação de veículos de propriedade do devedor/pesquisado:

CNPJ/CPF Devedor	N.Renavam	Chassi	UF/PLACA	Município	Marca	Modelo	Fabricação	Situação	Restrições
07.292.504/0001-71	429712774	2FMDK4KC2CBA17018	PE/PEI2531	RECIFE	FORD EDGE V6	2012	2011	CIRCULACAO	Sem Restrição
07.292.504/0001-71	224104551	9BWMF07X7BP005814	PE/KGO6387	RECIFE	VW/KOMBI	2011	2010	CIRCULACAO	ALIENACAO FIDUCIARIA
07.292.504/0001-71	989781747	3CZRE18308G504423	PE/KJE4230	RECIFE	HONDA CR-V LX	2008	2008	CIRCULACAO	Sem Restrição
07.292.504/0001-71	386111065	93YLSR6RHCJ119177	PE/PFA5398	RECIFE	RENAULT/LOGAN AUT 1016V	2012	2011	CIRCULACAO	ALIENACAO FIDUCIARIA
07.292.504/0001-71	401471861	9BWMF07X6CP016868	PE/PEI2010	RECIFE	VW/KOMBI	2012	2011	CIRCULACAO	Sem Restrição

Registrado por: RAFAELA DOS SANTOS CAMPOS / DIAFI (Apoio)
Data/Hora: 20/12/2016 14:59

Sistema de Acompanhamento Judicial
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 5ª Região

180

Extrato de Diligências

Devedores

CPF/CNPJ base	Nome	Débito Consolidado
07292504000171	ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	R$ 1.362.485,76

Diligências

ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

Diligência	Resultado Atual	Data do Último Resultado
DOI	Sem Resultado	20/12/2016 14:59
RENAVAM	Com Resultado	20/12/2016 14:59
Consulta precatórios da Justiça Federal	Sem Resultado	20/12/2016 14:59
E-CAC	Com Resultado	20/12/2016 14:59
DIMOF	Não consta na Base de Dados	20/12/2016 14:59
DECRED	Não consta na Base de Dados	20/12/2016 14:59
ITR	Não consta na Base de Dados	20/12/2016 14:59
DIMOB	Não consta na Base de Dados	20/12/2016 14:59
DIRF	Não consta na Base de Dados	20/12/2016 14:59
DIRPF	Não consta na Base de Dados	20/12/2016 14:59
BACENJUD	Não Fornecido	

Registrado por: RAFAELA DOS SANTOS CAMPOS / DIAFI (Apoio)
Data/Hora: 20/12/2016 14:59

SJ Sistema de Acompanhamento Judicial | PGFN

Tempo restante da conexão: 00:59:57
5ª Região-VICENTE FERREIRA RODRIGUES

181

Processos Garantias Diligências Integrações Outras Opções Sair

Consultar Processo

Execução Fiscal (SIDA) 0009959-86.2016.4.05.8300

Número do Processo Judicial:	0009959-86.2016.4.05.8300
Classe:	Execução Fiscal (SIDA)
Juízo:	33ª Vara Federal - RECIFE
Tipo do Juízo:	Vara Federal - Execução Fiscal
Procuradoria Responsável:	PRFN - 5ª Região
Tipo de Processo:	Físico
Valor Inicial da Execução:	R$ 908.382,19
Data:	18/06/2016
Valor Atualizado:	R$ 946.217,68
Data do Protocolo na Justiça:	21/07/2016
Acompanhamento Especial:	Não
Acompanhamento Digra:	Não
Pólo da União:	Polo Ativo
Quantidade de Volumes:	0
Quantidade de Documentos Apensos:	0
Observação:	
Data do cadastramento:	21/07/2016

Solicitar Inteiro Teor

Alterar processo

Nome da Parte	Pólo	CPF/CNPJ	Devedor DIGRA
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	Polo Passivo	07.292.504/0001-71	NÃO

Manifestação	Procurador Responsável	Data
Outras Petições	ALEXANDRA SIQUEIRA DOS SANTOS	05/09/2016

Inscrições SIDA	Processo Administrativo	APA	Valor Inicial de Ajuizamento	Data	Valor Atualizado	Situação da Inscrição	Descrição da Receita
40716000544-55	10480401742201541	400016903354	R$ 25.983,97	20/12/2016	R$ 27.213,33	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-PIS
40616008657-90	10480401742201541	400016903354	R$ 117.753,18	20/12/2016	R$ 123.326,06	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
40416000147-02	10480401742201541	400016903354	R$ 89.410,11	20/12/2016	R$ 93.640,63	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-CONTR. PREV. RECEITA
40216000312-38	10480401742201541	400016903354	R$ 318.028,66	20/12/2016	R$ 333.078,79	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-IRPJ
40516009658-71	10480401742201541	400016903354	R$ 143.417,26	20/12/2016	R$ 150.186,82	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-COFINS
40716000736-70	18208071804201193	400016903354	R$ 24.105,67	20/12/2016	R$ 24.901,52	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-PIS
40616009280-32	18208071804201193	400016903354	R$ 38.311,39	20/12/2016	R$ 39.573,98	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
40216000624-60	18208071804201193	400016903354	R$ 40.725,54	20/12/2016	R$ 42.062,44	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-IRPJ
40516009281-13	18208071804201193	400016903354	R$ 108.646,41	20/12/2016	R$ 112.234,71	ATIVA AJUIZADA	DIV.ATIVA-COFINS

Informações atualizadas no momento da consulta (fonte: SIDA).

Imprimir Dados Básicos Partes Inscrições Sida Manifestações

Histórico	Registro feito por:
Distribuído ao Procurador GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Execução Fiscal - Central (Procuradores). Entrada na Unidade em 19/12/2016.	SAVIO ROBERT CLEMENTE DO NASCIMENTO - Serviço de Apoio 19/12/2016 14:50:04
Processo baixado - Encaminhamento dos autos ao juízo.	SERGIO JOSE LEITE DE MELO JUNIOR - Serviço de Apoio 05/09/2016 17:05:33
Manifestação baixada - Petição encaminhada ao juízo em 05/09/2016: Outras Petições.	SERGIO JOSE LEITE DE MELO JUNIOR - Serviço de Apoio 05/09/2016 17:05:26
Distribuído ao Procurador ALEXANDRA SIQUEIRA DOS SANTOS - DIAFI (Procuradores). Entrada na Unidade em 30/08/2016.	JOAO VITOR AZEVEDO DE OLIVEIRA - Serviço de Apoio 30/08/2016 09:32:49
Cadastro alterado.	JOAO VITOR AZEVEDO DE OLIVEIRA - Serviço de Apoio 30/08/2016 09:22:13
Processo cadastrado.	ELDES GOMES DA SILVA - Serviço de Apoio 21/07/2016 15:31:22

1 (1 de 1)

Imprimir Histórico Extrato AJ

Voltar

Processo: 0009959-86.2016.4.05.8300
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11378995
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408200000011403499

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi o presente feito, do que, para constar, lavrei o presente termo.

Recife, 19 de janeiro de 2017.

Lídia Regina Santos da Silva
ESTAGIÁRIO(A) VOLUNTÁRIO(A)

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11378999
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408200000011403503

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

Justiça Federal - 33ª Vara/PE
383

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CONCLUSÃO

Aos 30/10/2017, faço conclusão para **Despacho** dos presentes autos a(o) Dr(a). **LIZ CORRÊA DE AZEVEDO** do que, para constar, lavrei o presente termo.

LUZINETE DE ARRUDA MELO
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Despacho

Vistos etc.

Considerando que houve indicação de bem(s) específico(s) de propriedade do executado a serem penhorados, **expeça-se Mandado/Carta Precatória para Penhora, Avaliação, Depósito e Registro**, conforme requerido.

Na oportunidade, deverá o oficial de justiça descrever as características atuais do bem, não se limitando à descrição cartorária, bem como proceder à intimação de cônjuge do executado, se houver, e descrever eventuais ocupantes do imóvel.

Cumpra-se.

Recife, 30 de outubro de 2017.

LIZ CORRÊA DE AZEVEDO
Juíza Federal Substituta no exercício
da titularidade da 33ª Vara/PE

RECEBIMENTO
Nesta data, recebi os presentes autos do(a) M.M. Juiz(a) Federal da 33ª Vara, do que, para constar, lavrei o presente termo. Recife, 30/10/2017. Eu, _____, SERVIDOR(A), assino.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara
Av. Recife, 6250 – Fórum Ministro Artur Marinho – Jiquiá – Recife/PE
direcao33@jfpe.jus.br / Fone: (81) 3213-6000

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão/ato ordinatório retro expedi o (a) Mandado **MDP.0033.000101-9/2018**. O referido é verdade. Dou fé.

Recife, 10 de abril de 2018.

Wellington Cunha da Silva
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)
33ª Vara Federal/PE

185

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal de PE
Av. Recife, 6250, Jiquiá – Recife - PE
direcao33@jfpe.jus.br / Fone: (81) 3213-6000

MANDADO DE PENHORA DE VEÍCULOS N.º MDP.0033.000101-9/2018

01600003300010192018

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
CDA: 40 6 16 009280-32, 40 2 16 000312-38, 40 7 16 000544-55, 40 6 16 008657-90, 40 6 16 009281-13, 40 2 16 000624-60, 40 7 16 000736-70, 40 4 16 000147-02, 40 6 16 008658-71
VALOR DA DÍVIDA: R$ 1.362.485,76
EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CNPJ: 07.292.504/0001-71
ENDEREÇO: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO, 254, IMBIRIBEIRA - CEP: 51160330, RECIFE - PE, Brasil

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, **ROBERTA WALMSLEY S.C. PORTO DE BARROS**, na forma da Lei etc,

Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, que, em seu cumprimento e despacho exarado nos autos, PROCEDA à **PENHORA** do(s) veículo(s) pertencentes ao(s) EXECUTADO(A)(S), e **AVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) constrito(s).

Intime o depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização deste Juízo. **Cientifique** o(a) coexecutado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução.

Caso o veículo acima referido não seja encontrado no endereço mencionado, intime-se o executado para indicar a localização do bem, no prazo de 05 (cinco) dias, com a advertência de que a omissão importará na aplicação da multa prevista no artigo Art. 774, parágrafo único do Código de Processo Civil.

Fica desde logo o Sr. Oficial de Justiça autorizado a promover os atos determinados nesta ordem judicial antes das 06:00 e após as 20:00 e em dias de sábado, domingos e feriados, em caso de dificuldade do cumprimento no horário normal (CPC, art. 212) e a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado, a fim de verificar e descrever os bens que o/a guarnecem.

Dado e passado pela Secretaria da 33.ª Vara Federal/PE, aos 10 de abril de 2018. Eu,(Wellington Cunha da Silva), Servidor(a), digitei, e eu, , (SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO), Diretor(a) de Secretaria, subscrevi.

ANEXO: Minuta de fl. 175.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal da 33ª Vara/PE

186

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL : 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

JUNTADA

Certifico que, nesta data, juntei aos autos da ação epigrafada a petição/expediente nº **MDP.0033.000101-9/2018**, do que para constar lavrei este termo. DADO E PASSADO pela Secretaria da 33ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco em 03/08/2018.

PRISCILA VIVIANE LINS DE ARAÚJO
PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal de PE
Av. Recife, 6250, Jiquiá – Recife - PE
direcao33@jfpe.jus.br / Fone: (81) 3213-6000

MANDADO DE PENHORA DE VEÍCULOS N.º MDP.0033.000101-9/2018

01600003300010192018

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
CDA: 40 6 16 009280-32, 40 2 16 000312-38, 40 7 16 000544-55, 40 6 16 008657-90, 40 6 16 009281-13, 40 2 16 000624-60, 40 7 16 000736-70, 40 4 16 000147-02, 40 6 16 008658-71
VALOR DA DÍVIDA: R$ 1.362.485,76
EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
CNPJ: 07.292.504/0001-71
ENDEREÇO: AVENIDA ANTONIO TORRES GALVAO, 254, IMBIRIBEIRA - CEP: 51160330, RECIFE - PE, Brasil

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, **ROBERTA WALMSLEY S.C. PORTO DE BARROS**, na forma da Lei etc,

Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, que, em seu cumprimento e despacho exarado nos autos, PROCEDA à **PENHORA** do(s) veículo(s) pertencentes ao(s) EXECUTADO(A)(S), e **AVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) constrito(s).

Intime o depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização deste Juízo. **Cientifique** o(a) coexecutado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução.

Caso o veículo acima referido não seja encontrado no endereço mencionado, intime-se o executado para indicar a localização do bem, no prazo de 05 (cinco) dias, com a advertência de que a omissão importará na aplicação da multa prevista no artigo Art. 774, parágrafo único do Código de Processo Civil.

Fica desde logo o Sr. Oficial de Justiça autorizado a promover os atos determinados nesta ordem judicial antes das 06:00 e após as 20:00 e em dias de sábado, domingos e feriados, em caso de dificuldade do cumprimento no horário normal (CPC, art. 212) e a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado, a fim de verificar e descrever os bens que o/a guarnecem.

Dado e passado pela Secretaria da 33.ª Vara Federal/PE, aos 10 de abril de 2018. Eu,(Wellington Cunha da Silva), Servidor(a), digitei, e eu, , (SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO), Diretor(a) de Secretaria, subscrevi.

ANEXO: Minuta de fl. 175.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal da 33ª Vara/PE

188

CERTIDÃO

Processo: 0009959-86.2016.4.05.8300

Aos 20 dias do mês de julho de 2018, em cumprimento ao **MANDADO**, expedido nos autos do processo acima epigrafado, dirigi-me ao endereço dele constante e nas imediações e, estando lá:

. (__X__) **DEIXEI DE CITAR ou INTIMAR OU PENHORAR ou ARRESTAR o(a) executado(a)**, tendo em vista que não o (a) encontrei e as pessoas ali não souberam informar o paradeiro do mesmo ou a localização de seus bens .

Allan Valença Cavalcante
Oficial de Justiça Federal
Matrícula 2755

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11379015
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408200000011403519

189

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do **art. 203, §4º, do CPC**, e, ainda, de acordo com o **art. 87º do Provimento n. 001/2009** (**item 06**), de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte contrária para, **no prazo de 20 (vinte) dias**, manifestar-se sobre os **documentos novos** juntados aos autos à(s) fl.(s) , nos termos do 437, §1º, do CPC.

Recife, 23 de agosto de 2018.

LUZINETE DE ARRUDA MELO
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL – 33ª Vara Federal

VISTA / REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente feito à PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, do que, para constar, lavrei o presente termo. Dou fé.
Recife,27 de Agosto de 2018

PRISCILA VIVIANE LINS DE ARAUJO
ESTAGIÁRIA

Edmilson José Ferreira
Apoio/Vetessa/PRFN-5ªR
Siape 06784332

27 AGO 2018

100
PJ

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

COTA DA FAZENDA NACIONAL

1. A **FAZENDA NACIONAL**, por sua procuradora, vem perante esse Juízo expor e requerer o que segue.

2. A certidão de fl. 188 atesta que a executada não foi localizada no endereço constante da inicial, tampouco o endereço da empresa foi alterado na base de dados da RECEITA FEDERAL e JUCEPE. Isso reforça a presunção de que se encontra com suas atividades encerradas e de que foi dissolvida de forma irregular.

3. O caso enquadra-se na hipótese prevista pelo C. STJ, em sua Súmula 435, que versa acerca da presunção da dissolução irregular da empresa executada, quando deixa de informar aos órgãos competentes a mudança de domicilio fiscal. Eis o teor da citada Súmula:

> "Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicilio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente. "

4. Por outro lado, considerando que a pessoa jurídica deixou de recolher, em tempo oportuno, o débito objeto da execução fiscal, há lugar a responsabilidade objetiva e solidária, por substituição, dos sócios gerentes, aliás, conforme vem entendendo, de forma pacífica, o E. Superior Tribunal de Justiça, como exemplifica o seguinte acórdão:

> "Tributário - Execução Fiscal - Penhora de Bens - Responsabilidade do Sócio - Art. 135 e 136 do CTN. O sócio responsável pela administração e gerência da sociedade limitada, é objetivamente responsável pela dívida fiscal, contemporânea ao seu gerenciamento

ou administração, constituindo violação à lei o não recolhimento de dívida fiscal regularmente constituída e inscrita. Não exclui a sua responsabilidade o fato do seu nome não constar na certidão de dívida ativa. Multiplicidade de precedentes jurisprudenciais (STF-STJ). Recurso provido." (Rec. Esp. n. 33.731-1-MG, in DJU, Seção I, de 06/03/95 pg. 4318).

5. Assim, a Exeqüente requer, respeitosamente, a Vossa Excelência:

a) A inclusão do sócio administrador da sociedade à época de sua dissolução irregular, **WALDIR ABREU GONÇALVES,** no polo passivo deste feito, nos termos do art. 135, III do CTN e art. 4º, inciso V, da Lei 6.830/80.
b) O bloqueio de suas contas através do BACENJUD, com fulcro no art. 11, da Lei de Execuções Fiscais.
c) A expedição de carta citatória em desfavor do referido corresponsável, a ser remetida ao endereço indicado na consulta ora colacionada.
d) Desde já, informa que realizou pesquisa de imóveis no ARISP em nome do corresponsável, formalizada sob o número de protocolo 1808010773.

Pede deferimento.
Recife, 29 de agosto de 2018.

MARINA REZENDE ACIOLI LINS
PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB

USUARIO: MARINA
29/08/2018 16:52

102
pw

NI-CPF : 297.112.077-53 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : WALDIR ABREU GONCALVES
DT NASC: 25/07/1953
MAE : MARIA CAVALCANTI ABREU E SOUZA
SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R NOSSA SENHORA DA SAUDE,280
50731-020 CORDEIRO,RECIFE

DDD : 0081 TELEFONE: 33282017 CELULAR: COD.MUN.: 2531 PE
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0410100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

__ CNPJ,CONSULTA,CNPJ (CONSULTA PELO CNPJ)_____

T34227WI DATA: 29/08/2018 PAG.: 1 / 1 USUARIO: MARINA

CPF DO RESPONSAVEL COM INSCRICAO EM SITUACAO REGULAR NA BASE CPF

CNPJ: 07.292.504/0001-71 (MATRIZ)

PREP.: NIRE: 26201500410

CPF RESP.: 297.112.077-53 QUALIF.: SOCIO-ADMINISTRADOR

N.E.: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

NOME FANTASIA: CONSTRUTORA ABREU GONCALVES

DT ABERTURA: 15/03/2005(03/2005) DT PRIM. ESTAB.: 15/03/2005

SIT.CAD.CNPJ: ATIVA

DATA DA SITUACAO : 15/03/2005(03/2005) PROC. INSCR. OFICIO:

END.: AV ANTONIO TORRES GALVAO 254

BAIRRO/DISTRITO: IMBIRIBEIRA

MUNICIPIO: 2531 RECIFE UF: PE

CEP: 51160-330 ORGAO: 0410100 TELEFONE: 81-33282017 FAX: 81-33282017

PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS PF2 - OP. SUCESSAO PF10 - INFORM. FISCAIS

PF6 - QUADRO SOCIETARIO PF5 - MOVIMENTO PF11 - DECLARACOES IRPJ

PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS PF12 - HISTORICO

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

194
Pw

26201500410
-
03883422428

20050316
ABREU GONCALVES CONSTRUCO... >>>
BRUNO CORDEIRO GONCALVES (3)

HISTÓRICO ATOS ARQUIVADOS

CONTRATO	**03/2005**	**10**
ALTERACÃO	**08/2005**	**4**
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	**04/2006**	**7**
ALTERACÃO	**10/2007**	**9**
ALTERACÃO	**03/2009**	**5**
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	**08/2009**	**5**
ALTERACÃO	**02/2010**	**11**
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	**06/2010**	**4**
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	**08/2010**	**4**
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	**08/2010**	**6**
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	**10/2011**	**5**
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	**11/2012**	**5**
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	**12/2012**	**5**
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	**06/2014**	**8**
ALTERACÃO	**05/2017**	**8**

NIRES(S) 1 de 1

195

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar de Comércio	Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial) Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE
26.2.0150041-0	206-2		17/922914-1

1 - REQUERIMENTO

Protocolo REDESIM: 81700000181150

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Pernambuco

Nome: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**

requer a V. S.ª o deferimento do seguinte ato:

Nº VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QUANT	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			Alteração
		021	1	Alteracao de Dados (exceto Endereço)

(Vide tabela de atos e eventos no site, em Arquivos Úteis)

CADASTRADO
23 MAI 2017

Recife
Local

4/5/2017
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio
Nome: WALDIR ABREU GONCALVES
Assinatura:
Telefone de contato: 34219147

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ Decisão Singular

Nome(s) empresarial(is) igual(is) ou semelhante(s)

☐ SIM

☒ NÃO — Data — Responsável

☐ NÃO — Data — Responsável

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/05/2017
SOB Nº: 20179229141
Protocolo: 17/922914-1
Empresa:26 2 0150041 0
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA
SECRETARIO-GERAL

Data
Responsável

Decisão Singular

☐ Processo em exigência. (vide despacho em folha anexa)
☒ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

23/05/17
Data — Responsável

Maria Eduarda Simião
Analista de Processos - Port. 005/2016

Decisão Colegiada

☐ Processo em exigência. (vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

Data — Vogal — Vogal — Vogal

Presidente da ____ Turma

Observações

V 2.0

196

Instrumento Particular de Alteração Contratual.

BRUNO CORDEIRO GONÇALVES, brasileiro, empresário, nascido em 20/11/1981, casado, residente e domiciliado à Rua Itacambira, 49 – Casa B - IPSEP - Recife – PE - CEP 51350-110, portador da Cédula de Identidade 5.626.918 SSP/PE e CPF/MF 038.834.224-28;

WALDIR ABREU GONÇALVES, brasileiro, engenheiro, nascido em 25/07/1953, casado em regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado à Avenida Nossa Senhora da Saúde, 280 Cordeiro – Recife – PE – CEP 50731-020, portador da Cédula de Identidade 2.122.999 SSP/PE e CPF/MF 297.112.077-53

únicos sócios componentes da sociedade empresária denominada **ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA.**, com sede à Avenida Antônio Torres Galvão, 254 – Imbiribeira – Recife – Pernambuco – CEP: 51160-330 , registrada no JUCEPE sob o NIRE 2620.150041-0 em 15 de março de 2005 e Instrumento de Consolidação protocolado sob o número 2007.876484-0, em 08 de outubro de 2007, inscrita no CNPJ/MF sob o número 07.292.504/0001-71, resolvem, de comum acordo, alterar parcialmente seu Instrumento de Consolidação supra citado, mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade poderá prosseguir com apenas 01 (um) sócio, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, exceto na hipótese contida no artigo 1.033 da Lei 10406/2002;

EXCLUSIVA COMERCIAL DE PEÇAS CONFERE COM O ORIGINAL
BAIXADO PELA JUCEPE EM 31/10/2018 4:44:32 PM
GUILHERME FILHO

1097

CLÁUSULA SEGUNDA

O sócio **BRUNO CORDEIRO GONÇALVES**, já qualificado, retira-se, neste ato, da sociedade, cedendo e transferindo de forma onerosa, a totalidade de suas cotas, 20.000 (vinte mil), do valor total de R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), em favor do sócio remanescente, **WALDIR ABREU GONÇALVES**, já qualificado, que passa neste ato, a deter 100% (cem por cento) das cotas da sociedade, de acordo com o que faculta a lei 10406/2002;

Parágrafo Único: Os sócios dão entre si e perante a sociedade, plena, geral e irrevogável quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

Em face da presente alteração, o quadro do Capital Social passa a ser o seguinte a saber:

Quadro Societário	Número de Cotas	Valor da Cota (R$)	Capital Social (R$)	Percentual %
Waldir Abreu Gonçalves	200.000	1,00	200.000,00	100
TOTAIS	**200.000**	**1,00**	**200.000,00**	**100**

CLÁUSULA QUARTA

A administração da sociedade caberá ao sócio **WALDIR ABREU GONÇALVES**, já qualificado, com poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicialmente e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos constantes no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios, nos termos dos artigos 997, VI; 1013, 1015, 1064, CC/2002;

EXTRATO COMERCIAL DE CERTIDÃO DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS
JUCEPE E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS
www.jucepe.pe.gov.br
FILHO 8/29/2013 4:44:32 PM
BAIXADO POR CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA

198

CLÁUSULA QUINTA

O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA SEXTA

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas contratuais e alterações posteriores, não modificadas pelas condições acima mencionadas.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas, para surtir efeitos legais.

Recife, 01 de março de 2017.

BRUNO CORDEIRO GONÇALVES

WALDIR ABREU GONÇALVES

Testemunhas:

TARCIANA VIEIRA DA SILVA
CPF/MF 091.939.424-86
Identidade 8250836 SDS/PE

Maria Ele... Santana
Analista de Proces... 04/2010
Unidade da A... Processos

MARILUCE BARBOSA ALVES
CPF/MF 432.955.254-04
Identidade 2925444 SSP/PE

EXCLUSIVO PARA USO COMERCIAL DE PESSOAS JURÍDICAS
BAIXADO POR GUILHERME FILHO 29/12/2018 4:44:32 PM

5º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE - www.tabelionatofigueiredo.com.br
Av. Herculano Bandeira, 563 - Pina - Recife - Pernambuco - Fones: (81) 3073-0800
Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho - Tabelião Público

Reconheço a(s) firma(s) por semelhança de:
[0264942]-BRUNO CORDEIRO GONÇALVES
Recife, 11 de Maio de 2017 - Em test° ___ da verdade.
BRUNO SILVA DE VASCONCELOS - Escrevente
Emol.: R$ 4,47; TSNR: 0,78; FERC: 0,39; Total: 5,64
Selo eletrônico de fiscalização:0073783.YFA05201707.01682
Consulte Autenticidade em: www.tjpe.jus.br/selodigital

5º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE - www.tabelionatofigueiredo.com.br
Av. Herculano Bandeira, 563 - Pina - Recife - Pernambuco - Fones: (81) 3073-0800
Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho - Tabelião Público

Reconheço a(s) firma(s) por semelhança de:
[0175245]-WALDIR ABREU GONCALVES
Recife, 11 de Maio de 2017 - Em test° ___ da verdade.
BRUNO SILVA DE VASCONCELOS - Escrevente
Emol.: R$ 4,47; TSNR: 0,78; FERC: 0,39; Total: 5,64
Selo eletrônico de fiscalização:0073783.ZLD05201707.01678
Consulte Autenticidade em: www.tjpe.jus.br/selodigital

Ministério da Fazenda

[redacted]

199

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de Pernambuco**

CÓDIGO DE ACESSO
PE.97.86.74.62 - 07.292.504.000.171

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	**07.292.504/0001-71**

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

230 Alteração da qualificação da pessoa física responsável perante o CNPJ
247 Alteração de capital social
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

■ FCPJ ■ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

■ Responsável ☐ Preposto

NOME	CPF
WALDIR ABREU GONCALVES	**297.112.077-53**

LOCAL E DATA	ASSINATURA (com firma reconhecida)
RECIFE, 10 DE MAIO DE 2017	

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE - www.mbelfimatofigueiredo.com.br
Av. Herculano Bandeira, 563 - Pina - Recife - Pernambuco - Fones: (81) 3073-6500
Tabelião de Fleuriedes Antônio de Oliveira Filho - Tabelião Substituto

Reconheço a(s) firma(s) por semelhança de:
[0176245] - WALDIR ABREU GONCALVES
Recife, 11 de Maio de 2017 - Em test° ____ da verdade.
BRUNO SILVA DE VASCONCELOS - Escrevente
Emol.: R$ 4,47; TSNR: 0,76; FERC: 0,39; Total: 5,62
Selo eletrônico de fiscalização: 0073783.BO305201707.01876
Confira a autenticidade em: www.tjpe.jus.br/selodigital

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016

JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO
DOCUMENTOS DIGITALIZADOS
VISTO DA SUCEPE E ÓRGÃO REGISTRO
http://imagens.jucepe.pe.gov.br
GUILHERME FILHO 8/29/2017 4:32 PM

Imprimir

SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA 28/08/2018

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 9 Inscrições Selecionadas:
Parâmetro de Localização: 0400016903354
Seções Selecionadas: RLO, RSE

1º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41
Nº Inscrição: 40 2 16 000312-38
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 224.964,30 (UFIR 211.412,72)
Valor Consolidado: R$ 365.316,18

2º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93
Nº Inscrição: 40 2 16 000624-60
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 19.983,72 (UFIR 18.779,90)
Valor Consolidado: R$ 44.926,12

3º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41
Nº Inscrição: 40 4 16 000147-02
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradória Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 63.236,27 (UFIR 59.426,99)
Valor Consolidado: R$ 102.702,39

4º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71

Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41
Nº Inscrição: 40 6 16 008657-90
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 83.301,67 (UFIR 78.283,69)
Valor Consolidado: R$ 135.263,19

5º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41
Nº Inscrição: 40 6 16 008658-71
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 101.189,31 (UFIR 95.093,77)
Valor Consolidado: R$ 164.687,26

6º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93
Nº Inscrição: 40 6 16 009280-32
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 18.863,70 (UFIR 17.727,34)
Valor Consolidado: R$ 42.276,56

7º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93
Nº Inscrição: 40 6 16 009281-13
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 53.636,83 (UFIR 50.405,74)
Valor Consolidado: R$ 119.920,89

8º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41
Nº Inscrição: 40 7 16 000544-55
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial:

202 pw

00099598620164058300

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Valor Inscrito: R$ 18.376,35 (UFIR 17.269,36)

Valor Consolidado: R$ 29.846,66

9º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

Tipo de Devedor: Principal

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71

Situação: ATIVA AJUIZADA

Nº Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93

Nº Inscrição: 40 7 16 000736-70

Data Inscrição: 12/04/2016

Nº Processo Judicial:

Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO

Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Valor Inscrito: R$ 11.896,03 (UFIR 11.179,34)

Valor Consolidado: R$ 26.606,23

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: R$ 595.448,18 (UFIR 559.578,85)

Valor Consolidado: R$ 1.031.545,48

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 1908051602140820000011403524
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

203
pw

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi o presente feito, do que, para constar, lavrei o presente termo.

Recife, 24 de setembro de 2018.

Roberta Marinho da Silva
OPERADOR DE DOCUMENTOS

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11379021
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408200000011403525

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

CONCLUSÃO

Aos 28/11/2018, faço conclusão para **Despacho** dos presentes autos a(o) Dr(a). **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS** do que, para constar, lavrei o presente termo.

LUZINETE DE ARRUDA MELO
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Despacho

Vistos etc.

Cuida-se de execução fiscal movida pela FAZENDA NACIONAL colimando saldar débito fiscal relativo à(s) CDA(s) listada(s) na inicial.

Frustrada a tentativa de citação da executada, a exequente requer o redirecionamento da execução ao(s) sócio(s) administrador(es).

Vieram-me os autos conclusos. Fundamento e decido.

Friso, inicialmente, não ser o caso de aplicar, no caso em tela, o disposto no art. 133 e seguintes do CPC, que disciplina o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

É que pretende a Fazenda Nacional a responsabilização do(s) administrador(es) da pessoa jurídica executada por ato ilícito por ele(s) praticado(s) (dissolução irregular) e com base em normatização específica (art. 135, III, do CTN), sem que haja necessidade de se aquilatar os requisitos do art. 50 do CC/2002, para a desconsideração da personalidade jurídica.

Além disso, o CPC, ao tratar de quem pode ter os bens sujeitos à execução, distingue claramente o "sócio, nos termos da lei" (art. 790, II) e o "responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica" (art. 790, VII).

Afastada a necessidade de se realizar incidente de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada (até porque não se pretende excluí-la do polo passivo da lide, mas apenas a responsabilização tributária do sócio), passo à análise do pedido de redirecionamento da pretensão executória.

De acordo com o art. 135, III, do CTN, são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei,

contrato social ou estatutos os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Considerando que esta execução foi movida, inicialmente, em desfavor da empresa devedora, a responsabilização do sócio/responsável depende da comprovação da dissolução irregular da empresa ou da sua atuação com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, sem que o simples inadimplemento de obrigação tributária implique infração à lei e automático redirecionamento da pretensão executiva.

Com efeito, de acordo com a Súmula nº 435 do STJ, presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

Além disso, o administrador que deixa de manter atualizados os registros empresariais e comerciais, em especial referentes à localização da empresa e à sua dissolução, viola a lei (arts. 1.150 e 1.151 do CC e arts. 1º e 2º da Lei 8.934/1994, art. 195 do DL nº 5.844/1993)[1].

No caso dos autos há indícios de que a executada foi encerrada de forma irregular pelos administradores, autorizando o redirecionamento da pretensão executiva aos sócios, na forma do art. 135, III, do CTN.

No que toca à responsabilização do sócio, o STJ, no julgamento do REsp 1.520.257/SP[2], de relatoria do Ministro Og Fernandes, firmou posicionamento no sentido de se exigir, para o redirecionamento da pretensão executória, que o sócio permaneça na administração da sociedade no momento de sua dissolução irregular, se tornando irrelevante a data da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.

Frisou o Ministro Mauro Campbell, no julgamento do AgRg no REsp 1.545.342/GO[3], que "para autorizar o redirecionamento da execução fiscal em face do sócio basta a verificação do responsável pela gerência da empresa ao tempo em que ocorreu a dissolução irregular, ou seja, ainda que a gerência seja posterior à data de ocorrência do fato gerador".

Assim, penso estar evidenciada a dissolução irregular da empresa apta a ensejar o redirecionamento desta execução ao(s) sócio(s) WALDIR ABREU GONÇALVES CPF 297.112.077-53.

POSTO ISSO, defiro o pedido da FAZENDA e determino a inclusão no pólo passivo da demanda do(s) sócio(s) WALDIR ABREU GONÇALVES CPF 297.112.077-53.

Defiro a inicial em relação ao(s) coexecutado(s), nos moldes do art. 7º da Lei nº 6.830/1980, mas deixo de determinar sua citação, em razão da previsão do art. 21 da referida Portaria PGFN nº 396/2016.

---

[1] STJ, AGA 201001000097, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:03/02/2011.
[2] STJ, REsp 1520257/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2015, DJe 23/06/2015
[3] STJ, AgRg no REsp 1545342/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015.

Com efeito, os arts. 20 e 21 da Portaria PGFN nº 396, de 20 de abril de 2016, estabelecem que serão suspensas, nos termos do art. 40, caput, da Lei nº 6.830/1980, independente da efetiva citação dos executados, as execuções fiscais cujo valor consolidado seja igual ou inferior a **R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, desde que não conste nos autos garantia útil[4] à satisfação integral ou parcial do crédito executado.

Os §§1º e 2º do mencionado art. 20 preconizam que não se aplica a mencionada suspensão enquanto pendente causa de suspensão da exigibilidade do crédito ou julgamento de exceção de pré-executividade, embargos ou outra ação de defesa e quando as execuções foram propostas contra pessoas jurídicas de direito público ou contra devedores com informação de falência ou recuperação judicial e nos casos de créditos de FGTS.

Desse modo, considerando que, no caso em comento, o valor exigido é inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não existe garantia útil ao processo, o executado não está listado no art. 20, §3º, da Portaria PGFN nº 396/2016, bem como não há suspensão da exigibilidade do crédito ou pendência de discussão argumento de defesa, **determino a suspensão do feito**, na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, pelo prazo de 1 (um) ano.

Decorrido o prazo da suspensão, contado da intimação pessoal da parte exequente, sem que tenha havido indicação de bens à penhora e, independente de nova intimação, arquivem-se os autos sem baixa na distribuição, à luz do art. 40, §2º, da Lei nº 6.830/1980.

Por fim, antes de realizada a suspensão do feito, proceda-se à inclusão do(s) corresponsável(is) no pólo passivo da lide.

Intime-se. Cumpra-se.

Recife, 28 de novembro de 2018.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal da 33ª Vara/PE

RECEBIMENTO
Nesta data, recebi os presentes autos do(a) M.M. Juiz(a) Federal da 33ª Vara, do que, para constar, lavrei o presente termo. Recife, 28/11/2018. Eu, _____, SERVIDOR(A), assino.

[4] O §1º do art. 20 da Portaria PGFN nº 396, de 20 de abril de 2016, conceitua garantia inútil como "aquela de difícil alienação, sem valor comercial ou irrisória".

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Pernambuco

Emitido em 04/12/2018 13:58

207

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, em Recife, 4 de dezembro de 2018, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....:	0009959-86.2016.4.05.8300
Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	21/07/2016 14:22:00
2. Número de volumes.....:	1
3. Nro. do processo adm....:	104180 401742/2015-41
4. Valor de execução.....:	R$ 906.382,19
5. Observações.....:	
6. Vara.....:	33a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto
7. Tipo de distribuição.....:	Distribuição - Ordinária
8. Data/Hora distribuição....:	22/08/2016 15:59
9. Distr. lançada por.....:	Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti
10. Usuário ult. alteração....:	CESAR CAVALCANTI DANTAS
11. Data última alteração....:	04/12/2018 13:26
12. Processo Prevento.....:	
13. Nro. inscrição C.D.A.....:	40 2 16 000312-38 40 2 16 000624-60 40 4 16 000147-02 40 6 16 008657-90 40 6 16 008658-71 40 6 16 009280-32 40 6 16 009281-13 40 7 16 000544-55 40 7 16 000736-70

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1_EXEQUENTE	FAZENDA NACIONAL	
3_PROCURADOR	CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS	
2_EXECUTADO	ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	
4_CO-RESPONSÁVEL	WALDIR ABREU GONCALVES	

Alterações:

04/12/2018 13:26 Parte incluso(a) com valor 'CO-RESPONSÁVEL: WALDIR ABREU GONCALVES'

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11379024
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408300000011403528

JUSTIÇA FEDERAL – 33ª Vara Federal

CERTIDÃO

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho/decisão de fls. retro, **SUSPENDI** o curso do presente feito, **nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80**. O referido é verdade. Dou fé. Recife, 04/12/2018

CÉSAR CAVALCANTI DANTAS
Téc.Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL – 33ª Vara Federal

VISTA / REMESSA

Nesta data, faço remessa dos autos à **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL** para ciência de despacho/decisão/sentença, do que, para constar, lavrei o presente termo. Dou fé. Recife, 10/12/2018.

PRISCILA VIVIANE LINS DE ARAUJO

Henrique Ferreira da Silva Júnior
Apoio/Defesa/PRFN-6ªR
Siape 07478752
10 DEZ 2018

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11379029
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408300000011403534

208

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCESSO Nº 0009959-86.2016.4.05.8300
33ª VARA FEDERAL

MM. Juiz:

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por sua procuradora, vem perante esse Juízo requerer a expedição de mandado de penhora a recair sobre o bem imóvel em nome de WALDIR ABREU GONÇALVES, CPF 297.112.077-53 localizado na Rua General Americano Freire, 798, ap. 701, Boa Viagem, Recife – PE, matrícula 59.992, conforme documentação anexa.

Junta aos autos demonstrativo atualizado do débito.

Termos em que,
Pede deferimento.

Recife, 10 de janeiro de 2019.

Raíssa Maria Barbosa Maggi
Procuradora da Fazenda Nacional

LIVRO 2-REGISTRO GERAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE RECIFE-PE

MIRIAM DE HOLANDA VASCONCELOS
TITULAR

MATRÍCULA	FICHA	DATA
59.992	001	09/08/1993

IMÓVEL: - Apartamento de nº 701 tipo A, localizado no 7º pavimento elevado do **EDIFICIO LE CHATEAU BLOIS**, situado na rua General Americano Freire nº 798, em Boa Viagem, na freguesia dos Afogados, nesta cidade, composto de sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, 3 quartos sociais, sendo 1 suite, 1 WC social e WC suite, circulação, quarto e WC de empregada, com uma área privativa total de 128,34m2, área comum de condominio de 30,51m2,e área total de 158,85m2, correspondendo ao mesmo uma fração ideal do lote de terreno próprio nº 5-A da quadra E, do loteamento Sitio da Mangueira, resultante do remembramento dos lotes A, onde se encontrava edificado a casa 797 e do lote B, ambos da mesma quadra e loteamento, equivalente a 0,0242, cabendo ainda ao mesmo o direito a uma vaga de estacionamento, limitando-se o Edificio, pela frente com a rua General Americano Freire; pelo lado direito com as casas nºs. 292, 302 e 312, da rua General Luiz Mallet; pelo lado esquerdo com a rua Dom José Lopes; e fundos com o lote nº 4, da mesma quadra e loteamento.Estando dito apartº inscrito na P.C.R.sob o nº 6.1835.170.02.0252.0013.7. Tendo a vaga de garagem uma área de 11,73m2.
PROPRIETÁRIO:- PAULO MIRANDA EMPREENDIMENTOS LTDA, com sede nesta cidade, na rua Carlos Porto Carreiro nº 190, 8º andar, inscrita no CGC nº 11.307.840/0001-18.
REGISTRO ANTERIOR:- Livros 2-S-0 e 2-N-9, Matriculas nºs. 51.670 e 38.879. Rs.01 e 08(Titulos aquisitivos) em data de 05.06.89, respectivamente.Encerradas em virtude de remembramento consoante matricula 54.737, do livro 2-U-7, às fls.94, AV-01, em data de 06.09.90, Estando o Memorial e a Instituição de condominio registrados sob nºs.2 e 6 dessa mesma matricula, em data de 4.10.90 e 9.08.93, respectivamente. E a Regulamentação de Condominio registrada sob o nº 3338, do livro 3, em data de 09.08.93.

AV-1- 59.992 **PROCEDI**, nesta data, por força da abertura da presente matricula, a averbação de que sobre o imóvel à que alude à matricula supra, incide uma hipoteca de 1º grau, em favor do **BANCO BANORTE S/A**, conforme R-5 da Matricula nº 54.737, em data de 14.02.1992. Dou fé. Recife, 09 de agosto de 1993. O Oficial, subscrevo e assino:-

AV-2- 59.992 **TÍTULO:**- Averbação do apartamento.**IMÓVEL:**- o constante da matricula supra.**FORMA DO TÍTULO:**- Requerimento firmado em 23 de julho de 1993, por **PAULO MIRANDA EMPREENDIMENTOS LTDA**, com sede nesta cidade, á rua carlos Porto Carreiro nº 190, 8º andar, inscrita no CGC nº 11.307.840/0001-18. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:**- Alvará de Habite-se expedido pela P.C.R; Certidão Negativa de Débito CND, expedida em 28.05.93, pelo IAPAS, e requerimento já citado. Dou fé. Recife, 09 de agosto de 1993. O Oficial, subscrevo e assino:-

continua no verso

Consulte a autenticidade do selo no site www.tjpe.jus.br/selodigital

CONTINUAÇÃO

AV-3- 59.992 :- PELA carta firmada em 07 de junho de 1994, o credor **BANCO BANORTE S/A**, autorizou o cancelamento da hipoteca de 1º grau, incidente sobre o imóvel a que alude a matricula supra. Ficando desse modo cancelada a hipoteca registrada sob o nº 5 da matricula **54.737**, só no que se refere ao imóvel supra citado, bem como a AV-1 desta matricula. **DOCUMENTO ARQUIVADO:-** a mencionada carta. Dou fé. Recife, 18 de julho de 1994. O Oficial, subscrevo e assino: ____.

R-4- 59.992:- PELO Instrumento particular de venda e compra com financiamento pacto adjeto de hipoteca e outras avenças, firmado na cidade de São Paulo, em 16 de Agosto de 1994, o PROPRIETÁRIO, **VENDEU** à EUCLIDES AVELAR CAMPOS e sua esposa HELENA MARIA NERY DE PAIVA CAMPOS, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, em 16/12/1984, ele zootecnista, ela do lar, inscritos no CPF nº 931.639.678-68 e 462.446.206-82, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, o imóvel constante da matricula supra, pelo preço de R$ 81.216,00 (oitenta e um mil, duzentos e dezesseis reais). **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** o citado instrumento, com toda documentação prevista em Lei. Dou fé. Recife, em 06 de Setembro de 1994. O Oficial, subscrevo e assino:-

---

R-5- 59.992:- PELO Instrumento particular de venda e compra com financiamento pacto adjeto de hipoteca e outras avenças, firmado na cidade de São Paulo, em 16 de Agosto de 1994, os PROPRIETÁRIOS, **constituiram** em favor da COMPANHIA REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, com sede na Av. Paulista, 1.374, 3º andar, na cidade São Paulo-SP, inscrita no CGC nº 62.500.376/0001-12, a **hipoteca de 1º grau**, do imóvel constante da matricula supra, em garantia do financiamento no valor de R$ 54.670,40 (cinquenta e quatro mil e seiscentos e setenta reais e quarenta centavos) pagáveis de acordo com a instrumento que ora se registra. Dou fé. Recife, em 06 de Setembro de 1994. O Oficial, subscrevo e assino:-

---

AV-6-59.992:- Título prenotado sob nº 378.347, do protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. INCORPORAÇÃO. PROCEDO, nesta data, nos termos do requerimento firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de novembro de 2011, a averbação da **incorporação** da **COMPANHIA REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO**, pelo **BANCO REAL S/A**, consoante documentação arquivada nesta Serventia, em data de 09/10/2000. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A de Vasconcelos. Of Substº

AV-7-59.992:- Título prenotado sob nº 378.347, do protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. INCORPORAÇÃO. PROCEDO, nesta data, nos termos do requerimento firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de novembro de 2011, a averbação da **incorporação** do **BANCO REAL S/A**, pelo **BANCO ABN AMRO S/A**, consoante documentação arquivada nesta Serventia, em data de 09/10/2000. Dou fé: Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A de Vasconcelos. Of Substº

AV-8-59.992:- Título prenotado sob nº 378.347, do protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. ATUAL DENOMINAÇÃO. PROCEDO, nesta data, nos termos do requerimento firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de

Continua na ficha 02

CONTINUAÇÃO

novembro de 2011, a averbação da **atual denominação social** do **BANCO ABN AMRO S/A**, que é o **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, consoante documentação arquivada nesta Serventia, em data de 09/10/2000. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydiau A de Nascimentos. Of Subst.

AV-9-59.992:- Título prenotado sob nº 378.346, do Protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. CANCELAMENTO DE HIPOTECA. PROCEDO nesta data, consoante Termo de Quitação nº 47606, firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de novembro de 2011, pelo **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, acima qualificado e legalmente representado, ao **cancelamento da hipoteca** incidente sobre o imóvel a que alude a matricula supra, face liquidação da dívida, ficando assim cancelada e de nenhum efeito a hipoteca registrada sob o nº 5 desta matrícula. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydiau A de Nascimentos. Of Subst

R-10-59.992:- Titulo prenotado sob nº 415.868, do Protocolo 1-EF, em data de 10/07/2014. COMPRA E VENDA. PELA Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 07 de julho de 2014, no livro 1569-E, fls.018/021, pelo 8º Ofício de Notas do Recife/PE, **EUCLIDES AVELAR CAMPOS**, zootecnista, portador da cédula de identidade nº 6.383.695-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 931.639.678-68, e sua esposa **HELENA MARIA NERY DE PAIVA CAMPOS**, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade nº 000.760.730-SSP/MS, inscrita no CPF/MF sob o nº 462.446.206-82, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens em 16/08/1984 na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade do Recife, com endereço à Rua Francisco da Cunha, nº 206, Apartamento 2102, no bairro de Boa Viagem; **venderam** a **WALDIR ABREU GONÇALVES**, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade nº 2.122.999 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 297.112.077-53, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU**, analista de sistemas, portadora da cédula de identidade nº 2.034.168-SSP/PE, e inscrita no CPF/MF sob o nº 388.924.214-68, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade do Recife/PE, com endereço à Avenida Antônio Torres Galvão, nº 254, no bairro Imbiribeira, o imóvel a que alude a matrícula supra, pelo preço de **R$ 445.000,00** (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), tendo sido avaliado pela PCR em 14/05/2014, por R$ 540.000,00. Consta da escritura que ora se registra, declaração do comprador dispensando os vendedores da apresentação das certidões de Feitos Ajuizados. Dou fé. Recife, em 14 de agosto de 2014. O Oficial, subscrevo e assino:-

R-11-59.992:- Prenotação nº 460.379, de 01/09/2015. HIPOTECA CEDULAR (CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO). PROCEDO, nesta data, ao registro da **Hipoteca Cedular de 1º grau, e sem concorrência de**

Continua no verso

CONTINUAÇÃO

terceiros, do imóvel a que alude a matricula supra, constituida pelo proprietário WALDIR ABREU GONÇALVES, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.122.999/SSP-PE, e do CPF sob nº 297.112.077-53, e sua esposa **BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU**, bancária e economista, portadora da Carteira de Identidade nº 2034168/SSP-PE e do CPF sob nº 388.924.214-68, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Camaragibe/PE, **em favor do credor BANCO DO BRASIL S/A**, com sede em Brasilia-DF, por sua dependência GECOR ING, Recife-PE, situada na Avenida Rio Branco, 240, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/7504-33, legalmente representado, em garantia das obrigações decorrentes da **Cédula de Crédito Bancário nº 498.100.710, emitida em 08/03/2016, pela ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA**, sediada nesta cidade, na Avenida Antonio Torres Galvão, 254, Casa, Imbiribeira, inscrita no CNPJ nº 07.292.504/0001-71, legalmente representada, **no valor de R$ 266.314,22** (duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e vinte e dois centavos). **FORMA DE PAGAMENTO**: será pago **através de 96 (noventa e seis) parcelas**, com os seguintes vencimentos e valores nominais: em **08/04/2016** - R$ 10,00; em **08/05/2016** - R$ 10,00; em **08/06/2016** - R$ 17.000,00; em **08/07/2016** - R$ 10,00; em **08/08/2016** - R$ 10,00; em **08/09/2016** - R$ 17.000,00; em **08/10/2016** - R$ 10,00; em **08/11/2016** - R$ 10,00; em **08/12/2016** - R$ 17.000,00; em **08/01/2017** - R$ 2.474,19; em **08/02/2017** - R$ 2.474,19; em **08/03/2017** - R$ 2.474,19; em **08/04/2017** - R$ 2.474,19; em **08/05/2017** - R$ 2.474,19; em **08/06/2017** - R$ 2.474,19; em **08/07/2017** - R$ 2.474,19; em **08/08/2017** - R$ 2.474,19; em **08/09/2017** - R$ 2.474,19; em **08/10/2017** - R$ 2.474,19; em **08/11/2017** - R$ 2.474,19; em **08/12/2017** - R$ 2.474,19; em **08/01/2018** - R$ 2.474,19; em **08/02/2018** - R$ 2.474,19; em **08/03/2018** - R$ 2.474,19; em **08/04/2018** - R$ 2.474,19; em **08/05/2018** - R$ 2.474,19; em **08/06/2018** - R$ 2.474,19; em **08/07/2018** - R$ 2.474,19; em **08/08/2018** - R$ 2.474,19; em **08/09/2018** - R$ 2.474,19; em **08/10/2018** - R$ 2.474,19; em **08/11/2018** - R$ 2.474,19; em **08/12/2018** - R$ 2.474,19; em **08/01/2019** - R$ 2.474,19; em **08/02/2019** - R$ 2.474,19; em **08/03/2019** - R$ 2.474,19; em **08/04/2019** - R$ 2.474,19; em **08/05/2019** - R$ 2.474,19; em **08/06/2019** - R$ 2.474,19; em **08/07/2019** - R$ 2.474,19; em **08/08/2019** - R$ 2.474,19; em **08/09/2019** - R$ 2.474,19; em **08/10/2019** - R$ 2.474,19; em **08/11/2019** - R$ 2.474,19; em **08/12/2019** - R$ 2.474,19; em **08/01/2020** - R$ 2.474,19; em **08/02/2020** - R$ 2.474,19; em **08/03/2020** - R$ 2.474,19; em **08/04/2020** - R$ 2.474,19; em **08/05/2020** - R$ 2.474,19; em **08/06/2020** - R$ 2.474,19; em **08/07/2020** - R$ 2.474,19; em **08/08/2020** - R$ 2.474,19; em **08/09/2020** - R$ 2.474,19; em **08/10/2020** - R$ 2.474,19; em **08/11/2020** - R$ 2.474,19; em **08/12/2020** - R$ 2.474,19; em **08/01/2021** - R$ 2.474,19; em **08/02/2021** - R$ 2.474,19; em **08/03/2021** - R$ 2.474,19; em **08/04/2021** - R$ 2.474,19; em **08/05/2021** - R$ 2.474,19; em **08/06/2021** - R$ 2.474,19; em **08/07/2021** - R$ 2.474,19; em **08/08/2021** - R$ 2.474,19; em **08/09/2021** - R$ 2.474,19; em **08/10/2021** - R$ 2.474,19; em **08/11/2021** - R$ 2.474,19; em **08/12/2021** - R$ 2.474,19; em **08/01/2022** - R$ 2.474,19; em **08/02/2022** - R$ 2.474,19; em **08/03/2022** - R$ 2.474,19; em **08/04/2022** - R$ 2.474,19; em **08/05/2022** - R$ 2.474,19; em **08/06/2022** - R$ 2.474,19; em **08/07/2022** - R$ 2.474,19; em **08/08/2022** - R$ 2.474,19; em **08/09/2022** -

Continua na ficha 03

CONTINUAÇÃO

R$ 2.474,19; em **08/10/2022** - R$ 2.474,19; em **08/11/2022** - R$ 2.474,19; em **08/12/2022** - R$ 2.474,19; em **08/01/2023** - R$ 2.474,19; em **08/02/2023** - R$ 2.474,19; em **08/03/2023** - R$ 2.474,19; em **08/04/2023** - R$ 2.474,19; em **08/05/2023** - R$ 2.474,19; em **08/06/2023** - R$ 2.474,19; em **08/07/2023** - R$ 2.474,19; em **08/08/2023** - R$ 2.474,19; em **08/09/2023** - R$ 2.474,19; em **08/10/2023** - R$ 2.474,19; em **08/11/2023** - R$ 2.474,19; em **08/12/2023** - R$ 2.474,19; em **08/01/2024** - R$ 2.474,19; em **08/02/2024** - R$ 2.474,19; em **08/03/2024** - R$ 2.473,88; obrigando-se a liquidar com a última parcela em 08/03/2024, todas as responsabilidades resultantes do presente instrumento. **Encargos financeiros** - os valores lançados na conta vinculada a presente negociação, bem como o saldo devedor, serão atualizados monetária e mensalmente pelos encargos básicos com base na Taxa Referencial (TR), na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil, ou outro índice que legalmente venha a substituí-la. Sobre os valores devidamente atualizados pelos respectivos encargos básicos, incidirão, ainda, encargos adicionais à taxa efetiva de **1,8%** ao mês, equivalentes à taxa efetiva de **23,87%** ao ano, calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária por mês civil (28, 29, 30 e 31 dias). **LOCAL DE PAGAMENTO:** as obrigações assumidas nesta Cédula de Crédito Bancário, serão pagas junto ao Agência do Banco do Brasil S/A, na praça de emissão deste instrumento, que fica designada como foro desta Cédula. **DOCUMENTO ARQUIVADO:-** via não negociável da citada cédula. Dou fé. Recife, 19 de setembro de 2016. O Oficial, subscrevo e assino:-

---

CERTIFICO que a presente certidão foi expedida em atendimento ao Ofício Eletrônico, datado de 08/01/2019, protocolo nº **1901001344**, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, protocolizada nesta Serventia registral sob o nº **503.515**, e extraída nos termos do Provimento nº 04/2016, editado pela CGJ/PE, publicado no Diário Oficial em data de 23/03/2016, nada mais constando com relação ao imóvel da matrícula certificada que retrata a situação jurídica do imóvel até o último dia útil anterior à presente data. O referido é verdade. Dou fé.
EMOLUMENTOS, FERC(10%) E TSNR: ISENTOS (Art. 23 do Prov. 04/2016). Para efeito de alienação, a presente certidão é válida por 30 dias, conforme Decreto nº 93.240/86. Válida somente com o selo eletrônico de autenticidade e fiscalização. **0073494.TLR12201802.00161.** Recife, 09 de janeiro de 2019. Documento assinado digitalmente.

212

OFÍCIO **ELETRÔNICO**

Dados da Solicitação

- **Protocolo:** 1901001344
- **Solicitante:** RAISSA MARIA BARBOSA MAGGI
- **Data de Solicitação:** 08/01/2019°
- **Ticket N°:** 01
- **Tipo de Solicitação:** Pessoa
- **Tipo de Certidão:** Propriedade/Negativa de Propriedade
- **Status:** Aberto
- **Instituição:** Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- **Ação:** Responder Eletronicamente
- **Retransmitido:** Não
- **Dados da Solicitação:** Tipo: Pessoa Física, Nome / Razão: waldir abreu gonçalves, Número do Ofício: 0001, CPF / CNPJ: 29711207753, RG / IE: , Observações:
- **Cartórios de Pesquisa:**
  Recife: 01°
- **Cartórios pesquisados previamente (nestes cartórios foi feita a pesquisa previamente e não foram encontradas ocorrências para os dados informados):**
  Abreu e Lima: 01°
  Afrânio: 01°
  Angelim: 01°
  Araripina: 01°
  Belo Jardim: 01°
  Brejo da Madre de Deus: 01°

213

Imprimir

SERPRO

08/01/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 9

Parâmetro de Localização: 0400016903354

Seções Selecionadas: RLO, RSE

Inscrições Selecionadas:

1º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

Tipo de Devedor: Principal

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71

Situação: ATIVA AJUIZADA

Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41

Nº Inscrição: 40 2 16 000312-38

Data Inscrição: 12/04/2016

Nº Processo Judicial:

Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO

Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Valor Inscrito: R$ 224.964,30 (UFIR 211.412,72)

Valor Consolidado: R$ 371.075,25

2º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

Tipo de Devedor: Principal

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71

Situação: ATIVA AJUIZADA

Nº Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93

Nº Inscrição: 40 2 16 000624-60

Data Inscrição: 12/04/2016

Nº Processo Judicial:

Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO

Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Valor Inscrito: R$ 19.983,72 (UFIR 18.779,90)

Valor Consolidado: R$ 45.437,71

3º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

Tipo de Devedor: Principal

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71

Situação: ATIVA AJUIZADA

Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41

Nº Inscrição: 40 4 16 000147-02

Data Inscrição: 12/04/2016

Nº Processo Judicial:

Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO

Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Valor Inscrito: R$ 63.236,27 (UFIR 59.426,99)

Valor Consolidado: R$ 104.321,25

4º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

Tipo de Devedor: Principal

CPF/CNPJ: 07292504/0001-71

214

Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41
Nº Inscrição: 40 6 16 008657-90
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 83.301,67 (UFIR 78.283,69)
Valor Consolidado: R$ 137.395,71

5º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41
Nº Inscrição: 40 6 16 008658-71
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 101.189,31 (UFIR 95.093,77)
Valor Consolidado: R$ 167.277,69

6º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93
Nº Inscrição: 40 6 16 009280-32
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 18.863,70 (UFIR 17.727,34)
Valor Consolidado: R$ 42.759,46

7º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93
Nº Inscrição: 40 6 16 009281-13
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 53.636,83 (UFIR 50.405,74)
Valor Consolidado: R$ 121.293,96

8º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 401742/2015-41
Nº Inscrição: 40 7 16 000544-55
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial:

215

00099598620164058300

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 18.376,35 (UFIR 17.269,36)
Valor Consolidado: R$ 30.317,10

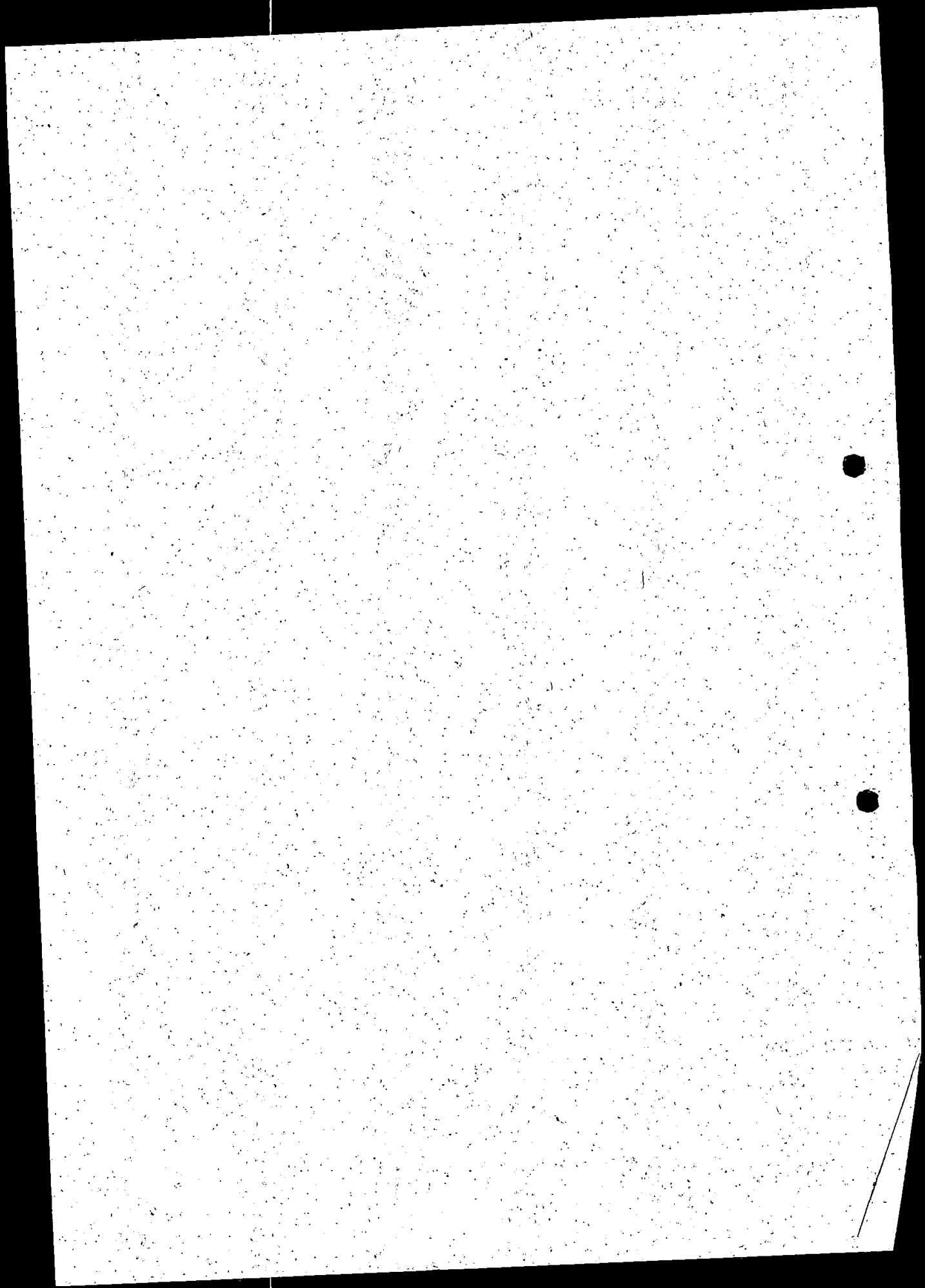
9º Devedor: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 07292504/0001-71
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 18208 071804/2011-93
Nº Inscrição: 40 7 16 000736-70
Data Inscrição: 12/04/2016
Nº Processo Judicial:
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00099598620164058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 11.896,03 (UFIR 11.179,34)
Valor Consolidado: R$ 26.910,76

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: R$ 595.448,18 (UFIR 559.578,85)
Valor Consolidado: R$ 1.046.788,89

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório



216

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro

RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi o presente feito, do que, para constar, lavrei o presente termo.

Recife, 17 de janeiro de 2019.

Roberta Marinho da Silva
OPERADOR DE DOCUMENTOS



217
9.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
33ª VARA

PROCESSO Nº. 0009959-86.2016.4.05.8300

DESPACHO/DECISÃO: **VISTOS EM INSPEÇÃO.**

( ) Processo em ordem.
( ) Cumpra-se o despacho/decisão de fls. _____.
( ) Cite(m)-se nos termos da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal).
( ) Intime-se nos termos do art. 535 do CPC.
( ) Converta-se o(s) valor(es) depositados(s) em renda do(a) exequente, conforme saldo fornecido pela Caixa Econômica Federal.
( ) Mantenha-se sobrestado/arquivado sem baixa.
À conclusão para:
( ) despacho;
( ) decisão;
( ) sentença.
Remetam-se os autos:
( ) à publicação;
( ) ao setor de cálculo;
( ) ao arquivo;
( ) ao E. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
Cobre-se:
( ) o expediente do oficial de justiça, devidamente cumprido;
( ) o cumprimento da carta precatória ao Juízo Deprecado.
Vista:
( ) ao Exequente, para indicar bens específicos à penhora. Prazo: ___ dias;
( ) à União Federal – Fazenda Nacional. Prazo: ___ dias;
( ) à União Federal – AGU/PRU. Prazo: ___ dias;
( ) à União Federal – AGU/PRF. Prazo: ___ dias;
( ) à CAIXA. Prazo: ___ dias;
( ) ao Executado. Prazo: ___ dias;
( ) ao Conselho _____. Prazo: ___ dias;
( ) à Fazenda do Município do Recife/PE. Prazo: ___ dias.
Expeça-se:
( ) Carta de citação/intimação;
( ) Mandado de citação/intimação;
(X) Mandado de citação, penhora, avaliação, depósito e registro;
( ) Ofício;
( ) Carta precatória;
( ) _____.
Aguarde-se:
( ) a devolução do expediente/A.R.;
( ) o decurso do prazo;
( ) o deslinde dos embargos;
( ) a publicação do(a) despacho/decisão/sentença;
( ) a decisão do recurso;
( ) o pagamento do RPV/Precatório.
Outro:
(x) defiro o pedido de fl. 208.

Recife, 04 de fevereiro de 2019.

Roberta Walmsley.

Roberta Walmsley S. C. Porto de Barros
Juíza Federal da 33ª Vara/PE

MPF:_____OAB/PE:_____

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11379077
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408300000011403581

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara
Av. Recife, 6250 – Fórum Ministro Artur Marinho – Jiquiá – Recife/PE
direcao33@jfpe.jus.br / Fone: (81) 3213-6000

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão/ato ordinatório retro expedi o (a) Mandado **MDP.0033.000058-4/2019**. O referido é verdade. Dou fé.

Recife, 26 de junho de 2019.

Wellington Cunha da Silva
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)
33ª Vara Federal/PE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal de PE
Av. Recife, 6250, Jiquiá – Recife - PE
direcao33@jfpe.jus.br / Fone: (81) 3213-6000

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO
N.º MDP.0033.000058-4/2019

01600003300005842019

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
CDA: 40 6 16 009280-32, 40 2 16 000312-38, 40 7 16 000544-55, 40 6 16 008657-90, 40 6 16 009281-13, 40 2 16 000624-60, 40 7 16 000736-70, 40 4 16 000147-02, 40 6 16 008658-71
EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro –
CORRESPONSÁVEL: WALDIR ABREU GONCALVES - CPF: 297.112.077-53
ENDEREÇO: RUA NOSSA SENHORA DA SAÚDE, 280, CORDEIRO, RECIFE/PE
ENDEREÇO DO(S) BEM(NS) INDICADO(S): BOA VIAGEM, RECIFE/PE - CONFORME CERTIDÃO EM ANEXO

A JUÍZA FEDERAL DA 11ª VARA NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 33ª VARA/PE, **Dra. DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI**, na forma da lei, etc.

M A N D A a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo, a quem este for apresentado, passado nos autos da Execução Fiscal acima mencionada, que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supracitado ou a outro local, e, sendo aí, proceda ao seguinte: **a)PENHORE o(s) bem(ns) de propriedade do executado/corresponsável,** descrito(s) à(s) fl(s). 209/211, em anexo, para a satisfação da dívida no valor de R$ 1.046.788,89, acrescido dos acessórios e honorários advocatícios, nomeie depositário e efetue também a **AVALIAÇÃO** dos bens penhorados; **b)** intime o **executado/corresponsável**, **bem como seu cônjuge, se casado for, e possíveis ocupantes**, se a penhora recair sobre bem imóvel; **c)** cientifique o **executado/corresponsável bem como seu cônjuge, se casado for, e possíveis ocupantes** do prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora, sob pena de se presumirem por ele aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo Exequente; **d)** providencie o **REGISTRO** da penhora no Cartório do Registro de Imóveis, se o bem for imóvel ou a ele equiparado, intimando o oficial do cartório para que entregue, neste Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão de que realizou o referido registro, ou na Repartição competente, se for veículo, ou, ainda, na Junta Comercial, ou Bolsa de Valores e na Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, partes beneficiárias, cotas ou qualquer outro tipo, créditos ou direito proprietário nominativo.

Ficará o Oficial de Justiça, desde já, autorizado, se necessário for, a cumprir o presente mandado nos sábados, domingos e feriados, ou nos dias úteis fora do horário forense (CPC art. 212), a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de verificar e descrever os bens que o/a guarnece.

Anexo: Certidão de Cartório de fls. 209/211.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 33ª Vara, aos 26 de junho de 2019. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, (Wellington Cunha da Silva), TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei. Eu, ,(SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO), Diretor(a) de Secretaria, subscrevi.

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
JUÍZA FEDERAL DA 11ª VARA NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 33ª VARA/PE

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
LUZINETE DE ARRUDA MELO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/08/2019 16:07:07
Identificador: 4058300.11379082
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080516021408300000011403586

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Bruno Vieira Fernandes Pinheiro e outro
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Ficam as partes intimadas acerca da digitalização e migração integral dos autos do processo em epígrafe para o Sistema PJe, com base na Resolução Pleno n.º 3/2018 da Presidência do TRF 5ª região.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Bruno Vieira Fernandes Pinheiro e outro
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Ficam as partes intimadas acerca da digitalização e migração integral dos autos do processo em epígrafe para o Sistema PJe, com base na Resolução Pleno n.º 3/2018 da Presidência do TRF 5ª região.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Bruno Vieira Fernandes Pinheiro e outro
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Ficam as partes intimadas acerca da digitalização e migração integral dos autos do processo em epígrafe para o Sistema PJe, com base na Resolução Pleno n.º 3/2018 da Presidência do TRF 5ª região.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Bruno Vieira Fernandes Pinheiro e outro
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Ficam as partes intimadas acerca da digitalização e migração integral dos autos do processo em epígrafe para o Sistema PJe, com base na Resolução Pleno n.º 3/2018 da Presidência do TRF 5ª região.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 09/08/2019 00:22, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 05/08/2019 16:12 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19080516122132800000011403717 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 09/08/2019 00:22 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 09/08/2019 00:22, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 05/08/2019 16:12 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19080516122132800000011403717 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 09/08/2019 00:35 - Seção Judiciária de Pernambuco.

MM. Juiz:

A União (Fazenda Nacional) vem perante Vossa Excelência dizer que toma ciência da migração do feito para o sistema PJE, bem como aguarda o cumprimento do mandado de penhora. Pugna por nova vista após o resultado de seu diligenciamento.

Recife, 09 de agosto de 2019.

Raíssa Maria Barbosa Maggi

Procuradora da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 15/08/2019 23:59, o(a) ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 05/08/2019 16:12 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19080516122085500000011403716 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 16/08/2019 00:00 - Seção Judiciária de Pernambuco.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Bruno Vieira Fernandes Pinheiro e outro
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que faço a juntada abaixo do ofício do **1° Ofício de Registro de Imóveis de Recife** referente ao processo em epígrafe.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 81720191929605
Nome original: Ofício nº 2.798.2019.pdf
Data: 26/09/2019 16:29:05
Remetente:
Raquel
01 º Registro Geral de Imóveis (Recife)
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para anexar ao Processo null.
Assunto: Segue em anexo, conforme solicitação, nosso Ofício 2.798 2019, em resposta à ord
em judicial contida nos autos supra.

1º Ofício de Registro de Imóveis de Recife

CNPJ (MF): 11.690.641/0001-31
Rua Siqueira Campos, 160 - Sala 102 - Santo Antônio - Recife-PE CEP 50010-010
Tel: (81) 3224-8533 / 3224-1710 - www.1rgirecife.com.br

Dra. Miriam de Holanda Vasconcelos
TITULAR

Maria do Monte Rodrigues de Lima
SUBSTITUTA

Mydian Albuquerque de Vasconcelos
SUBSTITUTA

Recife, 25 de setembro de 2019.

Ofício nº 2.798/2019
Do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Recife - PE
A Exma. Sra. Juíza Federal da 11ª Vara no exercício
da titularidade da 33ª Vara Federal desta Capital
Dra. Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti

Ref. s/Mandado de Penhora, Avaliação, Depósito e Registro nº MDP.0033.000058-4/2018, de 26/06/2019
Proc.: 0009959-86-2016.4.05.8300
Exequente: Fazenda Nacional
Executada: Abreu Gonçalves Construções e Instalações Ltda e outro

Acuso o recebimento do Mandado em epígrafe, ao tempo em que informo a Vossa Excelência que, em cumprimento à determinação judicial nele contida, procedi ao registro da penhora incidente sobre o imóvel objeto matrícula nº 59.992, correspondente ao apartamento nº 701, localizado no Edifício Le Chateau Blois, situado à Rua General Americano Freire, nº 798, no bairro de Boa Viagem, nesta cidade do Recife-PE, conforme se verifica do R-12 da referida matrícula, cuja cópia segue em anexo.

Limitada ao exposto, renovo a Vossa Excelência a expressão do meu apreço.

Atenciosamente,

Raquel P. Outrim Tavares
Escrevente Autorizado

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE RECIFE-PE

MIRIAM DE HOLANDA VASCONCELOS
TITULAR

MATRÍCULA	FICHA
59.992	001

DATA 09/08/1993

IMÓVEL: - Apartamento de nº 701 tipo A, localizado no 7º pavimento elevado do **EDIFICIO LE CHATEAU BLOIS**, situado na rua General Americano Freire nº 798, em Boa Viagem, na freguesia dos Afogados, nesta cidade, composto de sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, 3 quartos sociais, sendo 1 suite, 1 WC social e WC suite, circulação, quarto e WC de empregada, com uma área privativa total de 128,34m2, área comum de condominio de 30,51m2,e área total de 158,85m2, correspondendo ao mesmo uma fração ideal do lote de terreno próprio nº 5-A da quadra E, do loteamento Sitio da Mangueira, resultante do remembramento dos lotes A, onde se encontrava edificado a casa 797 e do lote B, ambos da mesma quadra e loteamento, equivalente a 0,0242, cabendo ainda ao mesmo o direito a uma vaga de estacionamento, limitando-se o Edificio, pela frente com a rua General Americano Freire; pelo lado direito com as casas nºs. 292, 302 e 312, da rua General Luiz Mallet; pelo lado esquerdo com a rua Dom José Lopes; e fundos com o lote nº 4, da mesma quadra e loteamento.Estando dito apartº inscrito na P.C.R.sob o nº 6.1835.170.02.0252. 0013.7. Tendo a vaga de garagem uma área de 11,73m2.
PROPRIETÁRIO:- PAULO MIRANDA EMPREENDIMENTOS LTDA, com sede nesta cidade, na rua Carlos Porto Carreiro nº 190, 8º andar, inscrita no CGC nº 11.307.840/0001-18.
REGISTRO ANTERIOR:- Livros 2-S-0 e 2-N-9, Matriculas nºs. 51.670 e 38.879. Rs.01 e 08(Titulos aquisitivos) em data de 05.06.89, respectivamente.Encerradas em virtude de remembramento consoante matricula 54.737, do livro 2-U-7, às fls.94, AV-01, em data de 06.09.90, Estando o Memorial e a Instituição de condominio registrados sob nºs.2 e 6 dessa mesma matricula, em data de 4.10.90 e 9.08.93, respectivamente. E a Regulamentação de Condominio registrada sob o nº 3338, do livro 3, em data de 09.08.93.

AV-1- 59.992 **PROCEDI**, nesta data, por força da abertura da presente matricula, a averbação de que sobre o imóvel à que alude à matricula supra, incide uma hipoteca de 1º grau, em favor do **BANCO BANORTE S/A**, conforme R-5 da Matricula nº 54.737, em data de 14.02.1992. Dou fé. Recife, 09 de agosto de 1993. O Oficial, subscrevo e assino:-

AV-2- 59.992 **TÍTULO:-** Averbação do apartamento. **IMÓVEL:-** o constante da matricula supra. **FORMA DO TÍTULO:-** Requerimento firmado em 23 de julho de 1993, por **PAULO MIRANDA EMPREENDIMENTOS LTDA**, com sede nesta cidade, á rua carlos Porto Carreiro nº 190, 8º andar, inscrita no CGC nº 11.307.840/0001-18. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:-** Alvará de Habite-se expedido pela P.C.R; Certidão Negativa de Débito CND, expedida em 28.05.93, pelo IAPAS, e requerimento já citado. Dou fé. Recife, 09 de agosto de 1993. O Oficial, subscrevo e assino:-

continua no verso

PARA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

PARA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

site: www.1rgirecife.com.br email: atendimento@1rgirecife.com.br
Rua Siqueira Campos, 160 - Sala 102 - Santo Antonio - Recife PE - CEP 50010-010 - Fone: (81) 3224-8533 fax: 3224-5079

CONTINUAÇÃO

AV-3- 59.992 :- PELA carta firmada em 07 de junho de 1994, o credor **BANCO BANORTE S/A**, autorizou o cancelamento da hipoteca de 1º grau, incidente sobre o imóvel a que alude a matricula supra. Ficando desse modo cancelada a hipoteca registrada sob o nº 5 da matricula **54.737**, só no que se refere ao imóvel supra citado, bem como a AV-1 desta matricula. **DOCUMENTO ARQUIVADO:-** a mencionada carta. Dou fé. Recife, 18 de julho de 1994. O Oficial, subscrevo e assino: ____

R-4- 59.992:- PELO Instrumento particular de venda e compra com financiamento pacto adjeto de hipoteca e outras avenças, firmado na cidade de São Paulo, em 16 de Agosto de 1994, o PROPRIETÁRIO, **VENDEU** à EUCLIDES AVELAR CAMPOS e sua esposa HELENA MARIA NERY DE PAIVA CAMPOS, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, em 16/12/1984, ele zootecnista, ela do lar, inscritos no CPF nº 931.639.678-68 e 462.446.206-82, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, o imóvel constante da matricula supra, pelo preço de R$ 81.216,00 (oitenta e um mil, duzentos e dezesseis reais). **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** o citado instrumento, com toda documentação prevista em Lei. Dou fé. Recife, em 06 de Setembro de 1994. O Oficial, subscrevo e assino:-

---

R-5- 59.992:- PELO Instrumento particular de venda e compra com financiamento pacto adjeto de hipoteca e outras avenças, firmado na cidade de São Paulo, em 16 de Agosto de 1994, os PROPRIETÁRIOS, **constituiram** em favor da COMPANHIA REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, com sede na Av. Paulista, 1.374, 3º andar, na cidade São Paulo-SP, inscrita no CGC nº 62.500.376/0001-12, a **hipoteca de 1º grau**, do imóvel constante da matricula supra, em garantia do financiamento no valor de R$ 54.670,40 (cinquenta e quatro mil e seiscentos e setenta reais e quarenta centavos) pagáveis de acordo com a instrumento que ora se registra. Dou fé. Recife, em 06 de Setembro de 1994. O Oficial, subscrevo e assino:-

---

AV-6-59.992:- Título prenotado sob nº 378.347, do protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. INCORPORAÇÃO. PROCEDO, nesta data, nos termos do requerimento firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de novembro de 2011, a averbação da **incorporação** da **COMPANHIA REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO**, pelo **BANCO REAL S/A**, consoante documentação arquivada nesta Serventia, em data de 09/10/2000. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A de Vasconcelos Substa

---

AV-7-59.992:- Título prenotado sob nº 378.347, do protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. INCORPORAÇÃO. PROCEDO, nesta data, nos termos do requerimento firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de novembro de 2011, a averbação da **incorporação** do **BANCO REAL S/A**, pelo **BANCO ABN AMRO S/A**, consoante documentação arquivada nesta Serventia, em data de 09/10/2000. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A de Vasconcelos Substa

---

AV-8-59.992:- Título prenotado sob nº 378.347, do protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. ATUAL DENOMINAÇÃO. PROCEDO, nesta data, nos termos do requerimento firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de

Continua na ficha 02

PARA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

PARA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

RUBRICA

FICHA 59.992/02F

CONTINUAÇÃO

novembro de 2011, a averbação da **atual denominação social** do **BANCO ABN AMRO S/A**, que é o **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, consoante documentação arquivada nesta Serventia, em data de 09/10/2000. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A de Vasconcelos Of Subst

AV-9-59.992:- Título prenotado sob nº 378.346, do Protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. CANCELAMENTO DE HIPOTECA. PROCEDO nesta data, consoante Termo de Quitação nº 47606, firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de novembro de 2011, pelo **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, acima qualificado e legalmente representado, ao **cancelamento da hipoteca** incidente sobre o imóvel a que alude a matricula supra, face liquidação da dívida, ficando assim cancelada e de nenhum efeito a hipoteca registrada sob o nº 5 desta matrícula. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A de Vasconcelos Of Subst

R-10-59.992:- Titulo prenotado sob nº 415.868, do Protocolo 1-EF, em data de 10/07/2014. COMPRA E VENDA. PELA Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 07 de julho de 2014, no livro 1569-E, fls.018/021, pelo 8º Ofício de Notas do Recife/PE, **EUCLIDES AVELAR CAMPOS**, zootecnista, portador da cédula de identidade nº 6.383.695-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 931.639.678-68, e sua esposa **HELENA MARIA NERY DE PAIVA CAMPOS**, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade nº 000.760.730-SSP/MS, inscrita no CPF/MF sob o nº 462.446.206-82, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens em 16/08/1984 na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade do Recife, com endereço à Rua Francisco da Cunha, nº 206, Apartamento 2102, no bairro de Boa Viagem; **venderam** a **WALDIR ABREU GONÇALVES**, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade nº 2.122.999 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 297.112.077-53, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU**, analista de sistemas, portadora da cédula de identidade nº 2.034.168-SSP/PE, e inscrita no CPF/MF sob o nº 388.924.214-68, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade do Recife/PE, com endereço à Avenida Antônio Torres Galvão, nº 254, no bairro Imbiribeira, o imóvel a que alude a matricula supra, pelo preço de **R$ 445.000,00** (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), tendo sido avaliado pela PCR em 14/05/2014, por R$ 540.000,00. Consta da escritura que ora se registra, declaração do comprador dispensando os vendedores da apresentação das certidões de Feitos Ajuizados. Dou fé. Recife, em 14 de agosto de 2014. O Oficial, subscrevo e assino:-

R-11-59.992:- Prenotação nº 460.379, de 01/09/2015. HIPOTECA CEDULAR (CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO). PROCEDO, nesta data, ao registro da **Hipoteca Cedular de 1º grau, e sem concorrência de**

Continua no verso

PARA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

VÁLIDO PARA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

CONTINUAÇÃO

terceiros, do imóvel a que alude a matricula supra, constituida pelo proprietário WALDIR ABREU GONÇALVES, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.122.999/SSP-PE, e do CPF sob nº 297.112.077-53, e sua esposa **BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU**, bancária e economista, portadora da Carteira de Identidade nº 2034168/SSP-PE e do CPF sob nº 388.924.214-68, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Camaragibe/PE, **em favor do credor BANCO DO BRASIL S/A**, com sede em Brasilia-DF, por sua dependência GECOR ING, Recife-PE, situada na Avenida Rio Branco, 240, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/7504-33, legalmente representado, em garantia das obrigações decorrentes da **Cédula de Crédito Bancário nº 498.100.710, emitida em 08/03/2016, pela ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA**, sediada nesta cidade, na Avenida Antonio Torres Galvão, 254, Casa, Imbiribeira, inscrita no CNPJ nº 07.292.504/0001-71, legalmente representada, **no valor de R$ 266.314,22** (duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e vinte e dois centavos). **FORMA DE PAGAMENTO**: será pago **através de 96 (noventa e seis) parcelas**, com os seguintes vencimentos e valores nominais: em **08/04/2016** - R$ 10,00; em **08/05/2016** - R$ 10,00; em **08/06/2016** - R$ 17.000,00; em **08/07/2016** - R$ 10,00; em **08/08/2016** - R$ 10,00; em **08/09/2016** - R$ 17.000,00; em **08/10/2016** - R$ 10,00; em **08/11/2016** - R$ 10,00; em **08/12/2016** - R$ 17.000,00; em **08/01/2017** - R$ 2.474,19; em **08/02/2017** - R$ 2.474,19; em **08/03/2017** - R$ 2.474,19; em **08/04/2017** - R$ 2.474,19; em **08/05/2017** - R$ 2.474,19; em **08/06/2017** - R$ 2.474,19; em **08/07/2017** - R$ 2.474,19; em **08/08/2017** - R$ 2.474,19; em **08/09/2017** - R$ 2.474,19; em **08/10/2017** - R$ 2.474,19; em **08/11/2017** - R$ 2.474,19; em **08/12/2017** - R$ 2.474,19; em **08/01/2018** - R$ 2.474,19; em **08/02/2018** - R$ 2.474,19; em **08/03/2018** - R$ 2.474,19; em **08/04/2018** - R$ 2.474,19; em **08/05/2018** - R$ 2.474,19; em **08/06/2018** - R$ 2.474,19; em **08/07/2018** - R$ 2.474,19; em **08/08/2018** - R$ 2.474,19; em **08/09/2018** - R$ 2.474,19; em **08/10/2018** - R$ 2.474,19; em **08/11/2018** - R$ 2.474,19; em **08/12/2018** - R$ 2.474,19; em **08/01/2019** - R$ 2.474,19; em **08/02/2019** - R$ 2.474,19; em **08/03/2019** - R$ 2.474,19; em **08/04/2019** - R$ 2.474,19; em **08/05/2019** - R$ 2.474,19; em **08/06/2019** - R$ 2.474,19; em **08/07/2019** - R$ 2.474,19; em **08/08/2019** - R$ 2.474,19; em **08/09/2019** - R$ 2.474,19; em **08/10/2019** - R$ 2.474,19; em **08/11/2019** - R$ 2.474,19; em **08/12/2019** - R$ 2.474,19; em **08/01/2020** - R$ 2.474,19; em **08/02/2020** - R$ 2.474,19; em **08/03/2020** - R$ 2.474,19; em **08/04/2020** - R$ 2.474,19; em **08/05/2020** - R$ 2.474,19; em **08/06/2020** - R$ 2.474,19; em **08/07/2020** - R$ 2.474,19; em **08/08/2020** - R$ 2.474,19; em **08/09/2020** - R$ 2.474,19; em **08/10/2020** - R$ 2.474,19; em **08/11/2020** - R$ 2.474,19; em **08/12/2020** - R$ 2.474,19; em **08/01/2021** - R$ 2.474,19; em **08/02/2021** - R$ 2.474,19; em **08/03/2021** - R$ 2.474,19; em **08/04/2021** - R$ 2.474,19; em **08/05/2021** - R$ 2.474,19; em **08/06/2021** - R$ 2.474,19; em **08/07/2021** - R$ 2.474,19; em **08/08/2021** - R$ 2.474,19; em **08/09/2021** - R$ 2.474,19; em **08/10/2021** - R$ 2.474,19; em **08/11/2021** - R$ 2.474,19; em **08/12/2021** - R$ 2.474,19; em **08/01/2022** - R$ 2.474,19; em **08/02/2022** - R$ 2.474,19; em **08/03/2022** - R$ 2.474,19; em **08/04/2022** - R$ 2.474,19; em **08/05/2022** - R$ 2.474,19; em **08/06/2022** - R$ 2.474,19; em **08/07/2022** - R$ 2.474,19; em **08/08/2022** - R$ 2.474,19; em **08/09/2022** -

APA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

Continua na ficha 03

RUBRICA

FICHA 59.992 /03F

CONTINUAÇÃO

R$ 2.474,19; em **08/10/2022** - R$ 2.474,19; em **08/11/2022** - R$ 2.474,19; em **08/12/2022** - R$ 2.474,19; em **08/01/2023** - R$ 2.474,19; em **08/02/2023** - R$ 2.474,19; em **08/03/2023** - R$ 2.474,19; em **08/04/2023** - R$ 2.474,19; em **08/05/2023** - R$ 2.474,19; em **08/06/2023** - R$ 2.474,19; em **08/07/2023** - R$ 2.474,19; em **08/08/2023** - R$ 2.474,19; em **08/09/2023** - R$ 2.474,19; em **08/10/2023** - R$ 2.474,19; em **08/11/2023** - R$ 2.474,19; em **08/12/2023** - R$ 2.474,19; em **08/01/2024** - R$ 2.474,19; em **08/02/2024** - R$ 2.474,19; em **08/03/2024** - R$ 2.473,88; obrigando-se a liquidar com a última parcela em 08/03/2024, todas as responsabilidades resultantes do presente instrumento. **Encargos financeiros** - os valores lançados na conta vinculada a presente negociação, bem como o saldo devedor, serão atualizados monetária e mensalmente pelos encargos básicos com base na Taxa Referencial (TR), na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil, ou outro índice que legalmente venha a substituí-la. Sobre os valores devidamente atualizados pelos respectivos encargos básicos, incidirão, ainda, encargos adicionais à taxa efetiva de **1,8%** ao mês, equivalentes à taxa efetiva de **23,87%** ao ano, calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária por mês civil (28, 29, 30 e 31 dias). **LOCAL DE PAGAMENTO**: as obrigações assumidas nesta Cédula de Crédito Bancário, serão pagas junto ao Agência do Banco do Brasil S/A, na praça de emissão deste instrumento, que fica designada como foro desta Cédula. **DOCUMENTO ARQUIVADO:-** via não negociável da citada cédula. Dou fé. Recife, 19 de setembro de 2016. O Oficial, subscrevo e assino:-

---

R-12-59.992:- Prenotação nº 509.288, de 20/09/2019. PENHORA. PROCEDO, nesta data, nos termos do Mandado de Penhora, Avaliação, Depósito e Registro nº MDP.0033.000058-4/2019, datado de 26/06/2019, subscrito pela Exma. Sra. Juíza Federal da 11ª Vara no exercício da titularidade da 33ª Vara Federal do Recife/PE, Dra. Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti, e do Auto de Penhora e Avaliação, lavrado em 23/08/2019, ambos extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal - **Processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300**, da 33ª Vara Federal do Recife/PE, em que figuram, como **EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL**, como **EXECUTADO: ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA E OUTRO**, e como **CORRESPONSÁVEL: WALDIR ABREU GONÇALVES - CPF nº 297.112.077-53, ao registro da penhora** do imóvel a que alude a matrícula supra, de propriedade do corresponsável acima mencionado, casado, pelo regime da comunhão parcial de bens, com BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU, avaliado em **R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, para garantir a dívida no valor de **R$ 1.046.788,89 (um milhão, quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**, acrescido dos acessórios e honorários advocatícios. **O IMÓVEL fica INDISPONÍVEL enquanto perdurar a penhora, conforme dispõe o artigo 53, § 1º da Lei Federal nº 8.212/1991.** Dou fé. Recife, 25 de setembro de 2019. O

PARA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

PARA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

Continua no verso.

CONTINUAÇÃO

Oficial, subscrevo e assino:- [illegible]

PAPA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

PAPA USO EXCLUSIVO DA JUSTIÇA

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 07/10/2019 08:44:24
Identificador: 4058300.12061441
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19100708434863500000012088615

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Bruno Vieira Fernandes Pinheiro e outro
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que faço a juntada abaixo d **o Mandado** referente ao processo em epígrafe.

Registro de Imóveis - 1º Ofício
Recife - Pernambuco
Recebido em 20/09/2019
Às 11:50 horas
Ass. Raquel Cutrim
Raquel P. Cutrim Tavares
Escrevente Autorizado

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal de PE
Av. Recife, 6250, Jiquiá – Recife - PE
direcao33@jfpe.jus.br / Fone: (81) 3213-6000

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO
N.º MDP.0033.000058-4/2019

01600003300005842019

EXECUÇÃO FISCAL: 0009959-86.2016.4.05.8300
CDA: 40 6 16 009280-32, 40 2 16 000312-38, 40 7 16 000544-55, 40 6 16 008657-90, 40 6 16 009281-13, 40 2 16 000624-60, 40 7 16 000736-70, 40 4 16 000147-02, 40 6 16 008658-71
EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro –
CORRESPONSÁVEL: WALDIR ABREU GONCALVES - CPF: 297.112.077-53
ENDEREÇO: RUA NOSSA SENHORA DA SAÚDE, 280, CORDEIRO, RECIFE/PE
ENDEREÇO DO(S) BEM(NS) INDICADO(S): BOA VIAGEM, RECIFE/PE - CONFORME CERTIDÃO EM ANEXO

A JUÍZA FEDERAL DA 11ª VARA NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 33ª VARA/PE, **Dra. DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI**, na forma da lei, etc.

M A N D A a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo, a quem este for apresentado, passado nos autos da Execução Fiscal acima mencionada, que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supracitado ou a outro local, e, sendo aí, proceda ao seguinte: **a)PENHORE o(s) bem(ns) de propriedade do executado/corresponsável,** descrito(s) à(s) fl(s). 209/211, em anexo, para a satisfação da dívida no valor de R$ 1.046.788,89, acrescido dos acessórios e honorários advocatícios, nomeie depositário e efetue também a **AVALIAÇÃO** dos bens penhorados; **b)** intime o **executado/corresponsável**, **bem como seu cônjuge, se casado for, e possíveis ocupantes**, se a penhora recair sobre bem imóvel; **c)** cientifique o **executado/corresponsável bem como seu cônjuge, se casado for, e possíveis ocupantes** do prazo de 30 (trinta) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora, sob pena de se presumirem por ele aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo Exequente; **d)** providencie o **REGISTRO** da penhora no Cartório do Registro de Imóveis, se o bem for imóvel ou a ele equiparado, intimando o oficial do cartório para que entregue, neste Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão de que realizou o referido registro, ou na Repartição competente, se for veículo, ou, ainda, na Junta Comercial, ou Bolsa de Valores e na Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, partes beneficiárias, cotas ou qualquer outro tipo, créditos ou direito proprietário nominativo.

Ficará o Oficial de Justiça, desde já, autorizado, se necessário for, a cumprir o presente mandado nos sábados, domingos e feriados, ou nos dias úteis fora do horário forense (CPC art. 212), a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de verificar e descrever os bens que o/a guarnece.

Anexo: Certidão de Cartório de fls. 209/211.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 33ª Vara, aos 26 de junho de 2019. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, (Wellington Cunha da Silva), TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei. Eu, ,(SOLANGE MARIA BASTOS MARINHO), Diretor(a) de Secretaria, subscrevi.

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
JUÍZA FEDERAL DA 11ª VARA NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 33ª VARA/PE

CERTIFICO que intimei o Cartório de Imóveis(1º RGI) a fazer as anotações de praxe no registro do imóvel penhorado.///

Recife, 20 de setembrode 2019

Aurélio A.S. de Lima
Oficial de Justiça

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
33ª. VARA FEDERAL
Av. Recife, nº 6.250 – Bairro do Jiquiá - Recife - PE
Fone(s): (81) 32136805
www.jfpe.jus.br

CERTIDÃO

Certifico que recebi o mandado nº 00330000584/2019, com a finalidade de intimar da penhora a parte executada. Ocorre, que me dirigi à Rua Nossa Senhora da Saúde – Bairro do Cordeiro, indicada no mandado, todavia não encontrei o imóvel de nº 280, tampouco a parte a ser intimada. Naquele via, a numeração do trecho, lado par, onde deveria constar o referido número, inicia no nº 266 passa a seguir para 304, 310 e assim em diante, em escala crescente. Desta forma, não foi possível realizar a intimação.

Certifico por fim, que devolvo os expedientes a esta secretaria para redistribuição e conclusão dos demais atos, conforme as regras adotadas por esta secretaria. O certificado é verdade. Dou fé. Recife, 12 de setembro de 2019. Eu,..... analista judiciário – oficial de justiça avaliador federal(matr.1356) que subscrevi.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
33ª VARA FEDERAL

MANDADO Nº MDP.0033.000058-4/2019

CERTIDÃO

CERTIFICO que realizei a penhora do imóvel, nos termos do Auto de Penhora em apenso.

CERTIFICO que deixei de intimar os ocupantes do bem, em razão da informação repassada pelo zelador do condomínio, Sr. Genival Cícero, que ocupava o posto de porteiro na ocasião, no sentido de que imóvel se encontra fechado e desocupado.

CERTIFICO que devolvo o mandado para fins de intimação do Corresponsável, Sr. WALDIR ABREU GONÇALVES, bem como nomeação de Fiel Depositário, em razão de o endereço constante do mandado indicar localização em área fora de minhas atribuições.

CERTIFICO que o mandado deve ser remetido, posteriormente à nomeação de depositário, ao cartório imobiliário para registro da penhora.

É o que me cumpre certificar, dou fé. Recife/PE, 19 de julho de 2019.

Ana Paula da Cunha Albuquerque da Costa
Oficiala de Justiça Federal
Matrícula nº 3164

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO - 33ª VARA FEDERAL

MANDADO nº **MDP.0033.000058-4/2019**

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 23 dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, eu, Oficiala de Justiça Avaliadora abaixo assinada, matrícula 3.164, em cumprimento à respeitável determinação exarada pelo Juiz da 33ª Vara Federal e extraído do processo em epígrafe, realizei a PENHORA e a AVALIAÇÃO dos seguintes bens:

- apartamento nº 701, do Edifício LE CHATEAU BLOIS, situado na Rua General Americano Freire, nº 798 - Boa Viagem - Recife/PE, com 128,34 m2 de área privativa.

VALOR DA AVALIAÇÃO:
R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente, para uma só finalidade de direito, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora. O referido é verdade. Dou fé.

Ana Paula da Cunha Albuquerque da Costa
Oficiala de Justiça

Processo

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO - 33ª VARA FEDERAL

MANDADO nº **MDP.0033.000058-4/2019**

AUTO DE DEPÓSITO

CERTIFICO que DEPOSITEI o bem penhorado em mãos e poder do Leiloeiro Oficial, Sr. _____. Para a observância do compromisso e sob as penas da Lei, o depositário assinou o presente auto, ciente de que não poderá dispor do bem sem ordem expressa do MM. Juiz da ação.

Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente auto, que, após lido e achado conforme, segue devidamente assinado.

BEM PENHORADO:
- apartamento nº 701, do Edifício LE CHATEAU BLOIS, situado na Rua General Americano Freire, nº 798 - Boa Viagem - Recife/PE

Paula da Cunha Albuquerque da Costa
Oficiala de Justiça

RECEBIMENTO EM ____/____/2019.

_____
Depositário

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Bruno Vieira Fernandes Pinheiro e outro
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Bruno Vieira Fernandes Pinheiro e outro
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 10/02/2020 08:41, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 04/02/2020 23:03 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20020423032373000000013441538 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 10/02/2020 08:41 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 10/02/2020 08:41, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 04/02/2020 23:03 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20020423032373000000013441538 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 10/02/2020 09:03 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 10/02/2020 08:41, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 04/02/2020 23:03 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20020423032373000000013441538 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 10/02/2020 09:28 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Execução Fiscal (SIDA) nº **0009959-86.2016.4.05.8300**
Exequente: **União (Fazenda Nacional)**
Executado: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
Executado: **WALDIR ABREU GONCALVES**

A **União (Fazenda Nacional)** vem, por meio do(a) seu(sua) procurador(a) abaixo assinado(a), expor fatos e argumentos para ao final requerer o que segue:

Em atendimento ao ato ordinatório de id 4058300.13411037, requer seja o corresponsável WALDIR ABREU GONÇALVES intimado da penhora por edital, visto que o seu endereço informado aos órgãos públicos permanece o mesmo, não localizado pelo oficial de justiça, conforme documento anexo.

Outrossim, requer seja nomeado o Sr. CASSIANO RICARDO DALL`AGO E SILVA, estabelecido na Avenida Almirante Tamandaré, 148, Apto. 603, Boa Viagem, Recife/PE, CEP 51030-090, leiloeiro oficial credenciado perante a Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 5ª Região, para a função de depositário dos bens penhorados.

Recife, 17 de fevereiro de 2020.

ANA CAROLINA WEST WANDERLEY
Procurador(a) da Fazenda Nacional

00099598620164058300

EXCELENTISSIMO SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

PROCESSO N° 0009959-86.2016.4.05.8300

WALDIR ABREU GONÇALVES , já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, requerer a Habilitação nos autos dos seus advogados, cuja procuração segue em anexo.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Recife, 25 de março de 2020.

Jaqueline Vasconcelos

OAB/PE 45.115

Felipe Soares Torres

OAB/PE 26.207

Torres Vasconcelos
Advocacia

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: WALDIR ABREU GONÇALVES, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade n° 2.122.999 SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o n° 297.112.077-53, residente e domiciliado à Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE, doravante designado outorgante.

.

OUTORGADOS: FELIPE SOARES TORRES, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PE sob o n° 26.207 e **JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE sob o nº 45.115 e no CPF/MF sob o n° 102.987.304-64, ambos com endereço profissional na Avenida República do Líbano, nº 251, Empresarial Rio Mar Trade Center 3, Sala 2801, Pina, Recife/PE, CEP: 5110-160, e **WENDY AYRES FELLOWS AMORIM,** brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE sob o nº 40.580, com endereço para notificação na Rua Jerônimo de Albuquerque, 188/503, Casa Forte, Recife – PE, doravante designados outorgados.

- PODERES -

Por este instrumento particular de mandato, constituo os outorgados como meus bastantes procuradores, concedendo-lhes os poderes inerentes da cláusula "*ad juditia*" e "*extra judicia*" *inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como* para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), especialmente para a defesa do outorgante na Ação de Execução Fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300, em trâmite junto à 33ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, podendo interpor recursos, conduzir e acompanhar o processo até o trânsito em julgado, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, além dos poderes especiais para transigir em juízo e fora dele, desistir, renunciar, notificar, receber valores e dar quitação dos mesmos, firmar compromissos, impugnar autos de lançamentos e recorrer de decisões proferidas por órgãos administrativos, assim como acionar, contestar, reconvir, acordar, concordar, confessar, reconhecer a procedência do pedido, enfim, todos e quaisquer outros atos necessários à proteção dos interesses do Outorgante, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

RECIFE, 06 DE FEVEREIRO DE 2020.

OUTORGANTE

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 25/03/2020 18:07:50
Identificador: 4058300.13959794
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Empresarial Rio Mar Trade Center 3 - Sala 2801
Pina - Recife - PE - 51110-160
torresevasconcelosadv.com.br

2003251807098670000013991963

PETIÇÃO EM ANEXO.

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 33° VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Autos nº 0009959-86.2016.4.05.8300

WALDIR ABREU GONÇALVES, brasileiro, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade n° 2.122.999 SSP/PE, inscrito no CPF sob o n° 297.112.007-53, residente e domiciliado à Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Bairro da Imbiribeira, vem, perante V. Exa., na **EXECUÇÃO FISCAL** que lhe promove a **UNIÃO FEDERAL**, já devidamente qualificada, por seus advogados que a esta subscrevem (instrumento de procuração anexo), arguir a **IMPENHORABILIDADE** do bem objeto da penhora de id. 12694902, nos seguintes termos:

Nos presentes autos, foi penhorado e será objeto de eventual leilão o apartamento n° 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, n° 798, Boa Viagem, Pernambuco.

Ocorre, no entanto, que referido bem é o único imóvel residencial do executado, sendo, portanto, impenhorável, nos termos do art. 1º da Lei 8.009/90.

Cumpre pontuar que o executado se acha aposentado, conta com 67 anos de idade e possui o referido imóvel desde 2014.

Ressalta-se, mais uma vez, que o bem penhorado nos autos de execução é o único imóvel residencial do executado, circunstância que lhe garante, assim, os benefícios da Lei 8.009/90.

No eito, pode-se verificar através da "Declaração de Não Propriedade" que de fato o imóvel em questão é o único que pertence ao executado.

Não obstante, a alegação de impenhorabilidade do referido bem, por se tratar de matéria de ordem pública, de natureza constitucional, que não sofre os efeitos da preclusão, pode ser feita a qualquer tempo e fase do processo, até a extinção da execução.

Ora, Excelência, como se pode observar, o prosseguimento do feito implicará na realização de medidas que tornarão definitiva a expropriação do único imóvel do executado e no qual reside, devendo ser **ressaltado, mais uma vez, que o executado conta hoje 67 anos de idade**.

No sentido de que o bem de família não poderá ser objeto de penhora e nem ao menos de transação, por se tratar de matéria regida por norma de caráter público e, por isso, insuscetível de disposição, César Fiúza estatui que:

> "O objetivo do legislador foi o de garantir a cada indivíduo, quando nada, um teto onde morar mesmo que em detrimento dos credores. Em outras palavras, ninguém tem o direito de jogar quem quer que seja na rua para satisfazer um crédito. Por isso o imóvel residencial foi considerado impenhorável. Trata-se aqui, do princípio da dignidade da pessoa humana. O valor personalidade tem preeminência neste caso, devendo prevalecer em face de um direito de crédito inadimplido."

Nesse contexto, cumpre ressaltar a importância que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana assume no ordenamento jurídico, devendo-se estendê-lo não como forma supletiva das lacunas da lei, mas sim como fonte normativa, apta a exercer sua imperatividade e cogência nas relações jurídicas.

Nesse sentido, a Carta Magna dispõe que:

> Art. 1º "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
>
> III- a dignidade da pessoa humana";
>
> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Nesta seara, seria interessante citar a opinião do autor Gustavo Tepedino ao afirmar que pretendeu o constituinte, ao fixar cláusula geral e *"mediante o estabelecimento de princípios fundamentais introdutórios, definir uma nova ordem pública, da qual não se podem excluir as relações jurídicas privadas, que eleva ao ápice do ordenamento a tutela da pessoa humana, funcionalizando a atividade econômica privada aos valores existenciais e sociais ali definidos".*

Humberto Theodoro Júnior, ao descrever os princípios informativos do processo de execução, elucida de maneira brilhante a matéria:

> "É aceito pela melhor doutrina e prevalece na jurisprudência o entendimento de que a execução não deve levar o executado a uma situação incompatível com a dignidade humana. Não pode a execução ser utilizada como instrumento para causar a ruína, a fome e o desabrigo do devedor e sua família, gerando situações incompatíveis com a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, institui o código a impenhorabilidade de certos bens como provisões de alimentos, salários, instrumentos de trabalho, pensões, seguros de vida, etc. (...) a execução deve ser útil ao credor, e, por isso, não se permite sua transformação em instrumento de simples castigo ou sacrifício do devedor."

Nesse sentido, colacionamos os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO FISCAL. BEM IMÓVEL PENHORADO. ÚNICO DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO. CARACTERIZADO BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORÁVEL. 1 - O executado apresentou, em sede de execução fiscal, suas três ultimas declarações de Imposto de Renda, nas quais consta o imóvel penhorado como sendo o único de sua propriedade, o que denota sua característica de bem de família. 2 – O bem imóvel residencial caracterizado como bem de família, isto é, aquele utilizado como moradia para a família do proprietário, é impenhorável e não servirá de garantia para qualquer dívida fiscal, nos moldes do art. 1º, da Lei nº 8.009/90, ressalvadas as hipóteses previstas no referido diploma legal. 3 - O Eg. Superior Tribunal de Justiça vem ampliando o conceito de "bem de família" abrangendo o imóvel onde residam os parentes do devedor ou, ainda, aquele único bem que esteja alugado e cujo rendimento contribua para o sustento do proprietário e sua família. 4 - Restou configurada a impenhorabilidade do imóvel em questão, por se tratar de bem de família, competindo ao exequente a localização de outros imóveis em nome do executado a fim de garantir a execução. 5 - Agravo Interno desprovido. (TRF-2, Relator: Desembargador Federal RENATO CESAR PESSANHA DE SOUZA, Data de Julgamento: 18/05/2010, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA)

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. ART. IMPENHORABILIDADE. 1º, LEI Nº 8.009/90. COMPROVAÇÃO. LEVANTAMENTO DA CONSTRIÇÃO. 1. O artigo 1º da Lei 8.009/90 estabeleceu a impenhorabilidade do bem de família com o objetivo de assegurar o direito de moradia e garantir que o imóvel não seja retirado do domínio do beneficiário. Referido instituto tem por finalidade ser mais um meio de proteção da família, garantindo-lhe, através disso, um teto relativamente intocável. O instituto e sua finalidade estão de pleno acordo com o disposto no art. 226, caput, da Constituição Federal de 1988, que eleva a família à condição de base da sociedade e merecedora de proteção especial do próprio Estado. 2. No caso vertente, o embargante comprovou que o imóvel localizado na rua Afrânio Ferreira Junior, nº 280, Jardim Santa Marcelina, em Campinas/SP, é bem de família, nos termos do artigo acima referido. Os documentos trazidos aos autos, como contas telefônicas, contas de água e outros, demonstram o alegado. Além disso, as testemunham confirmam que o embargante residia no local com sua família. 3. Afasto a penhora que recaiu sobre o imóvel referido. 4. Remessa oficial improvida. (TRF-3 - REO: 44861 SP 0044861-18.2006.4.03.9999, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL CONSUELO YOSHIDA, Data de Julgamento: 24/10/2013, SEXTA TURMA)

Resta-nos concluir, portanto, que o processo de execução não deve servir como instrumento de flagelo do devedor, posto que lhe deva ser assegurados os direitos básicos outorgados por lei, como **o direito a ter moradia e, principalmente, o direito a ter uma vida digna,** o que se restabelecerá, no caso presente, desconstituindo-se o ato pelo qual foi constrito o bem de família, na medida em que se afigura direito indisponível.

Diante do exposto, requer-se o acolhimento da presente arguição, para determinar o imediato cancelamento da hasta pública a ser realizada nos presentes autos e o cancelamento definitivo da penhora realizada no apartamento n° 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, n° 798, Boa Viagem, Pernambuco.

Pede Deferimento.

Recife, 20 de março de 2020.

JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS
OAB/PE n° 45.115

FELIPE SOARES TORRES
OAB/PE n° 26.207

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 25/03/2020 18:12:13
Identificador: 4058300.13959868
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20032518111907600000013992037

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL

Eu, **WALDIR ABREU GONÇALVES,** brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade n° 2.122.999 SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o n° 297.112.077-53, declaro, sob as penas da lei, **que não sou proprietário ou titular de direitos sobre outro imóvel residencial,** em qualquer parte do território nacional, a não ser imóvel localizado à Rua General Americano Freire, n° 798, Apartamento 701 tipo A, localizado no 7° pavimento elevado do Edf. Le Chateau Blois, tendo-o como bem de família.

RECIFE, 06 DE JANEIRO DE 2020

DECLARANTE

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 25/03/2020 18:12:13
Identificador: 4058300.13959869
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20032518112341300000013992038

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

"Cientes as partes de que, nos termos do art. 5°, caput, da Resolução CNJ n° 313/2020, os prazos fluirão apenas a partir do término da suspensão ali determinada, independente de nova intimação".

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

"Cientes as partes de que, nos termos do art. 5°, caput, da Resolução CNJ n° 313/2020, os prazos fluirão apenas a partir do término da suspensão ali determinada, independente de nova intimação".

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 27/03/2020, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
27/03/2020 12:38	Parte - Polo Passivo	Inclusão	WALDIR ABREU GONCALVES (EXECUTADO), bruno vieira fernandes pinheiro (ADVOGADO), Paulo Roberto Fernandes Pinheiro (ADVOGADO), ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES	WALDIR ABREU GONCALVES (EXECUTADO), JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS (ADVOGADO), bruno vieira fernandes pinheiro (ADVOGADO), Paulo Roberto Fernandes Pinheiro (ADVOGADO), ABREU GONCALVES	Rosa Neude Galindo Pacheco

			LTDA (EXECUTADO)	CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA (EXECUTADO)	

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 29/03/2020 20:58, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 27/03/2020 15:14 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20032715140030600000014018963 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/03/2020 20:58 - Seção Judiciária de Pernambuco.

Poder Judiciário

Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região

Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

VISTOS EM INSPEÇÃO

Processo em ordem.

EXMO(A). SR(ª). JUIZ(A) DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

EXECUÇÃO FISCAL

PROCESSO nº 0009959-86.2016.4.05.8300

EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

EXECUTADO: WALDIR ABREU GONÇALVES

A UNIÃO (Fazenda Nacional) , representada pela Procuradora da Fazenda Nacional infra firmada, nos autos da ação em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, oferecer **RESPOSTA** à petição apresentada, nos termos a seguir:

O Executado afirma que o imóvel penhorado, situado na R. General Americano Freire, 798, apto. 701, Boa Viagem, Recife-PE, é o único imóvel de sua propriedade, sendo considerado bem de família, razão pela qual é impenhorável. Para demonstrar sua alegação, colacionou "DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL", declaração esta unilateral.

No entanto, consoante restará demonstrado, a pretensão da parte adversa não reúne condições de prosperar.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o executado não demonstrou por meio de prova cabal as suas alegações, não existindo nos autos a prova pré-constituída, razão pela qual a sua pretensão não merece conhecimento.

No entanto, não sendo este o entendimento de Vossa Excelência, não é ocioso destacar que o pedido, diante da inexistência de qualquer prova, deve ser indeferido.

Com efeito, para a demonstração de suas alegações, o Executado juntou apenas uma declaração firmada de próprio punho noticiando que não seria proprietário ou titular de direitos sobre qualquer outro imóvel, a não ser o penhorado.

No entanto, tal declaração não possui qualquer valor probante, haja vista que a propriedade sobre imóvel se prova com a certidão da matrícula do imóvel.

Assim, deveria o Executado ter colacionado certidões negativas expedidas pelos diversos cartório de registro de imóveis da cidade de seu domicílio.

Além disso, para se desincumbir de seu ônus probatório também poderia ter juntado as cópias das declarações de ajuste anual de imposto de renda, sua e de seu cônjuge, caso existente, o que também não fez.

Ora, tanto as declarações de ajuste próprias e do cônjuge como as certidões dos cartórios de registro de imóveis são necessárias para se verificar se existem outros bens imóveis de titularidade do casal, ou que sirvam de moradia para a família.

Ademais, também não restou esclarecido a que título é exercida a posse sobre o imóvel que alega ser bem de família, haja vista que consta certidão do oficial de justiça atestando que o imóvel estava desocupado, além disso, na petição que ora se responde, informou um novo endereço estranho dos autos como sendo seu endereço residencial, qual seja, R. Nossa Senhora da Saúde, 280, Cordeiro, Recife-PE.

Assim, não tendo o Demandante se desincumbido de seu ônus probatório, o pedido deve ser indeferido.

Destarte, a Exequente pugna pelo não conhecimento do pedido ou, caso assim não entenda Vossa Excelência, requer o seu indeferimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Recife-PE, 04 de junho de 2020.

Janiffer Celani Rodrigues de Ataíde

Procuradora da Fazenda Nacional

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro

ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros

33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

O coexecutado WALDIR ABREU GONÇALVES peticiona pelo levantamento da penhora realizada nos autos (Id. 12694902) - sobre o APARTAMENTO 701 DO EDF. LE CHATEAU BLOIS (situado na Rua General Americano Freire, 789, Boa Viagem, Recife/PE -, ao argumento de que se trata de bem de família e, portanto, impenhorável (Id. 13959868).

Sobre o tema, a lei 8.009/90, que trata do bem de família, dispõe o seguinte em seu artigo 1º: *"O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei".*

A finalidade dessa proibição legal é a de proteger o executado e sua família, assegurando-lhes uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Da interpretação da norma e da jurisprudência sobre o tema, depreende-se que são necessários pelo menos dois requisitos para que se configure o bem como sendo de família, quais sejam: (i) restar demonstrado que se trata do único imóvel de propriedade do executado, ou (ii) se constatado que, embora o executado possua outro(s), o mesmo constitua sua moradia e de sua família.

Nenhum deles foi demonstrado pelo peticionante.

Com efeito, a simples declaração de que não possui outros bens imóveis, contida no documento de Id. 13959869, não basta como comprovação de atendimento do primeiro requisito. Ademais, na ocasião da penhora, a Oficiala de Justiça constatou que o imóvel encontra-se fechado e desocupado, concluindo-se, portanto, que não se trata da moradia do executado.

Indefiro, assim, o pedido de Id. 13959868 para manter a penhora realizada sobre o bem em discussão.

Fica o executado intimado da penhora e do prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução.

Transcorrido *in albis* o prazo para embargos, intime-se a exequente para requerer o que entender pertinente, no prazo de 10 (dez) dias.

Datado e assinado eletronicamente.

GUILHERME SOARES DINIZ

Juiz Federal substituto da 33ª Vara Federal/PE

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro

ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros

33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

O coexecutado WALDIR ABREU GONÇALVES peticiona pelo levantamento da penhora realizada nos autos (Id. 12694902) - sobre o APARTAMENTO 701 DO EDF. LE CHATEAU BLOIS (situado na Rua General Americano Freire, 789, Boa Viagem, Recife/PE -, ao argumento de que se trata de bem de família e, portanto, impenhorável (Id. 13959868).

Sobre o tema, a lei 8.009/90, que trata do bem de família, dispõe o seguinte em seu artigo 1º: *"O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei".*

A finalidade dessa proibição legal é a de proteger o executado e sua família, assegurando-lhes uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Da interpretação da norma e da jurisprudência sobre o tema, depreende-se que são necessários pelo menos dois requisitos para que se configure o bem como sendo de família, quais sejam: (i) restar demonstrado que se trata do único imóvel de propriedade do executado, ou (ii) se constatado que, embora o executado possua outro(s), o mesmo constitua sua moradia e de sua família.

Nenhum deles foi demonstrado pelo peticionante.

Com efeito, a simples declaração de que não possui outros bens imóveis, contida no documento de Id. 13959869, não basta como comprovação de atendimento do primeiro requisito. Ademais, na ocasião da penhora, a Oficiala de Justiça constatou que o imóvel encontra-se fechado e desocupado, concluindo-se, portanto, que não se trata da moradia do executado.

Indefiro, assim, o pedido de Id. 13959868 para manter a penhora realizada sobre o bem em discussão.

Fica o executado intimado da penhora e do prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução.

Transcorrido *in albis* o prazo para embargos, intime-se a exequente para requerer o que entender pertinente, no prazo de 10 (dez) dias.

Datado e assinado eletronicamente.

GUILHERME SOARES DINIZ

Juiz Federal substituto da 33ª Vara Federal/PE

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro

ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros

33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

O coexecutado WALDIR ABREU GONÇALVES peticiona pelo levantamento da penhora realizada nos autos (Id. 12694902) - sobre o APARTAMENTO 701 DO EDF. LE CHATEAU BLOIS (situado na Rua General Americano Freire, 789, Boa Viagem, Recife/PE -, ao argumento de que se trata de bem de família e, portanto, impenhorável (Id. 13959868).

Sobre o tema, a lei 8.009/90, que trata do bem de família, dispõe o seguinte em seu artigo 1º: *"O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei".*

A finalidade dessa proibição legal é a de proteger o executado e sua família, assegurando-lhes uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Da interpretação da norma e da jurisprudência sobre o tema, depreende-se que são necessários pelo menos dois requisitos para que se configure o bem como sendo de família, quais sejam: (i) restar demonstrado que se trata do único imóvel de propriedade do executado, ou (ii) se constatado que, embora o executado possua outro(s), o mesmo constitua sua moradia e de sua família.

Nenhum deles foi demonstrado pelo peticionante.

Com efeito, a simples declaração de que não possui outros bens imóveis, contida no documento de Id. 13959869, não basta como comprovação de atendimento do primeiro requisito. Ademais, na ocasião da penhora, a Oficiala de Justiça constatou que o imóvel encontra-se fechado e desocupado, concluindo-se, portanto, que não se trata da moradia do executado.

Indefiro, assim, o pedido de Id. 13959868 para manter a penhora realizada sobre o bem em discussão.

Fica o executado intimado da penhora e do prazo de 30 (trinta) dias para opor embargos à execução.

Transcorrido *in albis* o prazo para embargos, intime-se a exequente para requerer o que entender pertinente, no prazo de 10 (dez) dias.

Datado e assinado eletronicamente.

GUILHERME SOARES DINIZ

Juiz Federal substituto da 33ª Vara Federal/PE

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 16/06/2020 13:07, o(a) Sr(a) JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 08/06/2020 15:00 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20060815000686400000014763255 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 16/06/2020 13:07 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 18/06/2020 23:59, o(a) Sr(a) WALDIR ABREU GONCALVES foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 08/06/2020 15:00 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20060815000726100000014763256 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 19/06/2020 00:07 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 33° VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

PROCESSO N° 0009959-86.2016.4.05.8300S

WALDIR ABREU GONCALVES, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, por meio de sua advogada que esta ao final subscreve, requerer a juntada do substabelecimento com reserva de poderes ao advogado JAILTON FELIPE DA SILVA, OAB/PE 51.379.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Jaqueline Vasconcelos

OAB/PE 45.115

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 19:48:15
Identificador: 4058300.15441844
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20080319422227500000015482559

Torres Vasconcelos
Advocacia

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS

Eu, **Jaqueline Maria de Vasconcelos**, advogada inscrita na OAB/PE sob o n° 45.115, pelo presente instrumento, **substabeleço com reserva** ao advogado **JAILTON FELIPE DA SILVA,** inscrito na OAB/PE sob o n° 51.379, todos os poderes que me foram conferidos por **WALDIR ABREU GONCALVES** para promover sua defesa nos autos do processo n° 0009959-86.2016.4.05.8300**, que litiga contra a UNIÃO FEDERAL.**

Termos em que pede deferimento.

Recife-PE, data da movimentação eletrônica.

JAQUELINE VASCONCELOS

Advogada OAB/PE 45.115

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 19:48:15
Identificador: 4058300.15441879
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20080319475270700000015482594

PETIÇÃO EM ANEXO.

EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5° REGIÃO

Processo n° 0009959-86.2016.4.05.8300

Agravante: WALDIR ABREU GONCALVES

Agravado: FAZENDA NACIONAL

WALDIR ABREU GONCALVES, vem, perante V. Exa., por seus advogados subscritores, com amparo no parágrafo único do art. 1015 do Código de Processo Civil, manejar

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA RECURSAL

em ordem a atacar decisão interlocutória exarada pelo Juízo Federal da 33ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Recife, nos autos de execução fiscal patrocinada pela UNIÃO FEDERAL, nos termos e pelos motivos a seguir expostos.

I – SUMA DO PROCESSADO

Versa a espécie sobre execução fiscal ajuizada pela União em desfavor de **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA.**

Após redirecionamento da execução, foi o aqui agravante citado para oferecer defesa, oportunidade em que alegou a impenhorabilidade do imóvel já penhorado nos autos, eis tratar-se de bem de família, a teor da Lei Federal n° 8.009/90.

O Juízo de origem, após oitiva do Fazenda Nacional, houve por bem indeferir o pleito de cancelamento da penhora, à tese de que não teria o agravante comprovado que o bem era o único de sua titularidade, bem como que o insurgente nela residia.

Como será demonstrado linhas adiante, a conclusão merece reproche, daí a necessidade do presente agravo de instrumento.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1 DO CABIMENTO

O presente agravo de instrumento é aviado com base no permissivo do parágrafo único do art. 1015 do CPC, que verbera caber o recurso em liça no bojo do processo de execução, o que se amolda à completude ao caso sob análise.

2.2 DA TEMPESTIVIDADE

O agravante foi intimado da decisão guerreada em 18/06/2020, sendo protocolado hoje o recurso em espeque, dentro, portanto, do prazo de 30 dias previsto no art. 1015 c/c art. 229, ambos do Código de Processo Civil, é de tê-lo por inteiramente tempestivo.

2.3 DO MÉRITO

De acordo com a decisão agravada, não teria o insurgente comprovado que o imóvel objeto de penhora seria o único de sua titularidade, nem, de outro lado, que utilizava o bem como sua moradia e a de sua família.

O asserido merece reproche.

Os documentos constante dos autos, juntamente com as certidões acostadas ao vertente agravo dão conta de que, efetivamente, o agravante não tem mais imóveis vinculados a seu nome, de maneira que o bem penhorado nos autos figura, deveras, como o único relativamente ao qual ostenta o agravante a posição de proprietário.

Em outro canto, inobstante a certidão da oficiala de justiça presente nos autos, é certo que, de acordo com a declaração do condomínio, vê-se que o agravante tem como domicílio o bem imóvel em litígio, a afastar o arguido pelo Juízo de base.

Dessa forma, comprovado, por meio dos documentos em anexo, que o imóvel em comento é, de fato, bem de família, a penhora levada a efeito no bojo desse processo ofende a mais não poder o contido no art. 1° da Lei Federal n° 8.009/90, pelo que deve ser desconstituída.

É o que se desde já se requer.

2.4 DA TUTELA ANTECIPADA RECURSAL

De acordo com o art. 300 do CPC:

> Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Na espécie, acham-se presentes todos os requisitos hábeis ao implemento da tutela antecipada de urgência.

Nesse contexto, a probabilidade do direito reclamado se apresenta a partir de todo o deduzido alhures, nomeadamente quando se analisa a documentação acostada aos autos, a qual comprova que, de fato, o bem penhorado era o único de propriedade do agravante.

De outra borda, também se manifesta na espécie o perigo da demora e risco ao resultado útil do processo, isso porque, em breve, o bem penhorado será levado a leilão, fazendo perecer, assim, o direito à moradia do agravante.

Desse modo, para impedir que isso aconteça, é rigor seja deferida tutela liminar, sustando os atos ensejadores da alienação do bem em tela, ao menos até o julgamento de mérito do presente agravo de instrumento.

III – DOS PEDIDOS

Ante o escandido, **liminarmente,** solicita o agravante seja deferida tutela antecipada recursal, **sustando os atos ensejadores da alienação do bem em tela**, ao menos até o julgamento de mérito do presente agravo de instrumento.

Demais, no **mérito**, comprovado, por meio dos documentos em apenso, que o imóvel em comento é, de fato, bem de família*, ex vi* da Lei Federal n° 8.009/90, solicita o agravante seja **desconstituída a penhora** levado a cabo e a pedido da Fazenda Nacional.

Pede deferimento.

Recife, data da movimentação eletrônica.

Felipe Soares Torres
OAB/PE 26.207

Jaqueline Maria de Vasconcelos
OAB/PE 45.115

Avenida República do Líbano, 251
Empresarial Rio Mar Trade Center 3 – Sala 2801
Pina – Recife/PE – CEP 51.110-160
www.torresvasconcelos.com.br

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 20:22:51
Identificador: 4058300.15442005
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20080320083810900000015482720

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Siqueira Campos, 160, Sl. 102, Santo Antonio, Recife-PE
CEP: 50.010-010, TEl.: 3224-1710 / 3224-8533

Oficiala - Miriam de Holanda Vasconcelos

CERTIFICADO

Certifico a requerimento da parte interessada, protocolado neste Ofício Imobiliário sob o nº **551.840**, na forma prevista no art. **19** da Lei **6.015/73**, que deste CARTÓRIO, de acordo com as buscas efetuadas nos livros de Indicador Pessoal, referente ao período solicitado pela parte interessada, compreendendo o ano de 1930 (mil novecentos e trinta), até a presente data, somente consta registrado em nome de: **WALDIR ABREU GONÇALVES**, engenheiro eletricista, inscrito no CPF/MF sob o nº 297.112.077-53, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU**, analista de sistemas, inscrita no CPF/MF sob o nº 388.924.214-68, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, o apartamento **nº 701 (setecentos e um)**, tipo **A**, localizado no 7º pavimento elevado do **Edifício LE CHATEAU BLOIS**, situado na Rua General Americano Freire nº 798, em Boa Viagem, nesta cidade, consoante matrícula **nº 59.992**. Incidindo **Hipoteca Cedular de 1º grau, e sem concorrência de terceiros**, em favor do **BANCO DO BRASIL S/A**, com sede em Brasilia-DF, por sua dependência GECOR ING, Recife-PE, situada na Avenida Rio Branco, 240, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/7504-33, em garantia das obrigações decorrentes da **Cédula de Crédito Bancário nº 498.100.710, emitida em 08/03/2016, pela ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA**, sediada nesta cidade, na Avenida Antonio Torres Galvão, 254, Casa, Imbiribeira, inscrita no CNPJ nº 07.292.504/0001-71, devidamente registrada sob o nº 11, da matª 59.992, em data de 19 de setembro de 2016; e uma **PENHORA**, nos autos da Ação de Execução Fiscal - **Processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300**, da 33ª Vara Federal do Recife/PE, em que figuram, como **EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL**, como **EXECUTADO: ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA E OUTRO**, e como **CORRESPONSÁVEL: WALDIR ABREU GONÇALVES - CPF nº 297.112.077-53**, ficando o imóvel **INDISPONÍVEL enquanto perdurar a penhora, conforme dispõe o artigo 53, § 1º da Lei Federal nº 8.212/1991**, devidamente registrada sob o nº 12, da matª 59.992, em data de 29/09/2019. Certifico afinal que sobre o mencionado imóvel não consta neste Ofício nenhum assentamento registral concernente a citações de ações reais ou pessoais, reipersecutórias, arrestos, sequestros, salvo os gravames

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Consulte a autenticidade do selo no site www.tjpe.jus.br/selodigital
VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.
site: www.1rgirecife.com.br email: recepcao@1rgirecife.com.br
Estado de Pernambuco

acima citados. Dou fé. EMOLUMENTOS: R$ 30,99, TSNR: R$ 6,96, FERM: R$ 0,35, FUNSEG: R$ 0,70, FERC: R$ 3,83 e ISS: R$ 1,74, TOTAL R$ **44,57** (Leis nºs 11.404/96, 12.978/05, 16.521/18 e 16.522/18). A presente certidão é válida somente com o selo eletrônico de autenticidade e fiscalização nº **0073494.LLM06202001.03010**. Recife, 23 de julho de 2020. O Oficial, subscrevo e assino:

Elielson de H. Santana
Escrevente Autorizado

Léa/CP/EH

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 20:22:51
Identificador: 4058300.15442028
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Assinado e autenticado o selo no site www.tjpe.jus.br/selodigital
site: www.1rgirecife.com.br email: recepcao@1rgirecife.com.br
20080320114380100000015482743

CLIQUE PARA IMPRIMIR

Registradores
Central Registradores de Imóveis

A sua pesquisa foi registrada em nosso sistema e um pedido de confirmação foi enviado ao(s) cartório(s) pesquisado(s). Você receberá um e-mail assim que cada cartório responder ao pedido referente as legendas e ;

Busca enviada ao cartório para pesquisa. O prazo de resposta é de até 5 dias úteis.

Base de dados não atualizadas por problemas técnicos. Um pedido de confirmação foi enviado ao cartório e será disponibilizado em até 5 dias úteis na tela de Status da Consulta.

Não foi possível realizar a pesquisa. Um pedido de confirmação foi enviado ao cartório e será disponibilizado na tela de Status da Consulta.

Pesquisa sem ocorrências. Não foram encontradas ocorrências nos cartórios pesquisados, o resultado será disponibilizado na tela de Status da Consulta

Será infromado o número da matrícula e endereço pelo Cartório. Para complemento com todas as aquisições e alienações feita pelo pesquisado, o interessado deverá formaular a pesquisa diretamente no setor de atendimento de cada Cartório.

Protocolo:	**CE001101437**
Data da solicitação:	**15/07/2020**

Tarifas relativas a Consulta:

Emolumentos do Cartório + ISS:	**R$ 31,15**
Valor de serviço:	**R$ 0,00**
Valor total:	**R$ 31,15**

Dados da Consulta:

Nome da pessoa pesquisada: **WALDIR ABREU GONCALVES**

CPF/CNPJ: **29711207753**

Informar também os imóveis/direitos que foram transferidos: **Não** Data Transferência:

Cartórios pesquisados:

01º Cartório - Recife - Busca enviada ao cartório para pesquisa.
02º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
04º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
03º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
05º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
06º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
07º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.

CLIQUE PARA IMPRIMIR

Registradores
Central Registradores de Imóveis

A sua pesquisa foi registrada em nosso sistema e um pedido de confirmação foi enviado ao(s) cartório(s) pesquisado(s). Você receberá um e-mail assim que cada cartório responder ao pedido referente as legendas e ;

Busca enviada ao cartório para pesquisa. O prazo de resposta é de até 5 dias úteis.

Base de dados não atualizadas por problemas técnicos. Um pedido de confirmação foi enviado ao cartório e será disponibilizado em até 5 dias úteis na tela de Status da Consulta.

Não foi possível realizar a pesquisa. Um pedido de confirmação foi enviado ao cartório e será disponibilizado na tela de Status da Consulta.

Pesquisa sem ocorrências. Não foram encontradas ocorrências nos cartórios pesquisados, o resultado será disponibilizado na tela de Status da Consulta

Será infromado o número da matrícula e endereço pelo Cartório. Para complemento com todas as aquisições e alienações feita pelo pesquisado, o interessado deverá formaular a pesquisa diretamente no setor de atendimento de cada Cartório.

Protocolo:	**CE001101507**
Data da solicitação:	**15/07/2020**

Tarifas relativas a Consulta:

Emolumentos do Cartório + ISS:	**R$ 31,15**
Valor de serviço:	**R$ 0,00**
Valor total:	**R$ 31,15**

Dados da Consulta:

Nome da pessoa pesquisada: **BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA**

CPF/CNPJ: **38892421468**

Informar também os imóveis/direitos que foram transferidos: **Não** Data Transferência:

Cartórios pesquisados:

01º Cartório - Recife - Busca enviada ao cartório para pesquisa.
02º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
04º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
03º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
05º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
06º Cartório - Recife - Pesquisa sem ocorrências.
07º Cartório - Recife - Não foi possível realizar a pesquisa.

Protocolo de Pesquisa: CE001101507

Cartório: 07º Cartório - Recife

Cidade: Recife

Nº da Transcrição:

Data:

Livro:

Resposta do Cartório:

CPF/CNPJ: 38892421468

Matrícula:

Figura como proprietário atual: Negativa

Endereço:

Observações:
Atendendo ao processo CE001101507, informamos que todas as buscas efetuadas nesta Serventia, em nome de BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ 38892421468) resultaram negativas.

Existe outras matrículas não relacionadas: Não

FECHAR

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 20:22:51
Identificador: 4058300.15442042
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20080320141763900000015482757

Protocolo de Pesquisa: CE001101437
Cartório: 01º Cartório - Recife
Cidade: Recife

Nº da Transcrição:
Data:
Livro:

Resposta do Cartório:

CPF/CNPJ: 29711207753
Matrícula: 59992
Figura como proprietário atual: Sim

Endereço:
Apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, nº 798, situado na Rua General Americano Freire, bairro de Boa Viagem, Recife-PE.

Observações:
Informo que o imóvel esta gravado com registro de Hipoteca e Penhora/Indisponibilidade.

Existe outras matrículas não relacionadas: Não

FECHAR

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 20:22:51
Identificador: 4058300.15442045
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20080320141763900000015482760

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Siqueira Campos, 160, Sl. 102, Santo Antonio, Recife-PE
CEP: 50.010-010, TEl.: 3224-1710 / 3224-8533

Oficiala - Miriam de Holanda Vasconcelos

CERTIFICADO

Certifico a requerimento da parte interessada, protocolado neste Ofício Imobiliário sob o nº **551.840**, na forma prevista no art. **19** da Lei **6.015/73**, que deste CARTÓRIO, de acordo com as buscas efetuadas nos livros de Indicador Pessoal, referente ao período solicitado pela parte interessada, compreendendo o ano de 1930 (mil novecentos e trinta), até a presente data, consta registrado em nome de: **BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU**, analista de sistemas, inscrita no CPF/MF sob o nº 388.924.214-68, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **WALDIR ABREU GONÇALVES**, engenheiro eletricista, inscrito no CPF/MF sob o nº 297.112.077-53, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, o apartamento **nº 701 (setecentos e um)**, tipo **A**, localizado no 7º pavimento elevado do **Edifício LE CHATEAU BLOIS**, situado na Rua General Americano Freire nº 798, em Boa Viagem, nesta cidade, consoante matrícula **nº 59.992**. Incidindo **Hipoteca Cedular de 1º grau, e sem concorrência de terceiros**, em favor do **BANCO DO BRASIL S/A**, com sede em Brasilia-DF, por sua dependência GECOR ING, Recife-PE, situada na Avenida Rio Branco, 240, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/7504-33, em garantia das obrigações decorrentes da **Cédula de Crédito Bancário nº 498.100.710, emitida em 08/03/2016, pela ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA**, sediada nesta cidade, na Avenida Antonio Torres Galvão, 254, Casa, Imbiribeira, inscrita no CNPJ nº 07.292.504/0001-71, devidamente registrada sob o nº 11, da matª 59.992, em data de 19 de setembro de 2016; e uma **PENHORA**, nos autos da Ação de Execução Fiscal - **Processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300**, da 33ª Vara Federal do Recife/PE, em que figuram, como **EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL**, como **EXECUTADO: ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA E OUTRO**, e como **CORRESPONSÁVEL: WALDIR ABREU GONÇALVES - CPF nº 297.112.077-53**, ficando o imóvel **INDISPONÍVEL enquanto perdurar a penhora, conforme dispõe o artigo 53, § 1º da Lei Federal nº 8.212/1991**, devidamente registrada sob o nº 12, da matª 59.992, em data de 29/09/2019. Certifico afinal que sobre o mencionado imóvel não consta neste Ofício nenhum assentamento registral concernente a citações de ações reais ou pessoais, reipersecutórias, arrestos, sequestros, salvo os gravames

Consulte a autenticidade do selo no site www.tjpe.jus.br/selodigital
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

acima citados. Dou fé. EMOLUMENTOS: R$ 30,99, TSNR: R$ 6,96, FERM: R$ 0,35, FUNSEG: R$ 0,70, FERC: R$ 3,83 e ISS: R$ 1,74, TOTAL R$ **44,57** (Leis nºs 11.404/96, 12.978/05, 16.521/18 e 16.522/18). A presente certidão é válida somente com o selo eletrônico de autenticidade e fiscalização nº **0073494.KUH06202001.03009**. Recife, 23 de julho de 2020. O Oficial, subscrevo e assino:

Elielson de H. Santana
Escrevente Autorizado

Léa/CP/EH

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 20:22:51
Identificador: 4058300.15442047
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Valide a autenticidade do selo no site www.tjpe.jus.br/selodigital
site: www.1rgirecife.com.br email: recepcao@1rgirecife.com.br
20080320141763900000015462702
AAA 08925

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	22/05/2019	16807011	**05/06/2019**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TAXA COND JUNHO/19	

Valor a pagar : **R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	Valor
TAXA COND JUNHO/19	825,13
TX EXTRA. JUNHO/19 PARC 13/24	252,08

Instruções de Cobrança

TAXA COND JUNHO/19 825,13 TX EXTRA. JUNHO/19 PARC 13/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/06/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR

Nosso N°: 14000000016807011-7

10496.74672 30000.100047 01680.701131 2 79110000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 1 2

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01680.701131 2 79110000107721

Local do Pagamento
Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite

Vencimento: **05/06/2019**

Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS — CNPJ : 73.572.117/0001-13
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120

Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0

Data Documento	Nr. do Documento	Espécie Docto	Aceite	Data do Processamento
22/05/2019	16807011	RC	N	27/07/2020

Nosso Número: 14000000016807011-7

Uso do banco	Carteira	Espécie moeda	Qtde Moeda	xValor
	RG	R$		

Valor Documento: **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TAXA COND JUNHO/19 825,13 TX EXTRA. JUNHO/19 PARC 13/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/06/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	21/06/2019	17007011	**05/07/2019**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TAXA COND JULHO/19	

Valor a pagar : **R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	Valor
TAXA COND JULHO/19	825,13
TX EXTRA. JULHO/19 PARC 14/24	252,08

Instruções de Cobrança

TAXA COND JULHO/19 825,13 TX EXTRA. JULHO/19 PARC 14/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/07/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR

Nosso N°: 14000000017007011-0

10496.74672 30000.100047 01700.701178 9 79410000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 8 9

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01700.701178 9 79410000107721

Local do Pagamento: **Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite**					Vencimento: **05/07/2019**
Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS				CNPJ : 73.572.117/0001-13	Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120					
Data Documento: 21/06/2019	Nr. do Documento: 17007011	Espécie Docto: RC	Aceite: N	Data do Processamento: 27/07/2020	Nosso Número: 14000000017007011-0
Uso do banco	Carteira: RG	Espécie moeda: R$	Qtde Moeda	xValor	Valor Documento: **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TAXA COND JULHO/19 825,13 TX EXTRA. JULHO/19 PARC 14/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/07/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	22/07/2019	17207011	**05/08/2019**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TAXA COND AGOSTO/19	
	Valor a pagar :	**R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	**Valor**
TAXA COND AGOSTO/19	825,13
TX EXTRA. AGOSTO/19 PARC 15/24	252,08

Instruções de Cobrança

TAXA COND AGOSTO/19 825,13 TX EXTRA. AGOSTO/19 PARC 15/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/08/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000017207011-8

10496.74672 30000.100047 01720.701141 9 79720000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 1 9

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01720.701141 9 79720000107721

Local do Pagamento
Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite

Vencimento: **05/08/2019**

Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS — CNPJ : 73.572.117/0001-13
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120

Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0

Data Documento	Nr. do Documento	Espécie Docto	Aceite	Data do Processamento
22/07/2019	17207011	RC	N	27/07/2020

Nosso Número: 14000000017207011-8

Uso do banco	Carteira	Espécie moeda	Qtde Moeda	xValor
	RG	R$		

Valor Documento: **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TAXA COND AGOSTO/19 825,13 TX EXTRA. AGOSTO/19 PARC 15/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/08/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	26/08/2019	17407011	**05/09/2019**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TAXA COND SETEMBRO/19	
	Valor a pagar :	**R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	Valor
TAXA COND SETEMBRO/19	825,13
TX EXTRA. SET/19 PARC 16/24	252,08

Instruções de Cobrança

TAXA COND SETEMBRO/19 825,13 TX EXTRA. SET/19 PARC 16/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/09/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000017407011-5

10496.74672 30000.100047 01740.701113 3 80030000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 3 3

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01740.701113 3 80030000107721

Local do Pagamento: **Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite**					Vencimento: **05/09/2019**
Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS				CNPJ : 73.572.117/0001-13	Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120					
Data Documento: 26/08/2019	Nr. do Documento: 17407011	Espécie Docto: RC	Aceite: N	Data do Processamento: 27/07/2020	Nosso Número: 14000000017407011-5
Uso do banco	Carteira: RG	Espécie moeda: R$	Qtde Moeda	xValor	Valor Documento: **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TAXA COND SETEMBRO/19 825,13 TX EXTRA. SET/19 PARC 16/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/09/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA
prime
Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	08/11/2019	18007011	**05/12/2019**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TAXA COND DEZEMBRO/19	
	Valor a pagar :	**R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	Valor
TAXA COND DEZEMBRO/19	825,13
TX EXTRA. DEZ/19 PARC 19/24	252,08

Instruções de Cobrança

TAXA COND DEZEMBRO/19 825,13 TX EXTRA. DEZ/19 PARC 19/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/12/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000018007011-3

10496.74672 30000.100047 01800.701102 2 80940000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 2 2

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01800.701102 2 80940000107721

Local do Pagamento
Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite

Vencimento: **05/12/2019**

Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS — CNPJ : 73.572.117/0001-13
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120

Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0

Data Documento	Nr. do Documento	Espécie Docto	Aceite	Data do Processamento
08/11/2019	18007011	RC	N	27/07/2020

Nosso Número: 14000000018007011-3

Uso do banco	Carteira	Espécie moeda	Qtde Moeda	xValor
	RG	R$		

Valor Documento: **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TAXA COND DEZEMBRO/19 825,13 TX EXTRA. DEZ/19 PARC 19/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/12/2019 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	18/12/2019	18207011	**06/01/2020**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TAXA COND JANEIRO/20	

Valor a pagar : **R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	Valor
TAXA COND JANEIRO/20	825,13
TX EXTRA. JAN/20 PARC 20/24	252,08

Instruções de Cobrança

TAXA COND JANEIRO/20 825,13 TX EXTRA. JAN/20 PARC 20/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 06/01/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21

APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000018207011-0

10496.74672 30000.100047 01820.701173 8 81260000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 3 8

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01820.701173 8 81260000107721

Local do Pagamento: **Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite**					Vencimento: **06/01/2020**
Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS			CNPJ : 73.572.117/0001-13		Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120					
Data Documento: 18/12/2019	Nr. do Documento: 18207011	Espécie Docto: RC	Aceite: N	Data do Processamento: 27/07/2020	Nosso Número: 14000000018207011-0
Uso do banco	Carteira: RG	Espécie moeda: R$	Qtde Moeda	xValor	Valor Documento: **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TAXA COND JANEIRO/20 825,13 TX EXTRA. JAN/20 PARC 20/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 06/01/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	21/01/2020	18407011	**17/02/2020**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TAXA COND. FEVEREIRO/2020	
	Valor a pagar :	**R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	Valor
TAXA COND. FEVEREIRO/2020	825,13
TX. EXTRA FEV/2020 PARC. 21/24	252,08

Instruções de Cobrança

TAXA COND. FEVEREIRO/2020 825,13 TX. EXTRA FEV/2020 PARC. 21/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 17/02/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000018407011-8

10496.74672 30000.100047 01840.701146 8 81680000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 6 8

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01840.701146 8 81680000107721

Local do Pagamento
Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite

Vencimento: **17/02/2020**

Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS — CNPJ : 73.572.117/0001-13
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120

Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0

Data Documento	Nr. do Documento	Espécie Docto	Aceite	Data do Processamento
21/01/2020	18407011	RC	N	27/07/2020

Nosso Número: 14000000018407011-8

Uso do banco	Carteira	Espécie moeda	Qtde Moeda	xValor
	RG	R$		

Valor Documento: **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TAXA COND. FEVEREIRO/2020 825,13 TX. EXTRA FEV/2020 PARC. 21/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 17/02/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	17/02/2020	18607011	**06/03/2020**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TX ORDINÁRIA MARÇO/2020	
	Valor a pagar :	**R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	Valor
TX ORDINÁRIA MARÇO/2020	825,13
TX. EXTRA MAR/2020 PARC. 22/24	252,08

Instruções de Cobrança

TX ORDINÁRIA MARÇO/2020 825,13 TX. EXTRA MAR/2020 PARC. 22/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 06/03/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21

APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000018607011-5

10496.74672 30000.100047 01860.701117 7 81860000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 7 7

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01860.701117 7 81860000107721

Local do Pagamento					Vencimento
Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite					**06/03/2020**
Beneficiário COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS			CNPJ : 73.572.117/0001-13		Agência/Código Beneficiário 1031/674673-0
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120					
Data Documento 17/02/2020	Nr. do Documento 18607011	Espécie Docto RC	Aceite N	Data do Processamento 27/07/2020	Nosso Número 14000000018607011-5
Uso do banco	Carteira RG	Espécie moeda R$	Qtde Moeda	xValor	Valor Documento **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TX ORDINÁRIA MARÇO/2020 825,13 TX. EXTRA MAR/2020 PARC. 22/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 06/03/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	23/03/2020	18807011	**06/04/2020**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TX ORDINÁRIA ABRIL/2020	
	Valor a pagar :	**R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	Valor
TX ORDINÁRIA ABRIL/2020	825,13
TX. EXTRA ABR/2020 PARC. 23/24	252,08

Instruções de Cobrança

TX ORDINÁRIA ABRIL/2020 825,13 TX. EXTRA ABR/2020 PARC. 23/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 06/04/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21

APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000018807011-2

10496.74672 30000.100047 01880.701196 5 82170000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 6 5

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01880.701196 5 82170000107721

Local do Pagamento
Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite

Vencimento: **06/04/2020**

Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS — CNPJ : 73.572.117/0001-13
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120

Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0

Data Documento	Nr. do Documento	Espécie Docto	Aceite	Data do Processamento
23/03/2020	18807011	RC	N	27/07/2020

Nosso Número: 14000000018807011-2

Uso do banco	Carteira	Espécie moeda	Qtde Moeda	xValor
	RG	R$		

Valor Documento: **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TX ORDINÁRIA ABRIL/2020 825,13 TX. EXTRA ABR/2020 PARC. 23/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 06/04/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	17/04/2020	19007011	**05/05/2020**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**1.077,21**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TX ORDINÁRIA MAIO/2020	
	Valor a pagar :	**R$1.077,21**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Descrição	Valor
TX ORDINÁRIA MAIO/2020	825,13
TX. EXTRA MAI/2020 PARC. 24/24	252,08

Instruções de Cobrança

TX ORDINÁRIA MAIO/2020 825,13 TX. EXTRA MAI/2020 PARC. 24/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/05/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21

APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000019007011-6

10496.74672 30000.100047 01900.701127 6 82460000107721

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 7 6

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01900.701127 6 82460000107721

Local do Pagamento					Vencimento
Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite					**05/05/2020**
Beneficiário COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS			CNPJ : 73.572.117/0001-13		Agência/Código Beneficiário 1031/674673-0
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120					
Data Documento 17/04/2020	Nr. do Documento 19007011	Espécie Docto RC	Aceite N	Data do Processamento 27/07/2020	Nosso Número 14000000019007011-6
Uso do banco	Carteira RG	Espécie moeda R$	Qtde Moeda	xValor	Valor Documento **1.077,21**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TX ORDINÁRIA MAIO/2020 825,13 TX. EXTRA MAI/2020 PARC. 24/24 252,08
TX RECUPERAÇÃO DA FACHADA SR CAIXA NÃO RECEBER APÓS 60 DIAS
ATE 05/05/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 1.027,21
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$21,54 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$10,77 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

Sacador/Avalista

CNPJ/CPF: 29711207753
Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	15/05/2020	19207011	**05/06/2020**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**825,13**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TX ORDINÁRIA JUNHO/2020	
	Valor a pagar :	**R$825,13**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Código	Descrição	Complemento	Documento	Valor
	TX ORDINÁRIA JUNHO/2020			825,13

Instruções de Cobrança

TX ORDINÁRIA JUNHO/2020 825,13
ATE 05/06/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 775,13
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$16,50 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$8,25 (1%) AO MES

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000019207011-3

10496.74672 30000.100047 01920.701107 5 82770000082513

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 7 5

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0

10496.74672 30000.100047 01920.701107 5 82770000082513

Local do Pagamento: **Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite**					Vencimento: **05/06/2020**
Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS			CNPJ : 73.572.117/0001-13		Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120					
Data Documento: 15/05/2020	Nr. do Documento: 19207011	Espécie Docto: RC	Aceite: N	Data do Processamento: 27/07/2020	Nosso Número: 14000000019207011-3
Uso do banco	Carteira: RG	Espécie moeda: R$	Qtde Moeda	xValor	Valor Documento: **825,13**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TX ORDINÁRIA JUNHO/2020 825,13
ATE 05/06/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 775,13
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$16,50 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$8,25 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330

CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica FICHA DE COMPENSAÇÃO

PRECISA prime Administração Condominial

Agência/Cód. Beneficiário	CNPJ/CPF - Pagador	Data Emissão	Número Documento	Vencimento
1031/674673-0	29711207753	16/06/2020	19307011	**06/07/2020**

Beneficiário	CNPJ/CPF - Beneficiário	Valor
COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS	73.572.117/0001-13	**825,13**
Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP	0701 1	
Pagador WALDIR ABREU GONÇALVES	TX ORDINÁRIA JULHO/2020	
	Valor a pagar :	**R$825,13**

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492 Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

Código	Descrição	Complemento	Documento	Valor
	TX ORDINÁRIA JULHO/2020			825,13

Instruções de Cobrança

TX ORDINÁRIA JULHO/2020 825,13 + JUROS DE MORA DE R$8,25 (1%) AO MES
ATE 06/07/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 775,13
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$16,50 (2%)

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECIBO DO PAGADOR Nosso N°: 14000000019307011-7

10496.74672 30000.100047 01930.701139 1 83080000082513

Conferir os dígitos verificadores que estão abaixo em vermelho com os dígitos a seguir : 2 7 9 1

Formulário Eletrônico CARSOFT
Finax - Controle Financeiro V8.1.81.3
Autenticação Mecânica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0 10496.74672 30000.100047 01930.701139 1 83080000082513

Local do Pagamento: **Pagar preferencialmente nas casas lotéricas até o valor limite**

Vencimento: **06/07/2020**

Beneficiário: COND. EDF. LE CHATEAU BLOIS — CNPJ : 73.572.117/0001-13

Rua General Americano Freire , 798 - BOA VIAGEM - RECIFE - PE CEP : 51021120

Agência/Código Beneficiário: 1031/674673-0

Data Documento	Nr. do Documento	Espécie Docto	Aceite	Data do Processamento
16/06/2020	19307011	RC	N	27/07/2020

Nosso Número: 14000000019307011-7

Uso do banco	Carteira	Espécie moeda	Qtde Moeda	xValor
	RG	R$		

Valor Documento: **825,13**

Instruções de responsabilidade do beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
TX ORDINÁRIA JULHO/2020 825,13
ATE 06/07/2020 DESCONTO DE R$50,00 Valor a pagar R$ 775,13
APOS VENCIMENTO MULTA DE R$16,50 (2%)
+ JUROS DE MORA DE R$8,25 (1%) AO MES

PRECISA ADM DE CONDOMINIOS - (81)3033.9200 comunicado@precisaprime.com.br

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador
0701 WALDIR ABREU GONÇALVES
Avenida Antônio Torres Galvão, 254
Imbiribeira - Recife - PE - 51.160-330
CNPJ/CPF: 29711207753

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO
20080320161158500000015482765

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/03/2020 20:22:51
Identificador: PE530001540250
Para verificação da autenticidade deste documento: https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

* Os registros em vermelho indicam títulos com conta financeira inativa.

Vencimento	Nosso Número	Dias	Valor Original	Multa	Juros	Valor Devido	Observação	Carta	St
Unidade: 0701									
PROP ANTERIOR : WALDIR ABREU GONÇALVES Fone : 998695232									
Avenida Antônio Torres Galvão, 254 - Imbiribeira - Recife - PE Cep: 51160330 CNPJ/CPF: 297.112.077-53									
Outros: BRUNO CORDEIRO GONÇALVES 9-9683-0339									
Proprietário: Daniel Barbosa de Souza 99874-4379									
05/03/2017	12707011	1240	802,46	16,05	329,01	1.147,52	TAXA COND. MAR/17		NC
05/04/2017	12807011	1209	802,46	16,05	320,98	1.139,49	TAXA COND. ABR/17		NC
05/07/2017	13107011	1118	802,46	16,05	296,91	1.115,42	TAXA COND. JUL/17		NC
05/08/2017	13207011	1087	802,46	16,05	288,89	1.107,40	TAXA COND. AGO/17		NC
05/09/2017	13307011	1056	802,46	16,05	280,86	1.099,37	TAXA COND. SET/17		NC
05/10/2017	13407011	1026	802,46	16,05	272,84	1.091,35	TAXA COND. OUT/17		NC
05/11/2017	13507011	995	802,46	16,05	264,81	1.083,32	TAXA COND. NOV/17		NC
05/12/2017	13607011	965	802,46	16,05	256,79	1.075,30	TAXA COND. DEZ/17		NC
05/02/2018	13807011	903	802,46	16,05	240,74	1.059,25	TAXA COND. FEV/18		NC
05/03/2018	13907011	875	802,46	16,05	232,71	1.051,22	TAXA COND. MARÇO/18		NC
05/04/2018	14007011	844	825,13	16,50	231,04	1.072,67	TAXA COND. ABRIL/18		NC
05/05/2018	14107011	814	825,13	16,50	222,79	1.064,42	TAXA COND. MAIO/18		NC
05/06/2018	14207011	783	825,13	16,50	214,53	1.056,16	TAXA COND. JUNHO/18		NC
05/06/2018	14307011	783	252,08	5,04	65,54	322,66	TX EXTRA. JUNHO PARC 1/24		NC
05/07/2018	14407011	753	825,13	16,50	206,28	1.047,91	TAXA COND. JULHO/18		NC
05/07/2018	14507011	753	252,08	5,04	63,02	320,14	TX EXTRA. JULHO PARC 2/24		NC
05/08/2018	14607011	722	825,13	16,50	198,03	1.039,66	TAXA COND. AGOSTO/18		NC
05/08/2018	14707011	722	252,08	5,04	60,50	317,62	TX EXTRA. AGOSTO PARC 3/24		NC
05/09/2018	14807011	691	825,13	16,50	189,78	1.031,41	TAXA COND. SETEMBRO/18		NC
05/09/2018	14907011	691	252,08	5,04	57,98	315,10	TX EXTRA. SETEMBRO PARC 4/24		NC
05/10/2018	15007011	661	825,13	16,50	181,53	1.023,16	TAXA COND. OUTUBRO/18		NC
05/10/2018	15107011	661	252,08	5,04	55,46	312,58	TX EXTRA. OUT/18 PARC 5/24		NC
05/11/2018	15207011	630	825,13	16,50	173,28	1.014,91	TAXA COND.NOVEMBRO/18		NC
05/11/2018	15307011	630	252,08	5,04	52,94	310,06	TX EXTRA. NOV/18 PARC 6/24		NC
05/12/2018	15407011	600	825,13	16,50	165,03	1.006,66	TAXA COND.DEZEMBRO/18		NC
05/12/2018	15507011	600	252,08	5,04	50,42	307,54	TX EXTRA. DEZ/18 PARC 7/24		NC
05/01/2019	15607011	569	825,13	16,50	156,77	998,40	TAXA COND JANEIRO/19		NC
05/01/2019	15707011	569	252,08	5,04	47,90	305,02	TX EXTRA. JAN/19 PARC 8/24		NC
05/02/2019	15807011	538	825,13	16,50	148,52	990,15	TAXA COND FEVEREIRO/19		NC
05/02/2019	15907011	538	252,08	5,04	45,37	302,49	TX EXTRA. FEV/19 PARC 9/24		NC
07/03/2019	16007011	508	825,13	16,50	140,27	981,90	TAXA COND MARÇO/19		NC
07/03/2019	16107011	508	252,08	5,04	42,85	299,97	TX EXTRA. MARÇO/19 PARC 10/24		NC
05/04/2019	16207011	479	825,13	16,50	132,02	973,65	TAXA COND ABRIL/19		NC
05/04/2019	16307011	479	252,08	5,04	40,33	297,45	TX EXTRA. ABRIL/19 PARC 11/24		NC
06/05/2019	16407011	448	825,13	16,50	123,77	965,40	TAXA COND MAIO/19		NC
06/05/2019	16507011	448	252,08	5,04	37,81	294,93	TX EXTRA. MAIO/19 PARC 12/24		NC
05/06/2019	16807011	418	825,13	16,50	115,52	957,15	TAXA COND JUNHO/19		NC
05/06/2019	16907011	418	252,08	5,04	35,29	292,41	TX EXTRA. JUNHO/19 PARC 13/24		NC
05/07/2019	17007011	388	825,13	16,50	107,27	948,90	TAXA COND JULHO/19		NC
05/07/2019	17107011	388	252,08	5,04	32,77	289,89	TX EXTRA. JULHO/19 PARC 14/24		NC
05/08/2019	17207011	357	825,13	16,50	99,02	940,65	TAXA COND AGOSTO/19		NC
05/08/2019	17307011	357	252,08	5,04	30,25	287,37	TX EXTRA. AGOSTO/19 PARC 15/24		NC
05/09/2019	17407011	326	825,13	16,50	90,76	932,39	TAXA COND SETEMBRO/19		NC
05/09/2019	17507011	326	252,08	5,04	27,73	284,85	TX EXTRA. SET/19 PARC 16/24		NC
05/12/2019	18007011	235	825,13	16,50	66,01	907,64	TAXA COND DEZEMBRO/19		NC
05/12/2019	18107011	235	252,08	5,04	20,17	277,29	TX EXTRA. DEZ/19 PARC 19/24		NC
06/01/2020	18207011	203	825,13	16,50	57,76	899,39	TAXA COND JANEIRO/20		NC
06/01/2020	18307011	203	252,08	5,04	17,65	274,77	TX EXTRA. JAN/20 PARC 20/24		NC
05/02/2020	18407011	173	825,13	16,50	49,51	891,14	TAXA COND. FEVEREIRO/2020		NC
05/02/2020	18507011	173	252,08	5,04	15,12	272,24	TX. EXTRA FEV/2020 PARC. 21/24		NC
06/03/2020	18607011	143	825,13	16,50	41,26	882,89	TX ORDINÁRIA MARÇO/2020		NC
06/03/2020	18707011	143	252,08	5,04	12,60	269,72	TX. EXTRA MAR/2020 PARC. 22/24		NC
06/04/2020	18807011	112	825,13	16,50	33,01	874,64	TX ORDINÁRIA ABRIL/2020		NC
06/04/2020	18907011	112	252,08	5,04	10,08	267,20	TX. EXTRA ABR/2020 PARC. 23/24		NC
05/05/2020	19007011	83	825,13	16,50	24,75	866,38	TX ORDINÁRIA MAIO/2020		NC
05/05/2020	19107011	83	252,08	5,04	7,56	264,68	TX. EXTRA MAI/2020 PARC. 24/24		NC
05/06/2020	19207011	52	825,13	16,50	16,50	858,13	TX ORDINÁRIA JUNHO/2020		NC
06/07/2020	19307011	21	825,13	16,50	8,25	849,88	TX ORDINÁRIA JULHO/2020		NC
Tot. Sacado			**35.023,74**	**700,38**	**6.807,14**	**42.531,26**		Qtd. de Títulos :	**58**

* Os registros em vermelho indicam títulos com conta financeira inativa.

Vencimento	Nosso Número	Dias	Valor Original	Multa	Juros	Valor Devido	Observação	Carta	St
TOTAL GERAL			**35.023,74**	**700,38**	**6.807,14**	**42.531,26**	Qtd. de Títulos :		**58**

Total de Unidades : 1 (2,44%)

```
Opções Selecionadas
Empresa : 014
Data de Referência : 27/07/2020
Unidade Inicial : 0701
Unidade Final : 0701
- Tipo Relatório : Analítico
- Imprime Dados do Sacado
- Imprime Responsáveis
- Imprime Valores
- Imprime Observação
- Cobrar juros após vencimento : Sim
- Usa juros pro-rata : Não
```

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 20:22:51
Identificador: 4058300.15442053
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

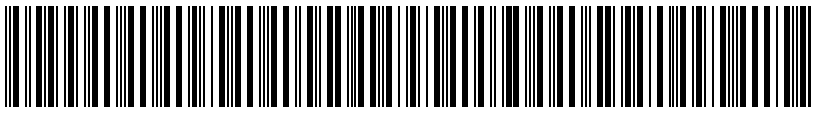
20080320161158500000015482768

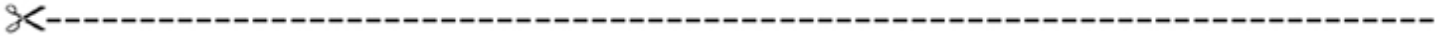
Gerado a partir de https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União GRU JUDICIAL	Código de Recolhimento	**18720-8**
	Número do Processo	**00099598620164058300**
	Competência	**08/2020**
	Vencimento	**03/08/2020**
Nome do Contribuinte / Recolhedor : **WALDIR ABREU GONÇALVES**	CNPJ ou CPF do Contribuinte	**297.112.077-53**
Nome da Unidade Favorecida: **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A.REGIAO**	UG / Gestão	**090031 / 00001**
Nome do Requerente / Autor: **UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL**	(=) Valor do Principal	**100,00**
CNPJ/CPF do Requerente / Autor:	(-) Desconto/Abatimento	
Seção Judiciária: Vara: Classe:	(-) Outras deduções	
Base de Cálculo:	(+) Mora / Multa	
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. **SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE** Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal [STNFA5AA4311EEB6D88BCE30550D871126F]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	**100,00**

85820000001-5 00000281187-1 20001511000-4 29711207753-1

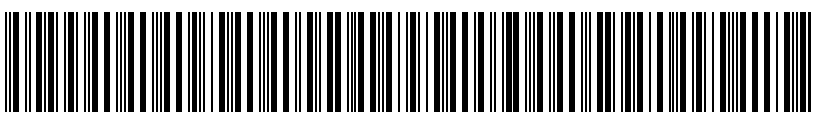




SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União GRU JUDICIAL	Código de Recolhimento	**18720-8**
	Número do Processo	**00099598620164058300**
	Competência	**08/2020**
	Vencimento	**03/08/2020**
Nome do Contribuinte / Recolhedor: **WALDIR ABREU GONÇALVES**	CNPJ ou CPF do Contribuinte	**297.112.077-53**
Nome da Unidade Favorecida: **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A.REGIAO**	UG / Gestão	**090031 / 00001**
Nome do Requerente / Autor: **UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL**	(=) Valor do Principal	**100,00**
CNPJ/CPF do Requerente / Autor:	(-) Desconto/Abatimento	
Seção Judiciária: Vara: Classe:	(-) Outras deduções	
Base de Cálculo:	(+) Mora / Multa	
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. **SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE** Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal [STNFA5AA4311EEB6D88BCE30550D871126F]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	**100,00**

85820000001-5 00000281187-1 20001511000-4 29711207753-1



in.tern-et....Ba nking::::CAIXA

CAIXA

Comprovante de pagamento com código de barras

Via Internet Banking CAIXA

Nome:	ASSIST CLUB CORRET SEGUROS
Conta de débito:	2346 / 003 / 00001131-4

Representação numérica do código de barras:

858200000015 000002811871 200015110004 297112077531

Convênio:	GRU JUDICIAL-EXCLUSI
Valor:	100,00
Data de vencimento:	03/08/2020
Identificação da operação:	CUSTAS

Data de débito:	03/08/2020
Data/hora da operação:	03/08/2020 14:09:32

Código da operação:	00659016
Chave de segurança:	ZF6P3W4GM4C1GN6N

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 20:22:51

20080320205653900000015482800

Identificador: 4058300.15442085
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 33° VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300

WALDIR ABREU GONÇALVES , já qualificado nos autos do processo em epígrafe, comparece, com o devido respeito a Vossa Excelência, para **informar** , na forma do art. 1.018 do CPC, que:

a) Interpôs **agravo de instrumento** em face da r. decisão interlocutória prolatada por este juízo que não reconheceu o imóvel em litígio como bem de família.

b) Na oportunidade, requer a juntada em anexo de cópia do agravo e dos documentos que instruíram o recurso em espeque.

Em arremate, com esta petição de juntada, pede-se que Vossa Excelência **profira juízo de retração** , reavaliando-se a decisão guerreada.

Pede deferimento.

Recife, data da movimentação eletrônica.

Jaqueline Vasconcelos

OAB/PE 45.115

Protocolo do Processo

Detalhes do Processo

Jurisdição
TRF - 5ª Região

Órgão Julgador
Gab 5 - Des. ROBERTO MACHADO

Órgão Julgador Colegiado
1ª Turma

Classe Judicial
AGRAVO DE INSTRUMENTO

Valor da Causa (R$)
400.000,00

Número Processo
0809343-10.2020.4.05.0000

Relator
FRANCISCO ROBERTO MACHADO

Processo 0809343-10.2020.4.05.0000 distribuído com sucesso.

Fechar

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - Advogado
Data e hora da assinatura: 03/08/2020 21:08:48
Identificador: 4058300.15442313
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

20080321080115800000015483028

07/08/2020

Número: **0809343-10.2020.4.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Partes	
Tipo	**Nome**
ADVOGADO	**JAILTON FELIPE DA SILVA**
ADVOGADO	**FELIPE SOARES TORRES**
AGRAVANTE	**WALDIR ABREU GONCALVES**
ADVOGADO	**JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
21905755	06/08/2020 22:55	Decisão	Decisão

PROCESSO Nº: 0809343-10.2020.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: WALDIR ABREU GONCALVES
ADVOGADO: Jailton Felipe Da Silva e outros
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de tutela recursal, interposto por WALDIR ABREU GONCALVES contra decisão proferida pelo douto juízo da 33ª Vara da Seção Judiciária de PE, nos autos do processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300.

Da análise dos autos, percebo que o recurso é intempestivo. Explico.

Diferentemente do sustentado pelo ora agravante, o art. 229 do CPC não se aplica aos processos judiciais eletrônicos, *verbis*:

> Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
>
> § 1º Cessa a contagem do prazo em dobro se, havendo apenas 2 (dois) réus, é oferecida defesa por apenas um deles.
>
> § 2º **Não se aplica o disposto no caput aos processos em autos eletrônicos**. (*Grifo nosso*)

In casu, a decisão vergastada foi prolatada em 08/06/2020, tendo a agravante dela tomado ciência em 18/06/2020, conforme certidão registrada no Id. 4058300.14861207. Como a parte apenas interpôs o recurso em 03/08/2020, forçoso reconhecer a sua intempestividade, eis que protocolado fora do prazo de quinze dias previsto no art. 1.003, § 5º, do CPC[1].

Assim, **não conheço do agravo de instrumento**.

Ciência ao Juízo *a quo*.

Publique-se. Intimem-se.

Recife, 09 de julho de 2020.

[1] Art. 1.003. O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.

(...)

§ 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

PROCESSO Nº: 0809343-10.2020.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: WALDIR ABREU GONCALVES
ADVOGADO: Jailton Felipe Da Silva e outros
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma

Encaminhando decisão com ID. 4050000.21905755 par ciência de seu inteiro teor.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outro
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 12/09/2020 06:35, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 08/09/2020 02:06 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20090802063082100000015884623 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 12/09/2020 06:35 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
33ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - PE45115 -	ADVOGADO
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro - PE027264 - D	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro - PE014088 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20100600061787900000016209551 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 06/10/2020 00:06 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL**
EMBARGANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Felipe Soares Torres e outro
EMBARGADO: FAZENDA NACIONAL
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Reconheço a conexão existente entre a ação proposta e a execução fiscal nº 0009959-86.2016.4.05.8300, que tramita nesse juízo e recebo os presentes embargos de terceiro.

Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita requerido, conforme previsto no art. 98 da Lei 13.105/15.

Suspendo o curso da ação principal apenas no que toca à fração ideal pertencente à autora (meação) do bem ora embargado, correspondente à 50% (cinquenta por cento) do apartamento 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, 798, Boa Viagem, Recife/PE , mantendo a parte embargante na sua posse até o julgamento definitivo da ação (artigo 678 do CPC).

Cite-se a FAZENDA NACIONAL para responder aos termos desta ação no prazo legal (art. 679 do CPC).

Certifique-se na ação principal a oposição destes embargos e os efeitos atribuídos em relação ao bem objeto do litígio.

Intimem-se. Cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônica.

GUILHERME SOARES DINIZ

Juiz Federal da 33ª Vara/PE

Processo: **0812609-34.2020.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por: 2(
GUILHERME SOARES DINIZ - Magistrado
Data e hora da assinatura: 21/08/2020 14:02:21
Identificador: 4058300.15464082

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Para acessar o processo originário:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcessoOutraSecao/listProcessoCompletoAcessoExterno.seam

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Certifico que este feito se encontra suspenso em razão de decisão judicial.

Ações aguardando julgamento:

0812609-34.2020.4.05.8300.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL**
EMBARGANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Felipe Soares Torres e outro
EMBARGADO: FAZENDA NACIONAL
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

SENTENÇA

Trata-se de embargos de terceiro opostos por BEATRIZ MARIA VEIGADE OLIVEIRA em face da FAZENDA NACIONAL, com o fito de ver reconhecida a copropriedade da autora bem como lhe seja concedido 50% do produto da alienação do imóvel "apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, sitaudo à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE", penhorado nos autos da execução fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300. Pugna, no entanto, pela condenação da Fazenda em honorários sucumbenciais.

A inicial foi instruída com procuração e documentos.

Citada, a Fazenda Nacional reconhece a procedência do pedido formulado nestes embargos, requerendo, no entanto, a não condenação em honorários advocatícios.

É o breve relatório. Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I, do CPC.

No que toca ao mérito, ante a concordância da Fazenda Nacional em relação ao reconhecimento da meação da autora relativamente ao bem imóvel objeto de penhora na execução correlata e a consequente reserva de 50% do produto da alienação em seu favor, resolve-se o conflito de interesses posto no bojo destes autos, impondo-se, desta feita, o reconhecimento da procedência do pedido inicial, nos termos do art. 487, III, "a", do CPC.

Quanto à condenação em honorários advocatícios, observo que, em regra, tal ônus deve ser aplicado em conformidade com o princípio da sucumbência. Todavia, há casos em que, embora sucumbente, a parte não deu causa ao ajuizamento da ação, não devendo, por conseguinte, sobre ela recair a condenação em honorários advocatícios.

Nessas hipóteses, então, o princípio da sucumbência deve ser aplicado em consonância com o princípio da causalidade, segundo o qual os honorários advocatícios devem ser suportados por quem deu causa à instauração do processo.

Em se tratando de embargos de terceiro, deve o magistrado, na condenação dos ônus sucumbenciais, atentar-se para os dois princípios, o da causalidade e o da sucumbência. Esse é o entendimento da Súmula 303 do STJ: *"Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios"* .

No caso em tela, observa-se que, apesar de sucumbente, a embargada não deu causa à presente demanda, uma vez que a penhora não foi indevida. Já a embargante não foi sucumbente, razão pela qual inviável, da mesma forma, sua condenação.

Sendo assim, entendo que não deve haver condenação em honorários advocatícios.

Pelo exposto, **homologo o reconhecimento da procedência do pedido formulado nos presentes embargos de terceiro** para reconhecer 50% da propriedade da autora relativamente ao imóvel *"apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE* ", penhorado nos autos da execução fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300, devendo, ainda, em caso de alienação, ser-lhe reservado 50% do produto da alienação do aludido imóvel, extinguindo o feito com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "a", do CPC.

Considerando os princípios da causalidade e da sucumbência, deixo de condenar a Fazenda Nacional ou a embargante ao pagamento dos honorários advocatícios.

Traslade-se cópia desta sentença para os autos da execução fiscal nº 0009959-86.2016.4.05.8300.

Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 496, §4º, II, do CPC).

Transitada em julgado, arquive-se o processo, com baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Recife, data e assinatura eletrônica.

GUILHERME SOARES DINIZ

Juiz Federal da 33ª Vara/PE

Processo: **0812609-34.2020.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por: 2(
GUILHERME SOARES DINIZ - Magistrado
Data e hora da assinatura: 22/10/2020 16:53:53
Identificador: 4058300.16300778

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Para acessar o processo originário:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcessoOutraSecao/listProcessoCompletoAcessoExterno.seam

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 26/02/2021 06:02, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 23/02/2021 10:29 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21022310292128800000017556618 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 26/02/2021 06:02 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Execução Fiscal (SIDA) nº **0009959-86.2016.4.05.8300**
Exequente: **União (Fazenda Nacional)**
Executado: **ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
Executado: **WALDIR ABREU GONCALVES**

A **União (Fazenda Nacional)** vem, por meio do(a) seu(sua) procurador(a) abaixo assinado(a), manifestar ciência acerca do ato ordinatório de id. 1758222 e da certidão de id. 17194092, a qual cuida do translado de decisão preferida nos autos dos embargos de 3º.

Recife, 5 de março de 2021.

JANIFFER CELANI RODRIGUES DE ATAIDE
Procurador(a) da Fazenda Nacional

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Certifico que este feito se encontra suspenso em razão de decisão judicial.

Ações aguardando julgamento:

0805689-10.2021.4.05.8300.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que faço a transcrição da decisão de recebimento dos Embargos de Terceiro abaixo:

PROCESSO Nº: 0805689-10.2021.4.05.8300 - **EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL**
EMBARGANTE: ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA
ADVOGADO: Rayane Cristina Candido De Melo
EMBARGADO: UNIÃO FEDERAL - UNIÃO.
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

O embargante ajuíza os presentes embargos de terceiro, atribuindo à causa o valor de R$ 200 mil.

No entanto, o valor da causa não se trata de quantia arbitrária nem aleatória e tem seus critérios definidos no artigo 292 do NCPC.

Nos termos da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, ele deve corresponder ao valor do proveito econômico (benefício patrimonial) perseguido pelo autor, entendimento que, fundado em exegese dos supracitados artigos, se aplica a qualquer ação.

Considerando que o direito a que se deseja tutelar por meio da presente ação possui expressão econômica quantificável, deve o valor dado à causa ajustar-se à vantagem patrimonial do direito almejado.

No que tange especificamente aos embargos de terceiro, entendo que o valor da causa deve corresponder ao do bem cuja constrição se pretende desconstituir, que, no caso, foi avaliado em R$ 400 mil.

Dessa forma, corrijo, de ofício, o valor da causa para R$ 400.000,00 (quatrocentos mil Reais).

A alteração do valor da causa não repercutiu no valor das custas iniciais, eis que já pagas no maior valor possível (teto de custas da JFPE).

Recebo os embargos de terceiro e suspendo o curso da ação principal apenas no que toca ao bem ora embargado (APARTAMENTO 701 DO EDF. LE CHATEAU BLOIS, situado na Rua General Americano Freire, 789, Boa Viagem, Recife/PE), mantendo a parte embargante na posse do imóvel em questão até o julgamento definitivo destes embargos (artigo 678, do CPC).

Após, determino a citação da FAZENDA NACIONAL para responder aos termos desta ação no prazo da lei.

Translade-se cópia da presente decisão para os autos da ação principal (EF 0009959-86.2016.4.05.8300), certificando-se.

Intime-se.

Datado e assinado eletronicamente.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

Juíza Federal da 33ª Vara/PE

Processo: **0805689-10.2021.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS - Magistrado
Data e hora da assinatura: 30/03/2021 14:40:53
Identificador: 4058300.17936231

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

DIVISÃO DA PRIMEIRA TURMA

COMUNICAÇÃO

Excelentíssimo(a) Juiz(a),

De ordem do Desembargador Federal, dirijo-me a V. Exa. para encaminhar cópia das peças referentes ao Trânsito em Julgado do presente processo.

Recife, 22 de Novembro de 2021.

22/11/2021

Número: **0809343-10.2020.4.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Partes	
Tipo	**Nome**
ADVOGADO	**JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS**
AGRAVANTE	**WALDIR ABREU GONCALVES**
ADVOGADO	**FELIPE SOARES TORRES**
ADVOGADO	**JAILTON FELIPE DA SILVA**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
28985981	22/11/2021 07:59	Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
28150797	29/09/2021 21:01	Inteiro Teor	Inteiro Teor do Acórdão
27835739	29/09/2021 21:01	Acórdão	Acórdão

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

DIVISÃO DA 1ª TURMA

PROCESSO Nº: 0809343-10.2020.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: WALDIR ABREU GONCALVES
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO

Certifico que o Acórdão proferido pela Primeira Turma transitou em julgado. Certifico, ainda, que, em função do trânsito em julgado do Acórdão e em cumprimento ao artigo 66 do Regimento Interno deste Tribunal, arquivo eletronicamente este processo na pasta "Baixa Definitiva Arquivo" do PJe. O referido é verdade e dou fé.

Recife, 22 de Novembro de 2021.

PROCESSO Nº: 0809343-10.2020.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: WALDIR ABREU GONCALVES
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma

RELATÓRIO

Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de tutela recursal, interposto por WALDIR ABREU GONCALVES contra decisão proferida pelo Juízo Federal da 33ª Vara da SJ/PE que, nos autos da Execução Fiscal nº 0009959-86.2016.4.05.8300 (*manteve a penhora incidente sobre o bem imóvel*), pretendendo a imediata sustação de eventuais atos de alienação que incidirão sobre a coisa, alegando, em resumo, o seguinte: 1) não tem mais imóveis vinculados a seu nome, de maneira que o bem penhorado nos autos figura como o único relativamente ao qual ostenta o agravante a posição de proprietário; e 2) o imóvel em comento é, de fato, bem de família, a penhora levada a efeito ofende o contido no art. 1° da Lei Federal n° 8.009/90, pelo que deve ser desconstituída. Requer, ao final, o provimento de recurso.

Indeferido o pedido de efeito suspensivo (id. 4050000.22814093).

Não foram apresentadas contrarrazões (id. 4050000.23542022).

Por força de distribuição, vieram-me os autos conclusos.

Sendo caso de dispensa de revisão, peço dia para julgamento.

É o relatório.

PROCESSO Nº: 0809343-10.2020.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: WALDIR ABREU GONCALVES
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma

VOTO

Agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da execução fiscal originária, manteve a constrição sobre o imóvel de propriedade da parte devedora/agravante, sob o fundamento de que não restou demonstrada a sua impenhorabilidade.

As razões apresentadas pela parte agravante podem ser assim resumidas: 1) não tem mais imóveis vinculados a seu nome, de maneira que o bem penhorado nos autos figura como o único relativamente ao qual ostenta o agravante a posição de proprietário; e 2) o imóvel em comento é, de fato, bem de família, e que a penhora levada a efeito ofende o contido no art. 1° da Lei Federal n° 8.009/1990, pelo que deve ser desconstituída.

Dispõe o art. 1º da Lei nº 8.009/1990 que "o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo as hipóteses previstas esta lei"

O STJ vem flexibilizando o alcance do preceito legal supramencionado, permitindo que a impenhorabilidade atinja situações em que o devedor não residente se utilize do imóvel para auferir renda

decorrente de sua locação, desde que comprove que tal renda seja revertida para sua subsistência ou de sua família (Súmula nº 486/ STJ[1]).

No caso, como pontuou o Juízo *a quo*, "a simples declaração de que não possui outros bens imóveis, contida no documento de Id. 13959869, não basta como comprovação de atendimento do primeiro requisito. Ademais, na ocasião da penhora, a Oficiala de Justiça constatou que o imóvel encontra-se fechado e desocupado, concluindo-se, portanto, que não se trata da moradia do executado."

Tal informação é suficiente para, no mínimo, tornar controversa a questão relacionada à condição de bem de família do imóvel, restando afastada a hipótese de impenhorabilidade estabelecida no art. 1º da Lei nº 8.009/1990, e ampliada pela Súmula nº 486 do STJ, devendo ser mantido o registro da constrição incidente sobre o Apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, 789, Boa Viagem, objeto da matrícula nº 59.992, do 1º CRI da Comarca de Recife/PE (id. 4050000.21854524).

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento.

É como voto.

[1] *Verbete Sumular nº 486 do STJ: É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.*

PROCESSO Nº: 0809343-10.2020.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: WALDIR ABREU GONCALVES
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IMPENHORABILIDADE. IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. LEI Nº 8.009/1990. NÃO COMPROVAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

1. Agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos da execução fiscal originária, manteve a constrição sobre o imóvel de propriedade da parte devedora/agravante, sob o fundamento de que não restou demonstrada a sua impenhorabilidade.

2. As razões apresentadas pela parte agravante podem ser assim resumidas: 1) não tem mais imóveis vinculados a seu nome, de maneira que o bem penhorado nos autos figura como o único relativamente ao qual ostenta o agravante a posição de proprietário; e 2) o imóvel em comento é, de fato, bem de família, e que a penhora levada a efeito ofende o contido no art. 1° da Lei Federal n° 8.009/1990, pelo que deve ser desconstituída.

3. Dispõe o art. 1º da Lei nº 8.009/1990 que "o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo as hipóteses previstas esta lei"

4. O STJ vem flexibilizando o alcance do preceito legal supramencionado, permitindo que a impenhorabilidade atinja situações em que o devedor não residente se utilize do imóvel para auferir renda decorrente de sua locação, desde que comprove que tal renda seja revertida para sua subsistência ou de

sua família (Súmula nº 486/ STJ).

5. No caso, como pontuou o Juízo *a quo*, "a simples declaração de que não possui outros bens imóveis, contida no documento de Id. 13959869, não basta como comprovação de atendimento do primeiro requisito. Ademais, na ocasião da penhora, a Oficiala de Justiça constatou que o imóvel encontra-se fechado e desocupado, concluindo-se, portanto, que não se trata da moradia do executado."

6. Tal informação é suficiente para, no mínimo, tornar controversa a questão relacionada à condição de bem de família do imóvel, restando afastada a hipótese de impenhorabilidade estabelecida no art. 1º da Lei nº 8.009/1990, e ampliada pela Súmula nº 486 do STJ, devendo ser mantido o registro da constrição incidente sobre o Apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, 789, Boa Viagem, objeto da matrícula nº 59.992, do 1º CRI da Comarca de Recife/PE

7. Agravo de instrumento improvido.

PROCESSO Nº: 0809343-10.2020.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: WALDIR ABREU GONCALVES
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, DECIDE a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar o presente julgamento.

Recife, 23 de setembro de 2021.

PROCESSO Nº: 0809343-10.2020.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
AGRAVANTE: WALDIR ABREU GONCALVES
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outros
AGRAVADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, DECIDE a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar o presente julgamento.

Recife, 23 de setembro de 2021.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que trasladei cópias das peças julgamento dos Embargos 3º 0805689-10.2021.4.05.8300. Dou fé.

13/07/2022

Número: **0805689-10.2021.4.05.8300**

Classe: **EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL**

Partes	
Tipo	**Nome**
ADVOGADO	**RAYANE CRISTINA CANDIDO DE MELO**
EMBARGANTE	**ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA**
EMBARGADO	**FAZENDA NACIONAL**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40500003128395	10/05/2022 14:33	Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
40500003048736 3	15/03/2022 08:37	Inteiro Teor	Inteiro Teor do Acórdão
40583002097416 6	31/10/2021 16:05	Sentença	Sentença

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

DIVISÃO DA PRIMEIRA TURMA

PROCESSO Nº: 0805689-10.2021.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA
ADVOGADO: Rayane Cristina Candido De Melo
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
MAGISTRADO CONVOCADO: Desembargador(a) Federal Leonardo Augusto Nunes Coutinho
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Roberta Walmsley S. C. Porto De Barros

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO E REMESSA

Certifico que o Acórdão proferido pela Primeira Turma transitou em julgado. Certifico, ainda, que, em função do trânsito em julgado do Acórdão e em cumprimento ao artigo 66 do Regimento Interno deste Tribunal, faço remessa eletrônica deste processo ao juízo de origem. O referido é verdade e dou fé.

Recife, 10 de Maio de 2022.

PROCESSO Nº: 0805689-10.2021.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA
ADVOGADO: Rayane Cristina Candido De Melo
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Roberta Walmsley S. C. Porto De Barros

RELATÓRIO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO (Relator): Trata-se de apelação interposta por ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (*contra sentença proferida pelo Juízo da 33ª Vara Federal/PE, que julgou improcedentes os embargos de terceiro, nos termos do art. 487, I, do CPC, condenando o embargante ao pagamento de honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa)* , na qual o apelante alega, em síntese: 1) a ausência de fraude à execução, sob o argumento de que "a boa-fé objetiva de que investido o apelante e o fato de, segundo jurisprudência atual do colendo Superior Tribunal de Justiça, a fraude à execução na hipótese do redirecionamento só se operar após a citação válida do sócio coexecutado, é rigor o acolhimento do apelo para reformar a sentença de base, possibilitando, com isso, o cancelamento da penhora incidente sobre o imóvel"; 2) necessidade de suspensão da eficácia da sentença. Ao final, pede, subsidiariamente, a redução dos honorários advocatícios.

Contrarrazões apresentadas.

Por força de redistribuição, vieram-me os autos conclusos.

Sendo caso de dispensa de revisão, peço dia para julgamento.

É o relatório.

PROCESSO Nº: 0805689-10.2021.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA
ADVOGADO: Rayane Cristina Candido De Melo
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Roberta Walmsley S. C. Porto De Barros

VOTO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO (Relator): Passo ao exame da demanda.

No julgamento do REsp Repetitivo nº 1.141.990/RS, integrado pelos embargos de declaração, o STJ assentou: 1) em face do princípio da especialidade, a Súmula nº 375 não se aplica às execuções fiscais; 2) a alienação engendrada até 08.06.2005 exige que tenha havido prévia citação no processo judicial, para caracterizar a fraude de execução, bem como que, se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da fraude; 3) a fraude de execução, diversamente da fraude contra credores, opera-se *in re ipsa* , vale dizer, tem caráter absoluto, objetivo, dispensando o *concilium fraudis* . Portanto, nas execuções fiscais, a constatação da fraude deve se dar objetivamente, sem se indagar da intenção dos partícipes do negócio jurídico. Restou assentado ainda que, para a configuração de fraude à execução, é

irrelevante a discussão acerca da existência, ou não, de registro/averbação de penhora à época da alienação, ou da boa-fé por parte do adquirente, por não ser aplicável a Súmula nº 375/STJ às execuções fiscais .

Por outro lado, a jurisprudência do STJ e desta Corte firmou-se no sentido de que se a execução fiscal é proposta apenas contra a pessoa jurídica, o sócio-gerente apenas se torna devedor quando deferido o redirecionamento, ainda que não tenha sido citado. Precedente: EDcl no AREsp 733.261/SP, Min. Humberto Martins, 2ª T., j. 15/09/2015; AgInt no REsp 1550622/PR, Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª T., j. 13/03/2018; REsp 1692251/RS, Min. Herman Benjamin, 2ª T., j. 12/12/2017. No mesmo sentido: 08000979820154058201, Des. Federal Edílson Nobre, 4ª T., j. 18/10/2019; 08060806720204050000, Des. Federal Manoel Erhardt, 4ª T. j. 07/07/2020; 0011025-04.2016.4.05.8300-PE, Des. Leonardo Carvalho, 2ªT., j. 26/05/20.

No caso, a Execução Fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300, correlata aos presentes embargos, foi ajuizada em 22/08/2016 contra a pessoa jurídica ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇOES LTDA, tendo sido deferida a inclusão do sócio WALDIR ABREU GONÇALVES, no polo passivo da execução em 04/12/2018, em razão ao reconhecimento de dissolução irregular de sociedade comercial, com fulcro no art. 135 do CTN, conforme a decisão às fls. 204/206 autos da execução fiscal.

Considerando que a alienação do imóvel penhorado se deu em 26/09/2019 (v. id 17837649), portanto, posterior ao redirecionamento ocorrido em dezembro de 2018, caracterizada está a fraude à execução, impondo-se reconhecer a ineficácia do negócio jurídico perante o juízo da execução e a legitimidade da constrição realizada.

Além disso, cumpre consignar a existência de outros fatos provados nos autos que, analisados conjuntamente, corroboram, a toda evidência, a ocorrência da fraude fiscal. Com bem pontuado na sentença, anteriormente à assinatura do instrumento particular de promessa de compra e venda entre as partes, em 26/09/2019, havia registro da penhora do imóvel em questão. Também, em 20/03/2020, posteriormente à suposta alienação do bem , o coexecutado WALDIR ABREU GONÇALVES comparece aos autos da execução fiscal correlata, alegando que o mesmo imóvel situado à Rua General Americano Freire, n° 798, apto. 701, Boa Viagem, Recife/PE, seria impenhorável, por ser o único imóvel residencial e, assim, bem de família. Não bastasse isso, em sede de embargos de terceiro (0812609-34.2020.4.05.8300) ajuizados em 03/08/2020, posteriormente também à suposta alienação do bem , BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA, cônjuge meeira do coexecutado WALDIR ABREU GONÇALVES obteve provimento judicial favorável no sentido de reconhecer-lhe " *50% da propriedade da autora relativamente ao imóvel "apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE, penhorado nos autos da execução fiscal n°0009959-86.2016.4.05.8300, devendo, ainda, em caso de alienação, ser-lhe reservado 50% do produto da alienação do aludido imóvel* ".

De resto, tenho que os honorários sucumbenciais foram aplicados de acordo com os parâmetros legais do atual CPC, não sendo o caso de qualquer reforma no ponto.

Assim, nego provimento à apelação. Condeno o apelante ao pagamento de honorários recursais, majorando a verba sucumbencial em mais 2% (dois por cento), nos termos do art. 85, § 11, do CPC.

É como voto.

PROCESSO Nº: 0805689-10.2021.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA
ADVOGADO: Rayane Cristina Candido De Melo
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Roberta Walmsley S. C. Porto De Barros

EMENTA. TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL POSTERIORMENTE AO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AO SÓCIO-GERENTE. PRECEDENTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Trata-se de apelação interposta por ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (*contra sentença proferida pelo Juízo da 33ª Vara Federal/PE, que julgou improcedentes os embargos de terceiro, nos termos do art. 487, I, do CPC, condenando o embargante ao pagamento de honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa)* , na qual o apelante alega, em síntese: 1) a ausência de fraude à execução, sob o argumento de que "a boa-fé objetiva de que investido o apelante e o fato de, segundo jurisprudência atual do colendo Superior Tribunal de Justiça, a fraude à execução na hipótese do redirecionamento só se operar após a citação válida do sócio coexecutado, é rigor o acolhimento do apelo para reformar a sentença de base, possibilitando, com isso, o cancelamento da penhora incidente sobre o imóvel"; 2) necessidade de suspensão da eficácia da sentença. Ao final, pede, subsidiariamente, a redução dos honorários advocatícios.

2. No julgamento do REsp Repetitivo nº 1.141.990/RS, integrado pelos embargos de declaração, o STJ assentou: 1) em face do princípio da especialidade, a Súmula nº 375 não se aplica às execuções fiscais; 2) a alienação engendrada até 08.06.2005 exige que tenha havido prévia citação no processo judicial, para caracterizar a fraude de execução, bem como que, se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da fraude.

3. Por outro lado, a jurisprudência do STJ e desta Corte firmou-se no sentido de que se a execução fiscal é proposta apenas contra a pessoa jurídica, o sócio-gerente apenas se torna devedor quando deferido o redirecionamento, ainda que não tenha sido citado. Precedente: EDcl no AREsp 733.261/SP, Min. Humberto Martins, 2ª T., j. 15/09/2015; AgInt no REsp 1550622/PR, Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª T., j. 13/03/2018; REsp 1692251/RS, Min. Herman Benjamin, 2ª T., j. 12/12/2017. No mesmo sentido: 08000979820154058201, Des. Federal Edílson Nobre, 4ª T., j. 18/10/2019; 08060806720204050000, Des. Federal Manoel Erhardt, 4ª T. j. 07/07/2020; 0011025-04.2016.4.05.8300-PE, Des. Leonardo Carvalho, 2ªT., j. 26/05/20.

4. No caso, a Execução Fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300, correlata aos presentes embargos, foi ajuizada em 22/08/2016 contra a pessoa jurídica ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇOES LTDA, tendo sido deferida a inclusão do sócio WALDIR ABREU GONÇALVES, no polo passivo da execução em 04/12/2018, em razão ao reconhecimento de dissolução irregular de sociedade comercial, com fulcro no art. 135 do CTN, conforme a decisão às fls. 204/206 autos da execução fiscal.

5. Considerando que a alienação do imóvel penhorado se deu em 26/09/2019 (v. id 17837649), portanto, posterior ao redirecionamento ocorrido em dezembro de 2018, caracterizada está a fraude à execução, impondo-se reconhecer a ineficácia do negócio jurídico perante o juízo da execução e a legitimidade da constrição realizada.

6. Além disso, cumpre consignar a existência de outros fatos provados nos autos que, analisados conjuntamente, corroboram, a toda evidência, a ocorrência da fraude fiscal. Com bem pontuado na sentença, anteriormente à assinatura do instrumento particular de promessa de compra e venda entre as partes, em 26/09/2019, havia registro da penhora do imóvel em questão. Também, em 20/03/2020, posteriormente à suposta alienação do bem , o coexecutado WALDIR ABREU GONÇALVES comparece aos autos da execução fiscal correlata, alegando que o mesmo imóvel situado à Rua General Americano Freire, n° 798, apto. 701, Boa Viagem, Recife/PE, seria impenhorável, por ser o único imóvel residencial e, assim, bem de família. Não bastasse isso, em sede de embargos de terceiro (0812609-34.2020.4.05.8300) ajuizados em 03/08/2020, posteriormente também à suposta alienação do bem , BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA, cônjuge meeira do coexecutado WALDIR ABREU

GONÇALVES obteve provimento judicial favorável no sentido de reconhecer-lhe " *50% da propriedade da autora relativamente ao imóvel "apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE, penhorado nos autos da execução fiscal n°0009959-86.2016.4.05.8300, devendo, ainda, em caso de alienação, ser-lhe reservado 50% do produto da alienação do aludido imóvel* ".

7. De resto, tenho que os honorários sucumbenciais foram aplicados de acordo com os parâmetros legais do atual CPC, não sendo o caso de qualquer reforma no ponto.

8. Apelação improvida.

9. Honorários recursais, a cargo do apelante, com majoração da verba sucumbencial em mais 2% (dois por cento), nos termos do art. 85, § 11, do CPC.

PROCESSO Nº: 0805689-10.2021.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA
ADVOGADO: Rayane Cristina Candido De Melo
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Roberta Walmsley S. C. Porto De Barros

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, DECIDE a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar o presente julgamento.

Recife, (data do julgamento)

PROCESSO Nº: 0805689-10.2021.4.05.8300 - **EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL**
EMBARGANTE: ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA
ADVOGADO: Rayane Cristina Candido De Melo
EMBARGADO: FAZENDA NACIONAL
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

SENTENÇA

1. Relatório

Vistos etc

Trata-se de embargos de terceiro opostos por ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA em face da FAZENDA NACIONAL, através dos quais se requer, em suma, a revogação da ordem de penhora sobre o imóvel situado à **Rua General Americano Freire, n° 798, apto. 701, Boa Viagem, Recife/PE** , levada a cabo nos autos da execução fiscal nº 0009959-86.2016.4.05.8300.

Defende, inicialmente, o descumprimento, por parte da Fazenda Nacional, do disposto nos o art. 799, IX, do CPC, no sentido de proceder à averbação, em registro público, do ato de propositura da execução e dos atos de constrição realizados, a fim de surta efeitos perante terceiros. Ainda, sustenta a incorrência de fraude à execução no caso, uma vez que o negócio jurídico foi realizado antes da citação do coexecutado nos autos correlatos. Junta documentos.

Os embargos foram recebidos, tendo sido suspenso o curso da ação principal no que toca ao bem ora embargado até o julgamento definitivo da presente ação.

A Fazenda apresenta contestação no id. 18551230, onde pugna pela manutenção da penhora realizada e pelo reconhecimento de fraude à execução no caso dos autos, ao argumento de que a venda do bem foi realizada após a inclusão do alienante como codevedor nos autos.

Réplica no id. 18901102.

Como as partes não requereram a produção adicional de provas, os autos vieram conclusos para julgamento.

2. Fundamentação

O feito comporta **julgamento antecipado** , nos termos do artigo 355, I, do CPC.

Como se sabe, os embargos de terceiro constituem instrumento processual apropriado para arguir a ilegalidade da constrição ou ameaça de constrição, sobre bem de propriedade de pessoa estranha à lide. Sua finalidade, portanto, é proteger patrimônio de terceiro que, não sendo parte em um processo, vê algum bem seu atingido ou ameaçado de ser atingido por ato judicial de constrição. O seu cabimento vem regulado nos arts. 674 e ss., do CPC.

Pois bem. De início, afasto a necessidade de averbação em registro público por parte da Fazenda Nacional quanto à propositura da ação de execução e dos atos de constrição realizados, a fim de surta efeitos perante terceiros, nos termos do art. 799, IX, do CPC.

Ora, em se tratando de execução fiscal de débito tributários, incidem as disposições da Lei de Execução Fiscal e do CTN, sendo aquelas prescritas no CPC utilizadas apenas de forma subsidiária.

Não obstante, da análise dos autos da ação executiva conexa, verifico que em 20/09/2019 houve o registro da penhora, conforme a certidão cartorária juntada aos autos (Id. 12061441 daqueles autos), antes, inclusive, da assinatura do instrumento particular de promessa de compra e venda entre as partes, que data de 26/09/2019 (id. 17837649).

No mérito, o cerne da questão está em verificar a existência de fraude à execução na transação efetuada pelo coexecutado WALDIR ABREU GONÇALVES nos autos da execução fiscal nº 0009959-86.2016.4.05.8300.

Pois bem. Em atenção a situações contempladas antes e depois da vigência da LC 118/2005, o STJ, no julgamento do REsp nº 1.141.990/PR, submetido ao regime dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), sedimentou o seguinte entendimento, no que interessa:

"(...) ***(a) a natureza jurídica tributária do crédito conduz a que a simples alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta (jure et de jure) de fraude à execução (lei especial que se sobrepõe ao regime do direito processual civil);*** *(b) a alienação engendrada até 08.06.2005 exige que tenha havido prévia citação no processo judicial para caracterizar a fraude de execução; se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude;* ***(c) a fraude de execução prevista no artigo 185 do CTN encerra presunção jure et de jure, conquanto componente do elenco das 'garantias do crédito tributário'; (d) a inaplicação do artigo 185 do CTN, dispositivo que não condiciona a ocorrência de fraude a qualquer registro público, importa violação da Cláusula Reserva de Plenário e afronta à Súmula Vinculante n.º 10, do STF.*** *(...)."*

No caso em análise, verifico que a inclusão no polo passivo da lide de WALDIR ABREU GONÇALVES, sócio da empresa e alienante do imóvel objeto de restrição naquele feito, apenas ocorreu mais tarde, em decorrência do redirecionamento ocorrido em 28/11/2018 (fls. 204/206 da execução).

Não se desconhece que em tais casos, o entendimento jurisprudencial pátrio vem se firmando no sentido de que deve ser considerada a data da sua citação válida para fins de configuração de fraude e não a inscrição em dívida ativa.

Todavia, o caso dos autos apresenta algumas peculiaridades que afastam, a meu sentir, a aplicação do aludido entendimento e causam até certo estranhamento a este Juízo. Explico .

O primeiro deles, já explanado, é que, **anteriormente à assinatura do instrumento particular de promessa de compra e venda entre as partes, em 26/09/2021 (id. 17837649), houve o registro da penhora (Id. 12061441 daqueles autos),** o que afasta a alegada boa-fé do terceiro adquirente, vez que o registro da penhora torna público a existência de ônus sobre o bem e gera efeitos perante terceiros.

Mas não é só. Veja-se que, em **20/03/2020** , posteriormente à suposta alienação do bem (26/09/2019), **o coexecutado WALDIR ABREU GONÇALVES comparece aos autos da execução fiscal correlata** sob a alegação de que o mesmo imóvel situado à Rua General Americano Freire, n° 798, apto. 701, Boa Viagem, Recife/PE, seria **impenhorável, por ser o único imóvel residencial e, assim, bem de família (id. 13959868 da execução**).

Ainda, em sede de embargos de terceiro (0812609-34.2020.4.05.8300) ajuizados em 03/08/2020, mais uma vez, posteriormente à suposta alienação, **BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA,** cônjuge meeira do coexecutado WALDIR ABREU GONÇALVES obteve provimento judicial favorável no sentido de reconhecer-lhe " ***50% da propriedade da autora relativamente ao imóvel "apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE, penhorado nos autos da execução fiscal n°0009959-86.2016.4.05.8300, devendo, ainda, em caso de alienação, ser-lhe reservado 50% do produto da alienação do aludido imóvel*** ".

Todo este conjunto probatório aponta, assim, para a existência de fraude à execução na transação imobiliária indicada no id. 17837642, relativamente ao imóvel situado à Rua General Americano Freire, n° 798, apto. 701, Boa Viagem, Recife/PE, sendo ineficaz perante a Fazenda Nacional, o negócio jurídico celebrado entre o embargante e o coexecutado nos autos da execução fiscal nº 0009959-86.2016.4.05.8300.

3. Dispositivo

Com essas considerações, **julgo improcedente** o pedido formulado na inicial e extingo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Condeno o embargante ao pagamento de honorários advocatícios, fixando-os em 10% sobre o valor da causa (art. 85, §3º, I, do CPC).

Traslade-se cópia desta sentença para os autos da execução fiscal correlata. Com o trânsito em julgado, determino a baixa definitiva deste processo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Recife/PE, data e assinatura eletrônicas.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

Juíza Federal da 33ª Vara/PE

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 22/07/2022 17:53, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 18/07/2022 17:37 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22071817374891000000023562624 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 22/07/2022 17:53 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 5ª REGIÃO

Execução Fiscal: 0009959-86.2016.4.05.8300
Polo Ativo: FAZENDA NACIONAL
Polo Passivo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

A União (Fazenda Nacional) vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer a designação de data para leilão do(s) bem(ns) constrito(s) nestes autos.

Pede deferimento.

Fortaleza/CE, 28 de julho de 2022.

MARCELA GONCALVES TAVARES
Procurador(a) da Fazenda Nacional

Inscrição(ões): 40 6 16 008657-90; ATIVA AJUIZADA; 152.523,31; 40 2 16 000312-38; ATIVA AJUIZADA; 411.928,77; 40 6 16 008658-71; ATIVA AJUIZADA; 185.653,68; 40 7 16 000736-70; ATIVA AJUIZADA; 29.071,08; 40 2 16 000624-60; ATIVA AJUIZADA; 49.066,75; 40 6 16 009281-13; ATIVA AJUIZADA; 131.034,46; 40 4 16 000147-02; ATIVA AJUIZADA; 115.804,96; 40 7 16 000544-55; ATIVA AJUIZADA; 33.654,26; 40 6 16 009280-32; ATIVA AJUIZADA; 46.185,13

Somatório das CDAs: 1154922,4

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos, etc.

Em face do requerimento da exequente I D 23608782 , determino a realização de **hasta pública** para o bem penhorado nos autos no id. 12694902 .

O leilão judicial será realizado: nos dias **18 de outubro de 2022** (com início às 10h, somente na modalidade eletrônica) e **20 de outubro de 2022** (com início às 10h, nas modalidades presencial e eletrônica), para a realização da 1ª e 2ª praças do leilão, respectivamente, cujos lances eletrônicos serão re cebidos através do site oficial do leiloeiro (Rui de Almeida Pereira - JUCEPE nº 331 - www.almeidaleiloes.com.br / e-mail: ruileiloeiro@gmail.com / telefones (81) 3877-1001 / (81) 99432-7547 e os lances presenciais no Auditório 1, do prédio anexo ao edifício sede da Justiça Federal, 3º andar, localizado na Av. Recife, 6250, Bairro Jiquiá, Recife/PE, ou em local indicado no edital de leilão.

Expeça-se **ofício** , ao cartório competente, para que **registre a penhora** , caso esteja pendente e envie a este Juízo, no prazo máximo de 24h por meio do Malote Digital ou qualquer meio mais célere e econômico, certidão **atualizada de inteiro teor da matrícula,** informando da possível existência de credores hipotecários/ ônus reais incidentes sobre o imóvel penhorado.

Expeça-se, para cumprimento imediato pelo(a) oficial(a) de justiça, **mandado de reavaliação** do bem penhorado no ID supra indicado **.**

Intimem-se a exequente e o executado juntamente com o seu cônjuge, **bem como os terceiros interessados** (credores com direito real de garantia: hipoteca, penhor, anticrese), (art. 889 do CPC) para que fiquem cientes do leilão designado.

Não logrando êxito as intimações sobre as datas do leilão, intime(m)-se via edital, efetivada(s) juntamente com a divulgação do leilão.

O executado representado por advogado fica intimado das datas e horários do leilão por meio desta decisão (art. 889, inc. I, do CPC).

Por fim, **expeça-se edital de leilão** , que deverá ser afixado no local de costume e publicado, apenas na Imprensa Oficial, em resumo, uma só vez, nos termos do §1º do art. 22, da referida Lei nº 6.830/80 (*O prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 30 (trinta), nem inferior a 10 (dez) dias*).

Após a realização do leilão positivo, juntados os comprovantes de pagamento da arrematação, dê-se vistas dos autos ao exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias.

Decorrido o prazo, sem ressalvas da exequente, autorizo a emissão dos expedientes pós-leilão, quais sejam, **Carta de Arrematação** nos moldes de alienação à vista ou parcelada, **Mandado de Imissão na Posse** quando necessário, **ofício ao cartório** competente para que averbe na matrícula do imóvel a venda em hasta pública, bem como levante todos os gravames incidentes sobre o imóvel sem nenhum custo para o arrematante e com o fim de que esteja livre e desembaraçado para o registro da carta de arrematação pelo novo proprietário e **ofício à CEF** para transformação em pagamento definitivo do depósito de

arrematação em favor da exequente sob os códigos previamente indicados ou nos moldes de praxe, bem como para conversão em renda à União dos valores de custas da arrematação, e transferência bancária da comissão do leiloeiro para conta a ser informado pelo próprio leiloeiro.

Cumpridas as diligências supra, **intime-se** a exequente para imputar manualmente o numerário arrecadado, abatendo-o da CDA quando o valor da venda for inferior ou extinguindo a CDA quando o valor da venda for superior. Destaque-se que após a expedição da carta de arrematação, o arrematante deve fazer eventuais pagamentos de parcelas vincendas nos termos do edital de leilão deste Juízo, ou seja, tratando diretamente com a exequente.

Restando o leilão sem licitantes, sobrestem-se os autos nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80, haja vista tratar(em)-se de bem(ens) inútil(teis) à garantia da execução/alienação.

Sendo a venda em hasta pública, superior ao valor da dívida exequente, voltem-me os autos conclusos para extinção.

Intimações e expedientes necessários.

Datado e assinado eletronicamente.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos, etc.

Em face do requerimento da exequente I D 23608782 , determino a realização de **hasta pública** para o bem penhorado nos autos no id. 12694902 .

O leilão judicial será realizado: nos dias **18 de outubro de 2022** (com início às 10h, somente na modalidade eletrônica) e **20 de outubro de 2022** (com início às 10h, nas modalidades presencial e eletrônica), para a realização da 1ª e 2ª praças do leilão, respectivamente, cujos lances eletrônicos serão re cebidos através do site oficial do leiloeiro (Rui de Almeida Pereira - JUCEPE nº 331 - www.almeidaleiloes.com.br / e-mail: ruileiloeiro@gmail.com / telefones (81) 3877-1001 / (81) 99432-7547 e os lances presenciais no Auditório 1, do prédio anexo ao edifício sede da Justiça Federal, 3º andar, localizado na Av. Recife, 6250, Bairro Jiquiá, Recife/PE, ou em local indicado no edital de leilão.

Expeça-se **ofício** , ao cartório competente, para que **registre a penhora** , caso esteja pendente e envie a este Juízo, no prazo máximo de 24h por meio do Malote Digital ou qualquer meio mais célere e econômico, certidão **atualizada de inteiro teor da matrícula,** informando da possível existência de credores hipotecários/ ônus reais incidentes sobre o imóvel penhorado.

Expeça-se, para cumprimento imediato pelo(a) oficial(a) de justiça, **mandado de reavaliação** do bem penhorado no ID supra indicado **.**

Intimem-se a exequente e o executado juntamente com o seu cônjuge, **bem como os terceiros interessados** (credores com direito real de garantia: hipoteca, penhor, anticrese), (art. 889 do CPC) para que fiquem cientes do leilão designado.

Não logrando êxito as intimações sobre as datas do leilão, intime(m)-se via edital, efetivada(s) juntamente com a divulgação do leilão.

O executado representado por advogado fica intimado das datas e horários do leilão por meio desta decisão (art. 889, inc. I, do CPC).

Por fim, **expeça-se edital de leilão** , que deverá ser afixado no local de costume e publicado, apenas na Imprensa Oficial, em resumo, uma só vez, nos termos do §1º do art. 22, da referida Lei nº 6.830/80 (*O prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 30 (trinta), nem inferior a 10 (dez) dias*).

Após a realização do leilão positivo, juntados os comprovantes de pagamento da arrematação, dê-se vistas dos autos ao exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias.

Decorrido o prazo, sem ressalvas da exequente, autorizo a emissão dos expedientes pós-leilão, quais sejam, **Carta de Arrematação** nos moldes de alienação à vista ou parcelada, **Mandado de Imissão na Posse** quando necessário, **ofício ao cartório** competente para que averbe na matrícula do imóvel a venda em hasta pública, bem como levante todos os gravames incidentes sobre o imóvel sem nenhum custo para o arrematante e com o fim de que esteja livre e desembaraçado para o registro da carta de arrematação pelo novo proprietário e **ofício à CEF** para transformação em pagamento definitivo do depósito de

arrematação em favor da exequente sob os códigos previamente indicados ou nos moldes de praxe, bem como para conversão em renda à União dos valores de custas da arrematação, e transferência bancária da comissão do leiloeiro para conta a ser informado pelo próprio leiloeiro.

Cumpridas as diligências supra, **intime-se** a exequente para imputar manualmente o numerário arrecadado, abatendo-o da CDA quando o valor da venda for inferior ou extinguindo a CDA quando o valor da venda for superior. Destaque-se que após a expedição da carta de arrematação, o arrematante deve fazer eventuais pagamentos de parcelas vincendas nos termos do edital de leilão deste Juízo, ou seja, tratando diretamente com a exequente.

Restando o leilão sem licitantes, sobrestem-se os autos nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80, haja vista tratar(em)-se de bem(ens) inútil(teis) à garantia da execução/alienação.

Sendo a venda em hasta pública, superior ao valor da dívida exequente, voltem-me os autos conclusos para extinção.

Intimações e expedientes necessários.

Datado e assinado eletronicamente.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos, etc.

Em face do requerimento da exequente I D 23608782 , determino a realização de **hasta pública** para o bem penhorado nos autos no id. 12694902 .

O leilão judicial será realizado: nos dias **18 de outubro de 2022** (com início às 10h, somente na modalidade eletrônica) e **20 de outubro de 2022** (com início às 10h, nas modalidades presencial e eletrônica), para a realização da 1ª e 2ª praças do leilão, respectivamente, cujos lances eletrônicos serão re cebidos através do site oficial do leiloeiro (Rui de Almeida Pereira - JUCEPE nº 331 - www.almeidaleiloes.com.br / e-mail: ruileiloeiro@gmail.com / telefones (81) 3877-1001 / (81) 99432-7547 e os lances presenciais no Auditório 1, do prédio anexo ao edifício sede da Justiça Federal, 3º andar, localizado na Av. Recife, 6250, Bairro Jiquiá, Recife/PE, ou em local indicado no edital de leilão.

Expeça-se **ofício** , ao cartório competente, para que **registre a penhora** , caso esteja pendente e envie a este Juízo, no prazo máximo de 24h por meio do Malote Digital ou qualquer meio mais célere e econômico, certidão **atualizada de inteiro teor da matrícula,** informando da possível existência de credores hipotecários/ ônus reais incidentes sobre o imóvel penhorado.

Expeça-se, para cumprimento imediato pelo(a) oficial(a) de justiça, **mandado de reavaliação** do bem penhorado no ID supra indicado **.**

Intimem-se a exequente e o executado juntamente com o seu cônjuge, **bem como os terceiros interessados** (credores com direito real de garantia: hipoteca, penhor, anticrese), (art. 889 do CPC) para que fiquem cientes do leilão designado.

Não logrando êxito as intimações sobre as datas do leilão, intime(m)-se via edital, efetivada(s) juntamente com a divulgação do leilão.

O executado representado por advogado fica intimado das datas e horários do leilão por meio desta decisão (art. 889, inc. I, do CPC).

Por fim, **expeça-se edital de leilão** , que deverá ser afixado no local de costume e publicado, apenas na Imprensa Oficial, em resumo, uma só vez, nos termos do §1º do art. 22, da referida Lei nº 6.830/80 (*O prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 30 (trinta), nem inferior a 10 (dez) dias*).

Após a realização do leilão positivo, juntados os comprovantes de pagamento da arrematação, dê-se vistas dos autos ao exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias.

Decorrido o prazo, sem ressalvas da exequente, autorizo a emissão dos expedientes pós-leilão, quais sejam, **Carta de Arrematação** nos moldes de alienação à vista ou parcelada, **Mandado de Imissão na Posse** quando necessário, **ofício ao cartório** competente para que averbe na matrícula do imóvel a venda em hasta pública, bem como levante todos os gravames incidentes sobre o imóvel sem nenhum custo para o arrematante e com o fim de que esteja livre e desembaraçado para o registro da carta de arrematação pelo novo proprietário e **ofício à CEF** para transformação em pagamento definitivo do depósito de

arrematação em favor da exequente sob os códigos previamente indicados ou nos moldes de praxe, bem como para conversão em renda à União dos valores de custas da arrematação, e transferência bancária da comissão do leiloeiro para conta a ser informado pelo próprio leiloeiro.

Cumpridas as diligências supra, **intime-se** a exequente para imputar manualmente o numerário arrecadado, abatendo-o da CDA quando o valor da venda for inferior ou extinguindo a CDA quando o valor da venda for superior. Destaque-se que após a expedição da carta de arrematação, o arrematante deve fazer eventuais pagamentos de parcelas vincendas nos termos do edital de leilão deste Juízo, ou seja, tratando diretamente com a exequente.

Restando o leilão sem licitantes, sobrestem-se os autos nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80, haja vista tratar(em)-se de bem(ens) inútil(teis) à garantia da execução/alienação.

Sendo a venda em hasta pública, superior ao valor da dívida exequente, voltem-me os autos conclusos para extinção.

Intimações e expedientes necessários.

Datado e assinado eletronicamente.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 26/08/2022 11:11, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 25/08/2022 17:33 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22082517334208300000024016315 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 26/08/2022 11:11 - Seção Judiciária de Pernambuco.

Justiça Federal
33ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Destinatário :	1º Cartório de Registro Geral de Imóveis do Recife/PE
Endereço:	**Malote digital**
Valor da dívida:	**R$ 908.382,19** + correção monetária + encargos legais + despesas judiciais (até a do efetivo pagamento)

OFÍCIO

Assunto: Registro de Penhora e Certidão de Inteiro Teor de Matrícula de Imóveis

Senhor(a) Tabelião(ã),

De ordem do MM. Juiz(a) Federal da 33ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS** , e com escopo de instruir o processo de Execução Fiscal referido acima, solicito a Vossa Senhoria que **registre a penhora** , caso esteja pendente e envie a este Juízo, no prazo máximo de 24h, por meio do Malote Digital ou qualquer meio mais célere e econômico, **Certidão de Registro de Imóveis** atualizada, com todos os registros e averbações do imóvel de **matrícula nº 59992,** pertencente ao executado/corresponsável, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Anexo: Certidão de ID: : 4058300.12061441

Atenciosamente,

MARIA DO SOCORRO AMORIM DE OLIVEIRA ANDRADE

Diretora de Secretaria da 33ª Vara Federal

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Certifico, nesta data, que faço a juntada abaixo do **expediente** referente ao processo em epígrafe.

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	405202210649504
Documento:	9959.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 33ª Vara (Rosa Neude Galindo Pacheco)
Destinatário:	Recife - 1º Serventia Registral (TJPE)
Data de Envio:	04/09/2022 09:38:16
Assunto:	oficio referente ao pje 0009959-86.2016.4.05.8300 desta 33ª Vara Federal/PE

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

MANDADO DE CONSTATAÇÃO, REAVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	**NORMAL - LEILÃO**
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	* **WALDIR ABREU GONCALVES**			
CPF / CNPJ:	297.112.077-53			
VALOR DA DÍVIDA:	R$ 1.046.788,89			
LOCALIZAÇÃO DO BEM:	Rua General Americano Freire, 798, apto 701, Edf. Lei Chateau Blois, B Viagem , Recife/PE			
	CEP:	51021-120	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
ENDEREÇO DA	Rua Nossa Senhora da saúde, 280, Cordeiro, Recife/PE			
	CEP:	50731-020	TELEFONE(S):	*

INTIMAÇÃO:	PONTO DE REFERÊNCIA:	*
ANEXO(S):	4058300.23933458, 4058300.12694902	

A JUÍZA FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS** , na forma da Lei etc,

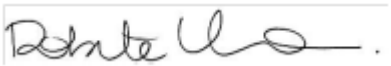
Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial(a) de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, que, em cumprimento a despacho/decisão exarado(a) nos autos, proceda à **CONSTATAÇÃO, REAVALIAÇÃO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias,** do(s) bem(ns) constante(s) do termo/auto de penhora, que segue(m) em anexo, localizado à Rua General Americano Freire, 798, apto 701, Edf. Lei Chateau Blois, Boa Viagem, Recife/PE, bem como proceda à **INTIMAÇÃO executado/corresponsável** , **bem como seu cônjuge, se casado for, e possíveis ocupantes, bem como terceiros interessados** , (credores com direito real de garantia: hipoteca, penhor anticrese), (art. 889 do CPC) para que fiquem cientes do leilão designado, se a penhora recair sobre bem imóvel, informando-o(a) que possui o prazo de **10 (dez) dias** para manifestar-se acerca do valor da reavaliação do(s) bem(ns), localizado(s) no endereço supra , descrito(s) no referido termo/auto de penhora.

Não sendo encontrado, por qualquer motivo, o bem constrito, INTIME o depositário para apresentá-lo em 48 h. ou depositar o equivalente em dinheiro a disposição do Juízo, sob as penas da lei.

O leilão judicial será realizado: nos dias **18 de outubro de 2022** (com início às 10h, somente na modalidade eletrônica) e **20 de outubro de 2022** (com início às 10h, nas modalidades presencial e eletrônica), para a realização da 1ª e 2ª praças do leilão, respectivamente, cujos lances eletrônicos serão re cebidos através do site oficial do leiloeiro (Rui de Almeida Pereira - JUCEPE nº 331 - www.almeidaleiloes.com.br / e-mail: ruileiloeiro@gmail.com / telefones (81) 3877-1001 / (81) 99432-7547 e os lances presenciais no Auditório 1, do prédio anexo ao edifício sede da Justiça Federal, 3º andar, localizado na Av. Recife, 6250, Bairro Jiquiá, Recife/PE, ou em local indicado no edital de leilão , ficando o(a) executado(a), desde já, **INTIMADO(A)** das referidas datas.

Ficará o(a) Oficial(a) de Justiça, desde já, autorizado(a), se necessário for, a cumprir o presente mandado nos sábados, domingos e feriados, ou nos dias úteis fora do horário forense (art. 212, CPC), assim como a ingressar na residência/domicílio/estabelecimento do(a) executado(a), a fim de proceder à reavaliação ora determinada.

O exequente ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.



ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

Juíza Federal da 33ª Vara/PE

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 04/09/2022 23:59, o(a) ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 25/08/2022 17:33 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22082517334249600000024016316 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 05/09/2022 00:00 - Seção Judiciária de Pernambuco.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Certifico, nesta data, que faço a juntada abaixo do **1 ° Ofício de Registro do Imóveis de Recife** referente ao processo em epígrafe.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81720224626726

Nome original: Oficio n 1899.2022-Assinado.pdf

Data: 06/09/2022 14:49:45

Remetente:

Joselma Domingos Guimarães de Lima
Recife - 1º Serventia Registral
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Assinado por:

Não foi possível recuperar a assinatura

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Segue em anexo nosso expediente nº 1.899 2022, atendendo solicitação nos autos d o processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300.

1º Ofício de Registro de Imóveis de Recife

CNPJ (MF): 11.690.641/0001-31
Rua Siqueira Campos, 160 - Sala 102 - Santo Antônio - Recife-PE CEP 50010-010
Tel: (81) 3224-8533 / 3224-1710 - www.1rgirecife.com.br

Dra. Miriam de Holanda Vasconcelos
TITULAR

Mydian Albuquerque de Vasconcelos
SUBSTITUTA

Sandra Paula Pinheiro Vasconcelos
SUBSTITUTA

Recife, 06 de setembro de 2022.

Ofício nº 1.899/2022
Do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Recife - PE
A Exma. Sra. Juíza da 33ª Vara Federal do Recife - PE
Dra. Roberta Walmsley S. C. Porto de Barros

Ref. s/Ofício Id. nº 4058300.24058577, Datado de 04/09/2022
Proc.: 0009959-86.2016.4.05.8300
Exequente: Fazenda Nacional
Executado: Waldir Abreu Gonçalves e outro

Acuso o recebimento do Ofício em epígrafe, ao tempo em que estou, em anexo, enviando a certidão do imóvel objeto da matrícula nº 59.992.

Oportunamente, sirvo-me do presente para comunicar que a penhora ordenada nos autos supra encontra-se devidamente registrada sob o nº 12 da matrícula em apreço (R-12-59.992), em decorrência da ordem judicial constante do Mandado de Penhora nº MDP.0033.000058-4/2019, datado de 26/09/2019, e cuja resposta foi encaminhada a essa operosa Vara através do nosso Ofício nº 2.798/2019.

Por último, passo a noticiar a disponibilidade de solicitação de certidões referentes a bens imóveis, **de forma eletrônica e *online*,** mediante o acesso ao site: https://registradores.onr.org.br/CertidaoDigital/frmPedidosCertidao.aspx?from=menu&digital=1. A referida possibilidade cumpre o acordo estabelecido entre a ARISP – Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo e o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Limitada ao exposto, firmo-me.
Atenciosamente,

Raquel Pinheiro Cutrim Tavares
Escrevente Autorizada

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/NQ2ZD-EL8B5-YZBN5-NCU4T.

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: NQ2ZD-EL8B5-YZBN5-NCU4T

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Raquel Pinheiro Cutrim Tavares (CPF 026.820.504-33)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/NQ2ZD-EL8B5-YZBN5-NCU4T

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/NQ2ZD-EL8B5-YZBN5-NCU4T.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81720224626725

Nome original: Certidao da matricula 59.992-Assinado.pdf

Data: 06/09/2022 14:49:45

Remetente:

Joselma Domingos Guimarães de Lima
Recife - 1º Serventia Registral
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Assinado por:

Não foi possível recuperar a assinatura

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Segue em anexo nosso expediente nº 1.899 2022, atendendo solicitação nos autos d o processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300.

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE RECIFE - PE

MIRIAM DE HOLANDA VASCONCELOS
TITULAR

MATRÍCULA	FICHA
59.992	001

DATA 09/08/1993

IMÓVEL: - Apartamento de nº 701 tipo A, localizado no 7º pavimento elevado do **EDIFICIO LE CHATEAU BLOIS**, situado na rua General Americano Freire nº 798, em Boa Viagem, na freguesia dos Afogados, nesta cidade, composto de sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, 3 quartos sociais, sendo 1 suite, 1 WC social e WC suite, circulação, quarto e WC de empregada, com uma área privativa total de 128,34m2, área comum de condominio de 30,51m2,e área total de 158,85m2, correspondendo ao mesmo uma fração ideal do lote de terreno próprio nº 5-A da quadra E, do loteamento Sitio da Mangueira, resultante do remembramento dos lotes A, onde se encontrava edificado a casa 797 e do lote B, ambos da mesma quadra e loteamento, equivalente a 0,0242, cabendo ainda ao mesmo o direito a uma vaga de estacionamento, limitando-se o Edificio, pela frente com a rua General Americano Freire; pelo lado direito com as casas nºs. 292, 302 e 312, da rua General Luiz Mallet; pelo lado esquerdo com a rua Dom José Lopes; e fundos com o lote nº 4, da mesma quadra e loteamento.Estando dito apartº inscrito na P.C.R.sob o nº 6.1835.170.02.0252.0013.7. Tendo a vaga de garagem uma área de 11,73m2.
PROPRIETÁRIO:- PAULO MIRANDA EMPREENDIMENTOS LTDA, com sede nesta cidade, na rua Carlos Porto Carreiro nº 190, 8º andar, inscrita no CGC nº 11.307.840/0001-18.
REGISTRO ANTERIOR:- Livros 2-S-0 e 2-N-9, Matriculas nºs. 51.670 e 38.879. Rs.01 e 08(Titulos aquisitivos) em data de 05.06.89, respectivamente.Encerradas em virtude de remembramento consoante matricula 54.737, do livro 2-U-7, às fls.94, AV-01, em data de 06.09.90, Estando o Memorial e a Instituição de condominio registrados sob nºs.2 e 6 dessa mesma matricula, em data de 4.10.90 e 9.08.93, respectivamente. E a Regulamentação de Condominio registrada sob o nº 3338, do livro 3, em data de 09.08.93.

AV-1- 59.992 **PROCEDI**, nesta data, por força da abertura da presente matricula, a averbação de que sobre o imóvel à que alude à matricula supra, incide uma hipoteca de 1º grau, em favor do **BANCO BANORTE S/A**, conforme R-5 da Matricula nº 54.737, em data de 14.02.1992. Dou fé. Recife, 09 de agosto de 1993. O Oficial, subscrevo e assino:-

AV-2- 59.992 **TÍTULO:**- Averbação do apartamento.**IMÓVEL:**- o constante da matricula supra.**FORMA DO TÍTULO:**- Requerimento firmado em 23 de julho de 1993, por **PAULO MIRANDA EMPREENDIMENTOS LTDA**, com sede nesta cidade, á rua carlos Porto Carreiro nº 190, 8º andar, inscrita no CGC nº 11.307.840/0001-18. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:**- Alvará de Habite-se expedido pela P.C.R; Certidão Negativa de Débito CND, expedida em 28.05.93, pelo IAPAS, e requerimento já citado. Dou fé. Recife, 09 de agosto de 1993. O Oficial, subscrevo e assino:-

continua no verso

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QY2GH-RQB6V-HZFD2-6AWT9.

CONTINUAÇÃO

AV-3- 59.992 :- PELA carta firmada em 07 de junho de 1994, o credor **BANCO BANORTE S/A**, autorizou o cancelamento da hipoteca de 1º grau, incidente sobre o imóvel a que alude a matricula supra. Ficando desse modo cancelada a hipoteca registrada sob o nº 5 da matricula **54.737**, só no que se refere ao imóvel supra citado, bem como a AV-1 desta matricula. **DOCUMENTO ARQUIVADO:-** a mencionada carta. Dou fé. Recife, 18 de julho de 1994. O Oficial, subscrevo e assino: ____

R-4- 59.992:- PELO Instrumento particular de venda e compra com financiamento pacto adjeto de hipoteca e outras avenças, firmado na cidade de São Paulo, em 16 de Agosto de 1994, o PROPRIETÁRIO, **VENDEU** à EUCLIDES AVELAR CAMPOS e sua esposa HELENA MARIA NERY DE PAIVA CAMPOS, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, em 16/12/1984, ele zootecnista, ela do lar, inscritos no CPF nº 931.639.678-68 e 462.446.206-82, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, o imóvel constante da matricula supra, pelo preço de R$ 81.216,00 (oitenta e um mil, duzentos e dezesseis reais). **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** o citado instrumento, com toda documentação prevista em Lei. Dou fé. Recife, em 06 de Setembro de 1994. O Oficial, subscrevo e assino:-

---

R-5- 59.992:- PELO Instrumento particular de venda e compra com financiamento pacto adjeto de hipoteca e outras avenças, firmado na cidade de São Paulo, em 16 de Agosto de 1994, os PROPRIETÁRIOS, **constituiram** em favor da COMPANHIA REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, com sede na Av. Paulista, 1.374, 3º andar, na cidade São Paulo-SP, inscrita no CGC nº 62.500.376/0001-12, a **hipoteca de 1º grau**, do imóvel constante da matricula supra, em garantia do financiamento no valor de R$ 54.670,40 (cinquenta e quatro mil e seiscentos e setenta reais e quarenta centavos) pagáveis de acordo com a instrumento que ora se registra. Dou fé. Recife, em 06 de Setembro de 1994. O Oficial, subscrevo e assino:-

---

AV-6-59.992:- Título prenotado sob nº 378.347, do protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. INCORPORAÇÃO. PROCEDO, nesta data, nos termos do requerimento firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de novembro de 2011, a averbação da **incorporação** da **COMPANHIA REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO**, pelo **BANCO REAL S/A**, consoante documentação arquivada nesta Serventia, em data de 09/10/2000. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A de Vasconcelos Of Substº

AV-7-59.992:- Título prenotado sob nº 378.347, do protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. INCORPORAÇÃO. PROCEDO, nesta data, nos termos do requerimento firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de novembro de 2011, a averbação da **incorporação** do **BANCO REAL S/A**, pelo **BANCO ABN AMRO S/A**, consoante documentação arquivada nesta Serventia, em data de 09/10/2000. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A de Vasconcelos Of Substº

AV-8-59.992:- Título prenotado sob nº 378.347, do protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. ATUAL DENOMINAÇÃO. PROCEDO, nesta data, nos termos do requerimento firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de

Continua na ficha 02

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QY2GH-RQB6V-HZFD2-6AWT9.

novembro de 2011, a averbação da **atual denominação social** do **BANCO ABN AMRO S/A**, que é o **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, consoante documentação arquivada nesta Serventia, em data de 09/10/2000. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A. de Vasconcelos Of Subst.

AV-9-59.992:- Título prenotado sob nº 378.346, do Protocolo 1-DJ, em data de 27/08/2012. CANCELAMENTO DE HIPOTECA. PROCEDO nesta data, consoante Termo de Quitação nº 47606, firmado na Cidade de São Paulo-SP, em 11 de novembro de 2011, pelo **BANCO ABN AMRO REAL S/A**, acima qualificado e legalmente representado, ao **cancelamento da hipoteca** incidente sobre o imóvel a que alude a matricula supra, face liquidação da dívida, ficando assim cancelada e de nenhum efeito a hipoteca registrada sob o nº **5** desta matrícula. Dou fé. Recife, em 12 de setembro de 2012. O Oficial, subscrevo e assino:- Mydian A. de Vasconcelos Of Subst.

R-10-59.992:- Titulo prenotado sob nº 415.868, do Protocolo 1-EF, em data de 10/07/2014. COMPRA E VENDA. PELA Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 07 de julho de 2014, no livro 1569-E, fls.018/021, pelo 8º Ofício de Notas do Recife/PE, **EUCLIDES AVELAR CAMPOS**, zootecnista, portador da cédula de identidade nº 6.383.695-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 931.639.678-68, e sua esposa **HELENA MARIA NERY DE PAIVA CAMPOS**, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade nº 000.760.730-SSP/MS, inscrita no CPF/MF sob o nº 462.446.206-82, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens em 16/08/1984 na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta cidade do Recife, com endereço à Rua Francisco da Cunha, nº 206, Apartamento 2102, no bairro de Boa Viagem; **venderam** a **WALDIR ABREU GONÇALVES**, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade nº 2.122.999 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 297.112.077-53, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU**, analista de sistemas, portadora da cédula de identidade nº 2.034.168-SSP/PE, e inscrita no CPF/MF sob o nº 388.924.214-68, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade do Recife/PE, com endereço à Avenida Antônio Torres Galvão, nº 254, no bairro Imbiribeira, o imóvel a que alude a matrícula supra, pelo preço de **R$ 445.000,00** (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), tendo sido avaliado pela PCR em 14/05/2014, por R$ 540.000,00. Consta da escritura que ora se registra, declaração do comprador dispensando os vendedores da apresentação das certidões de Feitos Ajuizados. Dou fé. Recife, em 14 de agosto de 2014. O Oficial, subscrevo e assino:-

R-11-59.992:- Prenotação nº 460.379, de 01/09/2015. HIPOTECA CEDULAR (CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO). PROCEDO, nesta data, ao registro da **Hipoteca Cedular de 1º grau, e sem concorrência de**

Continua no verso

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QY2GH-RQB6V-HZFD2-6AWT9.

CONTINUAÇÃO

terceiros, do imóvel a que alude a matricula supra, constituida pelo proprietário WALDIR ABREU GONÇALVES, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.122.999/SSP-PE, e do CPF sob nº 297.112.077-53, e sua esposa **BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU**, bancária e economista, portadora da Carteira de Identidade nº 2034168/SSP-PE e do CPF sob nº 388.924.214-68, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Camaragibe/PE, **em favor do credor BANCO DO BRASIL S/A**, com sede em Brasilia-DF, por sua dependência GECOR ING, Recife-PE, situada na Avenida Rio Branco, 240, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/7504-33, legalmente representado, em garantia das obrigações decorrentes da **Cédula de Crédito Bancário nº 498.100.710, emitida em 08/03/2016, pela ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA**, sediada nesta cidade, na Avenida Antonio Torres Galvão, 254, Casa, Imbiribeira, inscrita no CNPJ nº 07.292.504/0001-71, legalmente representada, **no valor de R$ 266.314,22** (duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e vinte e dois centavos). **FORMA DE PAGAMENTO**: será pago **através de 96 (noventa e seis) parcelas**, com os seguintes vencimentos e valores nominais: em **08/04/2016** - R$ 10,00; em **08/05/2016** - R$ 10,00; em **08/06/2016** - R$ 17.000,00; em **08/07/2016** - R$ 10,00; em **08/08/2016** - R$ 10,00; em **08/09/2016** - R$ 17.000,00; em **08/10/2016** - R$ 10,00; em **08/11/2016** - R$ 10,00; em **08/12/2016** - R$ 17.000,00; em **08/01/2017** - R$ 2.474,19; em **08/02/2017** - R$ 2.474,19; em **08/03/2017** - R$ 2.474,19; em **08/04/2017** - R$ 2.474,19; em **08/05/2017** - R$ 2.474,19; em **08/06/2017** - R$ 2.474,19; em **08/07/2017** - R$ 2.474,19; em **08/08/2017** - R$ 2.474,19; em **08/09/2017** - R$ 2.474,19; em **08/10/2017** - R$ 2.474,19; em **08/11/2017** - R$ 2.474,19; em **08/12/2017** - R$ 2.474,19; em **08/01/2018** - R$ 2.474,19; em **08/02/2018** - R$ 2.474,19; em **08/03/2018** - R$ 2.474,19; em **08/04/2018** - R$ 2.474,19; em **08/05/2018** - R$ 2.474,19; em **08/06/2018** - R$ 2.474,19; em **08/07/2018** - R$ 2.474,19; em **08/08/2018** - R$ 2.474,19; em **08/09/2018** - R$ 2.474,19; em **08/10/2018** - R$ 2.474,19; em **08/11/2018** - R$ 2.474,19; em **08/12/2018** - R$ 2.474,19; em **08/01/2019** - R$ 2.474,19; em **08/02/2019** - R$ 2.474,19; em **08/03/2019** - R$ 2.474,19; em **08/04/2019** - R$ 2.474,19; em **08/05/2019** - R$ 2.474,19; em **08/06/2019** - R$ 2.474,19; em **08/07/2019** - R$ 2.474,19; em **08/08/2019** - R$ 2.474,19; em **08/09/2019** - R$ 2.474,19; em **08/10/2019** - R$ 2.474,19; em **08/11/2019** - R$ 2.474,19; em **08/12/2019** - R$ 2.474,19; em **08/01/2020** - R$ 2.474,19; em **08/02/2020** - R$ 2.474,19; em **08/03/2020** - R$ 2.474,19; em **08/04/2020** - R$ 2.474,19; em **08/05/2020** - R$ 2.474,19; em **08/06/2020** - R$ 2.474,19; em **08/07/2020** - R$ 2.474,19; em **08/08/2020** - R$ 2.474,19; em **08/09/2020** - R$ 2.474,19; em **08/10/2020** - R$ 2.474,19; em **08/11/2020** - R$ 2.474,19; em **08/12/2020** - R$ 2.474,19; em **08/01/2021** - R$ 2.474,19; em **08/02/2021** - R$ 2.474,19; em **08/03/2021** - R$ 2.474,19; em **08/04/2021** - R$ 2.474,19; em **08/05/2021** - R$ 2.474,19; em **08/06/2021** - R$ 2.474,19; em **08/07/2021** - R$ 2.474,19; em **08/08/2021** - R$ 2.474,19; em **08/09/2021** - R$ 2.474,19; em **08/10/2021** - R$ 2.474,19; em **08/11/2021** - R$ 2.474,19; em **08/12/2021** - R$ 2.474,19; em **08/01/2022** - R$ 2.474,19; em **08/02/2022** - R$ 2.474,19; em **08/03/2022** - R$ 2.474,19; em **08/04/2022** - R$ 2.474,19; em **08/05/2022** - R$ 2.474,19; em **08/06/2022** - R$ 2.474,19; em **08/07/2022** - R$ 2.474,19; em **08/08/2022** - R$ 2.474,19; em **08/09/2022** -

Continua na ficha 03

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QY2GH-RQB6V-HZFD2-6AWT9.

CONTINUAÇÃO

R$ 2.474,19; em **08/10/2022** - R$ 2.474,19; em **08/11/2022** - R$ 2.474,19; em **08/12/2022** - R$ 2.474,19; em **08/01/2023** - R$ 2.474,19; em **08/02/2023** - R$ 2.474,19; em **08/03/2023** - R$ 2.474,19; em **08/04/2023** - R$ 2.474,19; em **08/05/2023** - R$ 2.474,19; em **08/06/2023** - R$ 2.474,19; em **08/07/2023** - R$ 2.474,19; em **08/08/2023** - R$ 2.474,19; em **08/09/2023** - R$ 2.474,19; em **08/10/2023** - R$ 2.474,19; em **08/11/2023** - R$ 2.474,19; em **08/12/2023** - R$ 2.474,19; em **08/01/2024** - R$ 2.474,19; em **08/02/2024** - R$ 2.474,19; em **08/03/2024** - R$ 2.473,88; obrigando-se a liquidar com a última parcela em 08/03/2024, todas as responsabilidades resultantes do presente instrumento. **Encargos financeiros** - os valores lançados na conta vinculada a presente negociação, bem como o saldo devedor, serão atualizados monetária e mensalmente pelos encargos básicos com base na Taxa Referencial (TR), na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil, ou outro índice que legalmente venha a substituí-la. Sobre os valores devidamente atualizados pelos respectivos encargos básicos, incidirão, ainda, encargos adicionais à taxa efetiva de **1,8%** ao mês, equivalentes à taxa efetiva de **23,87%** ao ano, calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária por mês civil (28, 29, 30 e 31 dias). **LOCAL DE PAGAMENTO:** as obrigações assumidas nesta Cédula de Crédito Bancário, serão pagas junto ao Agência do Banco do Brasil S/A, na praça de emissão deste instrumento, que fica designada como foro desta Cédula. **DOCUMENTO ARQUIVADO:-** via não negociável da citada cédula. Dou fé. Recife, 19 de setembro de 2016. O Oficial, subscrevo e assino:-

---

R-12-59.992:- Prenotação nº 509.288, de 20/09/2019. PENHORA. PROCEDO, nesta data, nos termos do Mandado de Penhora, Avaliação, Depósito e Registro nº MDP.0033.000058-4/2019, datado de 26/06/2019, subscrito pela Exma. Sra. Juíza Federal da 11ª Vara no exercício da titularidade da 33ª Vara Federal do Recife/PE, Dra. Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti, e do Auto de Penhora e Avaliação, lavrado em 23/08/2019, ambos extraídos dos autos da Ação de Execução Fiscal - **Processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300,** da 33ª Vara Federal do Recife/PE, em que figuram, como **EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL,** como **EXECUTADO: ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA E OUTRO,** e como **CORRESPONSÁVEL: WALDIR ABREU GONÇALVES - CPF nº 297.112.077-53, ao registro da penhora** do imóvel a que alude a matrícula supra, de propriedade do corresponsável acima mencionado, casado, pelo regime da comunhão parcial de bens, com BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU, avaliado em **R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais),** para garantir a dívida no valor de **R$ 1.046.788,89 (um milhão, quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos),** acrescido dos acessórios e honorários advocatícios. **O IMÓVEL fica INDISPONÍVEL enquanto perdurar a penhora, conforme dispõe o artigo 53, § 1º da Lei Federal nº 8.212/1991.** Dou fé. Recife, 25 de setembro de 2019. O

Continua no verso.

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QY2GH-RQB6V-HZFD2-6AWT9.

CONTINUAÇÃO

Oficial, subscrevo e assino:-

CERTIFICO que a presente certidão foi expedida em atendimento ao Ofício ID. 4058300.24058577, datado de 04 de setembro de 2022, pela 33ª VARA FEDERAL DO RECIFE /PE, conforme protocolo **nº 633.591**, e extraída na forma prevista do art. **19 § 1º da Lei 6.015**, de 31.12.1973, nada mais constando com relação ao imóvel da matrícula certificada, **e que retrata a situação jurídica do imóvel até o último dia útil anterior a presente data**. O referido é verdade. Dou fé. EMOLUMENTOS, TSNR, FERM, FUNSEG, FERC e ISS: **ISENTOS (Art. 1.058-A, § 1º do Prov. 20/2009-Código de Normas/PE)**. Para efeito de alienação, a presente certidão é válida por 30 dias, conforme Decreto nº 93.240/86. Válida somente com o selo eletrônico de autenticidade e fiscalização. **0073494.CDH08202202.03292**. Eu, Vinicius Medeiros Marinho da Silva, digitei a presente certidão. Recife, 05 de setembro de 2022. Documento assinado digitalmente.

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QY2GH-RQB6V-HZFD2-6AWT9.

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: QY2GH-RQB6V-HZFD2-6AWT9

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Raquel Pinheiro Cutrim Tavares (CPF 026.820.504-33)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QY2GH-RQB6V-HZFD2-6AWT9

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QY2GH-RQB6V-HZFD2-6AWT9.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 26/09/2022, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
26/09/2022 16:11	Parte - Polo Passivo	Alteração	WALDIR ABREU GONCALVES (EXECUTADO), JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS (ADVOGADO), bruno vieira fernandes pinheiro (ADVOGADO), Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	WALDIR ABREU GONCALVES (EXECUTADO), FELIPE SOARES TORRES (ADVOGADO), JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS (ADVOGADO), bruno vieira fernandes pinheiro (ADVOGADO),	MARIANA BELEM

			(ADVOGADO), ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA (EXECUTADO)	Paulo Roberto Fernandes Pinheiro (ADVOGADO), ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA (EXECUTADO)	
26/09/2022 16:11	Parte - Polo Passivo	Inclusão	WALDIR ABREU GONCALVES (EXECUTADO), JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS (ADVOGADO), bruno vieira fernandes pinheiro (ADVOGADO), Paulo Roberto Fernandes Pinheiro (ADVOGADO), ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA (EXECUTADO)	WALDIR ABREU GONCALVES (EXECUTADO), FELIPE SOARES TORRES (ADVOGADO), JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS (ADVOGADO), bruno vieira fernandes pinheiro (ADVOGADO), Paulo Roberto Fernandes Pinheiro (ADVOGADO), ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA (EXECUTADO)	MARIANA BELEM

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Central de Mandados (CEMAN) da Subseção Judiciária de Recife e da Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro

ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros

33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Número do mandado: 405830024058652

CERTIDÃO

Certifico, por ser expressão da verdade, e dou fé que procedi à Reavaliação do apartamento 701, da Rua General Americano Freire,798, Edf. Le Chateau Blois, Boa Viagem, nesta cidade, no valor de R$ 540.000,00,conforme Laudo de Reavaliação e Cálculo da Reavaliação em anexo,bem como Intimei o Ocupante Andre Felipe Torres Gomes, ,CPF 042802714-88,às 13:30 horas do dia 27 de setembro de 2022,o qual afirmou ser inquilino do respectivo apartamento,ficando ciente do inteiro teor do Mandado,exarou nota de ciente e recebeu contrafé,nem soube dar informação sobre Waldir Abreu Gonçalves, bem como deixei de intimar o referido Executado na Rua Nossa Senhora da Saúde,280,Cordeiro,nesta cidade, tendo em vista que consta no documento anexo ao presente mandado,Id. 405830012694902,certidão da oficiala de justiça,em 12 de setembro de 2019, certificando que não localizou o número 280 da Rua Nossa Senhora da Saúde,Cordeiro,nesta cidade,nem localizou Waldir Abreu Gonçalves,razão pela qual,devolvo o Mandado à Apreciação superior.

Recife,03 de outubro de 2022.Maria Socorro Cabral-of. de justiça.

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

MANDADO DE CONSTATAÇÃO, REAVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO			
ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	NORMAL - LEILÃO
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	***WALDIR ABREU GONCALVES**			
CPF / CNPJ:	297.112.077-53			
VALOR DA DÍVIDA:	R$ 1.046.788,89	27/09/2022 042 802 714 88 13:30		
LOCALIZAÇÃO DO BEM:	Rua General Americano Freire, 798, apto 701, Edf. Lei Chateau Blois, Boa Viagem , Recife/PE			
	CEP:	51021-120	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
ENDEREÇO DA INTIMAÇÃO:	Rua Nossa Senhora da saúde, 280, Cordeiro, Recife/PE			
	CEP:	50731-020	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
ANEXO(S):	4058300.23933458, 4058300.12694902			

A JUÍZA FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS**, na forma da Lei etc,

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
33ª Vara

LAUDO DE REAVALIAÇÃO

EXECUÇÃO Nº 00099598620164058300 MANDADO Nº 40583002405865 2
EXQTE: FAZENDA NACIONAL
EXCDO: WALDIR ABREU GONÇALVES E OUTRO

Em atendimento ao Mandado de Reavaliação nº SUPRA, expedido nos autos em epígrafe, eu, Oficial de Justiça-Avaliador, abaixo assinado, após proceder à pesquisa de mercado, REAVALIO o(s) bem(ns) a seguir discriminado(s):

- APARTAMENTO Nº 701, TIPO A, DO EDIFÍCIO LE CHATEAU BLOIS, SITUADO NA RUA GENERAL AMERICANO FREIRE, Nº 798 BOA VIAGEM, RECIFE/PE., COM UMA ÁREA PRIVATIVA DE 128,34 m², COM UMA VAGA DE GARAGEM, CUJA ESPECIFICAÇÃO, LIMITES E CONFRONTAÇÕES ESTÃO DESCRITOS SOB A MATRÍCULA Nº 59992 (1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE RECIFE/PE).
- NO VALOR DE: R$ 540.000,00 (QUINHENTOS E QUARENTA MIL REAIS)

Obs:

Recife, 27 de setembro de 2022
Maria Socorro Cabral - Oficiala de Justiça
mat. 2033

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
MARIA SOCORRO BORBA CABRAL - Oficial de Justiça
Data e hora da assinatura: 03/10/2022 21:20:27
Identificador: 4058300.24404985
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22100321184453300000024474908

LAUDO DE AVALIAÇÃO

1) Finalidade

Avaliação de bem imóvel urbano .

2) Objetivo

Determinação do valor de mercado(*Quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente um bem, em uma data de referência, dentro das condições de mercado vigente"* (NBR-14.653-1:2019 – Item 0.5) para venda do imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A – Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, com área privativa principal de 128,34 m^2 e uma vaga de garagem), cujas descrições e confrontações encontram-se na certidão do 1º Cartório de Registro de Imóveis.

3) Descrição da vizinhança, dos serviços públicos e da parte comum do edifício

O bairro é predominantemente residencial e nos arredores do imóvel avaliado, existem colégios, supermercado, academias, restaurantes, bares, barbearia e salão de beleza.

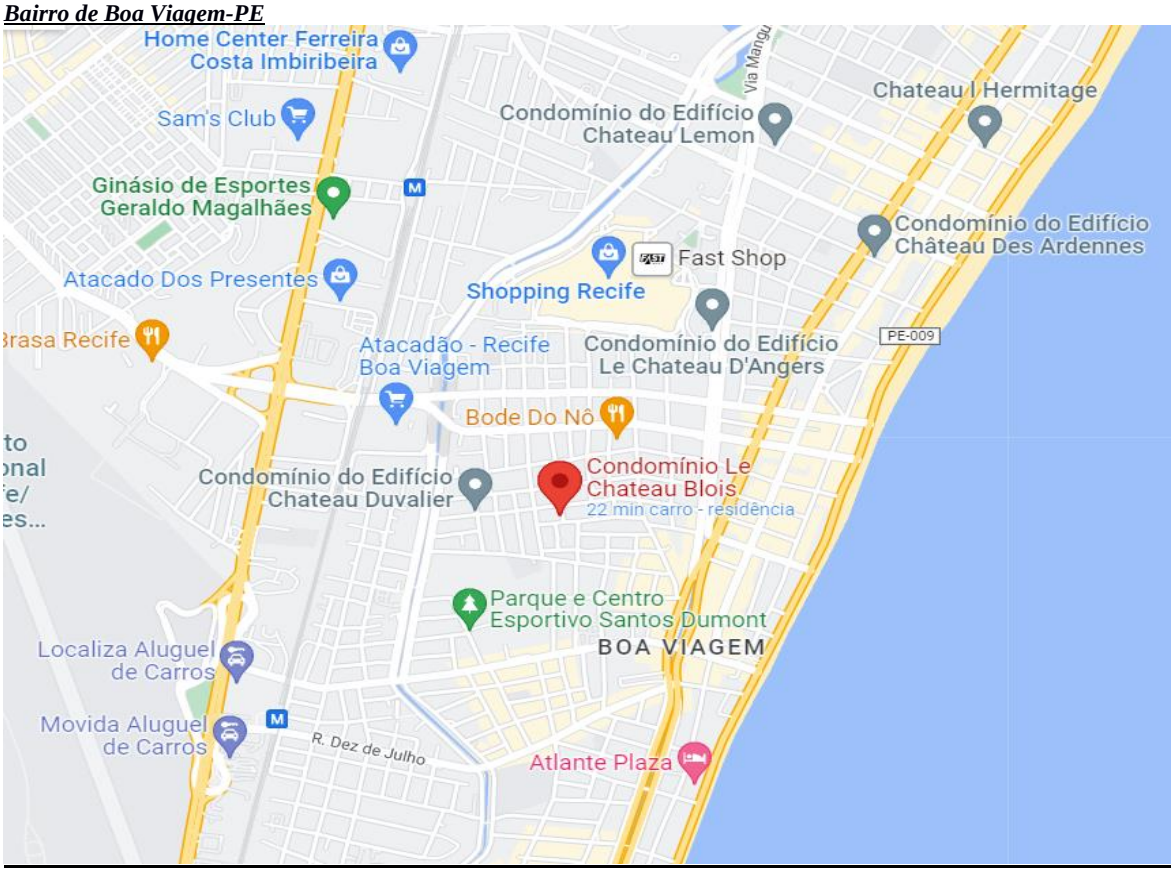
O Edifício Le Chateau Blois confronta-se pela frente com a Rua General Americano Freire; pelo lado dirreito com as casas nº 292, 302 e 312, da Rua General Luiz Mallet; pelo lado esquerdo com a Rua Dom José Lopes; e fundos com o lote nº 4, da mesme quadra e loteamento. Tem topografia plana sendo servido por redes de eletricidade, água potável, iluminação, limpeza pública, telefone, internet, transporte público (ônibus) e a via pública é asfaltada.

O edifício possui elevador, guarita, depósito privado, interfone, gerador, poço artesiano, piscina, jardim externo, playground, potão eletrônico, sala de ginástica, salão de festas e sistema de segurança. O edifício tem, aproximadamente, 30 anos de construção.

4) Pressupostos, ressalvas e fatores limitantes

a) A área total adotada nos cálculos foi à indicada na matrícula nº 59.992 da certidão expedida pelo 1º Cartório de Registro de Imóveis;
b) Os documentos consultados e as informações fornecidas por terceiros, de boa fé, foram considerados como corretos;
c) O avaliador não tem no presente, nem contempla no futuro, interesse no bem avaliando;
d) Esta Memória de Cálculo apresenta as condições limitativas apresentadas neste item ou em qualquer outra parte dela que afetam as análises, opiniões ou conclusões nela contidas.

5) Localização: ***Apto. nº 701, tipo A – Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE***





Edifício Le Chateau Blois

6) Metodologia usada na avaliação

A NBR-14.653-1 prevê que "*a metodologia escolhida deve ser compatível com a natureza do bem avaliando, a finalidade da avaliação e os dados de mercado disponíveis. Para a identificação do valor de mercado, sempre que possível preferir o método comparativo direto de dados de mercado*".

A mesma norma ensina que o método comparativo *"identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra".*

Assim, esta metodologia realiza uma abrangente pesquisa de elementos, passíveis de comparação, encontrados em oferta no mercado. Dependendo dos dados obtidos nesta pesquisa poderá ser necessário realizar a homogeneização a fim de corrigir fatores como idade estimada, padrão construtivo, localização, número de vagas, etc.

Dessa forma, como existem diversas ofertas de edifícios residenciais semelhantes na vizinhança do imóvel avaliando, será usado o método comparativo direto de dados do mercado.

7) Homogeneização da amostra

A homogeneização da amostra foi realizada utilizado-se o tratamento por fatores. Os fatores de homogeneização servem para comparar os elementos pesquisados e igualá-los com o imóvel avaliando. Deste modo é necessário aplicar fatores a fim de uniformizar os dados e, assim, poder compará-los e analisá-los.

No exemplo estudado, levou-se em consideração o seguinte fator:

a) *Fator oferta* (F_{of}): todos os dados coletados são valores ofertados no mercado e, sabendo-se que a negociação final é realizada por um valor menor do que foi anunciado, foi aplicado um deságio, também conhecido como regateio, de 0%, 3% e 10%;

Devem ser evitados fatores menores que a metade ou maiores que o dobro, ou seja, 0,5 < Fator de homogeneização < 2,0

8) Saneamento da amostra

Para saber se algum elemento da amostra está destoante dos outros é utilizado o critério do Ibape/SP[2]. Este critério diz que os dados devem estar em um intervalo de mais ou menos 30% em relação à média. Caso isso não aconteça, este dado deve ser descartado. Esta verificação é mostrada no cálculo do valor do imóvel avaliando a seguir.

9) Cálculo do valor de mercado do imóvel avaliando

Amostras

Dados	*Valor (R$)*	*Área (m^2)*	*Vagas Garagem*
01	490.000,00	123,00	1
02	500.000,00	115,00	1
03	460.000,00	112,00	1
04	550.000,00	102,00	1
05	480.000,00	109,00	1
06	400.000,00	108,00	1

Dados	*Link*
01	Apartamento com 3 quartos e com piscina, 123 m² em Boa Viagem, Recife - ZAP Imóveis (zapimoveis.com.br)
02	Apartamento com 3 quartos e com playground, 115 m² em Boa Viagem, Recife - ZAP Imóveis (zapimoveis.com.br)
03	Apartamento com 3 quartos e com cozinha, 112 m² em Boa Viagem, Recife - ZAP Imóveis (zapimoveis.com.br)
04	Apartamento com 3 quartos, 102 m² em Boa Viagem, Recife - ZAP Imóveis (zapimoveis.com.br)
05	Apartamento com 3 quartos, 109 m² em Boa Viagem, Recife - ZAP Imóveis (zapimoveis.com.br)
06	Apartamento com 3 quartos e com cozinha, 108 m² em Boa Viagem, Recife - ZAP Imóveis (zapimoveis.com.br)

.

Dados	Valor	Área(m²)	Valor/m²(R$)	Fator Oferta	Preço Homogeneizado	Amplitude	Critério Ibape/SP
1	490.000,00	123,00	3.984,00	1,00	3.984,00	-294,00	-6,9%
2	500.000,00	115,00	4.348,00	1,00	4.348,00	70,00	1,6%
3	460.000,00	112,00	4.107,00	1,00	4.107,00	-171,00	-4,0%
4	550.000,00	102,00	5.392,00	0,95	5.122,00	-844,00	-19,7%
5	480.000,00	109,00	4.403,00	1,00	4.403,00	125,00	2,9%
6	400.000,00	108,00	3.704,00	1,00	3.704,00	574,00	-13,4%

MÉDIA= 4.278,00

Utilizando o arredondamento de +/- 1% permitido pela NBR-14.653, **o valor do imóvel avaliado é de (128,34m² x 4.278,00) R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) em setembro/2022**.

10) Especificação da avaliação

A NBR 14.653-2:2011, no item 9.1.1, prevê que *"a especificação de uma avaliação está relacionada tanto com o empenho do engenheiro de avaliações, como com o mercado e as informações que possam ser dele extraídas. O estabelecimento inicial pelo contratante do* ***grau de fundamentação*** *desejado tem por objetivo a determinação do empenho no trabalho avaliatório, mas não representa garantia de alcance de graus elevados de fundamentação. Quanto ao* ***grau de precisão****, este depende exclusivamente das características do mercado e da amostra coletada e, por isso, não é passível de fixação a priori"* (grifo nosso).

11) Conclusão

Considerando os elementos e condições indicadas na presente Memória de Cálculo, atribuímos **o valor do imóvel avaliado em R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais)**

Recife, 21 de setembro de 2022.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica intimada a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 03/03/2023 07:54, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 02/03/2023 18:17 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23030218175162600000025906687 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 03/03/2023 07:54 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) FEDERAL

Processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300

Demanda COMPREI nº 2022.0100.020.00849-2

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** por seu procurador, informa que **não tem interesse na adjudicação do bem imóvel penhorado .**

Assim, requer, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja **autorizada a alienação do bem imóvel penhorado e reavaliado de matrícula nº 59.992 do 1º. Oficio de Registro de Imóveis de Recife-PE , por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei** . Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo 360 (trezentos e sessenta) dias

Publicidade Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br).

Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Preço O valor mínimo de propostas no Comprei é de 100% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC).

O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

Condições de pagamento Todos os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) com código de receita nº 7739 emitido pelo Comprei.

O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 30 (trinta) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC).

Se tiver havido leilão anterior frustrado, a compra poderá ser parcelada, respeitado o valor mínimo fixado pelo Juízo (art. 895, II, do CPC).

O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros

equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União.

Quando houver crédito preferencial ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).

Procedimento As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem.

Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.

Comissão de corretagem 5% (cinco por cento) do valor da alienação

Intermediário credenciado Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação.

O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Em sendo deferido, requer a **intimação do executado WALDIR ABREU GONCALVES (CPF: 297.112.077-53)** , **por meio de seu(s) advogado(s), do cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68),** no endereço Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE, **do credor hipotecário BANCO DO BRASIL S/A, agencia local, do terceiro ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20**), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE, **e do ocupante ANDRE FELIPE GOMES TORRES (CPF: 042.802.714-88**), **para ciência da reavaliação e da alienação judicial, nos termos do art. 889 do CPC.**

Informa que o valor atualizado da dívida executada no presente feito é **R$ 1.205.356,83.**

Nesses termos, pede deferimento.

OSSIAN DE ALENCAR ARARIPE NETO

Procurador da Fazenda Nacional

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos etc.

Defiro o pedido da exequente à fl. retro, para tanto, fica intimado o executado WALDIR ABREU GONCALVES (CPF: 297.112.077-53), por meio de seu(s) advogado(s).

Intime-se, ainda, para ciência da reavaliação e da alienação judicial, nos termos do art. 889 do CPC:

O cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68), no endereço Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE;

O credor hipotecário BANCO DO BRASIL S/A, agência local;

O terceiro ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE;

O ocupante ANDRE FELIPE GOMES TORRES (CPF: 042.802.714-88) **.**

Datado e assinado eletronicamente.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos etc.

Defiro o pedido da exequente à fl. retro, para tanto, fica intimado o executado WALDIR ABREU GONCALVES (CPF: 297.112.077-53), por meio de seu(s) advogado(s).

Intime-se, ainda, para ciência da reavaliação e da alienação judicial, nos termos do art. 889 do CPC:

O cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68), no endereço Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE;

O credor hipotecário BANCO DO BRASIL S/A, agência local;

O terceiro ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE;

O ocupante ANDRE FELIPE GOMES TORRES (CPF: 042.802.714-88) **.**

Datado e assinado eletronicamente.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos etc.

Defiro o pedido da exequente à fl. retro, para tanto, fica intimado o executado WALDIR ABREU GONCALVES (CPF: 297.112.077-53), por meio de seu(s) advogado(s).

Intime-se, ainda, para ciência da reavaliação e da alienação judicial, nos termos do art. 889 do CPC:

O cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68), no endereço Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE;

O credor hipotecário BANCO DO BRASIL S/A, agência local;

O terceiro ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE;

O ocupante ANDRE FELIPE GOMES TORRES (CPF: 042.802.714-88) **.**

Datado e assinado eletronicamente.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos etc.

Defiro o pedido da exequente à fl. retro, para tanto, fica intimado o executado WALDIR ABREU GONCALVES (CPF: 297.112.077-53), por meio de seu(s) advogado(s).

Intime-se, ainda, para ciência da reavaliação e da alienação judicial, nos termos do art. 889 do CPC:

O cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68), no endereço Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE;

O credor hipotecário BANCO DO BRASIL S/A, agência local;

O terceiro ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE;

O ocupante ANDRE FELIPE GOMES TORRES (CPF: 042.802.714-88) **.**

Datado e assinado eletronicamente.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 12/04/2023 15:27, o(a) Sr(a) WALDIR ABREU GONCALVES foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 10/04/2023 16:06 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23041016064505800000026396280 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 12/04/2023 15:27 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 14/04/2023 00:20, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 10/04/2023 16:06 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23041016064381900000026396277 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 14/04/2023 00:20 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 20/04/2023 23:59, o(a) ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 10/04/2023 16:06 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23041016064443500000026396279 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 21/04/2023 00:02 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
33ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
bruno vieira fernandes pinheiro - PE027264 - D	ADVOGADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro - PE014088 - D	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
FELIPE SOARES TORRES - PE26207 -	ADVOGADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - PE45115 -	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23042500013621200000026557356 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 25/04/2023 00:01 - Seção Judiciária de Pernambuco.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	**NORMAL**
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	* BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU			
CPF / CNPJ:	* 388.924.214-68			
QUALIFICAÇÃO:	*cônjuge do executado			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE			
	CEP:	51160-330	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:		*	
ENDEREÇO:	*			
	CEP:	*	TELEFONE(S):	*

	PONTO DE REFERÊNCIA:	*
ANEXO(S):	4058300.26293422, 4058300.25966708	

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da Lei etc,

MANDA a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, indo por mim Diretora de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do MM. JUIZ, que em seu cumprimento, **INTIME para ciência da reavaliação e da alienação judicial, nos termos do art. 889 do CPC, o cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68), no endereço Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE, tudo conforme decisão e petição da exequente em anexo.**

Fica V. Sa. ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O autor ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.



ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA/PE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	**NORMAL**
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	* **ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA**			
CPF / CNPJ:	* 459.462.724-20			
QUALIFICAÇÃO:	*terceiro			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE			
	CEP:	51021-120	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:		*	
ENDEREÇO:	*			
	CEP:	*	TELEFONE(S):	*

	PONTO DE REFERÊNCIA:	*
ANEXO(S):	4058300.26293422, 4058300.25966708	

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da Lei etc,

MANDA a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, indo por mim Diretora de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do MM. JUIZ, que em seu cumprimento, **INTIME** **para ciência da reavaliação e da alienação judicial, nos termos do art. 889 do CPC, ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE , tudo conforme decisão e petição da exequente em anexo.**

Fica V. Sa. ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O autor ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.



ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA/PE

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, pedi a devolução **dos dois últimos mandados** retro expedidos por ausência de documentos que deveriam ter sido enviados, motivo pelo qual refaço os expedientes. Dou fé.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	**NORMAL**
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	* BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU			
CPF / CNPJ:	* 388.924.214-68			
QUALIFICAÇÃO:	* cônjuge do executado			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE			
	CEP:	51160-330	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:		*	
ENDEREÇO:	*			
	CEP:	*	TELEFONE(S):	*

	PONTO DE REFERÊNCIA:	*
ANEXO(S):	* 4058300.26293422, 4058300.25966708, 4058300.24404987, 4058300.24127054	

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da Lei etc,

MANDA a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, indo por mim Diretora de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do MM. JUIZ, que em seu cumprimento, **INTIME para ciência da reavaliação e da alienação judicial, referente ao imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A - Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, nos termos do art. 889 do CPC, o cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68), no endereço Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife-PE, tudo conforme decisão, petição da exequente e documentos em anexo.**

Fica V. Sa. ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O autor ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA/PE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	**NORMAL**
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	* **ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA**			
CPF / CNPJ:	* 459.462.724-20			
QUALIFICAÇÃO:	* terceiro			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE			
	CEP:	51021-120	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
ENDEREÇO:	*			
	CEP:	*	TELEFONE(S):	*

	PONTO DE REFERÊNCIA:	*
ANEXO(S):	* 4058300.26293422, 4058300.25966708, 4058300.24404987, 4058300.24127054	

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da Lei etc,

MANDA a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, indo por mim Diretora de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do MM. JUIZ, que em seu cumprimento, **INTIME** **para ciência da reavaliação e da alienação judicial, referente ao imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A - Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, nos termos do art. 889 do CPC, ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE , tudo conforme decisão e petição da exequente e documentos em anexo.**

Fica V. Sa. ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O autor ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA/PE

Justiça Federal
33ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Destinatário :	BANCO DO BRASIL S/A
Endereço:	**malote digital**
Valor da dívida:	**R$ 908.382,19** + correção monetária + encargos legais + despesas judiciais (até a d do efetivo pagamento)

OFÍCIO

A(o) Senhor(a)

Gerente do Banco do Brasil S/A

Senhor(a) Gerente,

De ordem do MM. Juiz(a) Federal da 33ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS** , solicito de V.Sa. as providências necessárias no sentido de dar **ciência da reavaliação e da alienação judicial, referente ao imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A - Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, nos termos do art. 889 do CPC, ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE , tudo conforme decisão, petição da exequente e documentos em anexo.**

Anexos: 4058300.26293422, 4058300.25966708, 4058300.24404987, 4058300.24127054

Atenciosamente,

MARIA DO SOCORRO AMORIM DE OLIVEIRA ANDRADE

Diretora de Secretaria da 33ª Vara Federal

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Certifico, nesta data, que faço a juntada abaixo do **expediente** referente ao processo em epígrafe.

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	405202311655112
Documento:	9959.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 33ª Vara (Rosa Neude Galindo Pacheco)
Destinatário:	Seção Expedientes Oriundos das Varas Federais e Estaduais - 3234-4 (TRF5)
Data de Envio:	26/05/2023 05:18:11
Assunto:	Ofício referente ao pje 0009959-86.2016.4.05.8300 desta 33ª Vara Federal/PE

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Central de Mandados (CEMAN) da Subseção Judiciária de Recife e da Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro

ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros

33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico, por ser expressão da verdade, e dou fé que procedi à devolução do presente expediente (**Id. 4058300.26862580**) ao MM. Juízo de origem, em cumprimento ao disposto nos artigos 20 e 21, § 8º, do Regulamento desta Central de Mandados (Portaria DF n.º 71, de 19 de julho de 2019), em virtude de:

- **Solicitação da vara de origem.**

Recife, data da assinatura eletrônica.

SERGIO SOARES DE ALMEIDA
Seção de Apoio da Central de Mandados

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Central de Mandados (CEMAN) da Subseção Judiciária de Recife e da Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro

ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros

33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico, por ser expressão da verdade, e dou fé que procedi à devolução do presente expediente (**Id. 4058300.26862582**) ao MM. Juízo de origem, em cumprimento ao disposto nos artigos 20 e 21, § 8º, do Regulamento desta Central de Mandados (Portaria DF n.º 71, de 19 de julho de 2019), em virtude de:

- **Solicitação da vara de origem** .

Recife, data da assinatura eletrônica.

SERGIO SOARES DE ALMEIDA
Seção de Apoio da Central de Mandados

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Certifico, nesta data, que faço a juntada abaixo d **o Malote Digital,** referente ao processo em epígrafe.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 405202311655112

Nome original: 9959.pdf

Data: 26/05/2023 09:53:48

Remetente:

Fernando Nogueira Xavier
Seção Expedientes Oriundos das Varas Federais e Estaduais - 3234-4
TRF5

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Devolução.

Assunto: Devolvemos o documento, pois estão autorizados a circular via Malote Digital, ap
enas demandas a respeito de depósitos judiciais oriundos de RPV PRC, conforme At
o 547 17 do TRF5 (artigo 1º). Favor reencaminhar via email cenopserv.oficioscwb@
bb.com.br

26/05/2023

Número: **0009959-86.2016.4.05.8300**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Partes	
Tipo	**Nome**
EXEQUENTE	**FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO	**ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA**
EXECUTADO	**WALDIR ABREU GONCALVES**
ADVOGADO	**Paulo Roberto Fernandes Pinheiro**
ADVOGADO	**bruno vieira fernandes pinheiro**
ADVOGADO	**FELIPE SOARES TORRES**
ADVOGADO	**JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40583002686261 4	26/05/2023 05:15	Ofício	Expediente
40583002629342 2	10/04/2023 16:06	Decisão	Decisão
40583002596670 8	14/03/2023 11:38	PFN: Alienação do imóvel penhorado pelo COMPREI	Petição (outras)
40583002440498 7	03/10/2022 21:20	Avaliação-Cálculo do Aptº 701 - Edifício Le Chateau Blois	Documento de Comprovação
40583002412705 4	09/09/2022 13:12	0009959-86.2016.4.05.8300 1ºCRI-Recife - Ofício resposta e certidão (partes 1 e 2)	Documento de Comprovação

Justiça Federal
33ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Destinatário :	BANCO DO BRASIL S/A
Endereço:	**malote digital**
Valor da dívida:	**R$ 908.382,19** + correção monetária + encargos legais + despesas judiciais (até a do efetivo pagamento)

OFÍCIO

A(o) Senhor(a)

Gerente do Banco do Brasil S/A

Senhor(a) Gerente,

De ordem do MM. Juiz(a) Federal da 33ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS** , solicito de V.Sa. as providências necessárias no sentido de dar **ciência da reavaliação e da alienação judicial, referente ao imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A - Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, nos termos do art. 889 do CPC, ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE , tudo conforme decisão, petição da exequente e documentos em anexo.**

Anexos: 4058300.26293422, 4058300.25966708, 4058300.24404987, 4058300.24127054

Atenciosamente,

MARIA DO SOCORRO AMORIM DE OLIVEIRA ANDRADE

Diretora de Secretaria da 33ª Vara Federal

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

MANDADO DE INTIMAÇÃO			
ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	**NORMAL**
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	* ANDRE FELIPE GOMES TORRES			
CPF / CNPJ:	* 042.802.714-88			
QUALIFICAÇÃO:	*OCUPANTE			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	* Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE			
	CEP:	51021-120	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:		*	
ENDEREÇO:	*			
	CEP:	*	TELEFONE(S):	*

	PONTO DE REFERÊNCIA:	*
ANEXO(S):	* 4058300.26293422, 4058300.25966708, 4058300.24404987, 4058300.24127054	

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da Lei etc,

MANDA a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, indo por mim Diretora de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do MM. JUIZ, que em seu cumprimento, **INTIME** **para ciência da reavaliação e da alienação judicial, referente ao imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A - Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, nos termos do art. 889 do CPC, ANDRE FELIPE GOMES TORRES (CPF: 042.802.714-88), no endereço Rua General Americano Freire, n° 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE , tudo conforme decisão e petição da exequente e documentos em anexo.**

Fica V. Sa. ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O autor ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA/PE

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO ID 4058300.26862592

Certifico que em cumprimento ao presente mandado, dirigi-me a Av. Antônio Torres Galvão, n 254, Imbiribeira, Recife, no dia 03.06.23 e DEIXEI DE INTIMAR BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU, uma vez que encontrei o imóvel fechado. No dia 06/06/23, retornei ao endereço e novamente não havia ninguém. Certifico que conforme informação prestada pelo vizinho da borracharia, o n 254 é um galpão que se contra fechado. Sendo assim, devolvo o mandado para os devidos fins. Dou fé. Recife 06.06.23

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Central de Mandados (CEMAN) da Subseção Judiciária de Recife e da Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro

ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros

33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins que, em cumprimento ao presente mandado **Id. 4058302.26862596** , no dia **05.06.2023** dirigi-me à **Rua General Americano Freire, 798, Apto. 1701, Boa Viagem, Recife/ PE,** e ali estando, fui informada pelo porteiro, Sr. Rodrigo Paulo da Silva, após interfonar, que o intimando não se encontrava na residência. **CERTIFICO** mais que, retornei ao local no dia **06.06.2023** , sendo aí, e logo após cumpridas as formalidades legais, **INTIMEI o Sr. André Luis Maciel de Souza, às 08h25min, telefones: 99173-9352,** o qual, depois de tomar conhecimento de todo o teor do mandado, exarou a sua nota de ciente no anverso deste, aceitando os anexos e a contrafé que lhe ofereci. O referido é verdade. DOU FÉ. Recife/PE, 06.06.2023.

Jozelia Alves Lima da Silva

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal

Matrícula 2432

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

MANDADO DE INTIMAÇÃO			
ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	NORMAL
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	***ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA**			
CPF / CNPJ:	* 459.462.724-20			
QUALIFICAÇÃO:	* terceiro			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	Rua General Americano Freire, nº 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE			
	CEP:	51021-120	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:		*	
ENDEREÇO:	*			
	CEP:	*	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:		*	
ANEXO(S):	*4058300.26293422, 4058300.25966708, 4058300.24404987, 4058300.24127054			

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da Lei etc,

MANDA a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a

quem o presente for entregue, indo por mim Diretora de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do MM. JUIZ, que em seu cumprimento, **INTIME para ciência da reavaliação e da alienação judicial, referente ao imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A - Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, nos termos do art. 889 do CPC, ANDRE LUIS MACIEL DE SOUZA (CPF: 459.462.724-20), no endereço Rua General Americano Freire, nº 798, apto 1701, Boa Viagem, Recife-PE, tudo conforme decisão e petição da exequente e documentos em anexo.**

Fica V. Sa. ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O autor ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA/PE

Recebido em: 06/06/2023 às 8:19
Tom e.: (81) 99173-3352

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
Rosa Neude Galindo Pacheco - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 26/05/2023 05:06:30
Identificador: 4058300.26862596

23052605003492700000026941922

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 16/06/2023 06:33, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 07/06/2023 16:18 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23060716183168900000027110427 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 16/06/2023 06:33 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 33o VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

A União (FAZENDA NACIONAL), pelo(a) Procurador(a) que ao final subscreve, vem à presença de Vossa Excelência, considerando a diligência negativa de id 4058300.27009301, requerer a renovação da intimação da cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68) no endereço constante na base CPF da Receita Federal do Brasil: AV NOSSA SENHORA DA SAUDE 281 CASA IPUTINGA, CEP 50731020, RECIFE/PE. Em sendo infrutífera a diligência ora requerida, tendo em vista a não localização de outros endereços, requerer a intimação dela da reavaliação efetuada nos presentes autos e da alienação por edital, nos termos do art. 8º, III e IV, da Lei n. 6.830/80.

Por fim, solicita-se que seja expedido mandado de intimação do ocupante ANDRE FELIPE GOMES TORRES (CPF: 042.802.714-88), nos termos da decisão id 4058300.26318998.

Nestes termos, pede deferimento.

Patricio Fernando Vaz Ferreira

Procurador da Fazenda Nacional

MANDADO DE INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	**NORMAL**
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	* BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU			
CPF / CNPJ:	* 388.924.214-68			
QUALIFICAÇÃO:	* cônjuge do executado			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	AV NOSSA SENHORA DA SAUDE, 281, CASA, IPUTINGA, RECIFE/PE.			
	CEP:	50731020	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
ENDEREÇO:	*			
	CEP:	*	TELEFONE(S):	*

	PONTO DE REFERÊNCIA:	*
ANEXO(S):	* 4058300.27239619, 4058300.27210123, 4058300.26293422, 4058300.25966708, 4058300.2440498 4058300.24127054	

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da Lei etc,

MANDA a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, indo por mim Diretora de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do MM. JUIZ, que em seu cumprimento, **INTIME** **para ciência da reavaliação e da alienação judicial, referente ao imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A - Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, nos termos do art. 889 do CPC, o cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68), no endereço acima, tudo conforme decisão, petição da exequente e documentos em anexo.**

Fica V. Sa. ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O autor ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA/PE

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Central de Mandados (CEMAN) da Subseção Judiciária de Recife e da Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro

ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros

33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Número do mandado: 4058300.27246367

CERTIDÃO

CERTIFICO que em cumprimento ao mandado assinado eletronicamente em 28/06/2023 (identificador acima) me dirigi no dia 10/07/2023, às 14:25h, à Av. Nossa Senhora da Saúde, nº 281, Iputinga, Nesta Cidade, porém a intimanda não se encontrava na ocasião. CERTIFICO mais, que na diligência acima fui informado do nº do telefone da Sra. Beatriz (979102662), através do qual mantive contato com a mesma e posteriormente encontrei-a no dia 12/07/2023, às 11:20h, em seu local de trabalho, a agência do Banco do Brasil em São Lourenço da Mata - PE, localizada na Av. Dr. Francisco Correia, nº 329, Centro, São Lourenço da Mata - PE, onde, cumpridas as formalidades legais, INTIMEI A Sra. Beatriz Maria Veiga Abreu, que declarou possuir o doc. de identidade nº 2.034.168 - SSP/PE, tomou conhecimento de todos os termos e atos do Mandado, aceitou a contrafé que ofereci e exarou nota de ciente. DOU FÉ. Recife, data da assinatura eletrônica.

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

MANDADO DE INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	NORMAL
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	*BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU			
CPF / CNPJ:	* 388.924.214-68			
QUALIFICAÇÃO:	* cônjuge do executado			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	AV NOSSA SENHORA DA SAUDE, 281, CASA, IPUTINGA, RECIFE/PE.			
	CEP:	50731020	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
ENDEREÇO:	*			
	CEP:	*	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
ANEXO(S):	*4058300.27239619, 4058300.27210123, 4058300.26293422, 4058300.25966708, 4058300.24404987, 4058300.24127054			

Beatriz Mª Veiga Abreu
RG 2034168 SSP/PE

O(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da Lei etc,

MANDA a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a

CPF: 388.924.214-68

12/07/2023

quem o presente for entregue, indo por mim Diretora de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do MM. JUIZ, que em seu cumprimento, **INTIME para ciência da reavaliação e da alienação judicial, referente ao imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A - Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, nos termos do art. 889 do CPC, o cônjuge BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU (CPF: 388.924.214-68), no endereço acima, tudo conforme decisão, petição da exequente e documentos em anexo.**

Fica V. Sa. ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 17h, de segunda a sexta-feira.

O autor ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoa/advogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

JUIZ(A) FEDERAL DA 33ª VARA/PE

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
Rosa Neude Galindo Pacheco - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 28/06/2023 09:01:47
Identificador: 4058300.27246367

23062808541445700000027326876

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 28/07/2023 00:05, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 21/07/2023 12:59 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23072112595617400000027604903 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 28/07/2023 00:05 - Seção Judiciária de Pernambuco.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE SERGIPE

EXMO. JUIZ

A **UNIÃO FEDERAL** informa ciênc ia da intimação do cônjuge do executado, reiterando o pleito de *" intimação do ocupante ANDRE FELIPE GOMES TORRES (CPF: 042.802.714-88)" (id* 4058300.2721012 *3).*

ISABELA MARIA AMARAL MACIEL

Procuradora da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Central de Mandados (CEMAN) da Subseção Judiciária de Recife e da Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro

ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros

33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Número do mandado: 405830026977222

CERTIDÃO

Certifico, por ser expressão da verdade, e dou fé que, em cumprimento ao Mandado de Intimação destinado a Andre Felipe Gomes Torres, dirigi-me no dia 24 de julho de 2023, à Rua General Americano Freire, 798, apto. 1701, Boa Viagem, nesta cidade, sendo informada pelo atual morador, Sr. Andre Luis Maciel de Souza, CPF 459462724-20, que Andre Felipe Gomes Torres não reside no local, sabendo informar que o intimando já residiu no apto. 701 do referido edifício, mas mudou-se, informação esta confirmada pelo zelador do prédio, Sr. Genival Cícero Borges, RG 2735150-SSP-PE, de modo que, desconhecendo o atual endereço do referido intimando, devolvo o Mandado à Apreciação Superior.Recife, 01 de agosto de 2023.Maria Socorro Cabral, of. de justiça.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 33ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RECIFE

A União (Fazenda Nacional) vem, por meio de seu procurador, expor e requerer o que se segue:

Tendo em vista que o credor hipotecário BANCO DO BRASIL S/A **ainda não foi intimado acerca da reavaliação e alienação judicial do imóvel,** requer-se sua intimação no endereço de **e-mail cenopserv.oficioscwb@bb.com.br** , indicado no **ID nº 4058300.26914102.**

Ademais, tendo em vista que ANDRÉ FELIPE GOMES TORRES não mais reside no imóvel (ID nº 4058300.27641368) , uma vez efetivada a intimação do credor hipotecário, requer-se o prosseguimento da expropriação.

Nesses termos, pede deferimento.

PATRÍCIO FERNANDO VAZ FERREIRA

Procurador da Fazenda Nacional

JOÃO TONIZZA PEREIRA

Estagiário de Direito

Petição em anexo.

AO JUÍZO DA 33ª VARA FEDERAL - PE

Processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300

BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU, brasileira, casada, analista de sistemas, portadora da cédula de identidade n° 2.034.168 SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob o n° 388.924.214-68, residente e domiciliada à Avenida Antônio Torres Galvão, n° 254, Imbiribeira, Recife/PE, vem, através de seus advogados que esta ao final subscrevem, expor e requerer o que segue.

Conforme a Escritura Pública de Cessão de Direitos lavrada em 28 de julho de 2022 no 8º Tabelionato de Notas do Recife que segue em anexo, a Sra. Beatriz Maria Veiga Abreu **cedeu seu quinhão ao Sr. André Luís Maciel de Souza**, referente ao apartamento de n° 701 tipo A, localizado no 7° pavimento elevado do EDIFÍCIO LECHATEAU BLOIS, situado na Rua General Americano Freire n° 798, no bairro Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.021-12.

Diante do exposto, **pugna pela reserva do valor arrecadado em eventual alienação bem penhorado em favor do Sr. André Luís Maciel de Souza.**

Pede deferimento.
Recife, data da movimentação eletrônica.

Felipe Soares Torres
OAB/PE nº 26.207

Jaqueline Maria de Vasconcelos
OAB/PE nº 45.115

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
FELIPE SOARES TORRES - Advogado
Data e hora da assinatura: 18/09/2023 20:26:25
Identificador: 4058300.28236679
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23091820253263300000028320691

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA ABREU, brasileira, casada, analista de sistemas, portadora da cédula de identidade nº 2.034.168 SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 388.924.214-68, residente e domiciliada à Avenida Antônio Torres Galvão, nº 254, Imbiribeira, Recife-PE, doravante designado outorgante.

.

OUTORGADOS: WENDY AYRES FELLOWS AMORIM, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE sob o nº 40.580, com endereço para notificação na Rua Jerônimo de Albuquerque, 188/503, Casa Forte, Recife-PE, **JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PE sob o nº 45.115 e FELIPE SOARES TORRES, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PE sob o nº 26.207, ambos com endereço profissional à Av. República do Líbano, 251, Torre C, Pina, Recife-PE.

- PODERES -

Por este instrumento particular de mandato, constituo os outorgados como meus bastantes procuradores, concedendo-lhes os poderes inerentes da cláusula *"ad juditia" e "extra judicia" inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como* para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), especialmente para a defesa da outorgante na Ação de Execução Fiscal nº 0009959-86.2016.4.05.8300, em trâmite junto à 33ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, podendo interpor recursos, conduzir e acompanhar o processo até o trânsito em julgado, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, além dos poderes especiais para transigir em juízo e fora dele, desistir, renunciar, notificar, receber valores e dar quitação dos mesmos, firmar compromissos, impugnar autos de lançamentos e recorrer de decisões proferidas por órgãos administrativos, assim como acionar, contestar, reconvir, acordar, concordar, confessar, reconhecer a procedência do pedido, enfim, todos e quaisquer outros atos necessários à proteção dos interesses do Outorgante, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

RECIFE, 18 DE JUNHO DE 2020.

Beatriz Mª Veiga Abreu

OUTORGANTE

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
FELIPE SOARES TORRES - Advogado
Data e hora da assinatura: 18/09/2023 20:26:25
Identificador: 4058300.28236680
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

23091820253263300000028320692

Escritura Pública de Cessão de Direitos entre Beatriz Maria Veiga Abreu e André Luis Maciel de Souza, na forma seguinte.

Por esta **Escritura Pública de Cessão de Direitos Creditórios**, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de julho do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, neste Tabelionato do 8º Ofício de Notas do Recife, com sede na Avenida Antônio de Góes, 449, no bairro do Pina, perante mim, *Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho*, Tabelião Público, compareceram as partes entre si justas e acordadas, de um lado, como **Outorgante Cedente**, **Beatriz Maria Veiga Abreu**, brasileira, casada, nascida em 03/06/1962, analista de sistemas, cédula de identidade nº 2.254.424-SSP/PE, inscrita no CPF nº 388.924.214-68, com anuência de seu esposo, **Waldir Abreu Gonçalves**, brasileiro, nascido em 25/07/1953, engenheiro eletricista, cédula de identidade nº 2.122.999-SSP/PE, inscrito no CPF nº 297.112.077-53, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei, residentes e domiciliados nesta cidade do Recife, na Avenida Antônio Torres Galvão, nº 254 - casa, no bairro Imbiribeira, CEP 51.160-330; e, do outro lado, como **Outorgado Cessionário**, **André Luis Maciel de Souza**, brasileiro, nascido em 21/01/1968, casado, corretor de seguros, cédula de identidade nº 2.836.389-SSP/PE-SSP/PE, inscrito no CPF nº 459.462.724-20, endereço eletrônico andre.maciel@acseguros.com.br, residente e domiciliado nesta cidade do Recife, na Rua General Americano Freire, nº 798 - apartamento 1701, no bairro de Boa Viagem, CEP 51.021-120. Os presentes reconhecidos como os próprios pelo Tabelião Público, conforme os documentos apresentados, pessoas maiores e juridicamente capazes, do que dou fé. E, neste Tabelionato, pela **Outorgante Cedente** foi declarado que ajustaram a celebração do presente negócio jurídico, nos termos das cláusulas e condições seguintes: **1) Do imóvel objeto da cessão** – A **Outorgante Cedente** é legítima detentora de todos os direitos sobre a meação do imóvel representado pelo apartamento de nº 701 tipo A, localizado no 7º pavimento elevado do EDIFÍCIO LE CHATEAU BLOIS, situado na Rua General Americano Freire nº 798, no bairro Boa Viagem, freguesia de Afogados, nesta cidade do Recife/PE, CEP: 51.021-120, composto de sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, 3 quartos sociais, sendo 1 suite, 1 WC social e WC suite, circulação, quarto e WC de empregada, com uma área privativa total de 128,34m², área comum de condomínio de 30,51m² e área total de 158,85m², correspondendo ao mesmo uma fração ideal do lote de terreno próprio equivalente a 0,0242, cabendo ainda ao mesmo o direito a uma vaga de estacionamento, tendo a vaga de garagem uma área de 11,73m², com suas demais características, limites, confrontações e título aquisitivo constantes da **Matrícula nº 59.992**, perante o 1º Cartório de Registro de Imóveis de Recife/PE, e inscrito na P.C.R. sob o nº 6.1835.170.02.0252.0013.7, de propriedade da **Outorgante Cedente** e do seu esposo, anuente; **2) Da cessão** - A **Outorgante**

SERVIÇO DE NOTAS

8º TABELIONATO DE NOTAS DO RECIFE - Tabelionato Figueiredo

Cedente cede e transfere, a título oneroso, e com caráter irrevogável e irretratável, ao **Outorgado Cessionário**, por esta pública escritura e na melhor forma de direito, nos termos dos artigos 286 a 298 do Código Civil de 2002 e outros, todos os direitos correspondentes a sua meação sobre o imóvel acima descrito, que foi adquirido pelo seu esposo através da Escritura Pública de compra e venda lavrado no livro 1569-E, folhas 018/021, nestas Notas, e conforme o acórdão proferido no processo nº **0812609-34.2020.4.05.8300**, da Justiça Federal em Pernambuco; **3) Do valor da cessão** - Por este instrumento e na melhor foram de direito, a **Outorgante Cedente** cede a meação que faz jus ao **Outorgado Cessionário**, pelo preço certo e determinado de **R$ 60.000,00** (sessenta mil reais), através de TED na conta 1310448-6, agência 4930-1, Banco do Brasil S/A, CNPJ: 07292504/0001-71, no dia 26/09/2019, em moeda legal e corrente nacional, razão pela qual a **Outorgante Cedente** da plena, geral e irrevogável quitação, pondo o **Outorgado Cessionário** a paz e a salvo de todas e quaisquer dúvidas ou contestações futuras, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores a fazerem este instrumento sempre bom, firme e valioso, e a responderem pela evicção de direito, na forma da lei; **4) Da transferência para terceiros** – Por não existir qualquer impedimento legal e/ou convencional, as partes celebram o presente instrumento com fundamento nos artigos 286 e seguintes do Código Civil Brasileiro que permite, expressamente, a possibilidade de ser transferido o direito ao crédito para terceiros; **5) Da utilização do crédito** - O **Outorgado Cessionário** passará a ser, a partir desta data, O titular de todos os direitos sobre a meação do imóvel ora cedido, e de modo irrevogável e irretratável, podendo utilizar-se do referido bem da forma e do modo como melhor lhe convier, em Juízo ou qualquer outra instância; **6) Da notificação ao Devedor** - O **Outorgado Cessionário** obriga-se, para efeitos do previsto no art. 290 do Código Civil e para a devida eficácia do presente negócio jurídico, promover a comunicação, aos devedores, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da cessão de crédito ora contratada, podendo o **Outorgado Cessionário**, entretanto, em razão do disposto no art. 293 do Código Civil, exercer todos os atos conservatórios do direito cedido, independentemente da realização da notificação; **7) Da irrevogabilidade e irretratabilidade** - A presente cessão de crédito é realizada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se as partes por si, seus herdeiros e sucessores, a qualquer título, a fazer o presente negócio jurídico sempre bom, firme e valioso, em qualquer juízo, instância ou tribunal, para todos os efeitos legais, correndo, no entanto, por exclusiva conta e risco do **Outorgado Cessionário**, a boa ou má liquidação do crédito ora cedido; **8) Das declarações finais** – **8.1.** As partes declaram que estão cientes e concordam com os fundamentos jurídicos decididos na Ação acima mencionada tombada sob o nº 0812609-34.2020.4.05.8300, inclusive declarando que analisaram os autos do processo; **8.2.** As partes estão dispensadas da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais, da Dívida Ativa da União e de Débitos Previdenciários, em razão da nova redação do artigo 298 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais pelo Provimento CGJ nº 16/2019,

8º TABELIONATO DE NOTAS DO RECIFE - Tabelionato Figueiredo

AAA 1132782

em cumprimento ao Pedido de Providência nº 0001230-82.2015.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça e da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade ADI 394, em 25/09/2008; **8.3.** As partes declaram, para fins do art. 15 do Provimento nº 10/2014 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, que não convivem em regime de união estável, e que o seu estado civil é o constante do preâmbulo desta escritura; **8.4.** A Outorgante Cedente garante a meação do imóvel, tendo em vista que na época da aquisição do imóvel ela já era casada com seu esposo pelo regime da comunhão parcial de bens; **8.5.** As partes declaram, ainda, para efeito do Provimento nº 88/2019 do Conselho Nacional de Justiça, que não são pessoas politicamente expostas, e que seus dados cadastrais são os constantes do presente instrumento, não havendo obrigatoriedade de informação dos demais dados pessoais, como assim facultado pelo art. 9º, § 1º, III do referido Provimento, não representando fator impeditivo do registro, como assim previsto no seu art. 42, conforme redação do Provimento 90/2020; **8.6.** As partes ainda declaram, para efeito das normas da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), que: a) Submetem os seus dados pessoais de modo voluntário tendo em vista as exigências legais para a identificação e qualificação das partes nos atos notariais; b) Estão cientes de que seus dados e informações pessoais serão fornecidos e comunicados aos sistemas informatizados autorizados pelo Conselho Nacional de Justiça, como a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC, Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, Declaração de Operações Imobiliárias – DOI da Receita Federal e Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF; **8.7.** As partes confirmam que foram identificadas e assinaram as folhas do livro desta escritura perante o Tabelião ou seu preposto, de modo presencial, nesta Serventia; **8.8.** - As partes elegem o foro desta Comarca do Recife-PE, por ser o da situação do imóvel, como o único competente para dirimir todas as dúvidas e conhecer quaisquer questões porventura decorrentes deste instrumento e seu fiel cumprimento, renunciando expressamente e qualquer outro, por mais especial que seja ou possa apresentar; **8.9.** As partes declaram que o presente instrumento foi feito com base nas leis e artigos vigentes, e que tiveram assessoria de um advogado, o qual isentam esta Serventia de possíveis erros e desacordos, tendo inclusive todos os dados e qualificações tendo sido fornecidas e conferidas pelas partes. E assim, justas e contratadas, sob essa forma e conteúdo jurídico, foi lavrada esta Escritura Pública, a qual redigida, lida, conferida e considerada conforme, as partes aceitam e assinam, perante mim, Tabelião, seu substituto ou escrevente notarial. Valor do serviço notarial conforme tabela da Lei nº 12.978/2005: Emolumentos R$ 1.553,82; TSNR R$ 120,00; FERC R$ 172,65; FERM R$ 17,26; FUNSEG R$ 34,53; ISS R$ 86,32; Valor total R$ 1.984,58. Calculado e recolhido na Guia 0016081022 do Sistema de Controle de Arrecadação das Serventias Extrajudiciais - SICASE. Ato lavrado por *Thiago Luis da Nóbrega Novais Sousa*, Escrevente Notarial. Revisado, autorizado e subscrito pelo Tabelião *Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira*

8º TABELIONATO DE NOTAS DO RECIFE - Tabelionato Figueiredo

8º TABELIONATO DE NOTAS DO RECIFE - Tabelionato Figueiredo

Filho, titular do 8º Tabelionato de Notas do Recife, em 28 de julho de 2022. Beatriz Maria Veiga Abreu, Waldir Abreu Gonçalves, André Luis Maciel de Souza. Esta escritura pode ser autenticada em consulta ao selo digital 0073783.AVB07202205.00377, no site www.tjpe.jus.br/selodigital.

Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho
Tabelião
Thiago Luis da Nóbrega Novais Sousa
Escrevente Notarial

8º TABELIONATO DE NOTAS DO RECIFE - Tabelionato Figueiredo

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
FELIPE SOARES TORRES - Advogado
Data e hora da assinatura: 18/09/2023 20:26:25
Identificador: 4058300.28236681
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23091820253263300000028320693

AAA 1132783

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos (id. 28236679**) **, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos (id. 28236679**) **, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ(A)

A UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, por seu procurador que a esta subscreve, vem perante Vossa Excelência afirmar que não se opõe ao pedido de id 4058300.28236679, ressaltando que o equivalente à quota do coproprietário alheio à execução fiscal deverá recair sobre o produto da alienação dos bens, conforme determina o art. 843, do CPC, bem como o coproprietário deverá ser intimado da alienação judicial com antecedência de 5 dias (art. 889).

Nestes termos.

Pede deferimento.

Fortaleza, 31 de outubro de 2023.

MICARTON ANDRÉ BRASIL CORREIA

Procurador da Fazenda Nacional

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
MICARTON ANDRE BRASIL CORREIA - Procurador
Data e hora da assinatura: 31/10/2023 08:16:48
Identificador: 4058300.28729952
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23103108150271400000028815921

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que faço o traslado de cópias do(s) decisório(s) proferido(s) nos autos dos embargos conexos para o presente feito. Dou fé.

21/11/2023

Número: **0812609-34.2020.4.05.8300**

Classe: **EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL**

Partes	
Tipo	**Nome**
EMBARGADO	**FAZENDA NACIONAL**
ADVOGADO	**JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS**
EMBARGANTE	**BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA**
ADVOGADO	**FELIPE SOARES TORRES**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40500004092409 6	20/10/2023 10:53	08126093420204058300 peças	Documento de Comprovação
40500003699153 1	24/03/2023 20:14	Inteiro Teor	Inteiro Teor do Acórdão
40500003198883 4	20/06/2022 05:24	08126093420204058300 - NJ	Documento de Comprovação
40500002706966 4	26/07/2021 10:53	Inteiro Teor	Inteiro Teor do Acórdão
40500002620891 4	31/05/2021 17:21	Inteiro Teor	Inteiro Teor do Acórdão
40583001666818 5	25/11/2020 19:24	Sentença	Sentença
40583001630077 8	22/10/2020 16:53	Sentença	Sentença

REsp 1988828 (202200625993)

CERTIDÃO

Certifico que o processo de número 08126093420204058300 do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO foi protocolado como um novo processo da classe REsp sob o número 2023/0229108-0.

Brasília, 3 de julho de 2023

COORDENADORIA DE RECEBIMENTO, CONTROLE E AUTUAÇÃO DE PROCESSOS RECURSAIS

Documento eletrônico juntado ao processo em 03/07/2023 às 10:31:45 pelo usuário: KARINA MEDINA ZAGO ASSEN

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REsp 2083222/PE (2023/0229108-0)

Termo de Recebimento e Autuação

Recebidos os presentes autos, foram registrados e autuados no dia 03/07/2023 na forma abaixo:

RECURSO ESPECIAL Nº 2083222 (2023/0229108-0 Número Único: 0812609-34.2020.4.05.8300)

Origem	:	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
Localidade	:	RECIFE / PE
Nº na Origem	:	00099598620164058300 08126093420204058300 202200625993 812609342020405830 99598620164058300
Nºs Conexos	:	202200625993
Nº de Folhas	:	211 Nº de Volumes: 2 Nº de Apensos: 0

RECORRENTE	:	FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	:	BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - PE045115

Brasília, 03 de agosto de 2023.

COORDENADORIA DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DE TEMAS JURÍDICOS E DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Documento eletrônico juntado ao processo em 03/08/2023 às 08:11:57 pelo usuário: MARIA DE FÁTIMA BARBOSA

RECURSO ESPECIAL 2083222 / PE (2023/0229108-0)

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO

Distribuição

Em 03/08/2023 o presente feito foi classificado no assunto DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa (Execução Fiscal) e distribuído ao Exmo. Sr. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, por prevenção de turma.

Encaminhamento

Aos 03 de agosto de 2023 , vão estes autos com conclusão ao Ministro Relator.

Secretaria Judiciária

Documento eletrônico juntado ao processo em 03/08/2023 às 08:20:08 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2083222 - PE (2023/0229108-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE	:	FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	:	BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO	:	JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - PE045115

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO DE MODO ADEQUADO NAS RAZÕES RECURSAIS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICES DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF, RESPECTIVAMENTE. REDUÇÃO DO PERCENTUAL. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DA MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 07/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO assim ementado:

> PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE IMÓVEL. MEAÇÃO. RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. FAZENDA NACIONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

No recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente sustenta violação aos artigos 19, §1º, I, d a lei 10.522/2002; e 85, §2º, e 90, §4, do CPC/2015.

Defende que a União não deu causa á propositura da presente demanda, nem tampouco a penhora efetuada não foi indevida, razões pelas quais não há que se falar em condenação ao pagamento de verba honorária.

Por fim, requer a redução dos honorários fixados a percentual mínimo da lei de regência.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 204/207.

Decisão de admissibilidade às fls. 210/212.

É o relatório. Decido.

Consta do v. acórdão de origem:

> Os autos retornaram do STJ, que dando provimento ao recurso especial, anulou o acórdão por violação ao art. 1.022, do CPC, determinando o retorno dos autos à esta Corte, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em aclaratórios (aplicabilidade do art. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002 ao caso dos autos). [...] Do exame dos autos, verifica-se que

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/08/2023 às 05:26:54 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Documento eletrônico VDA37992880 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MAURO CAMPBELL MARQUES Assinado em: 17/08/2023 19:51:57
Publicação no DJe/STJ nº 3701 de 21/08/2023. Código de Controle do Documento: 8efb7c93-776c-4a8b-824a-95ef49354a6a

> opostos embargos de terceiros por Beatriz Maria Oliveria, a Fazenda nacional, no prazo da contestação reconheceu a procedência do pedido, tendo sido homologada na sentença, que deixou de condenar as partes em honorários advocatícios. [...] Dessa forma, a apelação foi provida, para condenar a Fazenda Nacional em honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC. **Apesar de o acórdão ter sido omisso quanto ao art. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002, trata-se de norma inaplicável ao caso dos autos, considerando que o processo não versa sobre os temas previstos no mencionado dispositivo, que dispensam a defesa da União, mas de caso em que a União requereu a penhora do imóvel, acostando aos autos uma certidão de inteiro teor do registro do imóvel (que indicava, de modo expresso, o casamento mantido entre a embargante e seu cônjuge) e não solicitou a reserva de 50% da alienação do imóvel penhorado, causando, assim, o ajuizamento dos embargos de terceiro.**

Com efeito, a fundamentação em destaque não foi impugnada de modo adequado no presente recurso.

Nesse norte, observa-se o descumprimento do princípio da dialeticidade, o qual obriga a parte que recorre impugnar, especificamente, os fundamentos do acórdão que objurga, contrapondo-se às razões de decidir já expressadas (cf. AgRg no RMS 43.815/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 27/05/2016; AgRg no RMS 49.108/PI, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 16/05/2016; AgRg no RMS 33.347/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 12/05/2016).

Aplica-se, por analogia, o disposto nas Súmulas 283 ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.") e 284 ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."), ambas do STF.

A corroborar esse entendimento:

> PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IPTU. SUJEIÇÃO PASSIVA. LEGITIMIDADE ATIVA. LEGISLAÇÃO LOCAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO COMBATIDO. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. (...) **3. Havendo fundamentos do acórdão recorrido não impugnados (a inoponibilidade ao fisco dos ajustes particulares; a necessidade de anuência do credor para que terceiro assuma a dívida tributária), atrai-se a incidência do óbice das Súmulas 283 e 284 do STF. 4. Agravo interno desprovido.** (AgInt no AREsp 1568526/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2021, DJe 23/03/2021 - grifo nosso)

> ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTE PARA A SUA MANUTENÇÃO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. (...) **IV. Segundo a jurisprudência do STJ, "é inadmissível o recurso especial quando o acórdão recorrido assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles, bem como quando deficiente a fundamentação**

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/08/2023 às 05:26:54 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Documento eletrônico VDA37992880 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MAURO CAMPBELL MARQUES Assinado em: 17/08/2023 19:51:57
Publicação no DJe/STJ nº 3701 de 21/08/2023. Código de Controle do Documento: 8efb7c93-776c-4a8b-824a-95ef49354a6a

> **recursal (Súmula 283 e 284 do STF, por analogia)"** (STJ, AgRg no REsp 1.554.761/RO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2016). (...) VI. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1802174/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2021, DJe 28/04/2021 - grifo nosso)

Por outro lado, é pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que deve ser conhecido e provido recurso especial para rever a fixação de verba honorária em valor irrisório ou excessivo, pois nesses casos não há observância do juízo de equidade preconizado na legislação processual civil. Nesse sentido: REsp 526.508/SP, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 21.2.2005; REsp 606.375/MS, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 29.11.2004.

No entanto, não configurada a hipótese supramencionada, como é o caso dos autos, aplica-se o entendimento consolidado neste Tribunal no sentido de que a majoração do valor relativo aos honorários advocatícios, consubstanciada na tese de que houve condenação em valor irrisório, requer a apreciação de critérios primordialmente factuais, quais sejam o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Dessa forma, a fixação de percentual de honorários advocatícios não é possível em sede especial, por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional, porquanto implica incursão ao suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de agosto de 2023.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/08/2023 às 05:26:54 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Documento eletrônico VDA37992880 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MAURO CAMPBELL MARQUES Assinado em: 17/08/2023 19:51:57
Publicação no DJe/STJ nº 3701 de 21/08/2023. Código de Controle do Documento: 8efb7c93-776c-4a8b-824a-95ef49354a6a

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REsp 2083222/PE (2023/0229108-0)

PUBLICAÇÃO

Disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico/STJ, em 18/08/2023, DESPACHO / DECISÃO de fls. 219 e considerado publicado em 21/08/2023, nos termos da Lei 11.419/2006, art. 4º, §3º.

Brasília, 21 de agosto de 2023.

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/08/2023 às 06:04:03 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REsp 2083222/PE (2023/0229108-0)

TERMO DE DISPONIBILIZAÇÃO

Disponibilizada a intimação eletrônica ao/à PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL em 21/08/2023 referente ao/à DESPACHO / DECISÃO de fls. 219 publicado(a) no DJe em 21/08/2023.

Brasília, 21 de agosto de 2023.

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/08/2023 às 10:45:09 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REsp 2083222/PE (2023/0229108-0)

TERMO DE DISPONIBILIZAÇÃO

Disponibilizada a intimação eletrônica ao/à MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em 21/08/2023 referente ao/à DESPACHO / DECISÃO de fls. 219 publicado(a) no DJe em 21/08/2023.

Brasília, 21 de agosto de 2023.

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Documento eletrônico juntado ao processo em 21/08/2023 às 10:45:15 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

REsp 2083222

TERMO DE CIÊNCIA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL intimado(a) eletronicamente em 31/08/2023 do(a) Despacho / Decisão de fl.(s) 219 publicado(a) no DJe em 21/08/2023.

Brasília - DF, 31 de Agosto de 2023

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 31/08/2023 às 01:03:35 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

REsp 2083222

TERMO DE CIÊNCIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado(a) eletronicamente em 31/08/2023 do(a) Despacho / Decisão de fl.(s) 219 publicado(a) no DJe em 21/08/2023.

Brasília - DF, 31 de Agosto de 2023

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 31/08/2023 às 01:13:25 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REsp 2083222/PE (2023/0229108-0)

CERTIDÃO DE TRÂNSITO E TERMO DE BAIXA

DECISÃO de fls. 219: transitou em julgado no dia 19 de outubro de 2023.

Autos baixados à(o) TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO nesta data.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Documento eletrônico juntado ao processo em 19/10/2023 às 13:33:08 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

RELATÓRIO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO (Relator): Os autos retornaram do STJ, que dando provimento ao recurso especial, anulou o acórdão por violação ao art. 1.022, do CPC, determinando o retorno dos autos à esta Corte, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em aclaratórios (aplicabilidade do art. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002 ao caso dos autos).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

VOTO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO (Relator): O STJ dando provimento ao recurso especial, anulou o acórdão por violação ao art. 1.022 do CPC, determinando ao Tribunal que se pronuncie sobre as questões alegadas nos embargos de declaração.

Tratam os autos de apelação interposta por Beatriz Maria Veiga de Oliveira contra sentença proferida pelo Juízo da 33ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, que homologou o reconhecimento da procedência do pedido formulado nos embargos de terceiro, para reconhecer 50% da propriedade da autora relativamente ao imóvel penhorado nos autos da execução fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300, devendo, ainda, em caso de alienação, ser-lhe reservado 50% do produto da alienação do aludido imóvel, extinguindo o feito com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "a", do CPC e, por fim, considerando os princípios da causalidade e da sucumbência, deixou de condenar a Fazenda Nacional ou a embargante ao pagamento dos honorários advocatícios.

A apelação foi provida para condenar a Fazenda Nacional em honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC, tendo sido interpostos embargos de declaração pela Fazenda Nacional, que restaram improvidos.

Entendeu o STJ que houve omissão no acórdão quanto à aplicabilidade do art. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002 ao caso concreto.

Passo a suprir a omissão.

De acordo com o art. 19 da Lei nº 10.522/2002:

> Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre: (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)
>
> I- matérias de que trata o art. 18;
>
> II - tema que seja objeto de parecer, vigente e aprovado, pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que conclua no mesmo sentido do pleito do particular; (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)
>
> III - (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)
>
> IV - tema sobre o qual exista súmula ou parecer do Advogado-Geral da União que conclua no mesmo sentido do pleito do particular; (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)
>
> V - tema fundado em dispositivo legal que tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso e tenha tido sua execução suspensa por resolução do Senado Federal, ou tema sobre o qual exista enunciado de súmula vinculante ou que tenha sido definido pelo Supremo Tribunal Federal em sentido desfavorável à Fazenda Nacional em sede de controle concentrado de constitucionalidade; (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)
>
> VI - tema decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, no âmbito de suas competências, quando: (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)
>
> a) for definido em sede de repercussão geral ou recurso repetitivo; ou (Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)
>
> b) não houver viabilidade de reversão da tese firmada em sentido desfavorável à Fazenda Nacional, conforme critérios definidos em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e (Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)
>
> VII - tema que seja objeto de súmula da administração tributária federal de que trata o art. 18-A desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)
>
> § 1 º Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente: (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)
>
> I - reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)

Do exame dos autos, verifica-se que opostos embargos de terceiro por Beatriz Maria Veigade Oliveira, a Fazenda Nacional, no prazo da contestação reconheceu a procedência do pedido, tendo sido homologada na sentença, que deixou de condenar as partes em honorários advocatícios.

Em sede de apelação, entendeu este egrégia 1ª Turma que:

"No caso dos autos, embora quando intimada a Fazenda Nacional tenha reconhecido a procedência do pedido, verifica-se que ela deu causa ao ajuizamento da presente ação, porque tudo leva a crer que, embora tivesse ciência do casamento do executado no regime de comunhão parcial de bens, não pretendia respeitar a meação da embargante, obrigando-a a constituir advogado para ajuizar os presentes embargos de terceiros.
De acordo, com a Súmula 303 do STJ: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios"."

Dessa forma, a apelação foi provida, para condenar a Fazenda Nacional em honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC.

Apesar de o acórdão ter sido omisso quanto ao art. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002, trata-se de norma inaplicável ao caso dos autos, considerando que o processo não versa sobre os temas previstos no mencionado dispositivo, que dispensam a defesa da União, mas de caso em que a União requereu a penhora do imóvel, acostando aos autos uma certidão de inteiro teor do registro do imóvel (*que indicava, de modo expresso, o casamento mantido entre a embargante e seu cônjuge*) e não solicitou a reserva de 50% da alienação do imóvel penhorado, causando, assim, o ajuizamento dos embargos de terceiro.

Assim, dou provimento aos embargos de declaração, para suprir a omissão, mas sem atribuição de efeitos infringentes ao julgado.

É como voto.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RETORNO DOS AUTOS DO STJ. JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 19, § 1º, I, DA LEI Nº 10.522/2002. OMISSÃO SUPRIDA.

1. Os autos retornaram do STJ, que dando provimento ao recurso especial, anulou o acórdão por violação ao art. 1.022, do CPC, determinando o retorno dos autos à esta Corte, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito da aplicabilidade do art. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002 ao caso dos autos.

2. De acordo com o art. 19 da Lei nº 10.522/2002:

Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre: (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)

I- matérias de que trata o art. 18;

II - tema que seja objeto de parecer, vigente e aprovado, pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que conclua no mesmo sentido do pleito do particular; (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)

III - (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)

IV - tema sobre o qual exista súmula ou parecer do Advogado-Geral da União que conclua no mesmo sentido do pleito do particular; (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)

V - tema fundado em dispositivo legal que tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso e tenha tido sua execução suspensa por resolução do Senado Federal, ou tema sobre o qual exista enunciado de súmula vinculante ou que tenha sido definido pelo Supremo Tribunal Federal em sentido desfavorável à Fazenda Nacional em sede de controle concentrado de constitucionalidade; (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)

VI - tema decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, no âmbito de suas competências, quando: (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

a) for definido em sede de repercussão geral ou recurso repetitivo; ou (Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)

b) não houver viabilidade de reversão da tese firmada em sentido desfavorável à Fazenda Nacional, conforme critérios definidos em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e (Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)

VII - tema que seja objeto de súmula da administração tributária federal de que trata o art. 18-A desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

§ 1º Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente: (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)

I - reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)

3. Do exame dos autos, verifica-se que ajuizados embargos de terceiro por Beatriz Maria Veigade Oliveira, a Fazenda Nacional, no prazo da contestação, reconheceu a procedência do pedido, tendo sido homologada na sentença, que deixou de condenar as partes em honorários advocatícios.

4. Em sede de apelação, entretanto, entendeu este egrégia 1ª Turma que:

"No caso dos autos, embora quando intimada a Fazenda Nacional tenha reconhecido a procedência do pedido, verifica-se que ela deu causa ao ajuizamento da presente ação, porque tudo leva a crer que, embora tivesse ciência do casamento do executado no regime de comunhão parcial de bens, não pretendia respeitar a meação da embargante, obrigando-a a constituir advogado para ajuizar os presentes embargos de terceiros.
De acordo, com a Súmula 303 do STJ: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios"."

5. Dessa forma, a apelação foi provida, para condenar a Fazenda Nacional em honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC.

6. Apesar de o acórdão ter sido omisso quanto ao art. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002, trata-se de norma inaplicável ao caso dos autos, considerando que o processo não versa sobre os temas previstos no mencionado dispositivo, que dispensam a defesa da União, mas de caso em que a União requereu a penhora do imóvel, acostando aos autos uma certidão de inteiro teor do registro do imóvel (*que indicava*,

de modo expresso, o casamento mantido entre a embargante e seu cônjuge) e não solicitou a reserva de 50% da alienação do imóvel penhorado, causando, assim, o ajuizamento dos embargos de terceiro. 7. Embargos de declaração providos, para suprir a omissão, mas sem atribuição de efeitos infringentes ao julgado.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, DECIDE a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, dar provimento aos embargos de declaração sem efeitos modificativos, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar o presente julgamento.

Recife, data do julgamento

Superior Tribunal de Justiça

REsp (202200625993)

CERTIDÃO

Certifico que o processo de número 08126093420204058300 do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO foi protocolado sob o número 2022/0062599-3.

Brasília, 8 de março de 2022

COORDENADORIA DE RECEBIMENTO, CONTROLE E AUTUAÇÃO DE PROCESSOS RECURSAIS

Documento eletrônico juntado ao processo em 08/03/2022 às 12:52:49 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REsp 1988828/PE (2022/0062599-3)

Termo de Recebimento e Autuação

Recebidos os presentes autos, foram registrados e autuados no dia 08/03/2022 na forma abaixo:

RECURSO ESPECIAL Nº 1988828 (2022/0062599-3 Número Único: 0812609-34.2020.4.05.8300)

Origem	:	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
Localidade	:	RECIFE / PE
Nº na Origem	:	00099598620164058300 08126093420204058300 8126093420204058300 99598620164058300
Nºs Conexos	:	
Nº de Folhas	:	1 Nº de Volumes: 1 Nº de Apensos: 0

RECORRENTE	:	FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	:	BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS	:	ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA - PE026107 JAILTON FELIPE DA SILVA - PE051379 JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - PE045115

Brasília, 19 de abril de 2022.

COORDENADORIA DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DE TEMAS JURÍDICOS E DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

RECURSO ESPECIAL 1988828 / PE (2022/0062599-3)

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO

Distribuição

Em 19/04/2022 o presente feito foi classificado no assunto DIREITO TRIBUTÁRIO - Dívida Ativa (Execução Fiscal) e distribuído ao Exmo. Sr. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA.

Encaminhamento

Aos 19 de abril de 2022 , vão estes autos com conclusão ao Ministro Relator.

Secretaria Judiciária

Recebido no Gabinete do Ministro OG FERNANDES em _____/_____/20_____.

_____

Documento eletrônico juntado ao processo em 19/04/2022 às 08:24:51 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1988828 - PE (2022/0062599-3)

RELATOR	:	**MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE	:	FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO	:	BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS	:	ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA - PE026107
		JAILTON FELIPE DA SILVA - PE051379
		JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS - PE045115

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional contra acórdão do TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ fls. 94-95):

> PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE IMÓVEL. MEAÇÃO. RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. FAZENDA NACIONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO.
> 1. Trata-se de apelação interposta por Beatriz Maria Veiga de Oliveira contra sentença proferida pelo Juízo da 33ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, que homologou o reconhecimento da procedência do pedido formulado nos embargos de terceiro, para reconhecer 50% da propriedade da autora relativamente ao imóvel "apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE", penhorado nos autos da execução fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300, devendo, ainda, em caso de alienação, ser-lhe reservado 50% do produto da alienação do aludido imóvel, extinguindo o feito com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "a", do CPC e, por fim, considerando os princípios da causalidade e da sucumbência, deixou de condenar a Fazenda Nacional ou a embargante ao pagamento dos honorários advocatícios.
> 2. Cinge-se a questão em verificar se deve a Fazenda Nacional ser condenada ao pagamento da verba honorária, ainda que tenha reconhecido a procedência do pedido em sede de embargos de terceiro.
> 3. No caso dos autos, embora quando intimada, a Fazenda Nacional tenha reconhecido a procedência do pedido, verifica-se que ela deu causa ao ajuizamento da presente ação, porque tudo leva a crer que, embora tivesse ciência do casamento do executado no regime de comunhão parcial de bens, não pretendia respeitar a meação da embargante, obrigando-a a constituir advogado para ajuizar os presentes embargos de terceiros.
> 4. De acordo, com a Súmula 303 do STJ: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários

Documento eletrônico VDA32196648 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Og Fernandes Assinado em: 26/04/2022 12:31:05
Publicação no DJe/STJ nº 3379 de 27/04/2022. Código de Controle do Documento: 96b02ebb-eff1-4831-9d72-e86ec07142f5

> advocatícios".
> 5. Desse modo, é devida a condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.
> 6. Apelação provida, para condenar a Fazenda Nacional em honorários advocatícios, fixados em 10%sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram improvidos.

Em suma, a recorrente aponta ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, por entender que há omissão quanto à aplicação do art. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002.

Alega que os arts. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002 e 85, § 2º, e 90, § 4º, do CPC foram ofendidos, ao argumento de que não cabe condenação em honorários, pois a União não deu causa à propositura da demanda e que a penhora efetuada não foi indevida.

Ademais, entende que se deve aplicar o princípio da causalidade, no presente caso.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 150-154).

Recurso admitido na origem.

É o relatório.

Assiste razão à parte recorrente no ponto em que sustenta violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem, em cotejo com os recursos da recorrente, revela que houve omissão quanto à aplicabilidade do art. 19, § 1º, I, da Lei n. 10.522/2002 ao caso concreto.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal local mantém-se em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento a tempo e modo oportunos ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente na decisão.

Por estar configurada a ofensa ao disposto no art. 1.022 da legislação processual, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que o vício seja sanado.

A propósito:

> EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SUBMETIDOS AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RECEBIMENTO COMO AGRAVO INTERNO. DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO. OMISSÃO RELEVANTE NÃO SANADA NA ORIGEM. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL QUANTO À VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015.
> 1. Sobre os presentes embargos de declaração, a análise de suas razões evidencia, de forma clara e inequívoca, que o seu objetivo não é o de sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição, mas sim o de buscar a reforma da decisão embargada. Assim, recebo-o como agravo interno, nos termos do art. 1.024, § 3º, do CPC/2015.
> 2. É de ser mantida a decisão agravada, tendo em vista que a Corte de origem, mesmo com a oposição de embargos de declaração, deixou de se manifestar sobre o tema da responsabilidade subjetiva para fins de aplicação de multa por infração administrativa ambiental. Como se trata de vício cuja correção tem o potencial de alterar o

Documento eletrônico VDA32196648 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Og Fernandes Assinado em: 26/04/2022 12:31:05
Publicação no DJe/STJ nº 3379 de 27/04/2022. Código de Controle do Documento: 96b02ebb-eff1-4831-9d72-e86ec07142f5

> resultado da demanda, impõe-se a anulação do acórdão dos embargos de declaração para que novo julgamento dos aclaratórios seja realizado, de forma seja apreciada a alegação em questão.
> 3. Embargos recebidos como agravo interno e, nesta extensão, não provido.
> (EDcl no AREsp n. 1.486.730/RS, relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/3/2020, DJe de 9/3/2020).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em aclaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de abril de 2022.

Ministro OG FERNANDES
Relator

Documento eletrônico VDA32196648 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Og Fernandes Assinado em: 26/04/2022 12:31:05
Publicação no DJe/STJ nº 3379 de 27/04/2022. Código de Controle do Documento: 96b02ebb-eff1-4831-9d72-e86ec07142f5

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REsp 1988828/PE (2022/0062599-3)

PUBLICAÇÃO

Disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico/STJ, em 26/04/2022, DESPACHO / DECISÃO de fls. 166/168 e considerado publicado em 27 de abril de 2022, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.

Brasília, 27 de abril de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1988828

TERMO DE CIÊNCIA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL intimado(a) eletronicamente em 09/05/2022 do(a) Despacho / Decisão de fl.(s) 166 publicado(a) no DJe em 27/04/2022.

Brasília - DF, 09 de Maio de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 09/05/2022 às 01:06:05 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1988828

TERMO DE CIÊNCIA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado(a) eletronicamente em 09/05/2022 do(a) Despacho / Decisão de fl.(s) 166 publicado(a) no DJe em 27/04/2022.

Brasília - DF, 09 de Maio de 2022

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO
Serviço Automático de Intimação Eletrônica

Documento eletrônico juntado ao processo em 09/05/2022 às 01:16:43 pelo usuário: SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REsp 1988828/PE (2022/0062599-3)

CERTIDÃO DE TRÂNSITO E TERMO DE BAIXA

DECISÃO de fls. 166: transitou em julgado no dia 19 de maio de 2022.

Autos baixados à(o) TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO.

Brasília, 19 de maio de 2022.

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS

COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS DE DIREITO PÚBLICO

SISTEMA JUSTIÇA - SERVIÇOS AUTOMÁTICOS

Processo: **0812609-34.2020.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PAULO MARCELO MARQUES DE MIRANDA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 20/06/2022 05:24:49
Identificador: 4050000.31988834
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Controle do Documento: 89c35b99-2e1e-4717-9310-b2f10a750ee9
22062005243807800000028698681

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

RELATÓRIO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO (Relator): Trata-se de embargos de declaração interpostos pela FAZENDA NACIONAL, no processo em epígrafe, contra acórdão desta Primeira Turma.

Em suas razões, a parte embargante alega a existência de omissões no aludido acórdão. Ao final, requer o provimento do recurso.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

VOTO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO (Relator): Os embargos de declaração são cabíveis quando o julgado apresentar omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do art. 1.022, I a III, do Código de Processo Civil.

Compulsando os autos, observa-se não assistir razão à parte embargante.

Com efeito, o inconformismo da parte recorrente não se amolda aos contornos da via dos embargos de declaração, porquanto o acórdão ora combatido não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando o manejo de tal recurso para o fim de rediscutir os aspectos fático-jurídicos anteriormente debatidos.

Ademais, o art. 489 do CPC 2015 impõe a necessidade de enfrentamento dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado, não estando o julgador obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivação suficiente para proferir a decisão. Precedentes do STJ [1] .

Não se deve confundir acórdão omisso, obscuro ou contraditório com prestação jurisdicional contrária à tese de interesse do embargante, sendo evidente a pretensão de rediscussão da causa com tal intuito, finalidade para qual não se prestam os embargos de declaração.

O simples desejo de prequestionamento, que não acarreta o provimento do recurso se o acórdão não padece de qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material. Com a entrada em vigor do CPC/15, a mera oposição dos embargos de declaração passa a gerar prequestionamento implícito, mesmo que os embargos sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o Tribunal Superior entenda haver defeito no acórdão, na forma do artigo 1.025 do NCPC.

Mesmo tendo os embargos por escopo o prequestionamento, ainda assim não se pode dispensar a indicação do pressuposto específico, dentre as hipóteses traçadas pelo art. 1.022 do CPC, autorizadoras do seu conhecimento.

Sendo assim **,** nego provimento aos embargos de declaração.

É como voto.

[1] AgInt no REsp 1662345/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 21/06/2017; EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

EMENTA : PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1022 DO CPC. PRESSUPOSTOS. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO. INADMISSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o julgado apresentar omissão, contradição, obscuridade ou para corrigir erro material, nos termos do art. 1.022, I a III, do Código de Processo Civil.

2. No caso dos autos, o inconformismo da parte recorrente não se amolda aos contornos da via dos embargos de declaração, porquanto o acórdão ora combatido não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando o manejo de tal recurso para o fim de rediscutir os aspectos fático-jurídicos anteriormente debatidos.

3. O art. 489 do CPC/15 impõe a necessidade de enfrentamento dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado, não estando o julgador obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivação suficiente para proferir a decisão. Precedentes do STJ.

4. Mesmo tendo os embargos por escopo o prequestionamento, ainda assim não se pode dispensar a indicação do pressuposto específico, dentre as hipóteses traçadas pelo art. 1.022 do CPC, autorizadoras do seu conhecimento. Ademais, o simples desejo de prequestionamento não acarreta o provimento do recurso se o acórdão não padece de qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material. Saliente-se, ainda, que, com a entrada em vigor do CPC/15, a mera oposição dos embargos de declaração passa a gerar prequestionamento implícito, mesmo que os embargos sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o Tribunal Superior entenda haver defeito no acórdão, na forma do artigo 1.025 do NCPC.

5. Não se deve confundir acórdão omisso, obscuro ou contraditório com prestação jurisdicional contrária à tese de interesse do embargante, sendo evidente a pretensão de rediscussão da causa com tal intuito, finalidade para qual não se prestam os embargos de declaração

6. Embargos de declaração improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, DECIDE a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar o presente julgamento.

Recife, 22 de julho de 2021. (Data do julgamento)

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

RELATÓRIO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO (Relator): Trata-se de apelação interposta por Beatriz Maria Veiga de Oliveira contra sentença proferida pelo Juízo da 33ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, que homologou o reconhecimento da procedência do pedido formulado nos embargos de terceiro, para reconhecer 50% da propriedade da autora relativamente ao imóvel "apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE", penhorado nos autos da execução fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300, devendo, ainda, em caso de alienação, ser-lhe reservado 50% do produto da alienação do aludido imóvel, extinguindo o feito com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "a", do CPC e, por fim, considerando os princípios da causalidade e da sucumbência, deixou de condenar a Fazenda Nacional ou a embargante ao pagamento dos honorários advocatícios.

A apelante alega, em síntese, que: 1) a penhora foi tão indevida que o próprio Fisco, na resposta apresentada nos autos, reconheceu expressamente o pedido formulado nos embargos de terceiro, embora tenha procurado se escusar do pagamento dos honorários advocatícios; 2) desde o momento em que pediu o redirecionamento da execução fiscal contra o cônjuge da apelante, era de ciência da Fazenda que o mesmo era casado, devendo, desde esse momento, ter solicitado a reserva de 50% da alienação do imóvel penhorado; 3) quando do requerimento de penhora do imóvel (fl. 208), a União acostou aos autos uma certidão de inteiro teor do registro do imóvel (fl. 210), a qual indicava, de modo expresso, o casamento mantido entre a embargante e seu cônjuge; 4) a Fazenda Nacional fez com que a apelante tivesse que constituir advogados para ingressar com a medida jurídica cabível em ordem a salvaguardar seu direito à meação, sendo justo que o Fisco arque com a verba honorária, tendo em vista o princípio da causalidade.

Contrarrazões apresentadas.

Por força de distribuição, vieram-me os autos conclusos.

Sendo caso de dispensa de revisão, peço dia para julgamento.

É o relatório.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

VOTO

O DESEMBARGADOR FEDERAL ROBERTO MACHADO (Relator): Inicialmente destaco o atendimento dos pressupostos intrínsecos *(cabimento, legitimidade, interesse e ausência de fato extintivo e impeditivo do direito de recorrer)* e extrínsecos *(tempestividade e regularidade formal)* de admissibilidade, pelo que merece trânsito o apelo.

Com razão a apelante.

Cinge-se a questão em verificar se deve a Fazenda Nacional ser condenada ao pagamento da verba honorária, ainda que tenha reconhecido a procedência do pedido em sede de embargos de terceiro.

A apelante alega, em defesa de sua pretensão que, desde o momento em que pediu o redirecionamento da execução fiscal contra o cônjuge da apelante, era de ciência da Fazenda Nacional que ele era casado, devendo, desde esse momento, ter sido solicitada a reserva de 50% da alienação do imóvel penhorado, o que não foi feito pela apelada, que obrigou a apelante a constituir advogados para ingressar com a medida jurídica cabível em ordem a salvaguardar seu direito à meação.

No caso dos autos, embora quando intimada, a Fazenda Nacional tenha reconhecido a procedência do pedido, verifica-se que ela deu causa ao ajuizamento da presente ação, porque tudo leva a crer que, embora tivesse ciência do casamento do executado no regime de comunhão parcial de bens, não pretendia respeitar a meação da embargante, obrigando-a a constituir advogado para ajuizar os presentes embargos de terceiros.

De acordo, com a Súmula 303 do STJ: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios".

Desse modo, é devida a condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.

Assim, dou provimento à apelação, para condenar a Fazenda Nacional em honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC.

É como voto.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE IMÓVEL. MEAÇÃO. RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. FAZENDA NACIONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO.

1. Trata-se de apelação interposta por Beatriz Maria Veiga de Oliveira contra sentença proferida pelo Juízo da 33ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, que homologou o reconhecimento da procedência do pedido formulado nos embargos de terceiro, para reconhecer 50% da propriedade da autora relativamente ao imóvel "apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE", penhorado nos autos da execução fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300, devendo, ainda, em caso de alienação, ser-lhe reservado 50% do produto da

alienação do aludido imóvel, extinguindo o feito com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "a", do CPC e, por fim, considerando os princípios da causalidade e da sucumbência, deixou de condenar a Fazenda Nacional ou a embargante ao pagamento dos honorários advocatícios.

2. Cinge-se a questão em verificar se deve a Fazenda Nacional ser condenada ao pagamento da verba honorária, ainda que tenha reconhecido a procedência do pedido em sede de embargos de terceiro.

3. No caso dos autos, embora quando intimada, a Fazenda Nacional tenha reconhecido a procedência do pedido, verifica-se que ela deu causa ao ajuizamento da presente ação, porque tudo leva a crer que, embora tivesse ciência do casamento do executado no regime de comunhão parcial de bens, não pretendia respeitar a meação da embargante, obrigando-a a constituir advogado para ajuizar os presentes embargos de terceiros.

4. De acordo, com a Súmula 303 do STJ: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios".

5. Desse modo, é devida a condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.

6. Apelação provida, para condenar a Fazenda Nacional em honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC.

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **APELAÇÃO CÍVEL**
APELANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Jaqueline Maria De Vasconcelos e outro
APELADO: FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Francisco Roberto Machado - 1ª Turma
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1° GRAU): Juiz(a) Federal Guilherme Soares Diniz

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, DECIDE a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar o presente julgamento.

Recife, 27 de maio de 2021 (data do julgamento)

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL**
EMBARGANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Felipe Soares Torres e outro
EMBARGADO: FAZENDA NACIONAL
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

SENTENÇA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA ao argumento de houve contradição na sentença de id. 16300778, bem como esta seria nula por ter violado os princípios do contraditório e ampla defesa.

Contrarrazões da Fazenda nacional no id. 16627474.

Vieram-me os autos conclusos. Fundamento e decido.

O recurso é tempestivo, portanto, dele conheço.

Os presentes embargos, contudo, não merecem provimento.

Como sabido, os embargos declaratórios constituem recurso cabível para a integração de decisório quando este padecer de houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Cuidando-se de recurso de fundamentação vinculada, apenas quando presentes as hipóteses acima descritas (omissão, obscuridade ou contradição), é cabível a interposição de embargos de declaração, impondo-se o seu conhecimento desde que preenchidos os demais requisitos de admissibilidade.

No caso dos autos, no entanto, não verifico qualquer contradição a ser eliminada.

Com efeito, o que se observa é a existência inconformidade do patrono da embargante ante a não condenação da Fazenda Nacional ao pagamento de honorários advocatícios a seu favor, o que fora devidamente fundamentado nos autos. Do mesmo modo, não verifico nenhuma nulidade na sentença prolatada.

Ora, a Fazenda Nacional, em petição de id. 16255491, concordou na integralidade com o pleito da embargante e, não tendo sido requerida a produção adicional de provas por qualquer das partes, ainda que devidamente intimadas (id. 16192715), não há que se falar em violação ao contraditório e ampla defesa no presente caso.

O trecho pertinente aos honorários advocatícios restou, mais uma vez, devidamente fundamentado pelo Juízo. O que se pretende com os presentes aclaratórios, em verdade, é a revisão do julgado.

Não obstante, saber se a decisão foi correta ou incorreta, se foi de acordo ou contrária à jurisprudência, é questão que diz respeito à correção da decisão, e não de sua integridade.

Para obter o rejulgamento da matéria e a reforma de entendimento constante em decisão que considera equivocada, deve a parte ora embargante manejar o recurso cabível segundo vias ordinárias, e não opor embargos de declaração, que somente se justificam nas hipóteses específicas previstas em lei.

Se a embargante não concorda com a decisão proferida, deve manejar o recurso adequado para hostilizá-la.

Isto posto, **conheço dos embargos de declaração, porque tempestivos, para, no mérito, negar-lhes provimento** , mantendo a sentença de id. 16300778 em todos os seus termos.

Intime-se.

Recife, data e assinatura eletrônica.

GUILHERME SOARES DINIZ

Juiz Federal da 33ª Vara/PE

PROCESSO Nº: 0812609-34.2020.4.05.8300 - **EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL**
EMBARGANTE: BEATRIZ MARIA VEIGA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Felipe Soares Torres e outro
EMBARGADO: FAZENDA NACIONAL
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

SENTENÇA

Trata-se de embargos de terceiro opostos por BEATRIZ MARIA VEIGADE OLIVEIRA em face da FAZENDA NACIONAL, com o fito de ver reconhecida a copropriedade da autora bem como lhe seja concedido 50% do produto da alienação do imóvel "apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, sitaudo à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE", penhorado nos autos da execução fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300. Pugna, no entanto, pela condenação da Fazenda em honorários sucumbenciais.

A inicial foi instruída com procuração e documentos.

Citada, a Fazenda Nacional reconhece a procedência do pedido formulado nestes embargos, requerendo, no entanto, a não condenação em honorários advocatícios.

É o breve relatório. Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I, do CPC.

No que toca ao mérito, ante a concordância da Fazenda Nacional em relação ao reconhecimento da meação da autora relativamente ao bem imóvel objeto de penhora na execução correlata e a consequente reserva de 50% do produto da alienação em seu favor, resolve-se o conflito de interesses posto no bojo destes autos, impondo-se, desta feita, o reconhecimento da procedência do pedido inicial, nos termos do art. 487, III, "a", do CPC.

Quanto à condenação em honorários advocatícios, observo que, em regra, tal ônus deve ser aplicado em conformidade com o princípio da sucumbência. Todavia, há casos em que, embora sucumbente, a parte não deu causa ao ajuizamento da ação, não devendo, por conseguinte, sobre ela recair a condenação em honorários advocatícios.

Nessas hipóteses, então, o princípio da sucumbência deve ser aplicado em consonância com o princípio da causalidade, segundo o qual os honorários advocatícios devem ser suportados por quem deu causa à instauração do processo.

Em se tratando de embargos de terceiro, deve o magistrado, na condenação dos ônus sucumbenciais, atentar-se para os dois princípios, o da causalidade e o da sucumbência. Esse é o entendimento da Súmula 303 do STJ: *"Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios"* .

No caso em tela, observa-se que, apesar de sucumbente, a embargada não deu causa à presente demanda, uma vez que a penhora não foi indevida. Já a embargante não foi sucumbente, razão pela qual inviável, da mesma forma, sua condenação.

Sendo assim, entendo que não deve haver condenação em honorários advocatícios.

Pelo exposto, **homologo o reconhecimento da procedência do pedido formulado nos presentes embargos de terceiro** para reconhecer 50% da propriedade da autora relativamente ao imóvel *"apartamento nº 701, do Edifício Le Chateau Blois, situado à Rua General Americano Freire, nº 798, Boa Viagem, Recife/PE* ", penhorado nos autos da execução fiscal n° 0009959-86.2016.4.05.8300, devendo, ainda, em caso de alienação, ser-lhe reservado 50% do produto da alienação do aludido imóvel, extinguindo o feito com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "a", do CPC.

Considerando os princípios da causalidade e da sucumbência, deixo de condenar a Fazenda Nacional ou a embargante ao pagamento dos honorários advocatícios.

Traslade-se cópia desta sentença para os autos da execução fiscal nº 0009959-86.2016.4.05.8300.

Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 496, §4º, II, do CPC).

Transitada em julgado, arquive-se o processo, com baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Recife, data e assinatura eletrônica.

GUILHERME SOARES DINIZ

Juiz Federal da 33ª Vara/PE

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) FEDERAL,

A **FAZENDA NACIONAL** , por seu(ua) procurador(a), vem, perante este Juízo, reiterar o pedido de id 28108646 , com vistas ao prosseguimento da expropriação do bem.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mário Pereira Neves

Procurador da Fazenda Nacional

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos etc.

Defiro o pedido de id.4058300.28108646. Para tanto, procedam-se às intimações conforme requerido.

Datado e assinado eletronicamente.

Justiça Federal
33ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Destinatário :	BANCO DO BRASIL S/A
Endereço:	**cenopserv.oficioscwb@bb.com.br**
Valor da dívida:	**R$ 908.382,19** + correção monetária + encargos legais + despesas judiciais (até a d do efetivo pagamento)

OFÍCIO

Sr(a). Gerente do credor hipotecário BANCO DO BRASIL S/A,

De ordem do MM. Juiz(a) Federal da 33ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS ,** sirvo do presente para informar a V. Sa. que, **acerca da reavaliação e alienação judicial do imóvel, referente ao imóvel de matrícula nº 59.992 (Apto. nº 701, tipo A - Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, no Bairro de Boa Viagem-PE, nos termos do art. 889 do CPC** , no endereço de **e-mail cenopserv.oficioscwb@bb.com.br** , indicado no **ID nº 4058300.26914102.**

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Anexos: **4058300.28108646, 4058300.26914102, 4058300.24404987, 4058300.25966708, 4058300.24127054**

Atenciosamente,

MARIA DO SOCORRO AMORIM DE OLIVEIRA ANDRADE

Diretora de Secretaria da 33ª Vara Federal

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que, conforme id 4058300.28108646 enviei o ofício retro para o Banco do Brasil por email. Dou fé.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Certifico, nesta data, que faço a juntada abaixo de documentação recebida via **Malote Digital** , referente ao processo em epígrafe.

From: Victor Hugo Ancay <victor.ancay@bb.com.br> on behalf of CENOP SERV CURITIBA - CENTRAL OFICIOS <cenopserv.oficioscwb@bb.com.br>
Sent: Monday, March 11, 2024 10:51:47 PM
To: Rosa Neude Galindo Pacheco <rosa.galindo@jfpe.jus.br>
Subject: RE: Ofício referente ao pje 0009959-86.2016.4.05.8300S

Você não costuma receber emails de cenopserv.oficioscwb@bb.com.br. Saiba por que isso é importante

#interna

Acusamos recebimento.

At.te,

Banco do Brasil S.A.
Diretoria de Operações - DIOPE
Centro de Serviços Judiciais Curitiba
Central de Ofícios
(41) 3259-0001
cenopserv.oficioscwb@bb.com.br

AVISO: Esta mensagem é destinada exclusivamente à(s) pessoa(s) indicada(s) como destinatário(s), podendo conter informações confidenciais, protegidas por lei. A transmissão incorreta da mensagem não acarreta a perda de sua confidencialidade. Caso esta mensagem tenha sido recebida por engano, solicitamos que seja devolvida ao remetente e apagada imediatamente de seu sistema. É vedado a qualquer pessoa que não seja destinatário usar, revelar, distribuir ou copiar ainda que parcialmente esta mensagem.

DISCLAIMER: This message is destined exclusively to the intended receiver. It may contain confidential or legally protected information. The incorrect transmission of this message does not mean loss of its confidentiality. If this message is received by mistake, please send it back to the sender and delete it from your system immediately.
It is forbidden to any person who is not the intended receiver to use, reveal, distribute, or copy any part of this message.

De: Rosa Neude Galindo Pacheco <rosa.galindo@jfpe.jus.br>

Enviado: sexta-feira, 8 de março de 2024 09:41
Para: CENOP SERV CURITIBA - CENTRAL OFICIOS <cenopserv.oficioscwb@bb.com.br>
Assunto: Ofício referente ao pje 0009959-86.2016.4.05.8300S

Você não costuma receber emails de rosa.galindo@jfpe.jus.br. Saiba por que isso é importante

De ordem da MM Juíza Federal da 33ª Vara envio o email em anexo referente ao pje 0009959-86.2016.4.05.8300 desta 33ª Vara/PE.
Atenciosamente,
33ª Vara Federal/PE

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
MARIA JULIA FLORENCIO DO NASCIMENTO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 18/03/2024 15:43:46
Identificador: 4058300.30132229
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

24031815430340300000030224153

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Certifico, nesta data, que faço a juntada abaixo de documentação recebida via Correio Eletrônico , referente ao processo em epígrafe.

BANCO DO BRASIL

Curitiba (PR), 20 de março de 2024.

OFICIO CENOP SJ Nº: 2024/ 109684015
AOF: 2024/395217

PROCESSO : 00099598620164058300
EXEQUENTE:FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA E WALDIR ABREU GONCALVES

Em atendimento ao Ofício, expedido em 08/03/2024 autos do processo em epígrafe, informamos que a operação de crédito nº 498.100.710, que originou a hipoteca sobre o bem imóvel, matrícula 59.992/R.11 do CRI de Recife-PE, em nome de ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES, CNPJ: 07.292.504/0001-71, encontra-se liquidada nesta Instituição Financeira.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e informações porventura necessários.

Respeitosamente,

BANCO DO BRASIL S.A.
CENOP SERVIÇOS CURITIBA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
JUSTIÇA FEDERAL
33ª VARA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Endereço: Av. Recife, nº 6.250- 8º andar-Jiquiá
Recife-PE- Cep: 50865-900
e-mail: atendimentovara33@jfpe.jus.br
c/c rosa.galino@jfpe.jus.br

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
MARIA DO SOCORRO AMORIM DE OLIVEIRA ANDRADE - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 04/04/2024 08:53:24
Identificador: 4058300.30318364
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
24040408531439000000030411852

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 87º do Provimento n. 001/2009, de 25.03.2009, da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região, fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ,

A União (Fazenda Nacional) , pelo procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante V. Exa., manifestar ciência acerca do documento juntado aos autos pelo Banco do Brasil (30318364), onde informa que o contrato originário da hipoteca do imóvel resta liquidado, ao mesmo tempo em que informa que dará o prosseguimento a expropriação, via COMPREI, nos termos deferidos no id 4058300.26293422 .

Termos em que pede e espera deferimento.

Maceió, 29 de abril de 2024 .

Mário Pereira Neves

Procurador da Fazenda Nacional

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Suspenda-se o curso da execução por 1 (um) ano para realização de diligências, na forma do art. 40 da Lei n.º 6.830/80 - Lei de Execução Fiscal.

Decorrido esse prazo, sem manifestação da parte exequente nem indicação de bens e/ou a exata localização do executado, arquivem-se os autos sem baixa, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ressalvado o seu desarquivamento, enquanto não prescrita a pretensão executória.

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Suspenda-se o curso da execução por 1 (um) ano para realização de diligências, na forma do art. 40 da Lei n.º 6.830/80 - Lei de Execução Fiscal.

Decorrido esse prazo, sem manifestação da parte exequente nem indicação de bens e/ou a exata localização do executado, arquivem-se os autos sem baixa, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ressalvado o seu desarquivamento, enquanto não prescrita a pretensão executória.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 11/05/2024 23:59, o(a) Sr(a) WALDIR ABREU GONCALVES foi intimado(a) acerca de Atos Eletrônicos registrado em 01/05/2024 21:44 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 24050121444998600000030747414 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 12/05/2024 00:00 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 11/05/2024 23:59, o(a) ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA foi intimado(a) acerca de Atos Eletrônicos registrado em 01/05/2024 21:44 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 24050121444998600000030747414 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 12/05/2024 00:00 - Seção Judiciária de Pernambuco.

anexada

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-geral de estratégias de recuperação de créditos - CGR
Escritório do Comprei

Excelentíssimo(a) Juiz(a) Federal

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional que esta subscreve, vem, respeitosamente, expor e requerer o que se segue.

Houve deferimento de inclusão do(s) bem(ns) penhorado(s) nº **<matricula>** no Comprei, o(s) qual(is) permaneceu(ram) na plataforma pelo prazo assinalado pelo Juízo. Contudo, não logramos êxito na venda, conforme se verifica no Relatório anexado, que traz toda a vida do bem no programa.

Requer-se, primeiramente, a **prorrogação do deferimento de alienação do bem**, com fundamento no art. 879, I, do CPC, nos termos da Portaria PGFN nº 3.050, de 2022.

Ademais, a(s) tentativa(s) de alienação do bem, infrutífera(s) até o momento, indica(m) uma possível disparidade entre o valor atual da avaliação e o preço que o bem pode obter em livre mercado.

Frise-se que o bem tem coproprietário não executado, tendo direito à sua fração ideal calculada sobre o valor da avaliação, não sobre o produto da alienação (art. 843 do CPC), condição que impacta na impossibilidade de redução do valor mínimo.

Deve-se destacar que, no Comprei, vários vendedores (leiloeiros e corretores) estiveram aptos a ofertar o bem. No período de até 360 dias, mesmo com vários potenciais compradores cadastrados na plataforma e com os portfólios de clientes dos vendedores mencionados, o bem não obteve proposta de compra.

A situação demanda que o **preço da oferta seja realinhado às expectativas de mercado**, pelo que se requer **a expedição de mandado de reavaliação, nos termos do art. 873 do CPC, fazendo constar ao MD Oficial de Justiça a condição narrada neste petitório.**

O pedido supra atende ao devido processo legal e seus princípios consectários, por o processo dever ser: **útil**, com medidas executivas que tragam resultados reais para satisfação da obrigação; **efetivo**, com os instrumentos processuais aptos à efetiva solução do litígio; concluído em **prazo razoável**, com meios executivos que viabilizem a não eternização dos litígios; e norteado pela **economia processual,** devendo ser evitada a repetição inútil de atos procedimentais.

A renovação da medida nos parâmetros anteriores provavelmente ensejará um novo processo frustrado de tentativa de alienação, indo de encontro aos princípios enumerados, pelo que se requer o deferimento dos pedidos acima, para prorrogação **do deferimento de**

alienação integral do bem, na forma do art. 843, do CPC e expedição de mandado de reavaliação, nos termos do art. 873 do CPC.

Termos em que pede deferimento.

Victor Hugo Reis Pereira

Procurador da Fazenda Nacional

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Escritório avançado Comprei

RELATÓRIO DO BEM

Aos 13/03/2024 foi concluída a operação de tratamento da garantia para alienação, por iniciativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do bem abaixo informado na plataforma Comprei (comprei.pgfn.gov.br), nas seguintes condições:

Processo	**Processo judicial**	99598620164058300		
	Juízo	33ª Vara Federal - RECIFE		
	Autor	União - Fazenda Nacional		
	Réu	ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA e outros		
Bem	**Tipo de bem**	Imóvel		
	Descrição	Apartamento nº 701, Edificio Le Chateau Blois, Rua General Americano Freire, nº 798, Boa viagem, Rec - Recife - PE		
	Registro	Matrícula nº 59992, RECIFE CARTORIO DO REGISTRO GERAL DE IMOVEIS 1 OFICIO, CNPJ nº 11.690.641/0001-31		
Resultado da operação	**Resultado**	NÃO ALIENADO por: decurso de prazo		
	Observações			
	Feedback			
Adquirente	**Nome**			
	Qualificação			
	RG/CPF ou CNPJ			
	Endereço			
Vendedor	**Nome**			
	Tipo			
	CRECI/Junta			
Alienação	**Tipo**		**Nº de parcelas**	
	Valor		**Pagamento***	
	% da avaliação		**Parcela inicial**	
	Pagamento da comissão		**Tempo de Publicação**	310 dias
	Quantidade de anunciantes	16	**Quantidade de propostas válidas**	

**Na hipótese de existência de crédito preferencial ou resíduo em razão do valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o valor de tais rubricas foi depositado em conta à disposição do Juízo e em referência ao processo judicial citado no quadro acima.*

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de pedido formulado pela União (Fazenda Nacional), através de seu Procurador, requerendo: (i) a prorrogação do deferimento de alienação do bem penhorado, nos termos do art. 879, I, do CPC e da Portaria PGFN nº 3.050/2022, e (ii) a expedição de mandado de reavaliação do bem, com fundamento no art. 873 do CPC.

Aduz que, embora deferida a inclusão do bem no sistema Comprei, e mesmo transcorrido o prazo assinalado pelo Juízo, não houve êxito na alienação, conforme consta no relatório anexado.

Aponta ainda a necessidade de reavaliação do bem, tendo em vista a possível discrepância entre o valor da avaliação inicial e o preço efetivamente praticado no mercado, bem como a existência de coproprietário não executado, cuja fração ideal é calculada com base no valor da avaliação.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 879, I, do CPC, é possível prorrogar o prazo de alienação judicial do bem, desde que demonstrada a necessidade e a utilidade da medida, o que se verifica no caso em apreço.

O relatório apresentado pela Fazenda Nacional comprova que o bem permaneceu na plataforma Comprei pelo prazo fixado, sem que houvesse proposta de compra, mesmo com a atuação de leiloeiros e corretores devidamente cadastrados e a existência de potenciais compradores.

Por outro lado, a alegada discrepância entre o valor da avaliação inicial e o valor de mercado atual, somada à presença de coproprietário não executado, é razão suficiente para justificar a reavaliação do bem, nos termos do art. 873 do CPC.

Assim, entendo que o pedido está devidamente fundamentado e deve ser deferido, com vistas a atender aos princípios da utilidade, efetividade, razoável duração do processo e economia processual.

Ante o exposto:

1. **Defiro** a prorrogação do prazo para alienação judicial do bem penhorado, nos termos do art. 879, I, do CPC e da Portaria PGFN nº 3.050/2022;

2. **Determino** a expedição de mandado de reavaliação do bem, nos termos do art. 873 do CPC, devendo constar ao Oficial de Justiça a condição narrada sobre o bem que o desvaloriza, especialmente quanto à existência de coproprietário não executado;

3. Intime-se a Fazenda Nacional para que dê prosseguimento aos atos de alienação, após a reavaliação do bem.

Cumpra-se.

Publique-se. Intime-se.

Datado e assinado eletronicamente.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de pedido formulado pela União (Fazenda Nacional), através de seu Procurador, requerendo: (i) a prorrogação do deferimento de alienação do bem penhorado, nos termos do art. 879, I, do CPC e da Portaria PGFN nº 3.050/2022, e (ii) a expedição de mandado de reavaliação do bem, com fundamento no art. 873 do CPC.

Aduz que, embora deferida a inclusão do bem no sistema Comprei, e mesmo transcorrido o prazo assinalado pelo Juízo, não houve êxito na alienação, conforme consta no relatório anexado.

Aponta ainda a necessidade de reavaliação do bem, tendo em vista a possível discrepância entre o valor da avaliação inicial e o preço efetivamente praticado no mercado, bem como a existência de coproprietário não executado, cuja fração ideal é calculada com base no valor da avaliação.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 879, I, do CPC, é possível prorrogar o prazo de alienação judicial do bem, desde que demonstrada a necessidade e a utilidade da medida, o que se verifica no caso em apreço.

O relatório apresentado pela Fazenda Nacional comprova que o bem permaneceu na plataforma Comprei pelo prazo fixado, sem que houvesse proposta de compra, mesmo com a atuação de leiloeiros e corretores devidamente cadastrados e a existência de potenciais compradores.

Por outro lado, a alegada discrepância entre o valor da avaliação inicial e o valor de mercado atual, somada à presença de coproprietário não executado, é razão suficiente para justificar a reavaliação do bem, nos termos do art. 873 do CPC.

Assim, entendo que o pedido está devidamente fundamentado e deve ser deferido, com vistas a atender aos princípios da utilidade, efetividade, razoável duração do processo e economia processual.

Ante o exposto:

1. **Defiro** a prorrogação do prazo para alienação judicial do bem penhorado, nos termos do art. 879, I, do CPC e da Portaria PGFN nº 3.050/2022;

2. **Determino** a expedição de mandado de reavaliação do bem, nos termos do art. 873 do CPC, devendo constar ao Oficial de Justiça a condição narrada sobre o bem que o desvaloriza, especialmente quanto à existência de coproprietário não executado;

3. Intime-se a Fazenda Nacional para que dê prosseguimento aos atos de alienação, após a reavaliação do bem.

Cumpra-se.

Publique-se. Intime-se.

Datado e assinado eletronicamente.

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de pedido formulado pela União (Fazenda Nacional), através de seu Procurador, requerendo: (i) a prorrogação do deferimento de alienação do bem penhorado, nos termos do art. 879, I, do CPC e da Portaria PGFN nº 3.050/2022, e (ii) a expedição de mandado de reavaliação do bem, com fundamento no art. 873 do CPC.

Aduz que, embora deferida a inclusão do bem no sistema Comprei, e mesmo transcorrido o prazo assinalado pelo Juízo, não houve êxito na alienação, conforme consta no relatório anexado.

Aponta ainda a necessidade de reavaliação do bem, tendo em vista a possível discrepância entre o valor da avaliação inicial e o preço efetivamente praticado no mercado, bem como a existência de coproprietário não executado, cuja fração ideal é calculada com base no valor da avaliação.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 879, I, do CPC, é possível prorrogar o prazo de alienação judicial do bem, desde que demonstrada a necessidade e a utilidade da medida, o que se verifica no caso em apreço.

O relatório apresentado pela Fazenda Nacional comprova que o bem permaneceu na plataforma Comprei pelo prazo fixado, sem que houvesse proposta de compra, mesmo com a atuação de leiloeiros e corretores devidamente cadastrados e a existência de potenciais compradores.

Por outro lado, a alegada discrepância entre o valor da avaliação inicial e o valor de mercado atual, somada à presença de coproprietário não executado, é razão suficiente para justificar a reavaliação do bem, nos termos do art. 873 do CPC.

Assim, entendo que o pedido está devidamente fundamentado e deve ser deferido, com vistas a atender aos princípios da utilidade, efetividade, razoável duração do processo e economia processual.

Ante o exposto:

1. **Defiro** a prorrogação do prazo para alienação judicial do bem penhorado, nos termos do art. 879, I, do CPC e da Portaria PGFN nº 3.050/2022;

2. **Determino** a expedição de mandado de reavaliação do bem, nos termos do art. 873 do CPC, devendo constar ao Oficial de Justiça a condição narrada sobre o bem que o desvaloriza, especialmente quanto à existência de coproprietário não executado;

3. Intime-se a Fazenda Nacional para que dê prosseguimento aos atos de alienação, após a reavaliação do bem.

Cumpra-se.

Publique-se. Intime-se.

Datado e assinado eletronicamente.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
33º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA	EXECUTADO
Paulo Roberto Fernandes Pinheiro	ADVOGADO
bruno vieira fernandes pinheiro	ADVOGADO
WALDIR ABREU GONCALVES	EXECUTADO
JAQUELINE MARIA DE VASCONCELOS	ADVOGADO
FELIPE SOARES TORRES	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 28/12/2024 23:59, o(a) ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 18/12/2024 22:52 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 24121822520716400000033453831 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/12/2024 00:00 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

MANDADO DE REAVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	33ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	**NORMAL - LEILÃO**
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	**ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA, na pess do seu responsável WALDIR ABREU GONCALVES**			
CPF / CNPJ:	**297.112.077-53**			
VALOR DA DÍVIDA:	**R$ 1.046.788,89**			
LOCALIZAÇÃO DO BEM:	**Rua General Americano Freire, 798, Apartamento nº 701, Edificio Le Chateau Blois, Boa Viag Recife/PE**			
	CEP:	**51021-120**	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
	Rua General Americano Freire, 798, Apartamento nº 701, Edificio Le Chateau Blois, Boa Viag Recife/PE			

ENDEREÇO DA INTIMAÇÃO:	CEP:	**51021-120**	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:		*	
ANEXO(S):	**Decisão de ID: 4058300.33306588 e Auto de Penhora de ID: 4058300.12694902 e id 4058300.32916912**			

A JUÍZA FEDERAL DA 33ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, **ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS** , na forma da Lei etc,

Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial(a) de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, que, em cumprimento a despacho/decisão exarado(a) nos autos, proceda à **REAVALIAÇÃO** **do bem imóvel, matrícula n° 59992 , localizado no Apartamento nº 701, Edificio Le Chateau Blois, Rua General Americano Freire, nº 798, Boa viagem, Recife - PE , nos termos do art. 873 do CPC, devendo constar ao Oficial de Justiça a condição narrada sobre o bem que o desvaloriza, especialmente quanto à existência de coproprietário não executado ,** informando-o(a) que possui o prazo de **10 (dez) dias** para manifestar-se acerca do valor da reavaliação do(s) bem(ns), localizado(s) no endereço supra, descrito(s) no referido termo/auto de penhora de id 4058300.12694902 .

Não sendo encontrado, por qualquer motivo, o bem constrito, INTIME o depositário para apresentá-lo em 48 h. ou depositar o equivalente em dinheiro a disposição do Juízo, sob as penas da lei.

Ficará o(a) Oficial(a) de Justiça, desde já, autorizado(a), se necessário for, a cumprir o presente mandado nos sábados, domingos e feriados, ou nos dias úteis fora do horário forense (art. 212, CPC), assim como a ingressar na residência/domicílio/estabelecimento do(a) executado(a), a fim de proceder à reavaliação ora determinada.

O exequente ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/pessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL.



ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS

Juíza Federal da 33ª Vara/PE

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

MANDADO DE REAVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO: ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA, na pessoa do seu responsável WALDIR ABREU GONÇALVES

Identificador: 4058300.34376254

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao mandado supramencionado, no dia 19/03/2025, às 11:10h, me dirigi à Rua General Americano Freire, 798, Aptº nº 701, Ed. Le Chateau Blois, Boa Viagem, Recife/PE, sendo aí, falei com o Porteiro do Edifício, sr. Rodrigo Paulo da Silva - RG 5.439.479-SDS-PE, o qual informou que o aptº 701 daquele edifício está desocupado há mais de dois anos, não sabendo dizer o endereço do Executado, sr. Waldir Abreu Gonçalves, na ocasião, fiz a vistoria do Edifício, quel se encontra em reforma, tirando fotos. (anexas). Certifico ainda que, no ensejo, o aludido sr. Rodrigo forneceu o nº do celular do síndico, sr. Jeferson - cel. 81- 98130-9012. Certifico que, no dia 21/03/2025, por volta das 9:30h, me comuniquei com o mencionado síndico do edifício, sr. Jeferson Luiz Cunha Ferreira, o qual informou que o porteiro, sr. Alexandre Silva - RG 4.588.304-SDS-PE, tem uma chave do aptº 701 que foi deixada pelo último inquilino, sr. André Gomes, assim, no mesmo dia 21/03/2025, às 12:00h, voltei ao endereço da diligência, e juntamente com o síndico sr. Jeferson e o porteiro, sr. Alexandre, nos dirigimos ao aptº 701 para fazer a vistoria (fotos anexas), constatando estar desocupado, apenas com uns objetos deixados provavelmente pelo sr. André Maciel, residente no aptº 1701 daquele edifício, que havia comprado àquele imóvel ao sr. Waldir. Certifico também que, tomei conhecimento pelo síndico sr. Jeferson, de que a dívida do condomínio do aptº 701 corrigida até fevereiro/2025, está em R$211.240,43, conforme informação da administradora do condomínio. Certifico que, no dia 26/03/2025, tomei conhecimento pelo dr. Hamilton, advogado do Condomínio Le Chateau Blois, de que consta nos autos do Processo de Execução do Condomínio contra o sr. Waldir Abreu Gonçalves, o seu endereço, ou seja, RUA NOSSA SENHORA DA SAÚDE, nº 281, CORDEIRO, RECIFE-PE - CEP : 50731-02. Certifico que, no dia 28/03/2025, lavrei o Auto de Reavaliação, ora anexo. Certifico também que, no mesmo dia 28/05/2025, tomei conhecimento com o sr. Jeferson, síndico do prédio, do nº do celular do sr. Waldir - 81-98487-7033. Certifico que, no mesmo dia 28/03/2025, às 18:24h, me comuniquei por ligação pelo aplicativo WhatsApp-WA com o sr. Waldir, o qual confirmou como seu o endereço acima descrito, preferindo o

envio do Mandado de Intimação via WA, ocasião em que foi combinado o envio para a próxima segunda-feira, dia 31/03/2025. Certifico finalmente que, no dia 31/03/2025, às 9:47h, fiz o envio do Mandado de Reavaliação e Intimação, Auto de Reavaliação e anexos para o WA do sr. Waldir Abreu Gonçalves - cel.wa 81-98487-7033, o qual no mesmo dia 31/03/2025, às 13:25h, respondeu "Confirmo o recebimento e tomo ciência", assim, DEI a **ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA por INTIMADA, na pessoa de seu responsável, Sr. WALDIR ABREU GONÇALVES** - CPF 297.112.077-53, de todo o conteúdo do Mandado acima epigrafado, o qual recebeu a contrafé, o Auto de Reavaliação e demais anexos, via WA. Devolvo à apreciação superior. Recife, 31 de março de 2025.////

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONÇALVES e outro
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

MANDADO DE REAVALIAÇÃO e INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIOS: ABREU GONCALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA, na pessoa do seu responsável WALDIR ABREU GONÇALVES

Identificador: 4058300.34376254

AUTO DE REAVALIAÇÃO

Ao(s) vinte e oito dia(s) do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), em cumprimento ao Mandado supra, após as formalidades legais, eu, Oficiala de Justiça Avaliadora, abaixo assinada, procedi à Reavaliação do bem a seguir discriminado: - O apartamento nº 701 tipo A, localizado no 7º pavimento elevado do Edifício Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, em Boa Viagem, ne freguesia dos Afogados, Recife-PE, composto por sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, 3 quartos sociais sendo um suíte, 1 WC social e WC suíte, circulação, quarto e WC de empregada, direito a 1 vaga de garagem e as seguintes áreas: área privativa de 128,34m², área comum de condomínio de 30,51m² e área total de 158,85m², com suas demais características, limites, confrontações e título aquisitivo constantes no Livro 2 – Registro Geral, Matrícula nº 59.992, Ficha 001, Data 09/08/1993, 1º Cartório do Registro Geral de Imóveis do Recife.

Considerando os dados colhidos no local, o atual preço de mercado, que no momento encontra-se desaquecido, Reavalio na quantia de R$ 630.000,00(seiscentos e trinta mil reais).

E, para constar, lavrei o presente AUTO que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora.

Maria Lavínia Pessoa de Luna
Oficiala de Justiça Avaliadora

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
MARIA LAVINIA PESSOA DE LUNA - Oficial de Justiça
Data e hora da assinatura: 31/03/2025 15:39:59
Identificador: 4058300.34697404
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
25033115352884400000034807616

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

LAUDO DE REAVALIAÇÃO

Ref: PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

1- PARTES:

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADOS: ABREU GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA , na pessoa de seu representante legal, WALDIR ABREU GONÇALVES.

2. FINALIDADE DO LAUDO

Reavaliação de bem imóvel urbano, conforme ordem Judicial – Identificador: 4058300.34376254

3. OBJETIVO DA REAVALIAÇÃO

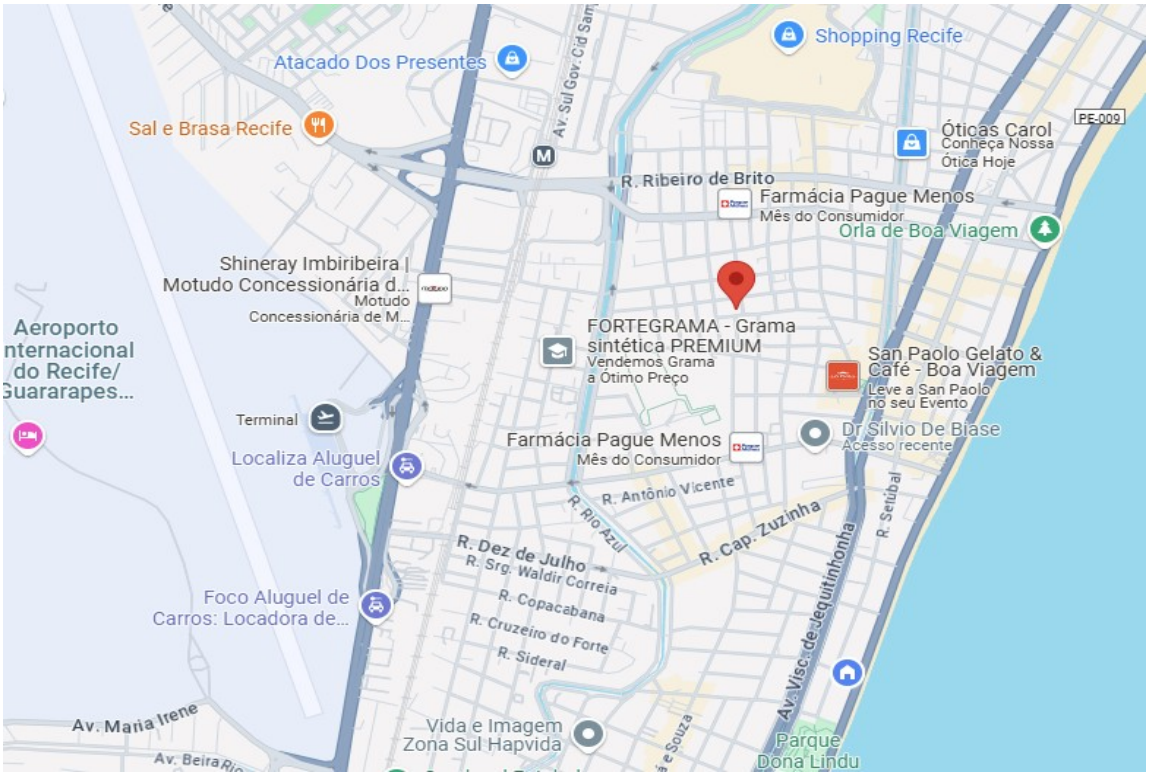
Determinação do valor de mercado para venda imóvel Matrícula nº 59.992, Ficha 001, Data 09/08/1993,-1º Cartório de Registro de imóveis de Recife-PE – Aptº nº 701 tipo A, localizado no 7º pavimento elevado do Edifício Le Chateau Blois, situado na Rua General Americano Freire, nº 798, em Boa Viagem, ne freguesia dos Afogados, Recife-PE, composto por sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, 3 quartos sociais sendo um suíte, 1 WC social e WC suíte, circulação, quarto e WC de empregada, direito a 1 vaga de garagem e as seguintes áreas: área privativa de 128,34m^2, área comum de condomínio de 30,51m^2 e área total de 158,85m^2, confrontando-se pela frente com a Rua General Americano Freire; do lado direito com as casas nºs 292, 302 e 312 da Rua General Luiz Mallet, pelo lado esquerdo com a Rua Dom José Lopes e fundos com o Lote nº 4 da mesma quadra e loteamento (atualmente com a casa nº 839 da Rua Dom José Lopes).

4. DESCRIÇÃO DA VIZINHANÇA, PARTE COMUM DO EDIFÍCIO E SERVIÇOS PÚBLICOS

4.1 O bairro é predominantemente residencial, e, nos arredores do prédio existem supermercados, farmácias, bares, restaurantes, colégios, hospital, academias, cabeleireiros, lojas, padarias, cafeterias, praia e pontos de ônibus.

4.2 - O edifício possui dois elevadores, duas unidades por andar, vinte e três pavimentos, interfone, poço artesiano, portaria 24h, antena coletiva, gerador, estacionamento, pilotis, jardim externo, portão eletrônico, piscina, salão de festas, academia, churrasqueira, bicicletário e playground e sistema de segurança.

5– MAPA DA REGIÃO COM LOCALIZAÇÃO E DESTAQUES DOS PONTOS DE INTERESSE



6. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES

6.1 - A presente reavaliação foi efetuada com base nos critérios e procedimentos estabelecidos pela ABNT NBR 14653 – Avaliação de Bens (Parte 1 – Procedimentos Gerais e Parte 2 – Imóveis Urbanos)

6.2 - O oficial de justiça não possui formação técnica especializada para realizar os testes estatísticos ou operar com os modelos matemáticos previstos na referida norma técnica.

6.3 - A documentação apresentada anexada ao mandado, pela parte Exequente contém as informações mínimas necessárias para efetuar a avaliação, ou seja, a Certidão do 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis.

7- IDENTIFICAÇÃO DO MÉTODO UTILIZADO

MÉTODO COMPARATIVO DIRETO DE DADOS DE MERCADO

-Este método identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes de uma amostra representativa de dados do mercado imobiliário. As características da amostra coletada devem ser, tanto quanto possível, semelhantes às do avaliando, usando-se toda a evidência disponível.

8- ESPECIFICAÇÃO DA REAVALIAÇÃO

8.1 - Pelos motivos expostos no item 6.2, não foi possível atingir o grau máximo de fundamentação, pois os requisitos de níveis de significância para a rejeição da hipótese nula dos regressores e do modelo demandam testes estatísticos. Porém esta oficiala de justiça se empenhou e atendeu aos demais requisitos de fundamentação, pelo menos, no Grau I, quais sejam:

- Caracterização do imóvel reavaliando;
- Quantidade mínima de dados de mercado efetivamente utilizados;
- Identificação dos dados do mercado;

- Extrapolação: admitida desde que as medidas das características do imóvel reavaliando não sejam superiores a 100% do limite amostral superior, nem inferiores à metade do lime amostral inferior.

8.2 – Pelos mesmos motivos, também não foi considerado o grau de precisão do modelo.

9- VARIÁVEIS QUANTITATIVAS

Suíte: 01
Quarto: 3
Vaga de garagem: 1

10. PLANILHA DOS DADOS UTILIZADOS

LINKS

1. https://pe.olx.com.br/grande-recife/imoveis/edf-notre-dame-1295783906
2. https://www.expoimovel.com/imovel/apartamentos-comprar-vender-boa-viagem-recife-pernambuco/724477/pt/BR

3. https://www.vivareal.com.br/imovel/apartamento-3-quartos-boa-viagem-bairros-recife-com-garagem-100m2-venda-RS499000-id-2712554134/

4. https://www.zapimoveis.com.br/imovel/venda-apartamento-3-quartos-boa-viagem-recife-pe-143m2-id-2744772583/

5. https://pe.olx.com.br/grande-recife/imoveis/apartamento-a-venda-no-edf-notre-dame-boa-viagem-133817822

DADOS	TIPO DE IMÓVEL	AGRUPAMENTO	LOCALIZAÇÃO
01	apartamento	Prédio de apartamentos	Boa Viagem
02	apartamento	Prédio de apartamentos	Boa Viagem
03	apartamento	Prédio de apartamentos	Boa Viagem
04	apartamento	Prédio de apartamentos	Boa Viagem
05	apartamento	Prédio de apartamentos	Boa Viagem

Imóvel Reavaliando — Boa Viagem

DADOS	SUÍTE	QUARTOS	VAGAS DE GARAGEM
01	1	3	1
02	1	3	1
03	1	3	1
04	1	3	1
05	1	3	1

Imóvel Reavaliando — 1 — 3 — 1

11- TRATAMENTO DOS DADOS E IDENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

10.1 – Considerando os fatores limitantes descritos no item 6.2 e, visando compensar a simplificação do método comparativo direto de dados do mercado, esta oficiala de justiça, na fase de levantamento de dados, se empenhou para obter uma amostra representativa, com coleta de dados e informações confiáveis, sobretudo, observando atributos semelhantes aos do imóvel Reavaliando, como se pode observar na identificação e caracterização dos imóveis e na planilha de Dados de mercado utilizados.

10.2– E ainda, objetivando simplificar o modelo matemático para fins da identificação do resultado, foi considerado a idade do imóvel, sua área útil e a semelhança das acima mencionadas variáveis para a formação do valor do imóvel.

DADOS	ÁREA ÚTIL (m^2)	VALOR DO IMÓVEL (R$)	VALOR UNITÁRIO (R$/$m^2$)
01	123,00	560.000,00	4.552,00
02	123,00	615.000,00	5.000,00
03	100,00	499.000,00	4.999,00
04	143,00	700.000,00	4.895,00
05	123,00	640.000,00	5.203,00

IMÓVEL AVALIANDO	128,34	631.920,49	4.923,80
VALOR ARREDONDADO (ATÉ + ou -1%)		630.000,00	

12. RESULTADO DA REAVALIAÇÃO

Diante de todo o exposto, tendo em vista os dados colhidos no local da vistoria, assim como o atual preço de mercado de imóveis semelhantes, REAVALIO em R$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais).

E, para constar, lavrei o presente laudo, que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, digitalmente, Oficiala de Justiça Avaliadora, que garanto fé.

Recife, 28 de março de 2025

Maria Lavínia Pessoa de Luna
Oficiala de Justiça Avaliadora-Mat 1312

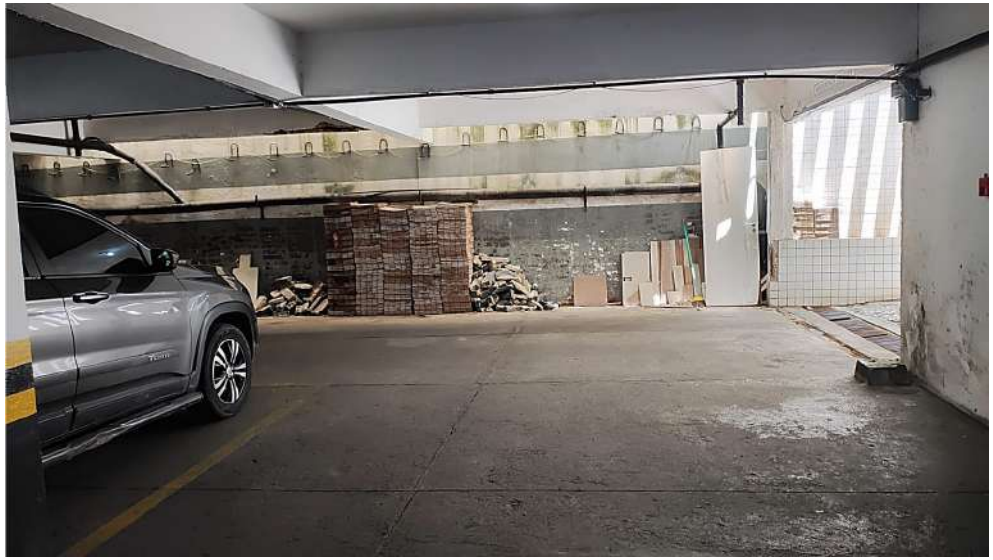




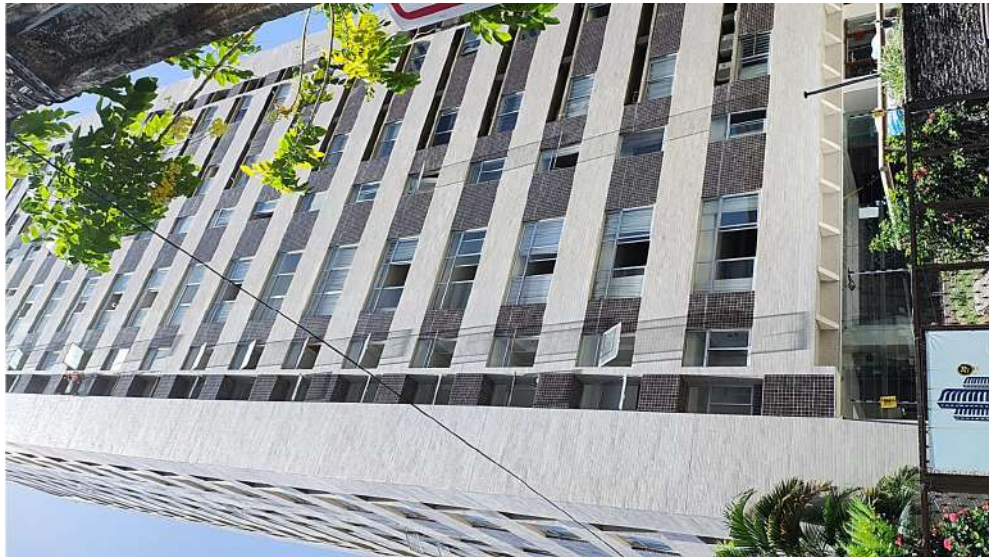





798











































14:25 69%



Waldir Abreu Gonçalves Apto 701

+55 81 8487-7033

Visto por último hoje às 13:16

Ligar | Vídeo | Pix | Pesquisar

Fé em Deus.
22 de dezembro de 2021

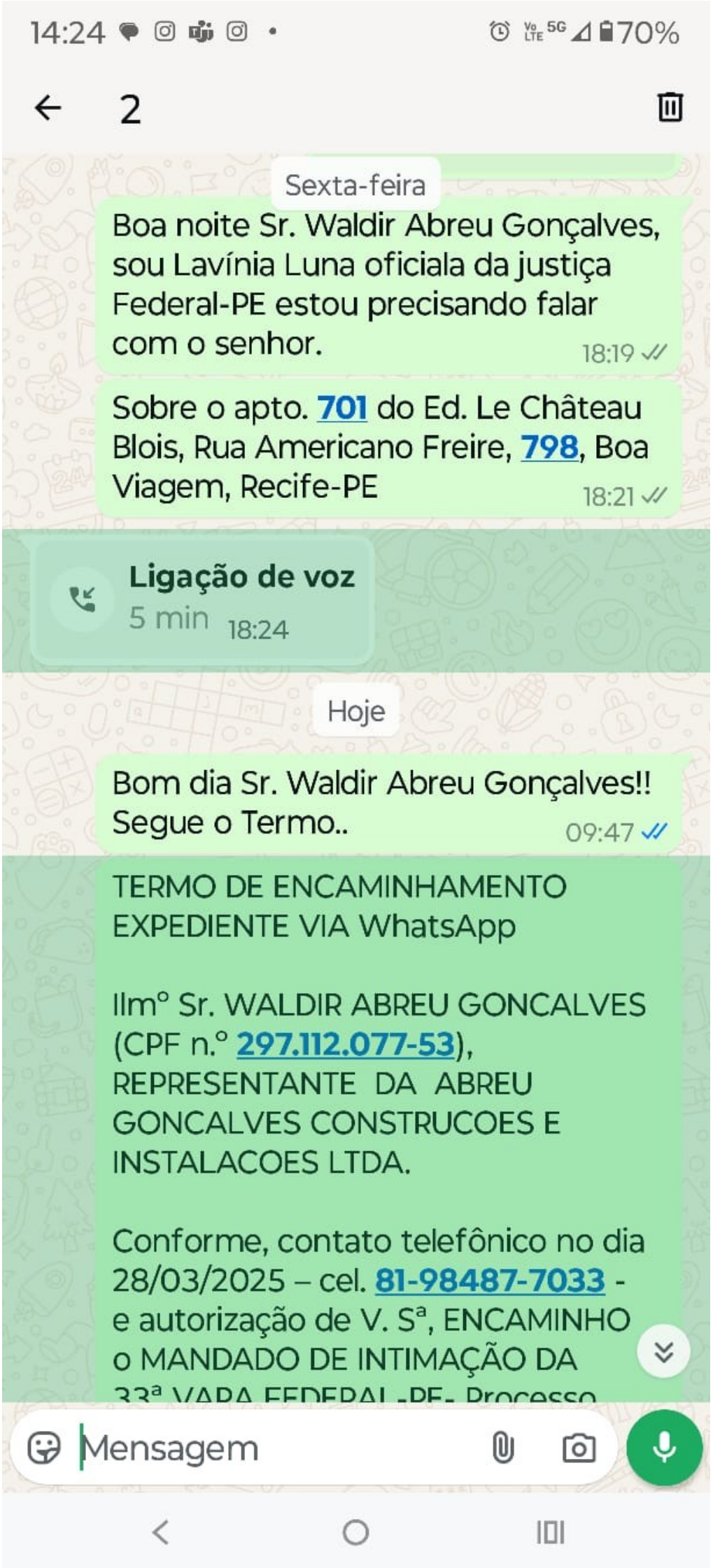
Mídia, links e docs 5 >

Notificações

Visibilidade de mídia

Criptografia
As mensagens e as ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Toque para confirmar.

Mensagens temporárias
Desativadas


14:24
70%
2
Sexta-feira
Boa noite Sr. Waldir Abreu Gonçalves, sou Lavínia Luna oficiala da justiça Federal-PE estou precisando falar com o senhor.
18:19
Sobre o apto. 701 do Ed. Le Château Blois, Rua Americano Freire, 798, Boa Viagem, Recife-PE
18:21
Ligação de voz
5 min 18:24
Hoje
Bom dia Sr. Waldir Abreu Gonçalves!! Segue o Termo..
09:47
TERMO DE ENCAMINHAMENTO EXPEDIENTE VIA WhatsApp
Ilmº Sr. WALDIR ABREU GONCALVES (CPF n.º 297.112.077-53), REPRESENTANTE DA ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA.
Conforme, contato telefônico no dia 28/03/2025 – cel. 81-98487-7033 - e autorização de V. Sª, ENCAMINHO o MANDADO DE INTIMAÇÃO DA
Mensagem

e autorização de V. Sª, ENCAMINHO o MANDADO DE INTIMAÇÃO DA 33ª VARA FEDERAL-PE- Processo nº 0009959-86.2016.4.05.8300 , ficando Vossa Senhoria, por este ato, devidamente cientificada dos termos do expediente em anexo (Reavaliação do imóvel penhorado). Solicito a confirmação do recebimento do presente.
Grata.
Recife, 31/03/2025

Lavínia Luna-Mat. PE-1312
Oficiala de Justiça

09:47



ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTA...
230 kB • PDF
09:47



ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTA...
140 kB • PDF
09:47

Mensagem

14:25 70%

Waldir Abreu Gonçalv...
visto por último hoje às 13:16

140 kB • PDF 09:47

[redacted]

ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTA...
6 páginas • 1,7 MB • PDF 09:47


Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Escritório avançado Comprei
RELATÓRIO DO BEM

ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTA...
1 página • 146 kB • PDF 09:47

[redacted]

AUTO DE REAVALIAÇÃO-ABREU ...
1 página • 146 kB • PDF 09:47

Você
Boa noite Sr. Waldir Abreu Gonçalves, sou Lavínia Luna oficiala da justiça Federal-PE estou precisando falar co...

Boa tarde Sra Lavínia Luna. Confirmo o recebimento e tomo ciência. 13:15

Mensagem

Processo: **0009959-86.2016.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
MARIA LAVINIA PESSOA DE LUNA - Oficial de Justiça
Data e hora da assinatura: 31/03/2025 15:39:59
Identificador: 4058300.34697445
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
25033115392025900000034807660

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 107 do Provimento nº 19/2022 da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região , fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0009959-86.2016.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: WALDIR ABREU GONCALVES e outro
ADVOGADO: Paulo Roberto Fernandes Pinheiro e outros
33ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 203, §4º, do CPC, e, ainda, de acordo com o art. 107 do Provimento nº 19/2022 da Corregedoria do egrégio TRF da 5ª Região , fica a parte intimada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifestar-se sobre o(s) novo(s) petição/documento(s) juntado(s) aos autos, nos termos do art. 437, §1°, do CPC** .

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 5ª REGIÃO

Execução Fiscal: 0009959-86.2016.4.05.8300
Polo Ativo: FAZENDA NACIONAL
Polo Passivo: ABREU GONCALVES CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA

A União (Fazenda Nacional) vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, manifestar ciência da reavaliação realizada, bem como requerer a suspensão do processo por 1 anos, prazo em que o bem penhorado permanecerá na Plataforma COMPREI.

João Pessoa/PB, 10/04/2025.

ANA CAROLINA MARIZ MAIA MONTE RASO
Procurador(a) da Fazenda Nacional

Inscrição(ões):

40	6	16	008657-90	ATIVA	AJUIZADA	R$	179.246,49;
40	2	16	000312-38	ATIVA	AJUIZADA	R$	484.097,31;
40	6	16	008658-71	ATIVA	AJUIZADA	R$	218.115,21;
40	7	16	000736-70	ATIVA	AJUIZADA	R$	32.887,36;
40	2	16	000624-60	ATIVA	AJUIZADA	R$	55.477,53;
40	6	16	009281-13	ATIVA	AJUIZADA	R$	148.241,16;
40	4	16	000147-02	ATIVA	AJUIZADA	R$	136.091,14;
40	7	16	000544-55	ATIVA	AJUIZADA	R$	39.549,40;
40	6	16	009280-32	ATIVA	AJUIZADA	R$	52.236,60

Somatório das CDAs: R$ 1345942,2
